

PESQUISAS EM
RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Pesquisas em Relações Econômicas Internacionais

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2008



Brasília, 2009

Copyright ©, Fundação Alexandre de Gusmão

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@mre.gov.br

Capa:

Maria Luisa Pacheco
“Angustia Vespéral”
1950 - La Paz

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
Maria Marta Cezar Lopes
Cintia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento

Programação Visual e Diagramação:

Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2009

Seminário sobre Relações Econômicas Internacionais
(1. : 2008 : Rio de Janeiro)
Seminário REI / Fundação Alexandre de Gusmão,
Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais,
Departamento Econômico do Ministério das Relações
Exteriores. — Brasília, 2009.
288p.

ISBN 978.85.7631.163.8

1. Economia internacional. 2. Relações econômicas
internacionais. Relações internacionais. Política externa.

CDU 339.9

CDU 327

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme
Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Introdução, 7

A Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais na Universidade de Brasília: uma Apreciação Geral

Alcides Costa Vaz, 9

Atividade de Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais Desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPE (PIMES)

Álvaro Barrantes Hidalgo, 29

O Estudo das Relações Econômicas Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

André Moreira Cunha e Marco Cepik, 47

O Papel do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE) na Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais

André Nassar, 79

Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais: o Caso da UFSM

Gilberto de Oliveira Veloso, 89

Estudos de Economia Internacional – IPEA: 2000-2009

Honorio Kume, Guida Piani, Pedro Miranda, 111

Grupo de Pesquisa em Economia Internacional. Linha da Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais

Jacqueline A. H. Haffner, 137

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior
de Agricultura “Luiz de Queiroz” Universidade de São Paulo

Joaquim Bento de Souza Ferreira Filho, 157

Relações Econômicas Internacionais e o Desenvolvimento do Capitalismo
no Brasil: um Objeto de Pesquisa do Instituto de Economia da Unicamp

José Carlos Braga e Simone Deos, 171

O Estudo das Relações Econômicas Internacionais (REI) Fundação Getulio
Vargas: Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV)

Lia Valls Pereira e Mauro de Rezende Lopes, 193

Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais no Instituto de Economia
da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reinaldo Gonçalves, 209

Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais no Departamento de
Economia da PUC-RIO

Roberto Magno Iglesias e Ana Carolina Areias, 231

A Economia Política do Desenvolvimentismo Exógeno em Pernambuco no
Quadro das Relações Econômicas Internacionais Recentes: Linhas de
Pesquisa, Parcerias e Perspectivas

Thales Castro, 267

Introdução

Esta publicação reúne e organiza os textos que pautaram as apresentações dos participantes do I Seminário sobre Relações Econômicas Internacionais, que se realizou no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 2008, e foi organizado, de forma conjunta, pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e pelo Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores. As contribuições aqui compiladas foram elaboradas por líderes de pesquisa de importantes centros de pesquisa brasileiros.

O objetivo de retratar, ainda que de forma incompleta, e divulgar o estado de coisas das pesquisas em relações econômicas internacionais no Brasil definiu o conteúdo e o formato da primeira edição do Seminário. Os vivos debates que movimentaram o encontro permitiram colher amostra do escopo da produção acadêmica existente, das lacunas teóricas e institucionais e dos temas e problemas que poderiam constituir o objeto de futuros programas de investigação.

Esse esforço deve ser visto no contexto da intenção de incentivar a criação de um processo capaz de congrega os profissionais que se ocupam da análise das relações econômicas internacionais, promover conhecimento mútuo das linhas de pesquisa desenvolvidas nas respectivas instituições e facilitar o contato entre os que investigam o tema e os que nele atuam. O contato mais frequente com a Academia dotaria os operadores da política

INTRODUÇÃO

externa brasileira com instrumental teórico e empírico útil para a atuação nas instâncias destinadas à regulação das relações econômicas internacionais, ao passo que permitiria aos acadêmicos aprimorar o foco de suas investigações.

A expectativa é de que possamos dar continuidade a iniciativas desta natureza em benefício da inserção cada vez mais refletida do Brasil no conjunto das relações econômicas internacionais.

A Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais na Universidade de Brasília: Uma Apreciação Geral

Alcides Costa Vaz¹

Apresentação

O presente texto trata da trajetória e panorama atual da pesquisa em Relações Internacionais na Universidade de Brasília, descrevendo os principais desenvolvimentos neste campo, com particular ênfase naqueles voltados para as relações e processos econômicos. A referência principal são as iniciativas conduzidas a partir da implantação do primeiro Bacharelado na área e da gradual organização desta em torno de unidades acadêmicas e programas de pós-graduação que lhe conferiram identidade e expressão institucional própria. Esse processo acompanhou a evolução da disciplina no Brasil em termos mais gerais. Embora se reconheça a existência de iniciativas de pesquisa voltadas para as relações econômicas internacionais ou que as tenham como fonte de referência em outras unidades e programas acadêmicos da Universidade de Brasília, optou-se por focalizar as iniciativas conduzidas nos espaços constituídos precipuamente para abrigar o ensino e a pesquisa na área. Dessa forma, privilegia-se, na presente narrativa, o espaço institucional hoje conformado pelo Instituto de Relações Internacionais, seus programas e seus antecedentes.

¹ Doutor em Ciências Sociais; Mestre e Bacharel em Relações Internacionais. Professor-Adjunto e Vice-Diretor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

O texto está estruturado em cinco seções. A primeira apresenta uma breve retrospectiva histórica na qual se descreve a evolução da área de Relações Internacionais no âmbito da Universidade de Brasília e as diferentes expressões institucionais surgidas desde 1974 e os elementos iniciais de uma agenda geral de pesquisa na área. A segunda apresenta as linhas de pesquisa e os projetos em curso, tomando por base a estrutura dos programas de pós-graduação hoje sob a égide do IREL e suas respectivas áreas de concentração, e comenta, de forma detida, aquelas voltadas para os temas econômicos internacionais. Na terceira sessão, são descritas e comentadas as parcerias estabelecidas nos projetos de pesquisa, sua natureza e contrapartes. A quarta discute as perspectivas das iniciativas de pesquisa ora em curso. Na quinta parte, analisa-se a posição relativa do IREL no contexto da pesquisa em Relações Internacionais no país, destacando-se seus diferenciais e suas mais importantes lacunas. As fontes de informação foram registros internos da Secretaria de Pós-Graduação do IREL, razão pela qual não há notas de referência ao longo do texto.

1. Histórico da Pesquisa em Relações Internacionais na Universidade de Brasília

Existente desde 1974, a área de Relações Internacionais da Universidade de Brasília esteve organizada, ao longo da maior parte da sua história, em duas unidades distintas: uma localizada no Departamento de Relações Internacionais e a outra, no Departamento de História. Embora o curso de Bacharelado em Relações Internacionais tenha sido criado na Universidade de Brasília em 1974, no âmbito do Instituto de Ciências Sociais, foi somente a partir da criação do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais que se lançaram as bases de uma institucionalidade propícia ao desenvolvimento de atividades de pesquisa na área. Em razão da natureza eminentemente multidisciplinar, da prioridade à consolidação do primeiro bacharelado na área em todo o país, com foco prioritário nas atividades de ensino, e, por fim, da significativa presença de membros do corpo diplomático na planta docente, a atividade de pesquisa não teve expressão relevante no âmbito do Departamento, tendo sido, durante os anos setenta e início dos anos oitenta, assistemática e fortemente individualizada. Refletia ainda perspectivas e temáticas muito próximas à Ciência Política, visto que o surgimento e a organização da área em termos acadêmicos se inspirara no

padrão então vigente na academia norte-americana, na qual as Relações Internacionais constituíam uma subárea daquela.

Concomitantemente, iniciava-se, no âmbito do Departamento de História, sob a liderança do Prof. Amado Luis Cervo, a vertente de história das Relações Internacionais e, particularmente, da história da política externa brasileira, que viriam a consolidar-se, na primeira metade dos anos noventa, em um programa de pós-graduação (mestrado e doutorado). Dessa vertente emanou, naquele período, produção acadêmica mais profícua e articulada que singularizou o desenvolvimento dos estudos de relações internacionais no contexto da Universidade de Brasília e no país, de forma geral. Até esta altura, não houve iniciativas relevantes no estudo das relações econômicas internacionais, tema que permaneceu circunscrito à dimensão do ensino, por meio de três disciplinas obrigatórias: Relações Econômicas Internacionais, Comércio Internacional e Sistema Financeiro Internacional.

Esse quadro viria a alterar-se gradualmente com a implantação, em 1984, do Programa de Pós-Graduação, inicialmente restrito ao Mestrado, com duas linhas de concentração: Sistema Internacional e Política Externa Brasileira. A primeira fora concebida para englobar notadamente as questões atinentes à estrutura e às relações de poder no sistema internacional, os processos de cooperação e conflito entre os Estados, as estruturas, processos decisórios e funções dos principais organismos internacionais e o papel e importância do Direito Internacional como fonte de ordem e de mitigação da anarquia no plano internacional.

A segunda linha de pesquisa, Política Externa Brasileira, ao mesmo tempo em que refletia a própria composição da planta de professores do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, onde, como acima apontado, era significativa a presença de diplomatas, era entendida como elemento indispensável à formação de especialistas brasileiros na área: o estudo da política externa brasileira em sua evolução histórica, de seus interesses, objetivos e prioridades fundamentais e das perspectivas do país em face dos processos e temas da agenda internacional nos planos global e regional.

Era, pois, notório o privilégio às questões de natureza eminentemente política em ambas áreas de concentração, o que se refletiu, de forma direta, na agenda de pesquisa que se instaurou com os primeiros projetos de dissertação no âmbito do Programa de Mestrado. Assim, no período compreendido entre 1984 e 1989, que corresponde ao início do Mestrado e

um primeiro ciclo de conclusão de dissertações, observou-se carência de estudos que focalizassem tanto os principais temas econômicos, quer no campo do comércio, quer no das finanças internacionais, como também sua incidência no marco da política externa brasileira. Com efeito, entre 1987, quando foi defendida a primeira dissertação de Mestrado, e 1992, apenas seis dissertações versaram sobre temas econômicos. O viés favorável aos temas e perspectivas políticos podia ser entendido como decorrência do fato de o Programa ser desenvolvido na Capital Federal, da maior exposição dos estudantes às perspectivas comunicadas pelos membros da diplomacia brasileira em sua atuação acadêmica e da própria formação e atuação dos professores, que eram, igualmente, preponderantemente políticas.

A partir dos anos noventa, instaurou-se tendência distinta no que diz respeito às atenções e prioridades de pesquisa em Relações Internacionais no âmbito do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Refletindo as próprias transformações internacionais em curso desde o fim da década de oitenta e as preocupações com a inserção internacional do Brasil e com o delineamento de uma nova ordem internacional, os temas globais e seu tratamento multilateral despontaram com grande força nas agendas de pesquisa dos docentes e discentes.

Dois temas concentraram as atenções e esforços de pesquisa naquele contexto, acompanhando a prioridade que lhes era conferida globalmente e no contexto da política externa brasileira: o desenvolvimento sustentável, tema consagrado na II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, e a proteção internacional dos direitos humanos, tema que também ressurgira na primeira metade dos anos noventa e que fora igualmente objeto de uma grande conferência multilateral em 1995, em Teerã. No primeiro caso, é oportuno referir-se aos trabalhos pioneiros do Professor Argemiro Procópio Filho no tocante à economia política do desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira, que foram seguidos por pesquisas sobre os ilícitos transnacionais naquela mesma região, bem como à intensa produção do Prof. Eduardo José Viola entre 1989 e 1998 dedicada ao ambientalismo, tratado desde o plano das políticas públicas nacionais às perspectivas regionais e globais. No segundo, destacaram-se estudos e iniciativas lideradas pelo Prof. Antônio Augusto Cançado Trindade que focalizaram a Proteção Internacional dos Direitos Humanos.

O ingresso, ainda na primeira metade da década de noventa, de um conjunto de Mestres com interesse no desenvolvimento de estudos no campo

da economia política internacional viria a contribuir, decisivamente, para a ampliação das linhas de pesquisa no âmbito do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais. Essas linhas de pesquisa viriam a consolidar-se com a produção do Professores Alcides Costa Vaz voltada notadamente para os estudos sobre integração econômica regional e, particularmente, para o Mercosul e do Professor Carlos Roberto Pio da Costa Filho, dedicada às políticas de estabilização econômica e abertura comercial. Tais contribuições consubstanciam os esforços de pesquisa envidados no campo das relações econômicas internacionais no âmbito do Departamento naquele período. Em primeiro lugar, isto contrastava com a proeminência das questões econômicas na agenda internacional; por outro lado, refletia a carência de *expertise* na área.

Na vertente dos temas teóricos e políticos, merecem destaque os trabalhos do Prof. Antônio Jorge Ramalho da Rocha sobre teoria das relações internacionais e política externa dos Estados Unidos e da Prof. Cristina Inouê sobre sustentabilidade ambiental. Na vertente da História das Relações Internacionais, destaca-se, naquele período, a produção do Prof. José Flávio Sombra Saraiva, inicialmente sobre questões africanas e, em seguida, sobre história das relações internacionais contemporâneas, assim como os primeiros trabalhos do Prof. Antônio Carlos de Moraes Lessa sobre história da política externa brasileira.

Dessa forma, durante a década de noventa, as pesquisas sobre Relações Internacionais no âmbito da Universidade de Brasília desenvolveram-se, fundamentalmente, a partir das atividades de professores pesquisadores e de projetos realizados no marco de dois programas de pós-graduação no âmbito dos Departamentos de Ciência Política e Relações Internacionais e do Departamento de História. A gradual convergência de interesses no sentido de se buscar uma expressão institucional que integrasse os esforços de ensino e de pesquisa e que expressasse o grau de desenvolvimento e consolidação das Relações Internacionais como área de conhecimento levou a que, no ano 2000, professores do Departamento de Relações Internacionais e do Departamento de História apresentassem proposta de criação do Instituto de Relações Internacionais, o qual foi constituído em 2002, de forma concomitante ao início do Programa de Doutorado em Relações Internacionais. Essas iniciativas permitiram reunir, em uma única unidade acadêmica e em um único programa de pós-graduação, professores oriundos do Departamento de Relações Internacionais, do Departamento de Ciência

Política (ambos então sob a égide do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais – IPR, criado em 1995) e do Departamento de História. Assim, a partir de 2002, consolidou-se o programa de pós-graduação em Relações Internacionais, apoiado pelo Programa San Tiago Dantas, e definiram-se as áreas de concentração e respectivas linhas de pesquisa que conformam as iniciativas de pesquisa no âmbito do IREL. Cumpre salientar que a gênese do atual Instituto, definida a partir da conjunção de interesses de professores provenientes das áreas mencionadas, manteve o estudo e pesquisa de temas econômicos internacionais em uma perspectiva secundária frente às grandes questões políticas globais.

A partir de 2007, também foi iniciado um Programa de Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional, em parceria com a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), com foco nas questões do desenvolvimento amazônico em perspectiva internacional. Esse programa está estruturado em torno do desenvolvimento regional sustentável como área de concentração e tem permitido efetiva aproximação do corpo de pesquisadores do IREL das questões amazônicas, em sua contextualização simultaneamente local e transfronteiriça, dado ser o Estado de Roraima limítrofe com a Venezuela e a República da Guiana. Porém, esse Programa, dadas as pesquisas de tese em seu bojo, abre espaço para a consideração de questões econômicas referentes ao comércio fronteiriço e à integração em sentido estrito.

2. Descrição das linhas de pesquisa e trabalhos em curso

O Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do IREL-UnB está organizado em duas áreas de concentração, a saber: Política Internacional e Comparada e História das Relações Internacionais.

2.1 Política Internacional e Comparada

A área de concentração em Política Internacional e Comparada contempla um vasto conjunto de fenômenos internacionais que, diferentemente do que sugere o título da área, não se restringem àqueles de natureza política. Abarca, ao contrário, a fenomenologia das relações internacionais em seu sentido geral e em suas diferentes vertentes e expressões (política, estratégica,

jurídica, econômica, sociológica e cultural), desde perspectiva interdisciplinar. Remete, portanto, ao estudo de questões atinentes ao relacionamento entre diversos atores no plano internacional naquelas arenas e entre elas, com alcance mais abrangente (plano global) ou mais delimitado (planos regional, sub-regional e bilateral). Compreende igualmente toda a vertente de temas relacionados com a política externa brasileira e seu posicionamento em relação aos atores, processos e temas da agenda internacional contemporânea. É nesta mesma área que se situam os estudos de Economia Política Internacional e de Cooperação, Integração e Instituições Internacionais, descritas abaixo e de maior interesse para as finalidades específicas do presente texto.

A essa perspectiva abrangente e interdisciplinar acresce-se a dimensão dos estudos internacionais comparados. Cumpre salientar que, nessa acepção, a dimensão comparativa não designa uma mera abordagem metodológica ou a ela se restringe; reporta-se, antes, a um campo que transcende, em seu escopo e alcance, a esfera metodológica, afigurando-se como abordagem epistemológica distintiva, em razão do que permite apreender-se, intelectualmente, os fenômenos internacionais.

Essa área de concentração envolve, por conseguinte, um diversificado espectro temático reunido sob quatro linhas de pesquisa, descritas sucintamente a seguir.

a) Estudos de Economia Política Internacional. Envolve o estudo das principais questões decorrentes da interação entre estruturas e processos da política e da economia internacional, bem como daquelas definidas em torno das relações entre escolhas e processos domésticos e decisões e processos internacionais naqueles mesmos campos. Envolve também o estudo da conformação de instituições e regimes internacionais voltados para as relações econômicas internacionais e das estratégias e políticas de inserção econômica internacional conduzidas por atores estatais e não estatais. Compreende também o estudo das negociações econômicas internacionais em sua conformação e desdobramentos nos planos sistêmico, regional e nacional.

b) Cooperação, Integração e Instituições Internacionais. Envolve o estudo dos diferentes âmbitos, instrumentos e modalidades de cooperação internacional, incluindo processos de integração regional e as negociações voltadas para a criação e desenvolvimento de regras e normas no âmbito

internacional; focaliza também a construção de regimes, instituições e organizações multilaterais orientadas para a formação de um sistema de governabilidade global.

c) Política Exterior. Contempla o estudo de política externa compreendida como o conjunto das interações de um país no plano externo, tal qual concebidas e entabuladas desde a perspectiva governamental. Considera os processos de formulação, implementação, tomada de decisão e acompanhamento da política externa bem como seus condicionamentos domésticos e internacionais, principais instrumentos, objetivos e prioridades nos planos bilateral, regional e multilateral. Engloba igualmente as questões referentes à política externa brasileira à luz dos elementos descritos acima e abordados em termos contemporâneos, bem como o relacionamento econômico e comercial em eixos bilaterais.

d) Segurança Internacional e Democracia. Considera a estrutura de poder e a distribuição de capacidades, no plano estratégico-militar, e suas implicações para a segurança internacional, além da natureza e características das principais formas de ameaças e dos conflitos internacionais na ordem internacional do pós-Guerra Fria, que definem novos parâmetros de segurança nos planos global e regional. Envolve, por conseguinte, o estudo dos padrões de conflito e dos fatores de estabilidade internacional e das políticas de segurança e defesa e das iniciativas conduzidas no âmbito de sistemas de segurança coletiva nos planos global e regional. Contempla, por fim, o estudo das possíveis relações entre segurança internacional e democracia, com foco particular nas transformações no papel dos militares nas sociedades democráticas.

2.2 História das Relações Internacionais

Esta área de concentração fundamenta-se na investigação histórica dos fenômenos internacionais, compreendendo-se, desde sua conformação e expressão histórica, os fenômenos e processos associados às interações entre atores internacionais nos planos político, estratégico, econômico, social e cultural. Contempla, por conseguinte, o estudo das origens, evolução e dinâmica de estruturas e atores que conformam a ordem internacional em suas expressões pretéritas e contemporâneas. Engloba também o estudo,

desde perspectiva histórica, de políticas externas em seus condicionamentos, evolução e instrumentalidade, em particular da política externa brasileira, com ênfase no estudo da evolução das circunstâncias nas quais o Brasil definiu os termos de sua inserção internacional ao longo dos dois últimos séculos. Tal como observado em relação à área de concentração em Política Internacional e Comparada, a área de concentração em História das Relações Internacionais também privilegia abordagens interdisciplinares e evita circunscrever-se à dimensão pretérita, ao mesmo tempo em que privilegia a fundamentação empírica como componente de definição de seu próprio escopo e de sua identidade. À luz da definição precedente, esta área de concentração pode abrigar, potencialmente, estudos de fundo econômico.

São duas as linhas de pesquisa nesta área:

a) *História das Relações Internacionais Contemporâneas*. Contempla o estudo das relações internacionais nos dois últimos séculos, com ênfase na evolução do sistema internacional em sua acepção interestatal, suas estruturas e dinâmicas e as interações em múltiplos planos que engloba. Considera ainda o estudo de eventos e desenvolvimentos marcantes no processo de mudança e configuração de atores, práticas e instituições característicos da ordem internacional, notadamente os processos de ascensão e declínio hegemônico, de contestação, legitimação e exercício do poder, bem como das iniciativas de caráter cooperativo.

b) *História da Política Exterior do Brasil*. Engloba o estudo da história da política exterior do Brasil desde a Independência até o presente, considerando, em cada período, o quadro político e institucional do País, a evolução dos padrões internacionais condicionantes da ordem política, econômica e social da nação e o quadro de interesses, objetivos, prioridades que a definiram em diferentes etapas de sua configuração histórica.

3. Pesquisas em curso

A seguir, são descritos sucintamente os projetos em curso, segundo as áreas de concentração em que se situam, iniciando-se pelas duas de interesse direto para a presente análise.

Política Internacional e Comparada

Linha de Pesquisa: Economia Política Internacional

Modelagem da economia política brasileira - A Construção Cotidiana da Economia de Mercado no Brasil

Responsável: Carlos Roberto Pio da Costa Filho

Apoio: n/h

Energia e emissões de carbono na América do Sul no contexto da economia política internacional da mudança climática e do Protocolo de Kyoto

Responsável: Eduardo José Viola

Apoio: CNPq

União Européia, Estados Unidos e Brasil nas Negociações da Rodada do Desenvolvimento da OMC

Responsável: Maria Izabel Valladão de Carvalho

Apoio: CNPq

Linha de Pesquisa: Cooperação, Integração e Instituições Internacionais

Múltiplas dimensões da governança global. Desafios e possibilidades da cooperação internacional na Amazônia.

Responsável: Cristina Inoue

Apoio: CNPq

A Construção da Ordem Internacional

Responsável: Eiiti Sato

Apoio: n/h

A Cooperação Iberoamericana

Responsável: Julie Schmied

Apoio: Centro Iberoamericano de Cooperación

Exportação de democracia como política externa dos Estados Unidos

Responsável: Maria Helena de Castro Santos

Apoio: CNPq

Linha de Pesquisa: Segurança Internacional e Democracia

Países emergentes e ordem internacional: Índia, Brasil e África do Sul

Responsável: Alcides Costa Vaz

Apoio: Fundação Ford

Cooperação em segurança regional na América Latina

Responsável: Alcides Costa Vaz

Apoio: Fundação Friedrich Ebert

A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a participação brasileira

Responsável: Antônio Jorge Ramalho da Rocha

Apoio: n/h

Estudo da integração paralela nos oito países amazônicos

Responsável: Argemiro Procópio Filho

Apoio: CNPq

Novos Parâmetros de Segurança, Democratização e os Militares: Brasil em Perspectiva Comparada.

Responsável: Maria Helena de Castro Santos

Apoio: CNPq

História das Relações Internacionais

Linha de Pesquisa: História da Política Exterior do Brasil

O Brasil e as Negociações Comerciais Internacionais em Perspectiva Histórica

Responsável: Norma Breda dos Santos

Apoio: CNPq

As ordens religiosas francesas em atuação no Brasil e o seu papel no desenvolvimento das relações culturais franco-brasileiras

Responsável: Antônio Carlos de Moraes Lessa

Apoio: CNPq

Linha de Pesquisa: História das Relações Internacionais Contemporâneas

Cultura, poder e ética nas relações intra- e internacionais

Responsável: Estevão Martins Chaves de Rezende

Apoio: n/h

As operações de paz da ONU na África depois da Guerra Fria - uma pesquisa comparativa

Responsável: Wolfgang Dopcke

Apoio: CNPq

Formação da Ordem Internacional Contemporânea

Responsável: José Flávio Sombra Saraiva

Apoio: n/h

Há, no presente, dezessete projetos de pesquisa em implementação sob responsabilidade de professores do quadro do Instituto de Relações Internacionais, assim distribuídos: treze na área de Política Internacional e Comparada e quatro na área de História das Relações Internacionais. Além disso, observa-se maior concentração de pesquisas na linha Segurança Internacional e Democracia, seguida da linha Economia Política Internacional, o que reflete um esforço de acompanhamento de temas que se apresentam como prioritários na agenda internacional contemporânea. Nesse caso, estão retratadas as preocupações com os temas atinentes à segurança internacional, que estiveram no centro das atenções em seguida aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, seguidos de questões de economia política que preponderaram nos anos noventa e passaram a reocupar, no presente, posição de destaque. Ainda assim, cumpre salientar que, no presente, a linha de pesquisa em Economia Política Internacional contempla apenas três projetos de pesquisa, precipuamente voltados para as relações econômicas internacionais.

Observa-se também que as pesquisas em curso refletem a absoluta prevalência de iniciativas e interesses individuais dos pesquisadores, não se vinculando a iniciativas ou projetos mais abrangentes. No tocante às fontes

de financiamento, apenas três estão financiadas por outras fontes que não aquelas oficiais, sendo que a maior parte das demais apoiadas pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) por meio da outorga de bolsas de produtividade. É também muito reduzido o número daquelas que envolvem parcerias interinstitucionais no país ou no exterior, o que revela baixa capacidade de articulação externa por parte do IREL na dimensão da pesquisa, apesar do fato de a maior parte de seus integrantes estarem bem relacionados internacionalmente.

Na área de História das Relações Internacionais, além do reduzido número de projetos, observa-se uma grande lacuna no que diz respeito a pesquisas voltadas para a política externa brasileira com respeito aos grandes temas econômicos e ao relacionamento econômico com outros países do mundo em desenvolvimento, cujo estudo contextualizado seja considerado importante para a compreensão dos respectivos casos ou de sua inserção econômica internacional. Esse déficit se torna mais pronunciado ao se considerar que nenhum deles contempla relacionamento econômico como foco central.

As pesquisas realizadas no marco do programa de pós-graduação representam uma dimensão particular no âmbito do IREL e revelam um quadro bastante diferenciado de interesses temáticos e de abordagens teóricas. Até o presente, foram concluídas 229 dissertações de mestrado e 20 teses de doutorado. Um exame geral da produção científica no âmbito do doutorado confirma a tendência à concentração das pesquisas nas linhas de Economia Política Internacional e de Cooperação, Integração e Instituições Internacionais, como delineado na agenda de pesquisa já em meados dos anos noventa, conforme anteriormente mencionado. Nesse caso, os focos principais recaem sobre os temas comerciais multilaterais (solução de controvérsias, lobbies setoriais e processo decisório em política comercial e negociações internacionais, acordos regionais e o sistema multilateral de comércio), o que é explicado pela grande visibilidade das negociações comerciais internacionais ao longo de toda a década de noventa e sua superposição até 2003.

Ao mesmo tempo, despontaram também pesquisas de tese enfocando questões de segurança internacional, também relativas basicamente aos temas globais nessa área, como o terrorismo e a estrutura de poder no contexto pós-Guerra Fria, o que terminou deslocando o interesse por temas econômicos a partir de então.

A produção no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais exibe o mesmo padrão, ou seja, uma forte concentração em temas globais, tratados desde a perspectiva de política internacional, particularmente até meados dos anos oitenta, e de economia política internacional, a partir de então. Isso denota igualmente um espaço reduzido para temas relacionados diretamente com a política externa brasileira, voltados tanto para aspectos gerais como para relações econômicas bilaterais. Esses temas conformam apenas um quinto das pesquisas concluídas no Mestrado até o presente, o que é surpreendente se considerado o fato de ser a Universidade de Brasília, por seu pioneirismo na área e por sua localização, um espaço privilegiado para o debate e a reflexão acadêmica sobre política exterior brasileira. Além disso, cumpre destacar que alguns dos mais importantes aportes ao estudo, em perspectiva histórica, da política externa brasileira tiveram origem nessa mesma Universidade.

4. Descrição das parcerias de pesquisa com outras instituições nacionais e estrangeiras

Conforme apontado na seção precedente, são escassas as iniciativas de pesquisa empreendidas com o apoio ou em associação com outras instituições nacionais ou estrangeiras. Dos projetos de pesquisa em curso sob responsabilidade direta dos docentes, apenas três contemplam alguma forma de envolvimento de instituições parceiras, centrado no patrocínio financeiro dos projetos. É o caso dos projetos sob responsabilidade do Prof. Alcides Costa Vaz na área de segurança internacional, que são patrocinados pela Fundação Ford e pela Fundação Friederich Ebert, bem como o conduzido pela Profa. Julie Schmied, apoiado pelo *Centro Iberoamericano de Cooperación*.

As parcerias com a Fundação Friedrich Ebert e a Fundação Ford remontam a 2004 e 2005 respectivamente. A primeira se consolidou a partir da regionalização de um projeto de pesquisa iniciado na Colômbia enfocando a formação de uma agenda de segurança andino-amazônica e que evoluiu para um projeto regional. Fazem parte deste grupos de trabalho em dez países sul-americanos, hoje também existentes em países centro-americanos e do Caribe e agora voltados para o monitoramento e avaliação dos mecanismos e modalidades da cooperação em segurança na América Latina. A parceira com a Fundação Ford teve por foco inicial a estruturação da agenda de

segurança do Fórum IBSA (Índia, Brasil, África do Sul) e estende-se, no presente, à operação de um programa de intercâmbio acadêmico entre os três países iniciado em maio de 2008 e ao desenvolvimento e à criação e manutenção de um *site* de referência sobre o Fórum (www.forumibsa.org). Esta é a única parceria institucional que potencialmente poderá abrigar iniciativas de pesquisas com foco, mesmo que secundário, em questões econômicas internacionais.

Além dessas iniciativas, o IREL mantém convênios de cooperação com a Universidade Católica Argentina (UCA), *Universidad Salvador*, *Universidad Tres de Febrero* e *Universidad de Buenos Aires*, todas na Argentina, com a *Science Pol*, Paris. Tem ainda acesso a oportunidades de intercâmbio associadas aos convênios internacionais firmados por intermédio da Assessoria Internacional da Universidade de Brasília. No entanto, a maior parte desses convênios, no que respeita à participação do IREL, contemplam o intercâmbio docente e discente, mas não o desenvolvimento de pesquisas conjuntas.

5. Possibilidades de desenvolvimento futuro de pesquisas em curso

As perspectivas quanto ao desenvolvimento futuro dos atuais projetos de pesquisa em implementação no IREL-UnB devem levar em conta, em primeiro lugar, o fato de esses projetos estarem relativamente bem sintonizados com as dinâmicas internacionais em seu sentido global, o que lhes garante sustentação no que diz respeito ao interesse que suscitam e à importância de que se revestem para a comunidade acadêmica e para as esferas de discussão da política externa e global. Contudo, essa mesma condição não se observa quanto aos temas econômicos internacionais dada a posição secundária que vêm ocupando na agenda de pesquisa do IREL, para o que concorre o reduzido número de pesquisadores com formação adequada para o tratamento das relações econômicas internacionais em seus distintos campos e expressões.

O fato de serem, em sua grande maioria, financiadas por órgãos de fomento federais assegura perspectiva de continuidade aos projetos já em curso; mas, ao mesmo tempo, restringe-os do ponto de vista dos recursos disponíveis para satisfazer qualquer eventual necessidade de expandir seu escopo ou as atividades previstas (ampliação da equipe ou do universo de pesquisa, acesso a fontes, intercâmbio a nível internacional etc.) para ajustá-las a novos contornos que sejam ditados empiricamente ou como

desdobramento da própria pesquisa. A escassez de fontes de financiamento adicionais para pesquisas na área torna mais aguda a dependência das agências oficiais de fomento, pois retira, em termos práticos, a possibilidade de obtenção de recursos complementares, quando necessários. Isso é reforçado, ademais, pela falta de tradição de apoio à pesquisa na área internacional por parte de agências não governamentais, à exceção de algumas fundações estrangeiras atuantes no Brasil, o que torna muito restrito o universo potencial de fontes de financiamento alternativas ou complementares às agências oficiais.

Afora isso, há que se considerar as condicionalidades e parâmetros estabelecidos nos editais dos órgãos de fomento como fatores que, muitas vezes, oferecem pouca flexibilidade para o remanejamento de recursos para atender a necessidades contingentes. Estes são fatores estruturais relativos ao funcionamento das estruturas e dos instrumentos de financiamento da pesquisa.

Em síntese, no que se refere à adequação e relevância dos temas objeto das pesquisas em curso no IREL e à existência de condições mínimas para seu desenvolvimento, o panorama geral é satisfatório, enfrentadas as limitações decorrentes de sua forte dependência para com as agências oficiais de fomento, notadamente o CNPq, e da existência de poucas fontes alternativas de apoio, as quais impedem, em termos práticos, o aprofundamento, a expansão de seu escopo e o atendimento de novas necessidades de conhecimento por meio de novas linhas de pesquisa. Contudo, a carência de recursos humanos especializados em temas econômicos segue representando o principal óbice ao desenvolvimento de pesquisas nessa área.

Conclusão: o IREL no contexto da pesquisa em Relações Econômicas Internacionais no Brasil

O IREL é reconhecido nacionalmente como o mais tradicional e importante centro de formação em relações internacionais no país, o que se deve não somente ao seu pioneirismo na dimensão do ensino, mas também à produção acadêmica acumulada ao longo de três décadas e meia de trajetória. Os últimos anos testemunharam um significativo incremento e a consolidação das linhas de pesquisa, sobretudo com a implantação dos Programas de Doutorado, que ensejaram melhor organização das linhas de pesquisa e a obtenção de condições mais favoráveis à sua consolidação. Isso se reflete

nos indicadores de produção individual dos docentes e, por conseguinte, do Instituto.

A essa dinâmica correspondeu também a expansão do ensino de graduação e o surgimento de novos programas de pós-graduação em Relações Internacionais em todo o país, processo no qual o IREL engajou-se positivamente, oferecendo critérios para a abertura e credenciamento de novos programas e apoiando sua implantação. Esse novo panorama, que tinha contrapartida na também crescente exposição e visibilidade dos temas internacionais no País, trouxe consigo demanda por conhecimentos e *expertise* em temas que, até então, não faziam parte da agenda de pesquisa em Relações Internacionais no âmbito da Universidade de Brasília, como a inserção econômica internacional do país, sua participação nas negociações comerciais internacionais, as questões de governança global em diversas áreas. No tocante à dimensão das relações econômicas internacionais, é forçoso reconhecer que, afora os aportes aos temas da integração econômica regional, às relações comerciais no âmbito do Mercosul, a dimensões políticas dos processos de negociação comercial e às reformas econômicas e políticas comerciais no contexto dos anos noventa, o aporte do IREL foi efetivo, mas limitado, quando contextualizado nacionalmente.

De forma geral, a agenda de pesquisa mantida no IREL/UnB não se caracteriza por um grau de concentração e especialização em áreas temáticas que a distinga das agendas de outras unidades e programas acadêmicos no contexto do estudo das Relações Internacionais no plano nacional. Ao contrário, compartilha interesses do ponto de vista epistemológico com outros centros de relevância na área. Exibe diferenciais em termos do avanço e do aporte de conhecimento logrado em relação a vários temas, como a dimensão dos ilícitos transnacionais na região amazônica, a evolução contemporânea da política externa brasileira e de sua dimensão regional, a proteção internacional dos direitos humanos, mudança climática, sustentabilidade e o papel dos países emergentes na segurança internacional. Nesses temas, a contribuição do IREL é distintiva, em alguns casos pelo pioneirismo e, em outros, pela densidade e oportunidade dos conhecimentos auferidos, o que não se reproduz, na mesma extensão, quando considerados os temas econômicos.

Por outro lado, existem importantes lacunas se considerada a diversidade, a importância e, particularmente, o ritmo intenso com que a agenda internacional se reconfigura com a expansão dos atores, das arenas e das áreas que se

somam à realidade internacional a partir dos planos domésticos e do sistema internacional. A identificação de lacunas deve tomar em conta aqueles temas que sejam passíveis de consideração como objeto de pesquisa com base na *expertise* existente e no conhecimento já auferido nas linhas ora existentes.

Nesse sentido, as principais lacunas são identificadas nas seguintes áreas: na área da economia política, é patente a inexistência de pesquisas voltadas para o sistema financeiro internacional e para as articulações entre as dimensões da produção, do comércio e das finanças internacionais e para as estruturas e funcionamento do mercado internacional de capitais; também há lacunas no que diz respeito a eixos bilaterais de relacionamento econômico-comercial relevantes para o país. Na área da política internacional, os estudos de área (particularmente sobre o próprio Hemisfério e suas sub-regiões e outras de especial interesse para o Brasil, como Oriente Médio e África Austral) e as grandes questões estratégicas contemporâneas globais e regionais; no plano da sociologia das relações internacionais, os temas relacionados com a interação entre atores transnacionais e subnacionais na configuração de interesses e iniciativas de política externa.

Finalmente, na área de História das Relações Internacionais, como anteriormente mencionado, há importante lacuna no estudo da política externa brasileira, bem como da política externa em sua vertente econômica. A quase totalidade da produção nessa área privilegia a dimensão política das relações externas do país.

Merecem reflexão o reduzido número de pesquisas voltadas para a política externa brasileira e a concentração de interesse por parte dos professores pesquisadores e dos estudantes de pós-graduação em temas globais, fenômeno apontado de modo recorrente ao longo da presente análise. As agendas de pesquisa em Relações Internacionais, sem que isso seja característica exclusiva, mostram-se sensíveis às tendências e às questões que se afiguram como prioritárias ou de maior centralidade e visibilidade nas agendas internacional e doméstica. Isto reflete preocupação com a contemporaneidade e com a oportunidade de seu aporte à compreensão de fenômenos contemporâneos e mesmo à possibilidade de incidência na agenda e no comportamento dos atores internacionais. Desse ponto de vista, é forçoso reconhecer que, nas duas últimas décadas (que correspondem ao período de maturação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais), as transformações do sistema internacional, acompanhadas da expansão do universo de atores e da agenda internacional, exerceram um forte poder de

indução na academia, uma vez que sua adequada compreensão e interpretação passaram a ser fortemente demandadas. A capacidade adaptativa da política externa ao novo ambiente e sua “responsividade” a novos desafios suscitam igualmente desafios intelectuais importantes, embora estes se mostrem menos atrativos para aqueles que optam por não lidar ou atuar diretamente na esfera da política exterior. Nesse contexto, observou-se um interesse igualmente limitado pelas relações econômicas internacionais, o que está expresso no reduzido número de projetos e na pequena produção.

Por fim, cumpre salientar, à guisa de conclusão, que as lacunas apontadas decorrem também de limitações da própria estrutura universitária brasileira e que são, por conseguinte, comuns a outras instituições e programas de Relações Internacionais. Diante disso, o direcionamento de recursos humanos, materiais e financeiros para as questões e desafios econômicos internacionais se torna necessário, particularmente quando essas questões parecem ter retornado ao topo da agenda internacional, no bojo da presente crise econômica. As condições desejáveis para seu estudo envolvem a conjugação de perfis, interesses pessoais e institucionais e do *expertise* passível de ser mobilizado. A síntese desse processo, no que respeita aos estudos e pesquisas em Relações Econômicas Internacionais no âmbito do IREL-UnB, pode ser positiva, mas carece ainda de maiores incentivos e melhores condições para sua concretização.



Atividade de Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais Desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPE (PIMES)

*Álvaro Barrantes Hidalgo**

Introdução

O objetivo do presente artigo consiste em descrever as principais linhas de pesquisa desenvolvidas nos últimos anos pelo Grupo de Pesquisa em Economia Internacional do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPE, e as que estão em andamento, na área de relações econômicas internacionais. São apresentadas também parcerias realizadas, lacunas existentes na área e desenvolvimentos futuros com potencial.

1. Histórico da Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais Desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Economia da UFPE

O Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), criado no ano de 1966, oferece cursos de Mestrado Acadêmico desde 1967 (data do credenciamento pela CAPES), de Doutorado desde 1982 e mais recentemente Curso de Mestrado Profissional. Em seus cursos de Pós-Graduação, o PIMES, objetiva proporcionar formação científica e técnica avançada no campo acadêmico, da pesquisa e de atividades técnicas tanto no setor público quanto no setor privado.

* Professor Associado do Departamento de Economia e do Curso de Pós Graduação em Economia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Com mais de 40 anos de existência, contando com o apoio fundamental de instituições como a CAPES e o CNPq, ele vem desenvolvendo intensa atividade de pesquisa, com ênfase no estudo dos aspectos regionais do desenvolvimento brasileiro. Merecem destaque especial os seus trabalhos de pesquisa nas áreas de desigualdades regionais, mercado de trabalho, desenvolvimento da agricultura e da indústria, tecnologia, economia da energia, avaliação de políticas públicas e Economia Internacional.

Como resultado da atividade de pesquisa desenvolvida ao longo dos anos, o PIMES conta atualmente com diversos grupos de pesquisa consolidados e cadastrados no CNPq. Entre eles, cabe destacar os seguintes Grupos de Pesquisa: Economia Internacional, Agrícola, Energia, Setor Público, Economia de Redes, Desenvolvimento Regional e Integração, Meio Ambiente e Grupo de Pesquisa em Métodos Quantitativos.

O Curso de Mestrado Profissional em Economia do PIMES é oferecido na área de Comércio Exterior e Relações Internacionais, e também na área de Investimentos e Empresas. O Mestrado Profissional na área de Comércio Exterior e Relações Internacionais começou a ser oferecido em 2002 e tem por objetivo desenvolver e aprofundar os conhecimentos adquiridos nos cursos de graduação, permitindo o aperfeiçoamento de profissionais que trabalham na área de economia internacional e em áreas afins. O curso fornece o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento de soluções para problemas enfrentados no dia-a-dia por profissionais que lidam com os diversos aspectos do comércio internacional, e na sua ligação com a economia nordestina e brasileira. Para a consecução de tal objetivo, o curso parte de uma sólida base de Teoria Econômica complementada por aspectos teóricos e práticos do Comércio Exterior e das Relações Internacionais, constituindo, dessa forma, uma oportunidade para atualização de conhecimentos e técnicas que deverão dotar o profissional do instrumental necessário à tomada de decisões.

Desde a sua criação, o Programa de Pós-Graduação em Economia formou mais de 200 mestres (Mestrado Acadêmico mais Mestrado Profissional) e 70 doutores em Economia. Em termos de conceito junto à CAPES, o Curso de Pós-Graduação em Economia da UFPE tem o conceito 5, o mais alto no Norte-Nordeste. O Curso de Mestrado Profissional em Economia na Área de Comércio Exterior e Relações Internacionais também recebeu, na mais recente avaliação da CAPES, o conceito 5.

A elaboração de dissertações de mestrado e teses de doutorado a partir da integração dos alunos do mestrado e de doutorado nas pesquisas desenvolvidas pelos professores tem conjugado as atividades de ensino e

pesquisa. Isto permite aos mestrandos e doutorandos uma melhor compreensão da realidade econômica regional e nacional, possibilitando o uso mais efetivo dos instrumentos de análise que o curso oferece.

Durante a sua existência, o PIMES tem testado a compreensão aprofundada dos problemas sócio-econômicos nacionais, especialmente da região Nordeste. Isto resultou em trabalhos de dissertação, teses e pesquisas sobre a realidade econômica brasileira.

O grupo de pesquisa em economia internacional é pequeno, atualmente conta com apenas dois professores doutores dedicados à área, mas tem uma forte participação de doutorandos e mestrandos que elaboram trabalhos de teses e dissertações na área.

Os resultados das pesquisas das Relações Econômicas Internacionais são apresentados e discutidos em seminários e congressos tanto nacionais quanto internacionais e publicados em livros e nas principais revistas nacionais de economia.

Ao longo dos anos, diversas linhas de pesquisas têm sido trabalhadas pelo grupo de pesquisadores da Economia Internacional. A seguir, serão relatadas as principais pesquisas desenvolvidas e em desenvolvimento nos últimos anos.

2. Linhas de Pesquisa e Trabalhos em Curso

Ao longo de mais de 25 anos de atividade de pesquisa da Economia Internacional, diversas linhas de pesquisa têm sido desenvolvidas no PIMES. Boa parte desses trabalhos foi realizada com o apoio do CNPq. A seguir, serão relatadas as principais linhas de pesquisa desenvolvidas nos últimos anos, ou que estão em andamento¹. Como ficará evidente, o grupo de pesquisa concentra suas pesquisas nos aspectos do comércio internacional. As pesquisas na área das finanças internacionais são relativamente poucas.

2.1 Efeitos da Abertura Comercial sobre a Economia Brasileira

O processo de abertura comercial brasileiro foi muito importante e tem trazido mudanças muito significativas para a estrutura da economia, sendo, portanto,

¹ As linhas de pesquisas desenvolvidas no passado, décadas dos 80 e dos 90, consistiam em estudos sobre vantagens comparativas do comércio exterior brasileiro - ver, por exemplo, HIDALGO (1985) e (1993) -, avaliação de políticas de comércio exterior no Brasil - SOUZA e HIDALGO (1988) - e mecanismos de transmissão de preços entre mercados internos e externos - ver, por exemplo, HIDALGO (1990), entre outros.

importante conhecer quais têm sido seus efeitos não apenas sobre a produtividade, mas também sobre o grau de concorrência das empresas, o emprego, salários, distribuição da renda, economias regionais, contas do setor externo e, em geral, sobre todo o processo de crescimento econômico. Os aspectos estudados e em andamento pelo grupo de pesquisa são enumerados a seguir:

2.1.1 Impactos da Abertura Comercial sobre a Distribuição de Renda

Investigam-se os efeitos do comércio exterior sobre a desigualdade de rendimentos entre trabalhadores qualificados e menos qualificados para 22 segmentos da indústria de transformação brasileira durante o período de 1997 a 2002. A principal inovação diz respeito à utilização de dados desagregados em nível de empresas e ao cruzamento de informações entre elas (exportação, importação, emprego, produtividade, marcas e patentes, investimento em tecnologia) com os dados dos trabalhadores vinculados. Observou-se que, independentemente do tamanho da organização e do nível de qualificação do trabalhador, empresas exportadoras remuneram melhor seus funcionários do que as que não exportam. Os resultados sinalizam uma redução do diferencial de salários entre trabalhadores qualificados e menos qualificados em nível de firmas no período sob análise e que há uma correlação positiva entre comércio intra-indústria e desigualdades salariais. A separação do comércio entre interindustrial e intra-industrial parece ajudar a compreender melhor os efeitos da abertura comercial sobre a distribuição da renda no Brasil. CAMPOS, HIDALGO e DA MATA (2007) mostram alguns desses resultados.

2.1.2 Impactos da Abertura Comercial sobre os Níveis de Produtividade²

O objetivo da presente linha de pesquisa é conhecer melhor a produtividade das firmas industriais brasileiras e mensurar as diferenças de produtividade total dos fatores entre empresas exportadoras e não

² O efeito da abertura sobre a produtividade agregada na economia foi muito estudado no Brasil. Hidalgo (2002), por exemplo, apresenta resultados que parecem indicar a existência de uma associação positiva entre abertura comercial e crescimento da produtividade na indústria de transformação brasileira. Também nesse trabalho, foi estimada a produtividade total dos fatores ajustada para a existência de economia de escala e as margens de “mark-up” na indústria de transformação.

exportadoras brasileiras. A pesquisa pretende mostrar as diferenças de produtividade para as organizações industriais, sob a forma de dados de painel e para o período após abertura comercial.

Uma das principais questões que a literatura tem focalizado sobre crescimento da produtividade refere-se à relação entre produtividade e exportações. Assim, o estudo dessa questão é relevante não apenas para o entendimento dos níveis de produtividade no que concerne às firmas, mas também para a formulação da política industrial e tecnológica de comércio exterior.

Esta linha de pesquisa pretende reunir informações a fim de verificar a existência ou não de diferenças de produtividade na indústria de transformação brasileira na esfera das firmas. Verificada a existência de diferenciais na produtividade, e com base nos princípios teóricos sobre o assunto, objetiva-se testar as seguintes hipóteses:

- Pretende-se, em primeiro lugar, verificar se essas diferenças, no caso das firmas brasileiras, refletem processos de seleção e/ou processos de aprendizado no comércio internacional. Processos de auto-seleção na entrada implicam diferenças de produtividade entre empresas exportadoras e não exportadoras, antes do ingresso daquelas no comércio internacional. Por outro lado, a seleção na saída do mercado implica que a produtividade das firmas que continuam no comércio é maior do que a das organizações que saem dos mercados de exportação.

- Pretende-se verificar se o processo de aprendizado no comércio internacional explica diferenças de produtividade. Caso essa hipótese seja válida, então esperar-se-ia que diferenças de níveis de produtividade entre firmas exportadoras e não exportadoras deveriam aumentar depois da entrada das firmas exportadoras no mercado internacional.

2.1.3 Exportações e Produtividade na Indústria Brasileira: A Importância do Aprendizado no Comércio Internacional

No trabalho que realizamos recentemente (Hidalgo e Da Mata, 2008), encontramos maiores níveis de produtividade para as firmas exportadoras do que para as não exportadoras brasileiras. Quanto à explicação dessas diferenças, os resultados encontrados parecem dar suporte à hipótese de seleção, ou seja, o maior nível de produtividade das organizações exportadoras aparenta ser fruto de processos de seleção das empresas não apenas na

entrada, mas também na saída do mercado de exportação. A questão do aprendizado, porém, não foi discutida em profundidade.

Dessa forma, o objetivo da presente pesquisa consiste em aprofundar a análise e discutir também o papel do aprendizado no comércio para explicar essas diferenças de produtividade. Estudar-se-á se há um maior crescimento da produtividade de firmas que exportam do que as que não exportam. Isto é, se, além da seleção, existem processos de aprendizado das empresas que vendem seus produtos no mercado internacional.

O estudo dessa questão é relevante não apenas para o entendimento dos níveis de produtividade no plano da firma, mas também para a formulação da política industrial e tecnológica do comércio exterior brasileiro.

A pesquisa pretende também contribuir para o debate sobre o assunto, examinando o impacto da presença no mercado internacional sobre a produtividade na esfera das firmas e sua relação com o desempenho recente das exportações brasileiras. A fim de desenvolver o trabalho, utilizar-se-á o método do *propensity score* proposto por Rosenbaum, P. e D. Rubin (1983).

2.1.4 Impacto da Abertura Comercial sobre as Regiões Brasileiras

O processo de abertura comercial teve impactos importantes sobre as economias das regiões brasileiras. Esta linha de pesquisa pretende conhecer, entre outros aspectos, os efeitos da abertura sobre os fluxos e a mudança na estrutura de comércio inter-regional brasileiro. Atualmente, há uma tese de doutorado, em elaboração, sobre o assunto.

2.2 Brasil e os Blocos Regionais de Comércio

O grupo tem estudado e estuda diversos aspectos dos processos de integração econômica.

2.2.1 Impactos da ALCA sobre o Agronegócio Brasileiro

O objetivo deste estudo, ver FONSECA e HIDALGO (2006), é conhecer melhor os prováveis efeitos da participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), no que diz respeito às exportações de café, cacau, soja, açúcar, suco de laranja e carnes no período 1999-2002. Essa análise é feita sob a ótica do equilíbrio parcial,

desenvolvido por Laird e Yeats (1986) para estimar os efeitos de primeira ordem, ou seja, as reduções das restrições comerciais através da abordagem das elasticidades. A conclusão a que se pode chegar com relação às simulações feitas para o período 1999-2002, com a liberalização total das restrições comerciais impostas pelos países membros da ALCA às exportações brasileiras, é que, para o grupo de produtos³ estudados, o efeito criação do comércio mostra-se superior ao efeito desvio de comércio, tornando evidente a competitividade do agronegócio brasileiro dentro da ALCA.

2.2.2 O Nordeste Brasileiro e os Blocos Regionais de Comércio

O objetivo desta pesquisa é conhecer melhor o desempenho das exportações do Nordeste brasileiro no âmbito dos principais blocos econômicos e, com isso, fornecer subsídios para a discussão da melhor estratégia de inserção da região na economia internacional. A análise está centrada nos blocos mais importantes para a Região em termos de exportações. A pesquisa analisa a evolução da mudança na estrutura do comércio.

2.2.3 O Comércio das Regiões Nordeste, Sudeste e Sul no Mercosul

O objetivo deste trabalho é analisar o fluxo de comércio das regiões Nordeste, Sudeste e Sul no Mercosul, em termos de intensidades fatoriais dentro dos princípios da teoria tradicional das vantagens comparativas no comércio. A análise é feita para o período 1990 a 2004, e é utilizada a técnica do insumo-produto. A classificação dos produtos segundo as intensidades de fatores é realizada com base no método dos Triângulos de Dotações, desenvolvido por Leamer (1987) e adaptado por Londero e Teitel (1992). Dadas as disparidades regionais no Brasil, é natural que se investigue o comportamento do comércio internacional das regiões, em particular do Nordeste, Sudeste e Sul, as quais são responsáveis por mais de 90% do comércio internacional brasileiro e 95% para o Mercosul. Quanto ao uso dos fatores para o Mercosul, os resultados mostram que, nas exportações

³ A respeito ver HIDALGO e VERGOLINO (1997).

da Região Nordeste, parece existir um comportamento paradoxal no aproveitamento das vantagens comparativas, pois há maior participação dos bens intensivos em capital e menor dos bens intensivos em recursos naturais e mão-de-obra. Para as regiões Sul e Sudeste, as exportações são mais intensivas em capital que as importações, portanto condizentes com os preceitos das vantagens comparativas, caso se admita que essas duas regiões sejam relativamente mais bens dotadas de capital do que os parceiros do Mercosul.

2.3 Inserção Internacional do Nordeste Brasileiro

A história econômica do Nordeste mostra que as exportações foram importantes para o crescimento econômico da região. Assim, para uma melhor inserção do Nordeste no comércio internacional, torna-se necessário identificar os produtos da região com vantagem comparativa. O presente trabalho tem como objetivo identificar esses produtos utilizando o conceito de vantagens comparativas reveladas. Diversos indicadores foram utilizados para a mensuração da especialização internacional da economia. O primeiro é o índice de vantagem comparativa revelada simétrica, o qual fornece a estrutura relativa das exportações de uma região ou país. O segundo engloba o indicador de contribuição ao saldo comercial, que focaliza o saldo comercial observado por produto *vis-à-vis* o saldo comercial teórico. Por último, é mensurado o grau de atividade comercial intra-indústrias. Os dados apresentados referem-se ao período de 1996 a 2006. O trabalho também procura mensurar o grau de concentração das exportações por produto e por destino. Com base nesses indicadores, são identificados os setores fortes da pauta de exportações do Nordeste. Para o alcance desses objetivos, são utilizados os índices de comércio intra-industrial de Grubel e Lloyd (1975), de vantagem comparativa revelada de BALASSA (1965) e LAURSEN (1998) e o índice de concentração de produtos e destino das exportações de Gini-Hirschman. Os dados utilizados são obtidos no sistema ALICEWEB do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC. O trabalho identifica os produtos do Nordeste brasileiro que detêm vantagem comparativa no mercado internacional. No presente trabalho, foram identificadas 15 classes de produtos no estado de Pernambuco e 23 classes de produtos

no Nordeste, que detêm vantagem comparativa revelada e mostram potencial no comércio internacional da região Nordeste⁴.

Os resultados mostram mudanças significativas no padrão de comércio regional. Existem ganhos de vantagens comparativas em alguns produtos manufaturados. É o caso dos petroquímicos, minerais não metálicos, metais comuns e celulose. Parece existir uma crescente importância do fator capital e uma pequena importância relativa do trabalho nas exportações da Região. O comportamento das exportações parece refletir não apenas as vantagens comparativas regionais; mas, principalmente, os subsídios e incentivos regionais, as barreiras comerciais, ou ainda os acordos preferenciais existentes no comércio internacional.

2.4 A Taxa de Câmbio Real de Equilíbrio no Brasil

O objetivo deste estudo é estimar a Taxa de Câmbio Real de Equilíbrio (TCRE) no Brasil e compará-la com a Taxa de Câmbio Real (TCR) observada para o período recente. A fim de estimar a TCRE, adotou-se a metodologia desenvolvida inicialmente por Sebastian Edwards. Os dados são mensais e abrangem o período entre julho de 1994 (momento da implementação do Plano Real) e dezembro de 2002. Os resultados, publicados em BADANI e HIDALGO (2005), mostram que, no momento da implementação do Plano Real, a Taxa de Câmbio Real se encontrava valorizada. De 1995 a 1998, os resultados mostram que a TCR se encontrava próxima do seu nível de equilíbrio. A partir de 1999 até o final do período de análise, os resultados apontam uma desvalorização do câmbio real. Esses resultados sugerem que a atual política cambial não está contribuindo para eliminar o desalinhamento da taxa de câmbio real no Brasil.

2.5 Crises Cambiais

No Curso de Doutorado em Economia, tem sido desenvolvidos projetos de tese de doutorado sobre os fatores condicionantes das crises cambiais na economia brasileira durante a década de 90.

⁴ HIDALGO e Da MATA (2005) apresenta a relação completa desses produtos.

3. Parcerias de Pesquisa com outras Instituições

O grupo de pesquisa em economia internacional tem desenvolvido parceria internacional com o *Programa Regional de Maestría en Desarrollo Rural de la Universidad Nacional (UNA)* da Costa Rica. Parcerias concretas já realizadas resultaram na publicação de uma coleção de ensaios que tem por objetivo contribuir no debate sobre o entendimento dos efeitos da abertura comercial e dos acordos de livre comércio sobre o setor agrícola das economias latino-americanas⁵. Através da publicação do livro, contribui-se para o debate e oferecem-se subsídios para a formulação de políticas e ações por parte do setor público. Conhecendo melhor os prováveis efeitos da ALCA sobre as economias, será possível adotar estratégias que maximizem os benefícios gerados pela integração econômica, bem como as medidas que diminuam os impactos negativos sobre aqueles setores mais sensíveis. A publicação da coleção de ensaios é o resultado dos esforços conjuntos entre o Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia (PIMES) da UFPE e o *Programa Regional de Maestría en Desarrollo Rural de la Universidad Nacional (UNA)* da Costa Rica. Os artigos reunidos na coleção apresentam informações sistematizadas, utilizando diversos enfoques metodológicos e métodos quantitativos. A coleção de ensaios contou com a colaboração de autores de diversos países e regiões do continente.

O Curso de Pós-graduação em Economia da UFPE tem mantido convênios acadêmicos e intercâmbios com universidades européias e americanas. Como resultado desses intercâmbios, estudantes brasileiros têm realizado cursos de pós-graduação nessas universidades e desenvolvido projetos de teses, inclusive na área de economia internacional.

O desenvolvimento dos projetos de pesquisa empíricos na área de microeconomia do comércio internacional brasileiro requer a realização de parcerias com as instituições que produzem informações na esfera das firmas. Assim, é preciso contar com a colaboração do IBGE a fim de se ter acesso aos microdados da Pesquisa Industrial Anual (PIA). Parcerias com o IBGE, SECEX e IPEA são muito importantes para viabilizar essas pesquisas sobre comércio no plano da organização.

⁵ Ver HIDALGO e ALVARADO (2005).

4. Desenvolvimento Futuro das Pesquisas ora Realizadas

As pesquisas em andamento ou recém-realizadas pelo grupo podem ser classificadas em três estágios. As pesquisas citadas anteriormente e enumeradas com os números 2.1.3 e 2.1.4 estão em processo de elaboração. As pesquisas enumeradas com os números 2.1.1, 2.1.2 e 2.2.3 encontram-se em processo de avaliação em revistas de economia para publicação, ao mesmo tempo em que estão sendo apresentadas em congressos de economia para discussão. Por outro lado, as pesquisas enumeradas com os números 2.2.1, 2.2.2, 2.3, 2.4 e 2.5 já foram concluídas e divulgadas em revistas e livros; entretanto, trata-se de temas de permanente interesse do grupo, como é o caso da inserção internacional do Nordeste, e que certamente continuarão a ser objeto de pesquisas no futuro por parte do grupo. Existem outros temas de pesquisa que enumeraremos a seguir, na seção 5, que o grupo está muito interessado em desenvolver, com parceria de instituições e com a participação de estudantes de pós-graduação.

5. Avaliação, Lacunas do Programa de Pesquisas em Economia Internacional no Brasil e Linhas de Pesquisa com Potencial

O desenvolvimento do programa de pesquisas em relações econômicas internacionais no Brasil é relativamente recente. Nos principais encontros de economia realizados no Brasil, ficava evidente, no passado, a escassez de trabalhos na área. Nos últimos anos, porém, esse panorama tem apresentado algumas mudanças e cada vez mais surgem trabalhos sobre aspectos da economia internacional brasileira. Entretanto, existem alguns temas que ainda não foram analisados em profundidade, ou são temas que vão surgindo como resultado da evolução natural da economia no plano internacional. A seguir, vamos dividir esses temas com potencial para pesquisa segundo as duas grandes subáreas nas quais é tradicionalmente dividida a economia internacional: comércio e finanças.

5.1 Pesquisas com Potencial na Área de Comércio

5.1.1 Efeitos da Ampliação do Mercosul sobre a Economia Brasileira

O processo de integração do MERCOSUL está em expansão, como evidencia o ingresso da Venezuela, entretanto existem poucos trabalhos que

avaliem os possíveis impactos do ingresso da Venezuela sobre a economia brasileira. Os trabalhos existentes ou apresentam alguma defasagem nas análises, dados desatualizados, ou tem limitações metodológicas. Nas condições atuais, pouco se conhece sobre a criação e o desvio de comércio, efeitos sobre investimentos etc.

5.1.2 Investimentos Estrangeiros Diretos entre Economias em Desenvolvimento

Existe muita literatura sobre investimento estrangeiro direto (IED) entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento, porém pouco se conhece sobre os determinantes do IED entre países em desenvolvimento. Sabemos que a participação desse IED é cada vez maior, porém pouco se conhece sobre os determinantes e aspectos teóricos. Existem alguns problemas nas informações disponíveis que precisam ser superados para uma análise mais correta. Existe também, na esfera internacional, uma expansão do IED no setor agrícola que é pouco estudada e que, certamente, ganhará cada vez mais espaço nos fluxos de investimentos estrangeiros diretos no futuro.

5.1.3 Impactos da Abertura sobre as Regiões Brasileiras

Este é um assunto da maior relevância para as economias regionais e sobre o qual pouco se conhece. A economia brasileira é marcada pelas disparidades regionais e, portanto, esperam-se efeitos diferenciados sobre as regiões como resultado do processo de abertura e da reestruturação produtiva dos anos 90. A dificuldade existente para conhecer esses efeitos está na falta de uma matriz de comércio interestadual completa para o Brasil, inclusive com a estrutura do comércio. As informações disponíveis são parciais, com lacunas, que impedem realizar uma análise mais aprofundada sobre como anda o comércio interestadual e sua relação com a reestruturação produtiva e o comércio internacional⁶. Certamente, a elaboração de uma matriz completa de comércio interestadual é complexa e envolve parcerias com outras

⁶ O grupo de pesquisas em economia internacional do PIMES já realizou pesquisas sobre a importância da fronteira, tanto nacional quanto internacional, no comércio, ver HIDALGO e VÉRGOLINO (1998), porém os dados estão defasados.

instituições, porém o ganho em termos de conhecimento, formulação de políticas de crescimento e de redução da disparidades regionais compensa.

5.1.4 Estratégias de Inserção Internacional das Regiões Brasileiras menos Desenvolvidas

Na economia brasileira, as regiões menos desenvolvidas são relativamente fechadas ao comércio internacional, são pouco aproveitadas as oportunidades que o comércio internacional oferece para o crescimento, a geração de emprego e a redução das disparidades. No caso da região Nordeste, em outro trabalho⁷, encontramos que as exportações são relativamente intensivas em capital, resultado paradoxal, pois o fator abundante nessa região é o trabalho. Isso parece ser explicado pelo sistema de incentivos fiscais criado para a região, que barateou o insumo capital, gerando distorção na alocação de recursos. A região Nordeste tem riquezas naturais e vantagens comparativas que precisam ser mais bem aproveitadas em um mundo globalizado. Pesquisas que identifiquem estratégias de inserção são relevantes.

5.1.5 Inserção Internacional das Pequenas e Médias Empresas Brasileiras

As pequenas e médias empresas são responsáveis por mais da metade da geração de empregos no Brasil, entretanto a sua participação no comércio internacional é muito pequena, 5% do comércio exterior. Em outros países o panorama é diferente. Em países como Itália, Alemanha, México e Austrália, mais de 50% das exportações são realizadas por pequenas e médias empresas. Sabemos que o Brasil ainda é uma economia relativamente fechada que não aproveita, na sua plenitude, as oportunidades de crescimento e emprego que o comércio internacional permite. E parece faltar muita vocação exportadora. As pequenas e médias empresas podem desempenhar um papel muito importante nesse processo de inserção internacional e crescimento. Pesquisas nessa área são relevantes a fim de subsidiar as políticas públicas de apoio ao setor.

⁷ Ver HIDALGO e FEISTEL (2007).

5.2 Pesquisas com Potencial na Área de Finanças Internacionais

5.2.1 Impacto das Crises Financeiras Internacionais sobre a Economia Brasileira

Ao longo dos últimos anos, a economia brasileira tem estado sujeita aos efeitos das crises financeiras internacionais e pouco se conhece sobre a dimensão dos impactos. Sabe-se, por exemplo, que o efeito contágio pode acontecer por alguns motivos: laços comerciais fortes entre países próximos, fenômeno da diversificação do portfólio a fim de diminuir riscos e procura de ativos expressos em moeda-veículo, exercendo assim pressão para a desvalorização. Existem vários trabalhos sobre determinantes das crises, porém poucas análises quantitativas têm sido feitas a fim de avaliar cada um desses efeitos. Esforços de pesquisa nessa área são relevantes dada a dimensão do problema, principalmente da crise financeira internacional que estamos vivendo no momento.

5.2.2 Regulamentação do Sistema Financeiro Internacional

As diversas crises por que tem passado o sistema financeiro internacional, a exemplo da crise asiática de 1998, da crise americana das Savings and Loans dos anos 80 e da crise atual das hipotecas nos Estados Unidos, têm alguns elementos em comum: o problema do *moral hazard* e a falta de regulamentação dos sistemas. A mobilidade de capital parece ter ido longe demais na crença de que o mercado é eficiente, entretanto sabemos que quando existem falhas de informação os equilíbrios podem não ser ótimos. Os governos dos países envolvidos na crise financeira atual estão empenhados e defendem amplas reformas e regulamentação no sistema financeiro internacional. Assim, pesquisas nessa área, a fim de conhecer melhor os condicionantes da crise, a transmissão do contágio e a regulamentação do sistema, são relevantes.

5.2.3 Volatilidade Cambial e Fluxos Comerciais

O Real é uma das moedas que tem mais volatilidade no mundo. Entretanto, pouco se conhece sobre os efeitos dessa volatilidade cambial, principalmente após 1999, sobre os fluxos comerciais brasileiros. Segundo alguns autores⁸,

⁸ Ver, por exemplo, Mackenzie (1998).

o estudo desagregado, por setores, permite conhecer melhor a direção e a magnitude do efeito da volatilidade, segundo a natureza do mercado onde o bem é comercializado. Caso o efeito seja diferente entre setores, então uma análise agregada pode encobrir a verdadeira natureza da relação sobre o comércio. Dessa forma, o estudo sugerido deve ter abordagem microeconômica.

6. Conclusões

O grupo de pesquisadores em economia internacional da UFPE desenvolve, desde muito tempo, atividade de pesquisa nessa área. É pequeno, porém conta com uma forte participação dos estudantes de Pós-graduação em Economia. As linhas de pesquisa mais importantes são realizadas na subárea do comércio internacional. As pesquisas na área de finanças internacionais são poucas, mas estão presentes. O grupo estuda, principalmente, os impactos da abertura comercial sobre a economia brasileira e as estratégias de inserção do Nordeste na economia internacional. O grupo pretende continuar analisando esses aspectos, porém, neste trabalho, foram indicados alguns temas e lacunas existentes com potencial que o grupo pretende trabalhar no futuro próximo.

7. Referências Bibliográficas

BADANI, Pablo Camacho e HIDALGO, Álvaro Barrantes, A Taxa de Câmbio Real de Equilíbrio no Brasil. **Revista de Economia Aplicada.** , vol.9, p. 543-555, 2005.

BALASSA, B. “Trade liberalization and revealed comparative advantage”. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1965.

CAMPOS, M. de F., HIDALGO, A. B. e DA MATA, D. Abertura, Comércio Intra-indústria e Desigualdade de Rendimentos: Uma Análise para a Indústria de Transformação Brasileira, **Revista Nova Economia**, vol. 17 (2) p. 275-306, 2007.

FONSECA, Márcia Batista da e HIDALGO, Álvaro Barrantes, A Formação da ALCA e os Prováveis Efeitos Sobre as Exportações Agrícolas Brasileiras. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** , vol.44, p.9 - 26, 2006.

GRUBEL, H.; LLOYD, P. “Intra-Industry Trade: the theory and the measurement of international trade in differentiated products”. London: Macmillan, 1975.

HIDALGO, A. B., “O Processo de Abertura Comercial Brasileira e o Crescimento da Produtividade”, **Revista Economia Aplicada**, Vol. 6, No. 1, pág. 79 a 95, 2002.

HIDALGO, A. “Intensidades Fatoriais na Economia Brasileira: novo teste empírico”. “Do Teorema de Heckscher-Ohlin”, **Revista Brasileira de Economia**, vol. 39, nº 1, p.27. a 55, 1985.

HIDALGO, Álvaro Barrantes, FEISTEL, Paulo Ricardo. O intercâmbio comercial Nordeste – Mercosul: A questão das Vantagens Comparativas, **Revista Econômica do Nordeste**, BNB, Vol.38, n. 1, pág.130-142, 2007.

HIDALGO, Álvaro Barrantes, VERGOLINO, José Raimundo. O Nordeste e o Comércio Inter-regional e Internacional: Um teste dos impactos por meio do modelo gravitacional. **Revista Economia Aplicada**, vol.2, n. 4, pág.707-725. 1998.

HIDALGO, Álvaro Barrantes O Intercâmbio Comercial Brasileiro Intra-indústria: uma análise entre indústrias e entre países. Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Economia**, vol. 47, n. 2, p. 243-264, abr./jun. 1993.

HIDALGO, Álvaro Barrantes, da MATA, Daniel Ferreira Pereira Gonçalves. Inserção das Regiões brasileiras no Comércio Internacional: os casos da Região Nordeste e do Estado de Pernambuco.. **Revista Ensaios (FEE)**. , vol.26, p.965 - 1018, 2005.

HIDALGO, Álvaro Barrantes e da MATA, Daniel Ferreira Pereira Gonçalves Produtividade e Desempenho Exportador das Firms na Indústria de Transformação Brasileira, Trabalho aceito para ser apresentado no **XXXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC** a ser realizado em Salvador, Bahia, dezembro de 2008.

HIDALGO, Álvaro Barrantes, Especialização e Competitividade do Nordeste no Mercado Internacional. **Revista Econômica do Nordeste**, vol.29, p.491 - 515 1998.

HIDALGO, Álvaro Barrantes e VERGOLINO, José Raimundo. EXPORTAÇÕES Do Nordeste Brasileiro Para Os Blocos Econômicos. **Revista Econômica Do Nordeste.** , V.28, P.143 - 161, 1997.

HIDALGO, Álvaro Barrantes, ALVARADO, Luis Fernando Fernandez **ALCA efectos sobre el sector agrícola en las economías latino-americanas.** Recife: Editora Universitária, UFPE, 2005, vol. 1. p.305.

HIDALGO, Álvaro Barrantes, Modelo De Transmissão De Preços Entre Mercados Interno e Externo. **Revista De Economia E Sociologia Rural.** vol.28, P.143 - 153, 1990.

LAIRD, S.; YEATS, A. **The UNCTAD trade policy simulation model: a note on the methodology, data and uses.** Geneva: UNCTAD, 1986. (Discussion Papers, 19).

LAURSEN K. “Revealed Comparative Advantage and the Alternatives as Measures of International Specialization”. **Working Paper**, n. 98-30, Copenhagen: Danish Research Unit for Dynamics, 1998.

LEAMER, E. “Paths of development in the three-factor, N-good General Equilibrium Model”, **Journal of Political Economy**, vol. 95, nº 5, p. 961 a 999, 1987.

LONDERO, E. e S. TEITEL “Industrialización, exportaciones de manufacturados y contenido de insumos primarios”. Trabalho apresentado no **XI Encontro Latino-Americano da Sociedade Econômetrica**, realizado na Cidade do México, set. 1992.

McKenzie M. D. The impact of exchange rate volatility on Australian trade flows, **Journal of International Financial Markets, Institutions and Money**, vol.8, pag.21-38, 1998.

ROSENBAUM, P. e D. RUBIN “The central role of the propensity score in observational studies for causal effects”, **Biometrica**, vol. 70, Nº 1, pág. 41-55, 1983.

ÁLVARO BARRANTES HIDALGO

SOUZA, Maria da Conceição Sampaio e HIDALGO, Álvaro Barrantes, Um Modelo de Equilíbrio Geral Computável para o Estudo de Políticas de Comércio Exterior no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.18, p.379 - 400, 1988.

O Estudo das Relações Econômicas Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*André Moreira Cunha*¹

*Marco Cepik*²

1 - Introdução

Este trabalho procura avaliar o estado da arte no estudo das relações econômicas internacionais (REI, de agora em diante) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Não se pretende dar um caráter exaustivo ao estudo, na medida em que o campo das relações internacionais e a subárea em destaque apresentam inúmeras interfaces em diversas áreas de conhecimento da nossa Universidade.

Portanto, optou-se aqui por enfatizar o trabalho realizado em três unidades de convergência destas múltiplas competências, quais sejam: a **Faculdade de Ciências Econômicas** (que abriga os cursos de graduação e pós-graduação em Economia e Contabilidade, além da pós-graduação em Desenvolvimento Rural e a graduação em Relações Internacionais), o **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas** (que abriga o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, o Programa de Mestrado em Relações Internacionais e o Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata) e o **Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados** (que

¹ André Moreira Cunha é Doutor em Economia pela UNICAMP, professor adjunto do PPG Economia da UFRGS e pesquisador do CNPq.

² Marco Cepik é Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, professor adjunto do PPG Ciência Política da UFRGS e pesquisador do CNPq.

abriga o Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais e o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo). Ademais, sempre que se mostrar necessário, serão destacados também núcleos de pesquisa específicos e outros órgãos da Universidade envolvidos diretamente com as REI.

O texto está estruturado da seguinte forma. Inicia-se com uma visão mais geral da UFRGS, que é o ambiente institucional que abriga o conjunto de áreas de conhecimento, organizadas em torno das unidades maiores, as Faculdades, Institutos e Escolas. Na sequência, avalia-se o histórico de atuação, em termos de docência, pesquisa e extensão, dos cursos de graduação e pós-graduação previamente destacados. Posteriormente, foi feito um balanço sobre os pontos fortes da área e as lacunas a serem desenvolvidas. O trabalho conclui com breves considerações finais sobre esta agenda de pesquisa e os desafios institucionais resultantes.

É importante destacar que a opinião aqui expressa sobre este tema reflete exclusivamente a visão dos autores, não representando, necessariamente, a perspectiva oficial da própria UFRGS. Embora fosse justo e necessário, não foi possível mencionar os indivíduos que foram e são ainda responsáveis por esta trajetória da área de Relações Econômicas Internacionais da UFRGS. A eles, coletivamente, nosso agradecimento e admiração.

2 - O Contexto Institucional: o estudo das relações econômicas internacionais e a UFRGS

O contexto institucional da pesquisa, ensino e extensão em Relações Internacionais na UFRGS apresenta algum grau de complexidade devido ao fato de que os estímulos externos ao crescimento da área (e.g. editais da CAPES e CNPq, acordos internacionais etc) e as próprias vicissitudes do amadurecimento interno deste campo na universidade acabaram localizando em diferentes unidades administrativas as atividades de ensino de graduação, de pós-graduação e de pesquisa e extensão. O próprio processo de consolidação deve concentrar algumas das iniciativas e produzir maior coerência e sinergia entre os processos. Por outro lado, em uma universidade dinâmica e em se tratando de uma área inter-disciplinar como a de Relações Internacionais, dificilmente uma verticalização completa do ensino, pesquisa e extensão em uma única unidade administrativa seria factível e desejável.

Cabe destacar, ademais, que todas as iniciativas em curso são, a um só tempo, beneficiadas pelo fato de pertencerem à UFRGS e contribuintes para

o desempenho da universidade como uma das melhores do Brasil. Começamos então esta seção destacando alguns dados sobre a UFRGS, para logo em seguida contextualizar a pesquisa em Relações Econômicas Internacionais nos três institutos mencionados acima, a saber, a FCE, o IFCH e o ILEA.

2.1 - A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A UFRGS é uma Instituição de Ensino Superior, constituída sob a forma de autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, com personalidade jurídica própria e autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, tendo como objetivos fundamentais o ensino, a pesquisa e a extensão.

A história da UFRGS teve início com a fundação da Escola de Farmácia e Química, em 1895, e da Escola de Engenharia, em 1896, em Porto Alegre. Ainda no final do século XIX, foram fundadas, também, a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e a Faculdade de Direito. Do agrupamento dessas unidades isoladas e autônomas, colocadas sob a tutela do Estado pelo Decreto nº 5.758, de 28 de novembro de 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre. A denominação Universidade do Rio Grande do Sul, URGS, passa a ser utilizada a partir de 1947. Em dezembro de 1950, a Universidade foi federalizada, passando à esfera administrativa da União, sendo denominada, então, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Conforme nos informa o “Relatório de Gestão 2007”, publicado em maio de 2008, a UFRGS, sediada em Porto Alegre, possui quatro *campi*: Centro, Saúde, do Vale e Olímpico, além de unidades dispersas. Por seus mais de 300 prédios circulam diariamente mais de 20 mil estudantes de graduação e cerca de 12 mil de pós-graduação (incluindo *stricto e lato sensu*), além de 1.700 de ensino fundamental, médio e técnico pós-médio. O corpo docente do ensino superior é composto por 2.503 professores, 76% possuem titulação de Doutorado e 79,9% estão em Regime de Dedicção Exclusiva. Há, ainda, 386 docentes substitutos. O quadro técnico-administrativo para o suporte a todas as atividades é de 2388 servidores.

A Universidade possui 27 unidades de ensino de graduação: 13 institutos centrais, 10 faculdades, 04 escolas, além de uma escola técnica e uma escola regular de ensino fundamental e médio (Colégio de Aplicação). Apóiam e complementam as atividades da Universidade, 20 órgãos auxiliares e 09 órgãos suplementares, onde se inclui o Sistema de Bibliotecas, formado por 01

biblioteca central, 29 bibliotecas setoriais, 02 bibliotecas da educação básica e profissional e 01 biblioteca depositária.

No ano de 2007, considerando-se o ensino de graduação, foram oferecidas 69 opções de ingresso, cujo prestígio pode ser atestado pelo fato de que as 4.212 vagas ofertadas no Concurso Vestibular de 2007 foram disputadas por 38 mil candidatos, sendo que o curso de graduação em Relações Internacionais segue entre os mais concorridos da universidade. A qualidade dos cursos se evidencia, entre outros fatores, pelos resultados do ENADE, segundo os quais mais de 90% dos cursos/estudantes avaliados atingem os melhores conceitos.

O sistema de pós-graduação da UFRGS compreende atividades de ensino e pesquisa visando à formação de recursos humanos, nas diversas áreas do conhecimento, para a docência, para a pesquisa ou para o exercício profissional. Caracteriza-se por sua liderança, não somente em número de cursos ofertados (40 % dos cursos do Estado e 25 % da Região Sul), mas também pela qualificação atestada na avaliação do Ministério da Educação, CAPES/MEC. Constituído por 70 Programas, o sistema de Pós-graduação da UFRGS oferece 134 cursos: 68 Mestrados Acadêmicos, 09 Mestrados Profissionais e 61 cursos em nível de Doutorado, distribuídos em todas as áreas do conhecimento.

Na última avaliação (triênio 2004-2006), a UFRGS ocupa posição de destaque, juntamente com a UFRJ e a UFMG: enquanto o Sistema Nacional de Pós-graduação é constituído por 31 % de Programas com alto desempenho (nota 5, 6 e 7), a Pós-graduação da UFRGS apresenta 65 % de seus Programas neste patamar. Participam do sistema 1020 Professores-orientadores, 3142 Estudantes de Doutorado e 4577 Estudantes de Mestrado, totalizando 7719 estudantes no *stricto sensu*, entre os quais mais de 150 originários de outros países da América Latina, África e Europa. A UFRGS recebeu, em 2007, 1049 bolsas de Doutorado e 1227 bolsas de Mestrado, concedidas pela CAPES ou pelo CNPq, e titulou, em 2006, 432 Doutores e 1179 Mestres. Muito do sucesso da pós-graduação depende da atividade dos grupos de pesquisa. Hoje, somam 558 grupos, dos quais 350 são considerados consolidados pelos critérios do Diretório do CNPq. A UFRGS possui um expressivo número de estudantes em Iniciação Científica (em diversos programas) e 30% da comunidade acadêmica participa ativamente das atividades de pesquisa.

Para a área de Relações Internacionais da universidade, tem sido muito importante a ampliação da própria internacionalização da UFRGS, por meio de convênios, intercâmbios estudantis e missões e projetos de cooperação. Estas atividades são coordenadas no Gabinete do Reitor pela Secretaria de Relações Internacionais, estabelecida como assessoria em 1993 e transformada em Secretaria (RELINTER) em 2000³. A Universidade participa de diversos Programas Especiais de apoio à nucleação ou consolidação de Programas de Pós-graduação de outras Instituições, bem como apóia o desenvolvimento no continente Africano.

2.2 - A Faculdade de Ciências Econômicas (FCE)

No ano de 2009, a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) completará 100 anos. Atualmente, essa unidade abriga cinco cursos de graduação (Economia, Contábeis, Atuariais, Desenvolvimento Rural e Relações Internacionais) e dois programas de pós-graduação (Programa de Pós-Graduação em Economia e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural).

O ensino da Economia na UFRGS tem experimentado um processo contínuo de aprimoramento e adequação às características de cada momento histórico. A graduação em Economia data de 1945. Atualmente, o Curso de Ciências Econômicas recebe o ingresso de 130 novos alunos a cada ano, a metade em cada semestre letivo, e conta com aproximadamente 800 estudantes. Em todas as avaliações instituições realizadas nos últimos anos, o curso obteve notas máximas.

O curso de **graduação em Relações Internacionais**, de caráter multidisciplinar, e abrigado no Departamento de Ciências Econômicas, foi criado por Decisão do Conselho Universitário, e sua primeira turma iniciou em 2004, tendo concluído o curso no ano de 2007. Entre os departamentos envolvidos na instituição do curso estão o próprio Departamento de Ciências Econômicas, além de outros departamentos localizados em diferentes Institutos e Faculdades da UFRGS, tais como os de Geografia, Ciência Política, Direito Público e Filosofia do Direito, História, Ciências Administrativas, Ciências Contábeis e Atuariais, e, por fim, o Departamento de Línguas Modernas. Desse modo, da convergência das atividades de ensino, pesquisa e extensão,

³ Cf. www.ufrgs.br/relinter.

das áreas de conhecimento da Economia, Ciência Política, História, Geografia, Direito, Letras, dentre outras, vem se estruturando, no período recente, o adensamento do estudo das REI. ⁴

Em nível de pós-graduação, a Economia foi um dos cursos pioneiros na UFRGS e no Rio Grande do Sul. Em 1963, foi criado o curso de Pós-Graduação em Economia Rural da UFRGS. Em 1971, iniciou-se a primeira turma de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da UFRGS. Sob o abrigo deste mesmo Programa, foi lançado, em 1992, o curso de Doutorado e, em 1999, o Mestrado Profissional em Economia Aplicada. Entre 1999 e 2003, foram lançadas as primeiras turmas de mestrado e doutorado do novo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, que tem, no curso precursor de 1963, uma de suas raízes. Em 2004, o PPG Economia foi reestruturado e ampliado, com seu desdobramento em duas áreas de concentração: Economia Aplicada e Economia do Desenvolvimento. Esta última, que será objeto de maior atenção, possui uma linha de pesquisa em REI, estruturada em torno de disciplinas e projetos de pesquisa.

É importante destacar a tradição de ensino e pesquisa da FCE, explicitada, por exemplo, na trajetória do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRGS (IEPE). Entre outras atividades, o IEPE abriga, atualmente, o **Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR)**, criado em 1999. Entretanto, o PGDR resulta de uma longa trajetória, pois o IEPE começou a nascer no ano de 1947, quando houve uma primeira tentativa de se criar um Instituto de Pesquisas Econômicas, idéia que só veio a materializar-se, em 5 de agosto de 1953, como Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas. Em 1959, o Centro foi transformado em Instituto e foram criadas duas divisões, a Divisão de Ensino, que posteriormente daria origem aos cursos de pós-graduação, e a Divisão de Pesquisas. Traduzindo a preocupação em integrar os aspectos sociológicos dos fenômenos econômicos, foi criada a Seção de Estudos Sociais. No ano de 1958, já se realizaram as primeiras pesquisas de campo. Desde cedo se estabeleceram laços de financiamento com a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford e foram feitos convênios

⁴ Desde agosto de 2008, a graduação em Relações Internacionais conta com uma publicação acadêmica semestral, a “Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional”, criada por estudantes do curso, com o intuito de fomentar a pesquisa e incentivar a iniciação científica na universidade. Atualmente em processo de inclusão no Qualis-CAPES, a revista é apoiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa.

com a Fundação Getúlio Vargas, com Conselho Nacional de Economia, com Instituto Roberto Simonsen e com o Departamento Estadual de Estatística.

Outro marco importante na história do IEPE foi a criação do Mestrado em Economia Rural, em 1963, e o de Sociologia Rural, em 1965. Em 1971, foi criado o Curso de Mestrado em Economia. Os dois primeiros cursos se extinguiram e o último se desvinculou do IEPE. Hoje, o IEPE abriga o novo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, com seus cursos de graduação, mestrado e doutorado. Conforme detalhado em Anexo I, os pesquisadores do PGDR mantêm intensa atividade de ensino e, principalmente, pesquisa em temas associados às REI, como em negociações comerciais agrícolas, desempenho setorial em âmbito comparativo e internacional do agronegócio, estudos demográficos e de impactos ambientais e sociais do desenvolvimento contemporâneo, entre outros. Há vários intercâmbios de alunos e professores com instituições internacionais, especialmente da América Latina, Europa e, recentemente, África.

Além do PGDR, a Faculdade de Ciências Econômicas abriga o **Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFRGS)**, no qual, como foi observado acima, foi criado o Mestrado Acadêmico em 1971, o Mestrado Profissionalizante em 1999 e o Doutorado em 1992. O PPGE-UFRGS tem uma organização fortemente apoiada na existência de Linhas de Pesquisa dentro das suas respectivas áreas (economia aplicada e economia do desenvolvimento), com uma dinâmica de gestão que confere grande autonomia às áreas de pesquisa na proposição de atividades de formação. O número atual de docentes é 34, sendo que, destes, 19 são orientadores credenciados para orientar Doutorado. Há inúmeros convênios e um forte fluxo cotidiano de intercâmbio internacional de alunos e professores, com apoio das agências nacionais de fomento (CAPES e CNPq), bem como de instituições estrangeiras. Na mais recente avaliação trienal, o Programa obteve nota 5.

O Programa tem pautado sua organização e sua existência institucional pela observância de compromissos fundamentais: a excelência e o rigor acadêmico e científico; o desenvolvimento de um pensamento crítico e questionador voltado para os desafios presentes na área da Economia. Observa-se uma tendência de crescimento ao longo da história do Programa, com o aumento do número de professores, de alunos e, conseqüentemente, de titulados. Durante o triênio 2004/2006, foram defendidas 13 teses, 36 dissertações de

mestrado acadêmico e 89 dissertações de mestrado profissionalizante. Nos anos de 2007-2008, o número de titulados foi de 13 doutores, 25 mestres e 15 mestres (modalidade profissionalizante). Estes números ainda são preliminares, na medida em que, até o final de 2008, a previsão de novas titulações.

Desde 2004, os cursos de Mestrado e Doutorado Acadêmico estão organizados em duas áreas de conhecimento: Economia Aplicada e Economia do Desenvolvimento. Ambas contemplam a realização de pesquisas com temas da área das REI. Conforme pode ser observado no Anexo II, a área de economia aplicada não apresenta nenhuma linha de pesquisa explicitamente vinculada às REI.

Por outro lado, a área de Economia do Desenvolvimento possui uma linha de pesquisa em “Economia Internacional e Integração”, com disciplinas que trabalham os aspectos comerciais, financeiros, geopolíticos e geoeconômicos dos processos de internacionalização. Em geral, são adotadas perspectivas teóricas convergentes com a tradição da economia política internacional. Ementas e referências bibliográficas (disponíveis no sítio <http://www.ufrgs.br/ppge/dout-econ-des.asp>) explicitam a preocupação permanente em se fazer a mediação entre a teoria econômica e os aspectos históricos e institucionais, bem como a realidade cambiante das estruturas de poder (política e econômica) nos âmbitos nacional e internacional.

No Anexo III, são listadas algumas dissertações e teses que, à guisa de exemplo, evidenciam os perfis de trabalho que vêm sendo realizados pelos professores e alunos do PPGE preocupados com as REI. A amostra não é exaustiva, na medida em que se toma a produção de 2007 e 2008. Em geral, as dissertações e teses, assim como as publicações dos professores (*papers* em periódicos nacionais e estrangeiros), livros e capítulos de livros, destacam a questão da inserção internacional da economia brasileira, os processos de integração regional na América Latina e outras regiões emergentes, como a Ásia, as características e efeitos da globalização, estudos de caso de países e estudos comparados, estudos setoriais preocupados com os efeitos da internacionalização de empresas e segmentos produtivos, entre outros. Ademais, para reforçar essa percepção, o Anexo IV traz algumas publicações de professores do PPGE (área economia do desenvolvimento).

2.3 - O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)

Embora o ensino e a pesquisa em Relações Econômicas Internacionais estejam fortemente vinculados ao desenvolvimento institucional da Faculdade de Ciências Econômicas, parece-nos importante lembrar que a área de Relações Internacionais como um todo na UFRGS, e também algo da própria área mais específica de Economia Política Internacional, teve, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), um lugar de reflexão e realizações importantes, sobretudo na área de Estudos sobre Integração e, mais recentemente, nas áreas de Segurança Internacional e de Estudos Ambientais Internacionais. No IFCH, existem dois Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* com inserção na área de Relações Internacionais, o PPG Ciência Política e o PPG Relações Internacionais, além de um Centro de Estudos sobre a Bacia do Prata e uma das principais bibliotecas de Relações Internacionais da universidade.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência Política compreende os cursos de Mestrado, criado em 1973, e Doutorado, criado em 1996, e está estruturado a partir de quatro linhas de pesquisa (Cultura Política e Opinião Pública; Partidos, Eleições e Instituições Políticas Comparadas; Política Internacional; Teoria Política e Pensamento Social) com base nas quais são desenvolvidas dissertações e teses. Segundo informações do Programa, a maioria dos membros do corpo permanente de professores é integrada por pesquisadores PQ do CNPq (66,6%).⁵

Ao longo dos anos de existência dos Cursos de Mestrado e Doutorado, o Programa tem formado alunos de todas as regiões do Brasil e de outros países, mantendo, através de intercâmbios, convênios e organizações de eventos conjuntos, estreita articulação com universidades e instituições do exterior. Atualmente, existem 18 projetos em curso desenvolvidos por docentes associados ao Programa, com o apoio de agências de fomento à pesquisa.⁶

O Programa de Pós-Graduação em Ciência Política está estruturado em quatro linhas de pesquisa, quais sejam: 1) cultura política e opinião pública:

⁵ Cf. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/cienciapolitica/sobre.php>. Último acesso: 12 Novembro 2008.

⁶ Capes, CNPq, Fapergs, Ford Foundation, Fondation Maison des Sciences de l'Homme, CAPES/COFECUB, Friedrich Ebert-Stiftung, Center for Civil-Military Relations. Informações disponíveis em: <http://www6.ufrgs.br/cienciapolitica/sobre.php>. Último acesso: 12 Novembro 2008.

ênfata a tensão entre fatores institucionais e histórico-estruturais na configuração de culturas políticas, relacionando cultura política e capital social como bases da legitimidade dos sistemas políticos; 2) partidos, eleições e instituições políticas comparadas: investigação sobre representação eleitoral em poliarquias; 3) teoria política e pensamento social: reflexões contemporâneas sobre as relações entre sociedade e política; 4) política internacional: análise política e teoria das relações internacionais, com ênfase em temas abrangendo desde a política externa brasileira em perspectiva comparada, até os problemas de segurança internacional, passando pelos desafios da integração regional e do desenvolvimento. Desde a criação respectiva dos cursos de mestrado e doutorado, foram defendidas no PPG Ciência Política cem (100) dissertações de mestrado e vinte e três (23) teses de doutorado. Atualmente, o Programa conta com avaliação 5 na CAPES.

A linha de pesquisa em Política Internacional do PPG Ciência Política compreende tanto as pesquisas desenvolvidas pelos docentes quanto os trabalhos de pesquisa dos mestrandos e doutorandos. Há uma grande ênfase no funcionamento coletivo da Linha de Pesquisa e na cooperação com as demais linhas de pesquisa do PPG, inclusive por meio de realização conjunta de seminários nacionais e internacionais, como ocorreu no ano de 2008 com a realização do Seminário Nacional de Ciência Política e o Seminário Internacional sobre Capacidade Estatal e Qualidade da Democracia na África.

Há também forte integração entre a Linha de Pesquisa e a graduação em Relações Internacionais localizada na Faculdade de Ciências Econômicas, sendo que os três professores desta linha de pesquisa atuam naquele curso. Como os três professores desta Linha de Pesquisa em Política Internacional no PPG de Ciência Política são pesquisadores do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), que funciona no instituto de estudos avançados da UFRGS, chamado Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA), optamos por apresentar a produção científica relevante dos pesquisadores na seção 2.4, logo abaixo. Em termos de ensino, no entanto, vale destacar que a linha de pesquisa em Política Internacional concentra o maior número de mestrandos e um número crescente de doutorandos do PPG Ciência Política, muitos dos quais trabalhando em áreas de fronteira com a Economia Política Internacional.

O Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFRGS foi criado em 2003 com um curso de mestrado, com o apoio do edital Santiago Dantas da CAPES e a participação de professores de outros

programas de pós-graduação da UFRGS, incluindo Sociologia, Ciência Política, Direito, Geografia, História e Economia. Inicialmente, os três professores da linha de pesquisa de Política Internacional do PPG Ciência Política faziam parte do PPG Relações Internacionais. Atualmente, com a saída de dois dos três professores, não existe mais uma correspondência exata entre a Linha de Pesquisa em Política Internacional do PPG CP e a componente de Ciência Política do PPG Relações Internacionais. Atualmente, o PPG Relações Internacionais tem duas linhas de pesquisa, a saber: a linha de Diplomacia e Relações Internacionais e a linha de Integração Regional e Formação de Blocos. Alguns dos títulos de projetos de pesquisa em execução atualmente indicam claramente as interfaces entre Direito e Economia.⁷ Entre 2004 e 2008, foram defendidas quarenta e três (43) dissertações no PPG Relações Internacionais, que conta atualmente com avaliação 4 na CAPES.

Ainda no âmbito do IFCH existe o **Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (CEDEP)**, criado em 1983. Além de ter oferecido por vários anos um curso de Especialização em Integração Regional, o CEDEP apoiou o desenvolvimento de pesquisas sobre temas relacionados ao Mercosul, além de reunir informações sobre outros processos de integração regional (Nafta, UE, Alca etc.) e diversas questões relevantes da realidade latino-americana, tendo sido um dos pilares sobre os quais se assentou a construção do PPG Relações Internacionais quando da sua constituição.

2.4 - Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA)

O Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA) é um órgão complementar da administração central da UFRGS, criado para abrigar núcleos, centros e projetos avançados e de caráter interinstitucional e multidisciplinar em áreas científicas e tecnológicas prioritárias e dar-lhes condições de trabalho. Como instituto de estudos avançados da universidade, o ILEA conta hoje com infra-estrutura de videoconferência, publicações digitais e acesso a bases de dados e redes de informação de alto potencial e

⁷ O PPG Relações Internacionais conta atualmente com os seguintes projetos de pesquisa: “O Mercosul e o Direito do Consumidor”, “Os países em vias de desenvolvimento e o sistema multilateral mundial”, “As indústrias culturais no Mercosul”, “Contestação internacional e controles democráticos” e “Repercussões territoriais das transformações políticas e econômicas”.

impacto. Atualmente, o Instituto abriga onze (11) programas, entre os quais o Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT).

O **Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT)** foi criado em 1999 e desde então vem ampliando sua participação na construção da área de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos no Brasil, tanto por meio de projetos de pesquisa quanto por um número altamente expressivo de publicações, orientações e participações em congressos e seminários. A equipe que constitui o NERINT é formada por sete professores do quadro efetivo da UFRGS, entre os quais se incluem os autores deste texto, além de onze pesquisadores associados de instituições brasileiras e estrangeiras, dezenove mestrandos e doutorandos e mais de quinze bolsistas de iniciação científica, apoio técnico, educação à distância e extensão.

Embora a agenda de pesquisa do NERINT seja abrangente e faça referência a múltiplos contextos empíricos, os trabalhos realizados pelos pesquisadores do NERINT tendem a priorizar os principais pólos de poder do sistema internacional (Estados Unidos, União Européia, China e Rússia) e regiões caracterizadas pela presença de importantes potências regionais, notadamente a América do Sul, África Austral e Sul da Ásia. Nestes contextos, são enfatizados temas que abrangem desde a política externa brasileira em perspectiva comparada até os problemas de segurança internacional (tais como guerras, processos de securitização, resolução de conflitos, diplomacia), passando pelos desafios da integração regional e do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o NERINT caracteriza-se pela pesquisa das relações diplomáticas, econômicas e de segurança entre os países do eixo Sul-Sul das relações internacionais contemporâneas, através da produção de relatórios, dossiês, artigos científicos, arquivamento de notícias, palestras, seminários, cursos de extensão e uma revista digital.

Desde 2005, o NERINT passou a sediar o CESUL (Centro de Estudos Brasil-África do Sul), Programa conjunto FUNAG-MRE-UFRGS de fomento aos estudos sobre a África do Sul, contando com um Centro de Documentação, Biblioteca especializada (doada pela Funag), traduções, edições e intercâmbio de pesquisadores. Por fim, o NERINT ainda desenvolve atividades aplicadas ao IBAS (Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul), promovendo seminários de discussão.

Entre os indicadores de produção mais importantes dos professores da UFRGS que são pesquisadores do NERINT no período 1999-2008, encontra-se o expressivo número de publicações (27 livros, 93 artigos

científicos, 74 capítulos de livros), teses, dissertações e monografias orientadas (112), bem como de participações em congressos e seminários (170). O NERINT possui ainda, em convênio com a editora da UFRGS e a FUNAG, quatro séries editoriais na área de Relações Internacionais, as quais já somam 28 (vinte e oito) títulos. Muitos destes títulos, pesquisas e participações do NERINT são na área de Relações Econômicas Internacionais.⁸

Ainda no contexto do ILEA e do NERINT, gostaríamos de mencionar um projeto de extensão desenvolvido pelos alunos do curso de graduação em Relações Internacionais e outras graduações da UFRGS, o qual favorece enormemente o treinamento de estudantes para a área de Relações Internacionais em geral e de Relações Econômicas Internacionais em particular. Trata-se do projeto **UFRGS Model United Nations (UFRGSMUN)**, atualmente em sua sexta edição.⁹ Esta atividade de extensão permite integralizar créditos obrigatórios através de atividades complementares. O UFRGSMUN é uma simulação acadêmica onde os participantes agem como representantes dos Estados membros das Nações Unidas em algum dos órgãos a serem simulados.

Finalmente, deve-se mencionar a criação do **Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)**, o qual será sediado também no ILEA e terá interfaces importantes com as demais atividades da área de Relações Internacionais desenvolvidas no IFCH e FCE. Criado em 2008, o CEGOV deverá impactar as pesquisas em Relações Econômicas Internacionais pela sua dupla ênfase no problema da construção de capacidade estatal e do estudo comparado da qualidade democrática.

3 – Conclusão: avaliação preliminar das Relações Econômicas Internacionais na UFRGS

O desenvolvimento institucional na área de Relações Internacionais da UFRGS, sob a forma de grupos de pesquisa (vinculados ou não entre si) e de associações, reunindo os pesquisadores e profissionais desse campo, tem como desdobramento o estímulo de um fluxo contínuo de publicações científicas, atividades de ensino na graduação e na pós-graduação, atividades de extensão e projetos especiais. Em nossa avaliação, a área passa agora

⁸ Cf. <http://www.ufrgs.br/nerint>. Último acesso: 12 Novembro 2008. Uma lista dos títulos já publicados encontra-se no Anexo V.

⁹ <http://www6.ufrgs.br/ufrgsmun/2008/>. Último acesso: 12 Novembro 2008.

por um processo de consolidação institucional importante, que poderá levar nos próximos anos a alguma reorganização, mas que dificilmente tende a uma verticalização organizacional estrita de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de RI da UFRGS.

Neste texto, procurou-se enfatizar que a área de Relações Internacionais, multidisciplinar por natureza, e a subárea de relações econômicas internacionais, vêm sendo objeto de ensino e pesquisa em várias unidades da UFRGS, há muitos anos. Neste sentido, cabe destacar quatro fatos recentes, que, na nossa perspectiva, sinalizam um futuro mais fértil para o desenvolvimento do campo de estudo em RI e REI, quais sejam: 1) a criação do curso de graduação em Relações Internacionais; 2) o fortalecimento do ensino em pós-graduação em Relações Internacionais, com linhas de pesquisa relevantes em quatro programas distintos e complementares; 3) a reestruturação do PPGE, com a criação da área de Economia do Desenvolvimento; e 4) a ampliação dos esforços de pesquisa em núcleos especializados, como o NERINT. Em comum, tais atividades congregam professores e estudantes que vêm se especializando no estudo das relações internacionais em geral, e em seus aspectos econômicos, cujas interfaces extrapolam a área de conhecimento da Economia.

Ao se discutir negociações internacionais na área de comércio, por exemplo, a soma de esforços de especialistas em Direito, Economia, Política, Geografia, Relações Internacionais, História etc. garante a construção de um universo mais amplo e potente de conhecimento das realidades e desafios do mundo contemporâneo. Tal possibilidade, existente no passado, potencializada no presente, e que tem nos quatro fatos supracitados a revelação de uma nova realidade, vem criando um novo ambiente de discussões e de produção científica. Aprofundar esta condição é o desafio colocado para o futuro imediato, o que nos leva a refletir sobre algumas lacunas em nossa própria capacidade de trabalho.

Uma observação mais cuidadosa da longa tradição de pesquisa em RIs e REIs, o que não foi feito no presente texto, que enfatizou uma pequena amostra deste universo, revelaria um caráter por vezes espasmódico de certas linhas de pesquisa. Assim, por exemplo, houve nos anos 1990 uma produção muito mais intensa de estudos sobre o Mercosul, ou de integração nas Américas, em um sentido mais amplo. Da mesma forma, estudos asiáticos e africanos vêm e vão, ao sabor das possibilidades de pesquisadores individuais ou, eventualmente, de algum apoio institucional externo.

É amplamente conhecida a realidade das instituições públicas de ensino superior que, por mais de uma década, desde meados dos anos 1990, tiveram sensível redução no seu corpo permanente de professores-pesquisadores. Em período recente, no âmbito do REUNI, sinaliza-se para uma recuperação parcial deste quadro de perda de densidade no potencial de investigação e formação de novos recursos humanos. A despeito deste ambiente, a UFRGS não parou de expandir sua fronteira de possibilidades. A área de Relações Internacionais foi particularmente beneficiada por este esforço. A própria reestruturação do PPGE, em 2004, implicou dobrar-se a entrada anual de estudantes.

Todavia, a existência futura de espaços de excelência em ensino, pesquisa e extensão, dependerá, crucialmente, de um fluxo contínuo de entrada de novos professores e de estudantes, especialmente em nível de pós-graduação. Ademais, a existência de linhas oficiais de fomento que direcionem as pesquisas e garantam continuidade e maior adensamento dos esforços individuais e dos grupos de pesquisadores poderá reforçar nossa base de produção. É bem verdade que os recursos do CNPq e CAPES, entre outros, têm sido de inestimável valia para garantir os resultados já alcançados. O que estamos sugerindo é que a especialização demandará recursos adicionais. Precisamos de novas fontes de fomento para viabilizar a continuidade e o aprofundamento dos estudos realizados no passado, tendo sempre em mente a possibilidade de convergência de interesses com as instâncias oficiais e não-oficiais.

Assim, entendemos que a UFRGS tem um forte potencial em estudos sobre: (i) processos de integração regional, tanto no plano comercial e financeiro quanto em questões da produção agrícola e seus impactos sócio-ambientais; (ii) a dinâmica de inserção internacional de países periféricos e a análise de modelos de desenvolvimento, tanto da América Latina quanto da África e Ásia; (iii) a interface política e de segurança das dinâmicas de transformação da ordem econômica e política internacional. O histórico de produção do PPGE, PGDR, PPGPOL e NERINT sinaliza neste sentido, bem como a criação dos espaços de interação multidisciplinar tais como o CEGOV.

Do ponto de vista da produção científica, a UFRGS parte de uma forte tradição em pesquisas sobre desenvolvimento nacional e integração regional, inicialmente mais centrada no caso do MERCOSUL, mas que se ampliou recentemente para outras regiões do eixo Sul-Sul das relações internacionais. Considerando o reconhecimento de que as crises econômicas internacionais

são inseparáveis da política, a dupla ênfase nas instituições e nas capacidades dos atores durante as fases de conflito e mudanças tem permitido que a UFRGS consiga contribuir para o progresso do campo científico e também seja uma voz relevante no debate público brasileiro sobre as soluções para os desafios contemporâneos na área internacional. Para avançar ainda mais, precisamos produzir melhor sinergia entre as varias iniciativas, definir três grandes programas de pesquisa em Economia Política Internacional, Segurança Internacional e Instituições e Integração, bem como definir metas e indicadores que nos permitam avaliar periodicamente a fecundidade destes programas de pesquisa na universidade como um todo. Apenas a título de contribuição para iniciarmos este debate, as duas tabelas abaixo dão conta do levantamento contido neste trabalho, ilustrando também a agenda de avaliação proposta.

Tabela 1 – A Organização Institucional da Área de Relações Internacionais da UFRGS

Unidade Administrativa Maior	Gabinete do Reitor	Faculdade de Ciências Econômicas	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados
		FCE	IFCH	ILEA
Organizações Relevantes	Secretaria de Relações Internacionais	PPG Economia (ECO)	PPG Ciência Política (CP)	NERINT
	RELINTER	PPG Desenvolvimento Rural (DR)	PPG Relações Internacionais (RI)	CEGOV
		Curso de Graduação em Relações Internacionais	CEDEP	UFRGSMUN

Tabela 2 – Para Avaliar Resultados da Área de Relações Internacionais da UFRGS

Nome	RELINTER	PPG ECO	PPG DR	Graduação RI	UFRGS	PPG CP	PPG RI	CEDEP	NERINT	CEGOV
Órgão	Gabinete Reitor				MUN					
Ano da Criação	2000	1971	1999	2004	2003	1973	2003	1983	1999	2008
Função	Desenv. Institucional	Pesq./Ens.	Pesq./Ens.	Ens.	Ext.	Pesq./Ens.	Pesq./Ens.	Pesq./Ens./Ext.	Pesq. / Ext.	Pesq./Ens./Ext.
Indicadores de Produção Relevantes	No. Convênios/ No. Intercâmbios Estudantis / No. Missões/ Volume \$	T/D Prod. Científica	T/D Prod. Científica	No. Alunos Tot/ Taxa Retenção/ Taxa evasão/ ENADE	No. Edições/ No. Participantes/ Proj. Complement.	T/D Prod. Científica	T/D Prod. Científica	Prod. Científica / No. Bolsistas / No. Projetos / Volume \$	Prod. Científica / No. Bolsistas / No. Projetos / Volume \$	Prod. Científica / No. Bolsistas / No. Projetos / Volume \$

Concluindo, o estudo de REI tem sido favorecido pela crescente institucionalização da área de relações internacionais na UFRGS, bem como pela diversidade dos temas que são objeto de pesquisa. Por outro lado, há ainda uma importante lacuna a ser preenchida entre a consolidação de áreas específicas de investigação e a existência de recursos humanos e fontes de financiamento mais robustas e contínuas.

ANEXO I – O Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR)

O PGDR é um programa de pós-graduação multidisciplinar, com cursos de Mestrado e Doutorado, já tendo formado, desde 1999, mais de cem mestres e doutores. O estudo do desenvolvimento rural se dá pela interação de várias áreas do conhecimento, havendo professores da Geografia, Agronomia, Economia, Sociologia, Pedagogia, Biologia, dentre outras. Alunos e professores vêm mantendo relações estreitas com instituições de ensino, pesquisa e governo do exterior. Desde sua criação, o Programa tem recebido alunos oriundos de instituições dos países do Mercosul, de outros países da América Latina (Colômbia, México, Guatemala, Paraguai, Uruguai etc.) e, mais recentemente, da África (Moçambique) e da Europa (Espanha, Holanda, Inglaterra, Alemanha etc.), culminando muitas vezes com a assinatura de convênios de cooperação. Um exemplo atual destes intercâmbios é a aceitação de mais três alunos da Universidade Eduardo Mondlane, de Moçambique, que ingressaram em 2008 e a assinatura de um acordo de cooperação com aquela instituição.

No plano das REI, professores do PGDR têm acompanhado a formatação e implementação de políticas públicas no Brasil e no exterior, bem como estudado os impactos dos acordos internacionais de comércio sobre o mundo rural. Em outubro de 2004 o PGDR passou a integrar o Programa de Cooperação Acadêmica entre a União Européia e a América Latina (ALFA), a partir da assinatura, em conjunto com a UnB (Instituição Coordenadora), como Instituição membro da Rede SMART – *Strategic Monitoring of South-American Regional Transformations*. Em 2005 foi dado início a algumas tratativas para o desenvolvimento de pesquisas, coordenadas pelos professores Paulo Dabdab Waquil e Jalcione Almeida no âmbito deste programa de pesquisa. Em 2006, o colega Paulo Waquil participou do *workshop* da Rede, em Quito, Equador. Através da participação do PGDR nesta rede, recebemos, em 2007, um mestrando uruguaio para ser orientado pelo professor Paulo e trabalhar no tema da pecuária familiar.

Em 2007 o PGDR participou ativamente no Projeto ALFA II-0075-FA *Território, Desarrollo y Gobernanza: una perspectiva comparada y de cooperación en los procesos de integración del Mercosur y la Unión Europea*, que forma a Rede de Desenvolvimento Territorial e Integração Regional (ReDeTiR). Este projeto visa contribuir para a formação e

qualificação de pós-graduandos (de todas as universidades envolvidas) e para o intercâmbio de professores. O coordenador brasileiro da Rede (e do projeto) é o colega professor Ivaldo Gehlen. Participam do projeto a UFRGS (através do PPG Sociologia e PGDR), universidades da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, da Espanha, de Portugal e da França. Em 2007, o PGDR esteve representado em dois seminários promovidos pela Rede, um no Paraguai e outro na Argentina. A UFRGS, através dos dois PPG, acolheu um doutorando europeu e seis mestrandos da *Universidad de la Republica*, do Uruguai. Há previsão, em 2008, de acolhimento de mais uma doutoranda francesa.

Em 2005, o PGDR assinou contrato com a Embaixada da França com vistas à publicação traduzida de MAZOYER, M. & ROUDART, L. *Histoire des Agricultures du Monde*, Paris, *Éditions du Seuil*, 1997. 534p. O processo de revisão técnica da obra foi concluído em 2007, e o livro deve ser publicado no primeiro semestre de 2008.

Está sendo analisada pelo Conselho do PGDR a possibilidade de oferecimento de um curso semi-presencial em Cabo Verde e Angola, a partir da experiência em educação a distância que o Programa está desenvolvendo com o Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, na modalidade a distância. A Coordenação do PGDR entende que esta seria uma possibilidade especial de estreitar os laços com os países africanos, dando continuidade às atividades de cooperação já iniciadas.

Por fim, queremos destacar que a íntima relação que mantemos com o IEPE tem-nos possibilitado promover pesquisas em algumas áreas cuja disponibilidade de dados e informações é mais difícil. Essa interação institucional tem facilitado as pesquisas, ampliado o leque temático das mesmas e as qualificado. Além disso, como já informado, esta parceria tem possibilitado ao PGDR o uso de instalações renovadas e bem equipadas para o exercício da docência e pesquisa acadêmicas.

Anexo II – O Programa de Pós-Graduação em Economia

Estrutura (linhas de pesquisa e disciplinas) da Área de Economia Aplicada

Além das disciplinas obrigatórias de Matemática, Econometria e Microeconomia, os estudantes desta área podem optar por fazer créditos complementares nas seguintes subáreas.

Linha de Pesquisa	Disciplinas	Pesquisadores
Econometria Aplicada	Econometria II Econometria III Microeconometria Processos Estocásticos	Eduardo Pontual Ribeiro, Flávio Ziegelmann e Marcelo Savino Portugal
Economia Matemática e Econofísica	Tópicos Especiais em Matemática Econofísica Organização Industrial	Fabrcio Tourrucão e José Roberto Iglesias
Economia de Empresas	Economia da Tecnologia Avaliação de Empresas	Giacomo Balbinotto Neto, Hélio Henkin, Paulo Schmidt, Sabino da Silva Porto Júnior e Stefano Florissi
Desenvolvimento Humano e Regional	Economia do Desenvolvimento Economia Regional Nova Economia Institucional Crescimento Econômico	Flávio Comim, Sabino da Silva Porto Júnior e Sérgio Marley Monteiro
Economia Política e Setor Público	Economia da Pobreza Finanças Públicas I Finanças Públicas II Nova Economia Institucional Economia Política Moderna I Economia Política Moderna II	Eugênio Lagemann, Ronald Otto Hillbrecht, Sérgio Marley Monteiro e Stefano Florissi
Economia do Trabalho	Economia do Trabalho Microeconometria	Eduardo Pontual Ribeiro e Giacomo Balbinotto Neto

Estrutura (linhas de pesquisa e disciplinas) da Área de Economia do Desenvolvimento

Além das disciplinas obrigatórias de Teoria Econômica (Microeconomia, Macroeconomia e Economia Política), Econometria, Desenvolvimento e Economia Brasileira, os estudantes desta área podem optar por fazer créditos complementares nas seguintes subáreas.

Linha de Pesquisa	Disciplinas	Pesquisadores
Desenvolvimento: Instituições, Estratégias Privadas e Políticas Públicas	Economia Institucional	Carlos Henrique Horn, Flávio Comim, Hélio Henkin, Júlio César Oliveira, Maria Alice Lahorgue, Marcilene Aparecida Martins, Octávio Augusto Camargo Conceição, Orlando Martinelli, Paulo Schmidt, Paulo Waquil, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Ricardo Dathein e Sérgio Monteiro
	Organização Industrial	
	Desenvolvimento Sustentável	
	Desenvolvimento e Mercado de Trabalho	
	Desenvolvimento Regional: Teorias e Políticas	
	Economia da Tecnologia	
	Avaliação de Empresas	
	Desenvolvimento e Relações de Trabalho	
Economia Brasileira	Economia Política II	Carlos Henrique Horn, Eduardo Maldonado Filho, Gentil Corazza, Luiz Estrella Faria, Luiz Paulo Nogueiról, Octávio Augusto Camargo Conceição, Pedro Cezar Dutra Fonseca e Sérgio Monteiro
	Capitalismo Contemporâneo	
	Interpretação do Brasil	
	Tópicos Especiais de Economia Brasileira [História Econômica do Brasil]	
	Estado e Desenvolvimento Comparado	
Economia Internacional e Integração	Macroeconomia II	André Cunha, Eduardo Maldonado Filho, Fernando Ferrari Filho, Gentil Corazza, Luiz Estrella Faria, Marcilene Aparecida Martins e Ricardo Dathein
	Finanças Internacionais e Desenvolvimento	
	Economia Política das Relações Internacionais	
	Economia Monetária e Financeira	

Anexo III – Algumas Dissertações e Teses defendidas em 2007 e 2008 na área de REI

1. Doutorado

Alexandre Englert Barbosa - *“Impacto da área de livre comércio das Américas (ALCA) e potencial antidumping”*,

Andrés Ernesto Ferrari Haines - *“El Peronismo: un Fenómeno Argentino. Una Interpretación de la Política Económica Argentina”*

Maurício Simiano Nunes - *“Preços dos Ativos e Política Monetária: Um Estudo para os Países Emergentes no Período 1990 - 2006”*,

Rodrigo Rodrigues Silva - *“Impactos de acordos de livre comércio sobre o Rio Grande do Sul: uma análise inter-regional com o modelo de equilíbrio geral arseti”*.

2. Mestrado

Kellen Fraga da Silva - *“Metas de Inflação para economias emergentes: uma avaliação empírica dos seus efeitos sobre o Desempenho Macroeconômico”*.

Breno Barreto Medeiros - *“Investimento Direto Estrangeiro, Transbordamentos e Produtividade Industrial: Teorias, Evidências e Políticas Aplicadas ao caso Brasileiro”*.

Paula Virgínia Tófoli - *“Abertura da conta de capital e crescimento econômico nos países emergentes: teorias, evidências empíricas e um estudo do caso brasileiro”*.

Ricardo Hussein Nahra Hammoud - *“Impactos da União Européia no Welfare State: o caso das instituições suecas”*.

3. Mestrado Profissional

Francisco Assis Stürmer Júnior, intitulada “*Posicionamento Estratégico das Empresas de Calçados Femininos do Vale do Rio dos Sinos Frente ao Mercado Externo*”.

Maria de Lurdes Furno da Silva, intitulada “*Análise da convergência e harmonização das normas brasileiras de contabilidade (BR GAAP) com as normas internacionais de contabilidade relativas ao patrimônio líquido*”.

Rodrigo Ochoa Piazzeta - “*Crescimento Econômico na República da Irlanda e em Portugal entre 1985 e 2000 - Uma análise comparada*”.

Haidi Andiará Zimmermann - “*Análise das exportações de vinhos brasileiros pós-plano real.*”

Anexo IV – Algumas Publicação de Docentes na área de REI

ALBUQUERQUE, C. R. ; PORTUGAL, M. S. . Pass-through from Exchange Rate to Prices in Brazil: An analysis using time-varying parameters for the 1980-2002 period. *Revista de Economía, Montevidéo - Uruguai*, v. 12, n. 1, p. 17-54, 2005.

ALBUQUERQUE, C. R. ; PORTUGAL, M. S. . Testing Nonlinearities Between Brazilian Exchange-Rate and Inflation Volatilities. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 4, 2006.

ALVIM, A. M. ; WAQUIL, P. D. . Efeitos do acordo entre o Mercosul e a União Européia sobre os mercados de grãos. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, RJ, v. 43, n. 4, p. 703-723, 2005.

ALVIM, A. M. ; WAQUIL, P. D. . Os efeitos do livre comércio sobre o mercado de grãos no Brasil. *Análise Econômica (UFRGS)*, v. 25, p. 23-42, 2007.

BARCELLOS, P. C. F. ; PORTUGAL, M. S. ; AZEVEDO, A. F. Z. . Impactos Comerciais da Área de Livre Comércio das Américas: Uma Aplicação do Modelo Gravitacional. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 02, p. 237-267, 2006.

BICHARA, J. S.; CUNHA, A. M.; LÉLIS, M. T. C. Integración monetaria y financiera en América del Sur y Asia. *Latin American Research Review*, v. 43, p. 84-112, 2008.

CORAZZA, G. . Globalização Financeira: a utopia do mercado e a reinvenção da política. *Economia - Ensaios, UFU - Uberlândia*, v. 19, n. 02, p. 125-140, 2005.

CORAZZA, G. . O “regionalismo aberto” da Cepal e a inserção da América Latina na Globalização. *Revista Ensaios (FEE), Porto Alegre*, v. 27, n. 01, p. 135-151, 2006.

CORAZZA, G. . O Mercosul e os desafios da integração Latino-Americana. *Redes, Unisc - Santa Cruz do Sul*, v. 10, n. 02, p. 09-20, 2005.

CORAZZA, G. *Economia Nacional e Capitalismo*. *Economia, Brasília*, v. 07, n. 01, p. 133-162, 2006.

CUNHA, A. M. O Boom Chinês e as Economias Latino-Americanas. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 35, p. 97-112, 2007.

CUNHA, A. M.; BIANCARELLI, A. M.; PRATES, D. M. A Diplomacia do Yuan Fraco. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 11, p. 525-562, 2007.

CUNHA, A. M.; BICHARA, J. S. Globalización financiera y estrategias periféricas: experiencias recientes de América Latina y lecciones desde Asia. *Revista de Economía Mundial*, v. 17, p. 77-100, 2007.

CUNHA, A. M.; PRATES, D. M.; BIANCARELLI, A. M. Os desequilíbrios da economia internacional: uma análise crítica do debate recente. *Pesquisa & Debate (Online)*, v. 18, p. 223-249, 2007.

DATHEIN, Ricardo (Org.). *Desenvolvimento Econômico Brasileiro: contribuições sobre o período pós-1990*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. v. 1. 216 p.

DATHEIN, Ricardo . Integração econômica e políticas de desenvolvimento: experiências e perspectivas para a América Latina. *Análise Econômica (UFRGS)*, v. 25, p. 49-69, 2007.

DATHEIN, Ricardo . *Macroeconomia Aberta, Hegemonia e Cooperação: a ortodoxia e sua crítica*. *Economia Ensaios, Uberlândia/Minas Gerais*, v. 19, n. 2, p. 87-109, 2005.

DATHEIN, Ricardo . MERCOSUL: antecedentes, origem e desempenho recente. *Revista de Economia (Curitiba)*, Curitiba/Paraná, v. 31, n. N. 1, p. 7-40, 2005.

DATHEIN, Ricardo . *Novas tecnologias, inovações e dinamismo no desenvolvimento recente dos Estados Unidos*. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 203-222, 2003. DATHEIN, Ricardo . *Sistema Monetário Internacional e Globalização Financeira nos Sessenta Anos de Bretton Woods*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, v. Ano 8, n. N. 16, p. 51-73, 2005.

FARIA, L. A. E. . *A Chave do Tamanho: desenvolvimento econômico e perspectivas do Mercosul*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. v. 1. 200 p.

FARIA, L. A. E. . *As negociações comerciais do Brasil: arenas, agendas e interesses*. *Indicadores econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 33, n. 3, 2005.

FARIA, L. A. E. . *Brasiliens Entwicklung in der neuen Weltordnung*. *Z. Zeitschrift marxistische Erneuerung*, v. Heft 6, p. 37-50, 2006.

FARIA, L. A. E. . *La política externa de Brasil: dónde queda el Sur?* . *Revista Del Sur*, Montevideú, v. 161, p. 3-6, 2005.

FARIA, L. A. E. . *Las negociaciones comerciales de Brasil: escenarios, agendas e intereses*. *Revista Del Sur*, Montevideú, v. 166, p. 26-37, 2006.

FARIA, L. A. E. . *Olhares sobre o capitalismo: estruturas, instituições e indivíduos na economia política*. *Ensaio FEE*, v. 28, p. 325-352, 2007.

FARIA, L. A. E. . Raum und Ökonomie im heraufdämmerrnden 21. Jahrhundert. Kurswechsel, Viena, v. 2000, n. Heft 4, p. 31-40, 2000

FARIA, L. A. E. ; TAUILE, José Ricardo . Mudança em Tempos de Globalização: o Capitalismo não é mais progressista? . Revista de Economia Política, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 233-253, 2005.

FERRARI FILHO, F. (Org.) ; PAULA, Luiz Fernando de (Org.) . Globalização financeira: ensaios de macroeconomia aberta. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 654 p.

FERRARI FILHO, F. (Org.) ; SICSÚ, João (Org.) . Câmbio e controle de capitais: avaliando a eficiência de modelos macroeconômicos. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 267 p.

FERRARI FILHO, F. . Política comercial, taxa de câmbio e moeda internacional: uma análise a partir de Keynes. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 101 p.

FERRARI FILHO, F. . Regime cambial para países emergentes: uma proposição a partir de Keynes. Economia e Sociedade (UNICAMP), v. 17, p. 1-16, 2008.

FERRARI FILHO, F. . Why does it not make sense to create a monetary union in MERCOSUR? A Keynesian alternative proposal. Journal of Post Keynesian Economics, Knoxville, v. 24, n. 2, p. 235-252, 2001

FERRARI FILHO, F. ; ALVES JUNIOR, Antonio ; PAULA, Luiz Fernando de . The Post Keynesian critique of conventional currency crisis models and Davidson's proposal to reform the international monetary system.. Journal of Post Keynesian Economics, Knoxville, v. 22, n. 2, p. 207-225, 2000.

FERRARI FILHO, F. ; PAULA, L. F. . Exchange rate regime proposal for emerging countries: a Keynesian perspective. Journal of Post Keynesian Economics, v. 31, p. 227-248, 2008.

FERRARI FILHO, F. ; SOBREIRA, Rogério . Regime cambial para países emergentes; uma proposição para a economia brasileira. Revista Ensaios (FEE), Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 5-30, 2004.

FERRARI FILHO, F.; ALVES JÚNIOR, A.; PAULA, L. F. Currency crises, speculative attacks and financial instability in a global world: a Post Keynesian approach with reference to Brazilian currency crisis. Revista Venezolana de Analisis de Coyuntura, Caracas, v. X, n. 1, p. 173-200, 2004.

FERRARI FILHO, F.; FRAGA, K. Ataques especulativos e crises cambiais na Argentina e no Brasil: uma análise comparativa. Análise Econômica, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 87-108, 2006.

FERRARI FILHO, F.; GONZAGA JUNIOR, F.; LIMA, G. T.; OREIRO, J. ; PAULA, L. F. Uma avaliação crítica da proposta de conversibilidade plena do real. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 25, n. 97, p. 133-151, 2005.

FERRARI, A.; CUNHA, A. M. As Origens da Crise Argentina: uma sugestão de interpretação. *Economia e Sociedade*, v. 17, p. 47-80, 2008.

FONSECA, P. C. D. . As Origens do Pensamento Cepalino e a Influência de Keynes. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, p. 72-95, 1998.

FONSECA, P. C. D. . As Origens e as Vertentes Formadoras do Pensamento Cepalino. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 333-358, 2000.

FONSECA, P. C. D. . As Origens Teóricas do Pensamento da CEPAL. In: POLETO, Dorivaldo Valmor. (Org.). *50 ANOS DE MANIFESTO DA CEPAL*. Porto Alegre, RS: Editora da PUCRS, 2000, v. , p. 23-46.

FONSECA, P. C. D. . Celso Furtado e a questão da intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. In: João Saboia; Fernando J. Cardim de Carvalho. (Org.). *Celso Furtado e o Século XXI*. 1 ed. Barueri, São Paulo: Editora Manole Ltda., 2006, v. , p. 285-307.

FONSECA, P. C. D. . Desenvolvimento Econômico e Distribuição de Renda. In: SALVO, Mauro; PORTO JR, Sabino da Silva. (Org.). *Uma Nova Relação entre Estado, Sociedade e Economia no Brasil*. 1 ed. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC - Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul, 2004, v. , p. 269-292.

FONSECA, P. C. D. . O Processo de Substituição de Importações. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. (Org.). *FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL*. 1 ed. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2003, v. , p. 248-282.

GRÜNDLING, R. D. P. ; WAQUIL, P. D. . Efeitos de acordos comerciais sobre o setor de carne bovina no Mercosul. *Revista de Economia e Agronegócio*, v. 5, p. 567-589, 2007.

LAURINI, M. P. ; PORTUGAL, M. S. . Long Memory in the R\$/US\$ Exchange Rate: a robust analysis. *Brazilian Review Of Econometrics*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 109-147, 2004.

LENZ, M. H. . A Evolução dos Bancos Argentinos no Último Quartel do Século XIX: a Influência dos Bancos Estrangeiros e a Crise dos Anos Noventa. *Revista Ensaios (FEE)*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 225-247, 2001.

LENZ, M. H. . A incorporação de novos territórios na Argentina no final do século XIX: a Campanha do Deserto e as estradas de ferro. *Revista Ensaios (FEE)*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 561-587, 2004.

LENZ, M. H. . A questão da formação da mão-de-obra no período da *Belle époque* argentina: o papel relevante da imigração. *Pesquisa & debate*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 5-35, 2003.

LENZ, M. H. . Auge e Início do Declínio da Economia Argentina. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 33, p. 121-141, 2000.

LENZ, M. H. . Crise e negociações externas na Argentina no final do século XIX: o início da insustentabilidade do modelo aberto. *Economia e Sociedade (UNICAMP)*, v. 15, p. 375-399, 2006.

LENZ, M. H. . Economia Argentina: da *Belle Époque* à Primeira Guerra Mundial. *Cadernos Regionais do Instituto Teotônio Vilela*, Brasília, v. 1, p. 26-43, 2001.

LENZ, M. H. . O papel de *la Conquista del Desierto* na construção do Estado argentino no século XIX. *Ensaios FEE*, v. 27, p. 543-559, 2006.

LENZ, M. H. . O período de intenso crescimento econômico argentino de 1870 a 1930: uma discussão. *História Econômica e História de Empresas*, Belo Horizonte- Minas Gerais, v. VI.2, p. 125-151, 2003.

MIELE, M. ; COLDEBELLA, A. ; WAQUIL, P. D. ; MIELE, A. Segments of competition in South Brazilian wineries. *Scientia Agricola*, Piracicaba, SP, v. 64, n. 3, p. 1-9, 2007.

MORAIS, I. A. C. ; PORTUGAL, M. S. . A Markov Switching Model for the Brazilian Demand for Imports: Analysing the import substitution process in Brazil. *Brazilian Review Of Econometrics*, Rio de Janeiro (RJ), v. 25, n. 2, p. 173-219, 2005.

RUESGA, S. B.; Casilda Béjar, C.; Carbajo Vasco, D.; CUNHA, A. M. ; BICHARA, J. S. Impactos de las inversiones españolas en las economías latinoamericanas. 1. ed. Madrid: Marcial Pons, 2008. v. 1. 287

RUESGA, S. B.; CUNHA, A. M.; LÉLIS, M. T. C.; BICHARA, J. S. O Investimento Direto Espanhol na América Latina: determinantes e impactos. *Cadernos PROLAM/USP*, v. I, p. 149-186, 2007.

WAQUIL, P. D. ; ALVIM, A. M. . Acordos comerciais e o setor produtivo de carne bovina: estimativa de ganhos para o Mercosul. *Revista de Economia e Agronegócio*, Viçosa, MG, v. 4, n. 2, p. 171-194, 2006.

WAQUIL, P. D. ; ALVIM, A. M. ; SILVA, L. X. ; TRAPP, G. P. . Vantagens comparativas reveladas e orientação regional das exportações

agrícolas brasileiras para a União Européia. *Revista de Economia e Agronegócio*, Viçosa, MG, v. 2, n. 2, p. 137-160, 2004.

ZERBIELLI, J. ; WAQUIL, P. D. . A formação do Mercosul como fator de alteração no ambiente institucional do agronegócio de pêssegos da região de Pelotas. *Contexto (Porto Alegre)*, v. 6, p. 131-150, 2006.

ZERBIELLI, J. ; WAQUIL, P. D. . O papel das instituições na formação dos blocos econômicos regionais: o caso do Mercosul. *Teoria e Evidência Econômica*, v. 14, p. 61-80, 2006.

Anexo V – Coleções e Títulos de Livros do NERINT

Coleção Relações Internacionais e Integração

Repensando as Relações Internacionais
(Fred Halliday)

A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança?
(Cristina Soreanu Pecequilo)

A China e o Sudeste Asiático
(Paulo Antônio Pereira Pinto)

A Política Externa do Regime Militar Brasileiro
(Paulo Gilberto Fagundes Vizentini)

Relações Internacionais e Política Externa do Brasil
(Paulo Roberto de Almeida)

Da Substituição de Importações à Substituição de Exportações
(Heloísa Conceição Machado da Silva)

Quinhentos Anos de Periferia
(Samuel Pinheiro Guimarães)

El Mercosur y su Contexto Regional e Internacional
(Jacques Ginesta)

O Brasil e a Liga das Nações
(Eugenio Vargas Garcia)

Processos de Integração Regional e Cooperação Intercontinental
desde 1989
(Marianne Wiesebron e Richard T. Griffiths)

Coleção Estudos Internacionais

Taiwan - Um Futuro Formoso para a Ilha? O Interesse para o Brasil
(Paulo Antônio Pereira Pinto)

Política Externa no Governo Itamar Franco 1992-1994)
(Ney Canini)

El Ártico y la Antártida en las Relaciones Internacionales
(Miryam Colacrai)

A Guerra do Kosovo, a OTAN e o Conceito de “Intervenção
Humanitária”
(Paulo Roberto Caminha de Castilhos França)

Neohegemonia Americana ou Multipolaridade
(Paulo Visentini e Mariane Wiesebron – org.)

Relações Brasil-Índia (1991-2006)
(Maira Bae Baladao Vieira)

América do Sul: Economia & Política da Integração Regional
(Marco Cepik - organizador)

A Diplomacia Brasileira entre a Segurança e o Desenvolvimento: a Política
Externa do Governo Castelo Branco (1964-1967)
(André Luiz Reis da Silva)

A Política Externa do Governo Sarney: a Nova República Diante do
Reordenamento Internacional (1985-1990)
(Analúcia Danilevich Pereira)

A Diplomacia do Interesse Nacional: a Política Externa do Governo
Médici
(Cíntia Vieira Souto)

As Mudanças da Política Externa Brasileira nos Anos 80: Uma Potência
Média Recém-Industrializada
(Ricardo Sennes)

ANDRÉ MOREIRA CUNHA E MARCO CEPIK

A Unificação Alemã no Contexto das Relações Germano-Soviéticas
(Elmir Flach)

Série Estudos Sino-Asiáticos

Santa Sé e a República Popular da China de 1949 a 2005
(Anna Carletti)

O Brasil e a República Popular da China: Política Externa Comparada e
Relações Bilaterais (1974-2004)
(Danielly Silva Ramos Becard)

Série Estudos Sul-Africanos

A África do Sul e o IBAS
(Francis Kornegay and Jabulani Dada)

Breve História da África
(Paulo Fagundes Visentini, Luis Dario Ribeiro, Analúcia Danilevicz
Pereira)

As Relações entre Brasil e África do Sul
(Pio Penna Filho)

O Papel do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE) na Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais¹

*André Nassar*²

1. Histórico e do ICONE

O ICONE foi idealizado ao longo do segundo semestre de 2002 e fundado em 10 de março de 2003. É organização privada, sem fins lucrativos, financiada por associações de classe do setor empresarial brasileiro, com predominância de entidades do agronegócio, por organizações internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de quem o ICONE recebeu doação para desenvolver projetos durante quatro anos, o Banco Mundial, a *The William and Flora Hewlett Foundation*, a Agência Suíça de Cooperação e Desenvolvimento (SDC), a Embaixada Britânica, para quem o ICONE desenvolveu projetos de pesquisa, e empresas que contratam o instituto para projetos de consultoria.

O ICONE foi idealizado para exercer o papel de centro de inteligência em comércio internacional e agronegócio. A criação do Instituto foi resposta à necessidade de prover ao governo e ao setor privado estudos e pesquisas

¹ Texto preparado para o I Seminário sobre Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais (REI), organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e pelo Departamento Econômico (DEC) do Ministério das Relações Exteriores. Versão preliminar de 30 de novembro de 2008.

² Diretor Geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE).
Email: amnassar@iconebrasil.org.br

aplicadas em temas de comércio e política comercial, relacionados principalmente com a área da agricultura e do agronegócio.

Como toda organização viva, o ICONE vem passando por transformações em seus 6 anos de vida, sobretudo com respeito à sua agenda de trabalho e suas linhas de pesquisa. Entre 2003 e 2005, todo o esforço de pesquisa do ICONE foi dedicado às negociações internacionais, com foco, no primeiro momento, na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas e do acordo União Européia-Mercosul. Com o insucesso das negociações regionais e a concentração da atuação do governo brasileiro nas negociações multilaterais, a agenda de trabalho de ICONE foi ganhando novos contornos até chegar ao formato atual. Ao longo de 2007 o ICONE encerrou sua transição de agenda focada em negociações internacionais para outra que incorpora novos temas do comércio agrícola internacional. Do lado institucional, temas como mudança climática, sustentabilidade dos biocombustíveis e certificações com implicações para o comércio foram incorporados à agenda do ICONE. Do lado empresarial, o instituto passou a desenvolver estudos, pesquisas e ferramentas de inteligência de mercado, fazendo projeções de curto e longo prazos, avaliando cenários de mercado internacional para cadeias específicas e analisando o desempenho futuro do agronegócio brasileiro.

A iniciativa nasce em 2003 graças a uma conjunção de fatores:

- (i) O envolvimento do governo brasileiro em três negociações simultâneas: OMC, ALCA e Acordo UE-Mercosul;
- (ii) O desejo do setor privado de apoiar grupo profissional especializado em assuntos de comércio internacional;
- (iii) A crescente demanda da sociedade civil por informação nas áreas de política, negociações e comércio internacional.

Não por coincidência, o ICONE nasceu no momento em que o Brasil se torna líder mundial no agronegócio, e o interesse do setor privado em financiar o Instituto teve como grande motivação essa crescente inserção internacional do agronegócio brasileiro, não somente pelo aumento das exportações, mas também pela necessidade do setor privado de posicionar-se em fóruns internacionais. Isto gerou feliz simbiose entre setor privado e pesquisadores.

2. Estrutura e Parcerias

Para compreender a importância do ICONE, é importante conhecer sua missão e os beneficiários de suas pesquisas. A missão do ICONE é “entender a dinâmica global do agronegócio, da bioenergia e do comércio exterior por meio de pesquisa aplicada, contribuindo, assim, para aprofundar a inserção econômica do Brasil no mundo”. Os principais usuários, conforme descrito na Figura 1, são o setor privado, o governo e a opinião pública.

Figura 1. Principais Usuários das Pesquisas do ICONE



Os atuais mantenedores do ICONE são as seguintes associações de classe:

- a) ABAG: Associação Brasileira de Agribusiness (Membro Honorário);
- b) ABEF: Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos;
- c) UNICA: União da Indústria de Cana-de-Açúcar;
- d) FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo;
- e) IRGA: Instituto Riograndense do Arroz;
- f) FUMIN/BID: Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento³.

³ O ICONE recebeu doação do FUMIN-BID, no contexto de projeto de 48 meses, condicionada a contrapartida, proveniente de receitas do ICONE junto ao setor privado, de igual montante ao valor aportado pelo fundo. Os recursos aportados pelo Fundo são utilizados em todas as pesquisas realizadas pelo ICONE, as quais são definidas pela equipe do Instituto em interação com seus usuários. A única condicionante do FUMIN/BID é que o ICONE coordene e implemente atividades e projetos regionais entre os países do Mercosul.

O Instituto teve como mantenedores a ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), a ABIPECS (Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína), a ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes) e a ABECE (Associação Brasileira de Empresas de Trading).

Outras organizações que contrataram o ICONE na forma de projetos de consultoria e pesquisa foram igualmente importantes. Destaca-se o Banco Mundial, para o qual o ICONE fez dois documentos sobre OMC e acesso a mercados agrícolas e um projeto com projeções de mudança no uso da terra para agropecuária no âmbito das discussões de mudança climática.

Com relação ao setor privado, o papel central do ICONE é oferecer análises e estudos que os auxiliem na tomada de decisão estratégica, bem como na interlocução com o governo, sociedade civil, organizações sem fins lucrativos etc. A percepção é que as associações e as empresas necessitam de estudos estratégicos que não conseguem ser produzidos no dia a dia empresarial. O ICONE seria, dessa forma, braço técnico das entidades.

Com relação ao governo, o papel do ICONE é fornecer suporte técnico aos negociadores e aos formuladores de políticas públicas, sem custos ao Estado brasileiro. Além disso, o ICONE procura exercer a função de ponte entre os negociadores e as entidades setoriais, sobretudo quando se trata de tema que diz respeito a vários setores. O exemplo típico são as negociações internacionais. Os Ministérios das Relações Exteriores, sobretudo os Departamentos e Divisões da Subsecretaria de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com maior concentração na Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, são os maiores usuários dos estudos do ICONE.

Com relação à opinião pública, mais do que para a divulgação, o trabalho do ICONE é voltado para a formação. Nesse sentido, o ICONE já realizou 6 cursos sobre comércio e negociações internacionais para jornalistas. Além disso, a postura adotada pelo instituto tem sido de, mais do que dar entrevistas, auxiliar os jornalistas a conhecer com mais detalhes as questões técnicas ligadas a agropecuária e comércio internacional.

Ao longo dos seus 6 anos, o ICONE desenvolveu diversas parcerias, tendo sido a grande maioria associada a projetos e textos técnicos desenvolvidos em conjunto ou financiados pelos parceiros. A lista de parcerias, bastante extensa, é apresentada a seguir. Em relação às parcerias associadas a projetos, as seguintes organizações foram ou são parceiras do ICONE:

a) Banco Mundial. O ICONE escreveu dois documentos para o Banco Mundial, em parceria com professores da Universidade de Cornell, sobre liberalização agrícola e negociações da Rodada Doha. O Instituto é responsável pelas projeções de uso da terra em produção para a agropecuária no contexto do Estudo de Baixo Carbono do Banco Mundial, que é o terceiro estudo elaborado para o banco.

b) *Center for Agricultural and Rural Development (CARD)* e *Food and Agricultural Policy Research Institute (FAPRI)* da Universidade Estadual de Iowa. Em conjunto com o FAPRI/CARD, o ICONE desenvolveu modelo de projeção de longo prazo do desempenho da agropecuária e uso da terra. O modelo tem sido usado para estudos de uso da terra e sustentabilidade e como ferramenta de inteligência de mercado;

c) *The William and Flora Hewlett Foundation*. A Fundação Hewlett patrocinou o projeto “Interconnecting Agri-Food Trade Intelligence across South America and Asia-Pacific”. A iniciativa resultou na criação de rede de pesquisa de comércio agrícola entre organizações e pesquisadores da Ásia e da América Latina (ALARN) para projetos de cooperação em comércio e política comercial agrícola e agroindustrial. A rede já produziu dois documentos, um com foco na análise da estrutura do setor agropecuário de países asiáticos e latino-americanos e outro, no tema de biocombustíveis;

d) *Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC)*. A Agência Suíça patrocinou projeto para criação de rede de pesquisa entre pesquisadores e organizações no Mercosul e na Comunidade Andina chamado “Building a Trade and Agriculture Research Network within South America: a step towards increasing South-South Cooperation”;

e) *UK Department for International Development (DFID)*. Para o DIFD, o ICONE coordenou a publicação do livro *Políticas Comerciais Comparadas - Desempenho e Modelos Organizacionais (Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, México e União Européia)*;

f) O *UK Foreign & Commonwealth Office* patrocinou projeto sobre as ações necessárias para alavancar o comércio internacional de etanol;

g) *The German Marshall Fund of the United States (GMF)*. Com o GMF, o ICONE publicou o documento técnico “EU and US Policies on Biofuels: Potential Impacts on Developing Countries”;

h) *International Centre for Sustainable Development (ICTSD)*. O ICONE preparou dois documentos técnicos, um sobre programas de

subsídios incluídos na Caixa Verde e outro sobre os interesses do agronegócio brasileiro nas negociações agrícolas da Rodada Doha;

i) *International Food and Policy Research Institute (IFPRI)*. O ICONE preparou documento com projeções das negociações sobre subsídios domésticos brasileiros.

Além das parcerias associadas a projetos, o ICONE tem e teve parcerias em eventos específicos, publicação de documentos em conjunto ou troca de informações e dados com as seguintes organizações: ABARE (*Australian Bureau of Agriculture and Resource Economics*, Austrália), AGROCONSULT (Agroconsult Consultoria & Marketing), AMCHAM (Câmara Americana de Comércio), ARES (Instituto para o Agronegócio Responsável), CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais), CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), *Cornell University*, FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), GEM-Sciences Po (*Groupe d'Économie Mondiale - Sciences Po*), IATRC (*International Agricultural Trade Research Consortium*), ICTSD (*International Centre for Trade and Sustainable Development*), INAI (*Instituto de Negociaciones Agrícolas Internacionales*, Buenos Aires, Argentina), PENSA (Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial), *University of Adelaide*, *Brookings Institution* e *International Food and Policy Council*.

3. Agenda de Trabalho

As pesquisas desenvolvidas pelo ICONE são coerentes com as suas linhas de trabalho. Nos mais de 6 anos de existência, as linhas de trabalho do ICONE sofreram dois aperfeiçoamentos. Quando da criação do Instituto, a linha central de trabalho eram as negociações multilaterais e regionais nas quais o Brasil estava envolvido. Todos os pesquisadores do Instituto estavam envolvidos em estudos voltados para a Rodada Doha da OMC e as negociações da ALCA e do Acordo UE-Mercosul.

A partir de 2006, a agenda mudou e passou a incorporar novos temas. Entre 2006 e 2007, o ICONE apresentava as seguintes linhas de trabalho:

a) Política comercial e negociações internacionais, que eram remanescentes do período inicial do Instituto;

b) Agronegócio nas economias emergentes, que tinha como objetivo entender as variáveis de demanda e oferta em regiões como Ásia, Rússia e Leste Europeu;

- c) Biocombustíveis;
- d) Barreiras não tarifárias, com a incorporação, mesmo que de forma incipiente, das sanitárias e ambientais.

No ano de 2008, ficou claro para a equipe do ICONE que as linhas de trabalho acima mencionadas faziam parte de agenda de transição. Hoje se pode dizer que a agenda do ICONE está consolidada nas seguintes linhas de trabalho:

- a) Política comercial e negociações internacionais (comércio, contenciosos e mudanças climáticas);
- b) Agronegócio nas economias emergentes e comércio agrícola;
- c) Inteligência de mercado: projeções de curto e longo prazo do desempenho do setor agrícola;
- d) Comércio e sustentabilidade (mudanças no uso da terra, certificações e *initiatives multistakeholder*).

Outra importante mudança na agenda de trabalho do ICONE diz respeito ao relacionamento com o setor privado, sobretudo com as associações mantenedoras do instituto. Até o final de 2006, a agenda de trabalho para os mantenedores do ICONE era institucional e focada nos interesses comuns em relação às negociações internacionais. Atualmente o ICONE possui agenda de trabalho com foco nos interesses individuais dos mantenedores e com claro objetivo de agregar valor às ações dessas entidades.

4. Principais Projetos Realizados e em Curso

A seguir, são listados alguns projetos que fazem parte do portfólio do ICONE:

- a) ABIOVE/ANDEF/IPC: Impactos da implementação do Protocolo de Cartagena sobre o comércio de commodities agrícolas – uma visão sobre o Brasil (2005/2006).
- b) ABIOVE: Agropecuária sustentável na Amazônia Legal: o caso da soja (2006).
- c) Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação: Construindo uma rede de pesquisa em comércio e agricultura na América do Sul: um primeiro passo rumo à crescente cooperação Sul-Sul (2005/2006).
- d) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN): Apoio aos processos de abertura e integração ao comércio internacional (2006/2009).

- e) Banco Interamericano de Desenvolvimento: A dinâmica do setor agrícola na Índia e no Mercosul: diferenças, tendências e potenciais colaborações (2006).
- f) Banco Mundial : “Água” nas tarifas agrícolas: conceitos e implicações para as negociações em acesso a mercados na OMC (2005/2006).
- g) Banco Mundial: Análise de barreiras à importação relacionadas a tarifas agrícolas (2006/2008).
- h) Banco Mundial: Modelagem da mudança no uso da terra no contexto do projeto Estudo de Baixo Carbono para o Brasil (2008-2009).
- i) *Brookings Institution : Brazil as an Agricultural and Agroenergy Superpower* (2008).
- j) Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN-BID): Modelagem de equilíbrio parcial para a previsão e análise de comércio agrícola (2006/2007).
- k) *International Center for Trade and Sustainable Development: Agricultural Subsidies in the WTO Green Box: Opportunities and Challenges for Developing Countries* (2009).
- l) *International Center for Trade and Sustainable Development: Dialogue on Tropical Products, Trade, Natural Resources Management and Poverty* (2007).
- m) ITAÚ-BBA: Câmbio, Exportações e “Doença Brasileira” (2007).
- n) Ministério das Relações Exteriores do Governo do Reino Unido (*Foreign & Commonwealth Office*): Pré-Condições Chave para Transformar o Etanol em uma Commodity Internacionalmente Comercializada e o Papel do Brasil neste Processo (2007).
- o) *The German and Marshall Fund of the United States*: Políticas de biocombustíveis nos EUA e na União Européia: impactos potenciais nos países em desenvolvimento (2007).
- p) *The Willian and Flora Hewlett Foundation: Interconnecting agri-food trade intelligence across South America and Asia-Pacific* (2006/2008).
- q) *United Kingdom Department for International Development*: Políticas comerciais comparadas: desempenho e modelos organizacionais (2006/2007).
- r) University of Adelaide: *Viability of alternative frameworks for agricultural trade negotiations* (2008).

5. O ICONE no Contexto das Relações Econômicas Internacionais do Brasil

Os 6 anos de existência e de interação com diversos temas da área de relações econômicas internacionais trouxeram várias lições ao ICONE. O Instituto teve a oportunidade de atuar em três esferas das relações internacionais:

(i) As instâncias multilaterais, com a participação nas negociações da Rodada Doha da OMC, nos diversos contenciosos e nas negociações bilaterais (entrada de Bulgária e Romênia na União Européia e acesso da Rússia à OMC, para citar apenas dois exemplos). Um aprendizado central dessa experiência foi que o ICONE hoje é capaz de avaliar de forma mais precisa os ganhos dessas negociações para o agronegócio brasileiro sem superestimar a importância da OMC para o comércio mundial, atitude muito comum em outros centros de pesquisa e setores do governo. Após 6 anos de experiência, observando clara perda de ambição das negociações agrícolas da Rodada Doha e o uso das regras da OMC com claros interesses não liberalizantes, como os diversos problemas enfrentados pelo setor de frango do Brasil junto à União Européia, o ICONE é muito mais crítico e realista em relação aos benefícios da OMC para o agronegócio brasileiro.

(ii) A instância governamental, com todo o suporte técnico e a criação de canais de comunicação com o setor privado brasileiro oferecidos ao governo brasileiro, sobretudo ao MRE e ao MAPA. Essa experiência mostrou que os governos tendem a ser muito pragmáticos nos temas de comércio internacional, sobretudo no que diz respeito ao encaminhamento das negociações de acordo com as orientações mais gerais de política comercial e diplomacia econômica. Diversas experiências vividas pelo ICONE mostram que governo e setor privado são entidades absolutamente separadas e que, quando é do interesse de ambos, abre-se espaço para colaboração. No entanto, os diferentes interesses podem levar à implementação de ações não consensuais entre os dois grupos. Cabe ao setor privado ser o elo flexível, na medida em que o governo tem a competência de conduzir e executar as negociações internacionais com outros governos e estados.

(iii) A instância privada que, na maioria das vezes, é reativa a problemas, novas regulamentações e novos instrumentos nas questões internacionais. A experiência do ICONE demonstra que o setor privado tem grandes dificuldades em coordenar-se para atuar em conjunto nas questões de relações

econômicas internacionais e que paga um preço alto por isso. Para as questões de comércio agrícola internacional, o ICONE auxilia na mitigação desse problema porque tem a competência técnica necessária para falar a linguagem do governo sem perder de vista os interesses do setor privado. No entanto, não somente diversas associações não recorrem ao ICONE em busca de auxílio técnico, mas também muitas não são capazes de antecipar problemas com certa antecedência, sendo atropelados por eles.

Esta análise nos leva à conclusão de que, mais importante do que possuir agenda de pesquisa alinhada com as questões centrais de relações econômicas internacionais, é possuir agenda que apresente interfaces entre os interesses do setor privado e do governo, como forma de atuar em todas as instâncias das relações econômicas internacionais. Esse é o objetivo essencial da atuação do ICONE.

Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais: o caso da UFSM

Gilberto de Oliveira Veloso¹

1. Introdução

A figura 01 ilustra as conexões dos diferentes grupos de pesquisa do Departamento de Ciências Econômicas (DCE) com o próprio departamento e deste com os Cursos de graduação em Ciências Econômicas (CCE) e de pós-graduação em Integração Latino-Americana (MILA), e que atuam na **linha de pesquisa de economia internacional**, entendida aqui como um conjunto aglutinador de temáticas comuns desenvolvidas em projetos de pesquisa a partir de Grupos de Pesquisas, e que inserem-se num âmbito mais amplo de relações econômicas internacionais. O objetivo primeiro deste texto é fazer uma descrição da estrutura institucional do Departamento de Ciências Econômicas, dando destaque aos aspectos relacionados com as pesquisas e com os Grupos de Pesquisa a elas vinculados. Em segundo lugar, espera-se evidenciar que o produto de natureza científica guarda relação com a configuração institucional, em especial com a estrutura curricular e programática dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação associados aos Grupos de Pesquisas.

¹ Doutor em Economia, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: gveloso@smail.ufsm.br



Figura 01 - Configuração Institucional do DCE e Grupos de Pesquisas

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi a primeira Universidade Federal instalada em uma cidade do interior do país. Tem uma estrutura departamental subordinada aos diferentes Centros de Ensino. O Departamento de Ciências Econômicas (DCE) é subordinado ao Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) e mantém uma estrutura pessoal e material voltada para o ensino, a pesquisa e a extensão. Em relação ao ensino, oferta disciplinas de variados cursos de graduação, entre os quais o de Ciências Econômicas (CCE), em nível de bacharelado, e do curso de pós-graduação em Integração Latino-Americana (MILA), em nível de mestrado. Quanto à pesquisa, o departamento possui projetos de iniciação científica (IC), monografias de graduação em Ciências Econômicas e dissertações de mestrado do curso de Integração Latino-Americana. Nesse sentido, apoia a iniciativa, individual ou de grupo, de professores que buscam maior identidade e consistência em relação às linhas de pesquisas. Disto surgiu o Núcleo de Estudos Econômicos (NEEC), o Grupo de Pesquisa em Integração Regional (IR) e o Grupo de Estudos de Sistemas Agroindustriais (ESAI), todos os quais concentram esforços na **linha de pesquisa em economia internacional**. Essas ações, de pesquisa e ensino, são complementadas por atividades de extensão. A divulgação da produção acadêmica conta com o Painel Econômico e a Revista Economia e Desenvolvimento (<http://w3.ufsm.br/eed/>).

2. Histórico

2.1- Departamento de Ciência Econômicas (<http://w3.ufsm.br/depeco>)

O Departamento de Ciências Econômicas (DCE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi criado em 1969 e possui um razoável acúmulo de pesquisas teóricas e empíricas. Esse esforço envolveu considerável contingente de professores e alunos empenhados na consolidação das rotinas de pesquisa. O corpo docente atual do Departamento compõe-se de 16 professores com dedicação exclusiva e um com 40 horas, sendo 12 doutores, um doutorando, três mestres e um especialista.

O Departamento de Ciências Econômicas (DCE) faz parte do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) e tem desenvolvido atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFSM. As atividades de pesquisa são desenvolvidas por meio de projetos ligados aos Grupos de Pesquisas, tais como o Núcleo de Estudos Econômicos (NEEC), o de Integração Regional (IR) e, mais recentemente, o de Estudos de Sistemas Agroindustriais (ESAI).

2.1.1- O Núcleo de Estudos Econômicos (NEEC)

O Núcleo de Estudos Econômicos (NEEC) foi criado em 2002. Sua produção acadêmica resulta de discussões, sistematização e divulgação de resultados e metodologias, o que aproxima a atividade acadêmica da realidade local e regional e propicia a formação de novas linhas de pesquisa e o fortalecimento das já existentes (maiores detalhes no Diretório de Grupos de Pesquisa em <http://dgp.cnpq.br/diretorioc/>).

Líderes:

Gilberto de Oliveira Veloso e Ricardo Rondinel

Pesquisadores:

Adayr da Silva Ilha (Dr. – UFV)

Adriano José Pereira (Doutorando – UFRGS)

Clailton Ataídes de Freitas (Dr. – ESALQ/USP)

Elder Estevão de Mello (Ms.-UFSM)
Gilberto de Oliveira Veloso (Dr. – UFRGS)
Irina Mikhailova (Dr^a – URSS)
Leoni Pentiado Godoy (Dra. - UFSM)
Luiz Antônio Rossi de Freitas (Ms. – UFSM)
Orlando Martinelli Júnior (Dr. – UNICAMP)
Pascoal José Marion Filho (Dr. – ESALQ/USP)
Paulo Ricardo Feistel (Dr. – PIMES/UFPE)
Ricardo Rondinel (Ms. – UFRGS)
Rita Inês Pauli Prieb (Dr^a – UNICAMP)
Sérgio Alfredo Massen Prieb (Dr. – UNICAMP)
Uacauan Bonilha (Dr. – UFSC)
Valny Giacomelli Sobrinho (Dr. – UFSM)

Técnicos:

Luciane da Silva Rubin (Ms. –UFSM)

Linhas de Pesquisa:

Crescimento Econômico
Economia do Trabalho
Economia dos Transportes
Economia Ecológica
Economia Industrial
Economia Internacional
Economia Rural

2.1.2- Integração Regional (IR)

Criado no ano de 2002, o Grupo congrega um grupo de professores pesquisadores do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM e alunos de mestrado, bolsistas de iniciação científica e de graduação em economia, com os seguintes objetivos de pesquisa:

- estudar as políticas públicas regionais e de desenvolvimento para o processo de integração regional, como a política agrícola comum, política industrial, política previdenciária e trabalhista etc;
- estudar as relações econômicas entre os países, bem como as políticas comerciais e de desenvolvimento dos países; e,

- formular modelos econômicos com o fim de estimar parâmetros, que permitam projeções e simulações para os diversos setores da economia nacional e internacional. (maiores detalhes no Diretório de Grupos de Pesquisa em <http://dgp.cnpq.br/diretorioc/>)

Líder:

Adayr da Silva Ilha

Pesquisadores:

Adayr da Silva Ilha (Dr. – UFV)

Clailton Ataídes de Freitas (Dr. – ESALQ/USP)

Gilberto de Oliveira Veloso (Dr. – UFRGS)

Paulo Ricardo Feistel (Dr. – PIMES/UFPE)

Luciane da Silva Rubin (Ms. – UFSM)

Linhas de Pesquisa:

Economia Internacional

Métodos Quantitativos

Políticas Públicas Regionais e Desenvolvimento

Técnicos:

Maristela Ribas Smidt (Bel. –UFSM)

2.1.3- Estudos de Sistemas Agroindustriais (ESAI)

Com a organização do grupo de pesquisa, pretende-se ampliar e aprofundar, teórica e analiticamente, a formação de graduandos em ciências econômicas da Universidade Federal de Santa Maria, bem como gerar novos conhecimentos e capacitar recursos humanos para atuarem na análise de sistemas agroindustriais, visando a assessoria técnica e administrativa em organizações públicas, cooperativas e empresas privadas. Para tanto, o grupo propõe-se analisar os componentes estruturais, a dinâmica produtiva, comercial e tecnológica dos principais sistemas agroindustriais. Nessa perspectiva sistêmica, os principais focos são: a) as características da estrutura de mercados agroindustriais. São temas de pesquisa: a caracterização dos mercados, do comportamento e formação dos preços, do padrão de concorrência, das estratégias das empresas, dos tipos de

barreiras à entrada; b) as características do desempenho produtivo e comercial de agentes econômicos e/ou de setores de sistemas agroindustriais; c) os condicionantes de geração e difusão de tecnologias e de serviços no âmbito do sistema agroindustrial e seus impactos no desenvolvimento regional. (maiores detalhes no Diretório de Grupos de Pesquisa em <http://dgp.cnpq.br/diretorioc/>).

Líderes:

Pascoal José Marion Filho e Clailton Ataídes de Freitas

Pesquisadores:

Adayr da Silva Ilha (Dr. – UFV)

Clailton Ataídes de Freitas (Dr. – ESALQ/USP)

Irina Mikhailova (Dr^a – URSS)

Orlando Martinelli Júnior (Dr. – UNICAMP)

Pascoal José Marion Filho (Dr. – ESALQ/USP)

Rita Inês Pauli Prieb (Dr^a – UNICAMP)

Linhas de Pesquisa:

Agricultura e comércio internacional

Desenvolvimento agrícola e meio ambiente

Estrutura e dinâmica agroindustrial

2.1.4 A política externa brasileira e os desafios do desenvolvimento dos países menos avançados – o caso do Haiti

Aumentar o conhecimento brasileiro acerca dos Países Menos Avançados (PMAs), formando massa crítica necessária para um elevado debate sobre o tema, a fim de colaborar efetivamente com a elaboração e a implementação das estratégias da política externa brasileira de atuação nesses países, especialmente no Haiti. Contribuir para ideário que sustente uma atuação externa brasileira multifacetada, composta também por atividades diplomáticas supostamente de baixa intensidade, como é o caso da cooperação técnica em favor dos PMA, por meio de políticas supostamente menores para quem as oferece, mas altamente relevantes para quem as recebe (maiores detalhes no Diretório de Grupos de Pesquisa em <http://dgp.cnpq.br/diretorioc/>).

Líder:

Ricardo Antonio Silva Seintenfus

Pesquisadores:

Adayr da Silva Ilha (Dr. – UFV)

Deisy de Freitas Lima Ventura (Dr^a - Universidade de Paris 1)

Jânia Maria Lopes Saldanha (Dr^a – UNISINOS)

Ricardo Antônio Silva Seintenfus (Dr. - *University of Genève*)

Linhas de Pesquisa:

Cooperação internacional eixo Sul-Sul

Política externa brasileira

Reestruturação do Estado

2.2- Graduação (<http://w3.ufsm.br/eco>)

A ideia de um curso de graduação em economia remonta aos idos de 1946. Sua implantação nos moldes atuais só vai ocorrer com a criação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 1960. Desse modo, a UFSM passou a oferecer ensino gratuito a seus alunos, e o curso da Faculdade de Ciências Econômicas foi extinto gradativamente. No 1º estatuto da UFSM (1970), o curso de Economia passou a integrar o Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas. Em 1973 foi formada a 1ª turma de Bacharéis em Ciências Econômicas. No ano de 1974, deu-se o reconhecimento do curso, através do decreto nº 73.867/74. Desde sua criação, eram oferecidas 80 vagas com duplo ingresso. Nos anos de 1976 e 1977, o currículo do curso sofreu profundas alterações. Pelo 2º estatuto da UFSM (1978), o curso de Economia passou a integrar o Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM. No ano de 1998, foi criada a opção para o curso diurno, com 40 vagas, sendo 32 pelo vestibular e 08 pelo PEIES, aumentando-se as opções para o ingresso no Curso, sendo a 1ª turma de bacharéis formada em abril de 2002.

A globalização dos mercados financeiros, a formação de blocos econômicos, a reestruturação do setor público brasileiro, as mudanças no mundo do trabalho, entre outras, tornam indispensável ao Curso de Ciências Econômicas da UFSM adequar-se a essa nova dinâmica econômica. Buscou-se a construção de uma estrutura curricular que se adaptasse às constantes

transformações no campo da economia e que, ao mesmo tempo, oferecesse ao aluno uma sólida formação histórico-teórico-quantitativa.

Entre os objetivos perseguidos na formação na graduação, tendo em vista tais transformações verificadas nos cenários internacional e nacional, destacam-se: i) compreender os conceitos dos agregados macroeconômicos e a quantificação monetária, fiscal e do setor externo de uma economia; ii) conhecer, analisar e aplicar os princípios macroeconômicos, inclusive relacionados com economia monetária, desenvolvimento econômico e economia internacional; iii) construir e usar índices econômicos, formular, especificar, identificar e estimar modelos econométricos; iv) proceder a análise crítica dos aspectos da formação histórica da economia brasileira. Em consequência, espera-se que o egresso reúna habilidades em relação ao tratamento de economia e finanças internacionais, das relações econômicas internacionais, das aduanas e do comércio exterior.

É fundamental que a construção curricular seja compatível com os princípios de flexibilidade e interdisciplinaridade, o que corresponde a estabelecimento de conexões entre diferentes disciplinas e diferentes áreas de conhecimento. Na composição do currículo, tais aspectos foram contemplados, de forma que na área de relações econômicas internacionais a disciplina de **economia internacional** contempla, em termos de objetivos e conteúdo programático, o seguinte:

- Objetivos: Compreender as teorias clássicas, neoclássicas e modernas do comércio internacional. Compreender os instrumentos de política comercial e sua aplicação desde a criação do *GATT* até as novas rodadas de negociações da OMC.

- Conteúdo:

UNIDADE 1 – Teorias do comércio internacional

UNIDADE 2 – Políticas de comércio internacional

O Curso de Ciências Econômicas (CCE), uma vez que estabelece nas suas diretrizes curriculares a necessidade de desenvolvimento de um trabalho final de graduação, com caráter monográfico, orienta seus alunos a buscarem na área de economia internacional, os seguintes temas de pesquisas e professores:

- Teoria do Comércio Internacional.
- Relações do Comércio; Política Comercial; Integração Econômica.
- Balanço de Pagamentos; Finanças Internacionais.
- Investimentos Internacionais e Ajuda Externa.

Os professores responsáveis pela condução da orientação de alunos nessas temáticas são:

Adayr da Silva Ilha (Dr. – UFV)
Clailton Ataídes de Freitas (Dr. – ESALQ/USP)
Gilberto de Oliveira Veloso (Dr. – UFRGS)
Pascoal José Marion Filho (Dr. – ESALQ/USP)
Paulo Ricardo Feistel (Dr. – PIMES/UFPE)
Ricardo Rondinel (Ms. – UFRGS)
Rita Inês Pauli Prieb (Dr^a – UNICAMP)

2.3- Pós-Graduação

2.3.1- Histórico (<http://www.ufsm.br/mila>)

O Mestrado em Integração Latino-Americana – MILA - é um curso multidisciplinar do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria. Os **Departamentos de Ciências Econômicas, Direito e História** constituíram, na origem, sua base de apoio. Em março de 1994 ingressa a sua primeira turma com um total de 12 alunos. Ao longo de sua existência, mais de cento e cinquenta alunos já defenderam suas dissertações, tornando-se Mestres em Integração Latino-Americana. Orientadas por professores **do Departamento de Ciências Econômicas (DCE)**, **41 dissertações já foram defendidas** até o momento.

2.3.2- Área de concentração

A área de concentração eleita pelo Programa é a da Integração Latino-Americana. Tal escolha reflete a proposta institucional de formar profissionais capazes, em primeiro lugar, de compreender o processo histórico que conformou a América Latina e a capacidade latente que a região possui de aprimorar o seu processo de integração no âmbito do MERCOSUL para fortalecer os interesses

regionais frente aos interesses gerais da globalização e particulares de outros blocos integrados e países. Profissionais que sejam também capazes de atuar eficazmente em múltiplas áreas que exigem tal conhecimento, com o objetivo de aprimorar as instituições tanto estatais quanto do MERCOSUL, buscando-se o desenvolvimento integral dos povos da região.

2.3.3- Linhas de pesquisas

São duas:

- 1) Políticas Públicas Regionais e Desenvolvimento.
- 2) Crise e Conflito: regulação e governança.

Essas linhas devem permitir desenvolver-se a proposta do programa tal como expressa na área de concentração.

2.3.4 - Disciplinas e conteúdos programáticos ofertados pelo Departamento de Ciências Econômicas (DCE)

2.3.4.1- Teorias da Integração Econômica e Política: Ementa:

1. Políticas do comércio internacional
2. Integração econômica

2.3.4.2- Métodos Quantitativos Aplicados à Integração

1. Análises e modelos
2. Questões técnicas e políticas

2.3.4.3- Agricultura e Integração Regional

1. Desenvolvimento, modernização e agricultura
2. Agricultura e economia: perspectivas internacionais e regionais

2.3.4.4- Comércio Internacional e Integração

1. Teorias de comércio internacional
2. Comércio e crescimento econômico

3. Mercado internacional de capitais

2.3.5- Professores vinculados à linha de pesquisa Políticas Públicas Regionais e Desenvolvimento:

Adayr da Silva Ilha (Dr. – UFV)
Clailton Ataídes de Freitas (Dr. – ESALQ/USP)
Paulo Ricardo Feistel (Dr. – PIMES/UFPE)

Deve-se ressaltar que o Mestrado em Integração Latino-Americana sofreu recentes alterações de linhas de pesquisa. Faziam parte, também, do corpo de pesquisadores da linha de pesquisa sobre Integração Econômica e Desenvolvimento Regional, anterior à atual, os professores abaixo relacionados:

Gilberto de Oliveira Veloso (Dr. – UFRGS)
Pascoal José Marion Filho (Dr. – ESALQ/USP)
Rita Inês Pauli Prieb (Dra.. – UNICAMP)
Sérgio Alfredo Massen Prieb (Dr. – UNICAMP)
Uacauan Bonilha (Dr. – UFSC)

2.3.6- Convênios

O MILA mantém os seguintes convênios:

- *Institut de Hautes Études de l’Amerique Latine* – França;
- Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia de Curitiba (CENECT);
- Instituto Brasileiro de Pós-graduação e Extensão e o Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia do Ministério da Justiça;
- Livraria do Advogado Editora;
- Universidade de São Paulo (USP);
- Faculdades de Direito, Economia e História da UFSM;

3. Projetos em Desenvolvimento

3.1- Projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento no Curso de Ciências Econômicas (CCE) de 2007 a 2008 – Linha de Pesquisa: Economia Internacional

Os projetos desenvolvidos na graduação, nos dois últimos anos, estão elencados no Quadro 01.

Quadro 01 – Projetos desenvolvidos na graduação, por temas e metodologias, nos últimos dois anos.

TEMA	TÍTULO	METODOLOGIA
Economia Financeira (Mercados Financeiros Internacionais)	Risco-Brasil: os fatores internos e externos determinantes de EMBI+Brasil	Econometria
		(Co-integração - <i>Johansen</i>)
Movimentos Internacionais de Fatores de Produção; Negócios Internacionais (Firmas Multinacionais)	Política industrial e dinâmica comercial: uma análise comparativa entre Brasil, Coréia do Sul e México no período 1991-2005	Analítico-comparativo
Comércio (Modelos Neoclássicos de Comércio)	Diferenças de produtividade total dos fatores da agricultura entre EU e América do Sul: aplicação do índice <i>Malmquist</i> (1980-2002)	<i>DEA: Data Envelopment Analysis</i> e Índice de <i>Malmquist</i>
Comércio (Estudos de Comércio na indústria e no País)	Mercado de carbono: a inserção da economia brasileira	Analítico-comparativo
Comércio (Estudos de Comércio na indústria e no País)	A dinâmica das exportações brasileiras de carne bovina (1994-2005)	<i>Constant Market Share</i>
Comércio (Política Comercial: Protecionismo; Promoção; Negociações Comerciais)	A crise da economia cubana: impactos e alternativas	Analítico-comparativo
Aspectos Macroeconômicos do Comércio e das Finanças Internacionais (Crescimento Econômico de Economias Abertas)	As políticas cambiais de estabilização com âncora cambial de Brasil e Argentina e seus impactos no desemprego no período de 1991 a 2002	Analítico-comparativo
Aspectos Macroeconômicos do Comércio e das Finanças Internacionais (Crescimento Econômico de Economias Abertas)	Alteração do regime cambial na Argentina e o comportamento da taxa de câmbio de curto prazo	Analítico-comparativo

PESQUISAS EM RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

Finanças Internacionais (Câmbio)	O mercado de arroz e a política cambial brasileira 1994-200	Analítico-Comparativo
Finanças Internacionais (Movimentos de capital)	A contribuição da poupança externa para o investimento na economia brasileira no período de 1990 a 2005	Analítico-Comparativo
Aspectos Macroeconômicos do Comércio e das finanças Internacionais (Coordenação de políticas Internacionais)	Integração monetária: uma abordagem ao caso do Euro	Analítico-Comparativo
Comércio (Estudos de Comércio na indústria e no País)	As exportações brasileiras de soja em grãos para a China no período de 1995 a 2005	Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR), Índice de Orientação Regional
Comércio (Estudos de Comércio na indústria e no País)	Padrão de especialização do fluxo de comércio exterior do Rio Grande do Sul: análise sob a perspectiva de comércio intra-industrial	Índice de comércio intra-indústria
Comércio (Estudos de Comércio na indústria e no País)	O desempenho das exportações de carne suína brasileira no período de 1994 a 2005	Índice de vantagens comparativas reveladas (VCR), Índice de posição de Mercado (POS) e Índice de Intensidade de Comércio (IIC)
Comércio (Integração Econômica)	Intensidade de comércio do Brasil com a União Européia, Nafta e Mercosul (1996 a 2006)	Índice de Intensidade de Comércio (IIC)
Finanças Internacionais (Câmbio)	A crise cambial brasileira de 1999	Analítico-comparativo
Comércio (Política Comercial: protecionismo)	Barreiras não-tarifárias e a competitividade da carne bovina brasileira para o EUA no período de 1994-2000	Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR)
Finanças Internacionais (Movimentos de Capital)	Investimento estrangeiro direto da Espanha no Brasil	Analítico-comparativo
Aspectos Macroeconômicos do Comércio e das Finanças internacionais (Coordenação de Políticas)	Coordenação de políticas macroeconômicas no Mercosul: da criação do Bloco até 2007	Analítico-comparativo
Comércio (Estudos de Comércio na indústria e no País)	A competitividade da soja brasileira: uma relação entre o mercado mundial e o mercado da União Européia no período de 1991 a 2005	<i>Constant Market Share</i> , Índice de Vantagens Comparativas Reveladas e Orientação Regional

Aspectos Macroeconômicos do Comércio e das Finanças Internacionais (Macroeconomia da Economia Aberta)	Determinantes da balança comercial do agronegócio brasileiro no período de 1990 a 2007	Econometria (Co-integração - Johansen)
Economia Financeira (Mercado Financeiro)	<i>Spread</i> : uma análise de lucratividade nos contratos futuros do algodão da BM&F e NYBOTT	Hipótese dos Mercados Eficientes (<i>Barret & Kolb</i> , 1995)
Comércio (Estudos de Comércio na indústria e no País)	As exportações de carne bovina dos países do Mercosul no período de 1986 a 2004: uma análise de <i>Constant Market-Share</i>	<i>Constant Market Share</i>
Comércio (Modelos Neoclássicos)	Termos de troca e crescimento das principais Nações exportadoras de petróleo da América Latina de 1997 a 2006	Análítico-comparativo
Finanças Internacionais (Empréstimos Internacionais)	A dinâmica e o perfil da dívida pública brasileira (1980-2006)	Análítico-comparativo

3.2- Projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento no Curso de Mestrado em Integração Latino-Americana (MILA) de 2007 a 2008 - Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento

O Quadro 2 reúne os resultados de projetos desenvolvidos nos dois últimos anos no MILA, por temas e metodologias empregadas.

Quadro 02 – Projetos desenvolvidos no pós-graduação, por temas e metodologias.

TEMA	TÍTULO	METODOLOGIA
Aspectos Macroeconômicos do Comércio e das Finanças Internacionais (Coordenação de Políticas Internacionais)	Aspectos fiscais quanto a possibilidade de unificação monetária do Mercosul: uma análise de déficit e da dívida à luz da experiência europeia	Teoria de Jogos
Comércio (Política Comercial; Promoção; negociações Comerciais)	Mecanismos de adaptação competitiva no Mercosul: o caso da Argentina e do Brasil	Análítico-comparativo
Aspectos Macroeconômicos do Comércio e das Finanças Internacionais (Coordenação de Políticas Internacionais)	Modelo de crescimento de <i>Thirlwall</i> : análise para Argentina e Brasil	Econometria (Co-integração - <i>Johansen</i>)
Comércio (Estudos de Comércio na indústria e no País)	Criação e desvio de comércio no Mercosul: o caso do arroz em casca	Índice de Vantagens Comparativas Revelada (VCR)s
Comércio (Política Comercial: Protecionismo; Promoção; Negociações Comerciais)	Transmissão do preço de trigo entre países do Mercosul e Estados Unidos no período de 1995-2005	Econometria (Co-integração - <i>Johansen</i>)
Finanças Internacionais (Ajustes nas CC; Movimento de Capital de CP)	A inserção econômica internacional e a vulnerabilidade do Brasil e da Argentina (1990-1999)	Análítico-comparativo (Coeficientes de Abertura Externa e Contas do Balanço de Pagamentos)
Comércio (Política Comercial: Protecionismo; Promoção; Negociações Comerciais)	A tributação do arroz no Mercosul: seu reflexo na produção e no consumo	Análítico-Comparativo
Geral	As novas relações Estado-Sociedade: o papel desempenhado pelos movimentos sociais	Análítico-Comparativo
Movimentos Internacionais de Fatores de Produção; Negócios Internacionais (Firmas Multinacionais)	Reestruturação patrimonial de empresas no Brasil e na Argentina (1990-1999)	Análítico-Comparativo
Finanças Internacionais (Acordos Monetários e Instituições Internacionais)	A crise dos 80 anos e a busca da estabilização – as experiências das economias Argentina e brasileira	Análítico-Comparativo
Finanças Internacionais (Acordos Monetários e Instituições Internacionais)	Crises econômicas na América latina: análise da experiência mexicana e brasileira na década de 90	Econometria (Co-integração - <i>Johansen</i>)
Aspectos Macroeconômicos do Comércio e das Finanças Internacionais (Crescimento Econômico de Economias Abertas)	Países em desenvolvimento da Ásia e América Latina: uma avaliação empírica sobre suas estratégias de desenvolvimento	Análise uni e multivariada

4. Perspectivas e avaliação da pesquisa na Instituição no contexto da pesquisa em REI

Os projetos de pesquisa recentemente registrados no Gabinete de Estudos e Apoio Institucional Comunitário (GEAIC) do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) estão arrolados no quadro 03. Esses projetos terão desdobramentos para o biênio 2007-2008.

Quadro 03 – Projetos registrados no GEAIC/CCSH/UFSM com previsão de execução para os próximos dois anos

TEMA	TÍTULO	METODOLOGIA
Aspectos Macroeconômicos do Comércio e das Finanças Internacionais (Coordenação de Políticas Internacionais)	Políticas cambiais e integração econômica: uma perspectiva a partir do Brasil e da Argentina de 1990 a 2006	Econometria (Co-integração – <i>Johansen</i>)
Comércio (Modelos Neoclássicos de Comércio)	A composição do comércio internacional das regiões nordeste, sudeste e sul do Brasil: uma abordagem das vantagens comparativas	Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR)
Comércio (Estudos de Comércio na indústria e no País)	Competitividade e padrão de comércio do Rio Grande do Sul para Rússia, Índia e China: análise por meio de indicadores de competitividade revelada e intra-indústria (1996-2006)	Índice de Competitividade Revelada
Aspectos Macroeconômicos do Comércio e das Finanças Internacionais (Crescimento Econômico de Economias Abertas)	Balança comercial do agronegócio brasileiro (1989 a 2007): uma avaliação dos impactos de variáveis macroeconômicas	Análítico-Comparativo
Movimentos Internacionais de Fatores de Produção; Negócios Internacionais (Investimento Internacional)	O investimento externo direto e as contas externas do Brasil (1990 a 2005)	Análítico-Comparativo
Aspectos Macroeconômicos do Comércio e das Finanças Internacionais (Macroeconomia da Economia Aberta)	Modelos de crises cambiais: aplicação sobre os países emergentes	Análítico-Comparativo
Comércio (Estudos de Comércio na Indústria e no País)	O intercâmbio comercial entre Brasil, China, Índia e Rússia: O caso da região Sul	Análítico-Comparativo
Movimentos Internacionais de Fatores de Produção; Negócios Internacionais	Fusões e aquisições de empresas no Brasil de 1990 a 2006	Análítico-Comparativo
Aspectos Macroeconômicos do Comércio e das Finanças Internacionais (Coordenação de políticas Internacionais)	Políticas cambiais e integração econômica: uma perspectiva a partir do Brasil e Argentina	Econometria (Co-integração – <i>Johansen</i>)

Os resultados, por grupos temáticos e metodologias usuais, na Graduação, excluídos os projetos recentemente registrados no GEaIC, são apresentados no Quadro 04.

Quadro 04 – Resultados agrupado, por temas e metodologias, da graduação

Grupo	Especificação do Grupo	Analítico-Comparativo	Econometria ¹	Índices de Trocas ²	Outros ³
					(Teoria de Jogos; DEJ)
Comércio	Modelos Neoclássicos	1	-	-	1
	Política Comercial: Protecionismo; Promoção; Negociações Comerciais	1	-	1	-
	Estudos de Comércio na Indústria e no País	2	-	6	-
	Integração Económica	-	-	1	-
Movimentos Internacionais de Fatores de Produção; Negócios Internacionais	Investimento Internacional; Movimentos de Capital de longo Prazo	1	-	-	-
	Firmas Multinacionais; Negócios Internacionais	1	-	-	-
Finanças Internacionais	Câmbio	2	-	-	-
	Ajustes nas CC; Movimentos de Capital de Curto Prazo	2	-	-	-
	Empréstimos Internacionais e Problemas de Débito	1	-	-	-
Aspectos Macroeconómicos do Comércio e das Finanças Internacionais	Macroeconomia da Economia Aberta	-	1	-	-
	Coordenação de políticas Internacionais	2	-	-	-
	Crescimento Económico de Economias Abertas	2	1	-	-
Economia Financeira	Mercados Financeiros Internacionais	-	1	2	-

Os resultados, por grupos temáticos e metodologias usuais, no MILA, excluídos os projetos recentemente registrados no GEaIC, são apresentados no Quadro 05.

Quadro 05 – Resultados agrupado, por temas e metodologias, da graduação

Grupo	Especificação do Grupo	Analítico-Comparativo	Econometria ¹	Índices de Trocas ²	Outros ³
					(Teoria de Jogos; DEJ)
Comércio	Modelos Neoclássicos	-	-	-	-
	Política Comercial: Protecionismo; Promoção; Negociações Comerciais	2	1	-	-
	Estudos de Comércio na Indústria e no País	-	-	1	-
	Integração Económica	-	-	-	-
Movimentos Internacionais de Fatores de Produção; Negócios Internacionais	Investimento Internacional; Movimentos de Capital de longo Prazo				
	Firmas Multinacionais; Negócios Internacionais	1	-	-	-
Finanças Internacionais	Câmbio	-	-	-	-
	Ajustes nas CC; Movimentos de Capital de Curto Prazo	1	-	-	-
	Acordos Monetários e Instituições Internacionais	-	1	-	-
	Empréstimos Internacionais e Problemas de Débito	-	-	-	-
Aspectos Macroeconómicos do Comércio e das Finanças Internacionais	Macroeconomia da Economia Aberta	-	-	-	-
	Coordenação de Políticas Internacionais	-	1	-	1
	Crescimento Económico de Economias Abertas	-	1	-	-
Economia Financeira	Mercados Financeiros Internacionais	-	-	-	-

A notação indicada significou, quando referida ao sub-índice, (1) modelos econométricos de co-integração envolvendo o procedimento de *Johansen* e cálculo de vetores de longo e curto prazos, assim como choques de curto e longo prazos. Inclui, também, a análise multivariada e de cofatores. O sub-índice (2) nos remeteu aos diversos índices objeto de instrumentalização dos trabalhos, tais como o de vantagens comparativas reveladas, coeficientes de abertura externa; modelo *constant market share*, de orientação regional, e Índice de *Malmquist* e o índice de intensidade de comércio. Por fim, o sub-índice (3) destacou as metodologias menos usuais, mas de importância não menor para efeito de análise, tais como teoria de jogos e o *DEA: Data Envelopment Analysis*, relacionado com fronteiras estocásticas.

As tabelas, a seguir, reúnem os resultados dos projetos de pesquisas desenvolvidos nos últimos dois anos, na linha de pesquisa em **economia internacional**, na graduação e no pós-graduação, por área temática (tabela 01) e metodologias (tabela 02). Por áreas temáticas, a tabela 02 mostra que o tema **Comércio** representa 48% dos projetos desenvolvidos na graduação e, um pouco menos, 40%, na pós-graduação, e que **Estudos de Comércio na Indústria e no País** concentram mais esforços na graduação e, **Política Comercial: Protecionismo; Promoção; Negociações Comerciais**, por outro lado, na pós-graduação. Esses resultados estão em consonância com eixo temático dos Grupo de Pesquisas de Integração Regional (IR) e Agricultura e comércio internacional (ESAI).

Tabela 01– Resultados, por áreas temáticas, na graduação e no pós-graduação.

Áreas temáticas	Graduação	Pós-Graduação (MILA)	Total
Comércio	14	4	17
Movimentos Internacionais de Fatores de Produção; Negócios Internacionais	2	1	3
Finanças Internacionais	5	2	7
Aspectos Macroeconômicos do Comércio e das Finanças Internacionais	6	3	9
Economia Financeira	2	-	3
Total	29	10	39

Fonte: Autor

Por metodologias, observa-se, na tabela 02, a metodologia definida, para efeito desta avaliação, como analítico-comparativa. Destacam-se, na graduação, aproximadamente, 51% relativamente às demais, ao passo que, na pós-graduação, divide 40% do total com a econometria. Se considerarmos outros métodos de caráter quantitativo, aqui definidos como Índices, esse percentual, na pós-graduação, eleva-se a 60%, o que reflete a estrutura disciplinas do mestrado que enfatiza a aplicação desses métodos. Por método analítico-comparativo entendem-se todos os trabalhos que associam um modelo analítico-hipotético extraído de um referencial teórico aos dados considerados relevantes a partir daquele modelo conceitual-analítico.

Tabela 02 – Resultados, por metodologias empregadas, na graduação e no pós-graduação.

Metodologia	Graduação	Pós-Graduação (MILA)	Total
Analítico-comparativo	15	4	18
Econometria	3	4	7
Índices	10	1	11
Outras	1	1	2
Total	29	10	39

Fonte: Autor

Por essas tabelas (01 e 02), nota-se que, na pós-graduação, a área de Economia Financeira não tem tido desdobramentos, pelo menos nesta amostra dos dois últimos anos, temática essa desenvolvida ou de interesse dos alunos de graduação. Por outro lado, do ponto de vista metodológico, graduação e pós-graduação estão perfeitamente alinhados, guardadas as devidas proporções.

Observam-se outras lacunas relativas às explorações temáticas. Por exemplo, na temática dominante de Comércio, constata-se as inexistências de estudos relacionando o comércio com o mercado de trabalho, assim como previsões e simulações de comércio. No que se refere aos estudos relativos aos movimentos internacionais de fatores de produção e negócios internacionais, nenhum esforço foi detectado para estudar as migrações internacionais. No tema de finanças internacionais, não se verificou trabalho sobre acordos monetários e instituições financeiras e aspectos financeiros da integração econômica. Estudos de previsão e simulação não foram realizados no tema relacionado com os aspectos macroeconômicos do comércio e das finanças internacionais. Tais lacunas, provavelmente, significam a inexistência

de uma definição temática mais clara e específica pelos Grupos de Pesquisa, permitindo uma gravitação em torno de uma temática mais genérica, com prejuízos evidentes tanto na formulação de objetivos quanto de metodologias utilizadas.

Um ponto que merece destaque, salvo melhor juízo, é o caráter empírico dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos diferentes Grupos de Pesquisa com foco em economia internacional. Projetos com objetivos exclusivamente teóricos não foram detectados na amostra, o que reforça o perfil de aplicação de métodos originado, provavelmente, da formação do corpo docente, na sua grande maioria, com doutoramento em economia aplicada.

Para finalizar, ressaltam-se os aspectos relacionados com os desdobramentos de pesquisas futuras e convênios, com sua manutenção e com o estabelecimento de novos. Considerando-se que um Grupo de Pesquisa representa um conjunto de pesquisadores, estudantes e técnicos administrativos que tem em comum linhas de pesquisas de onde originam projetos cujos resultados guardam afinidades entre si, qualquer desdobramento institucional relativo à manutenção e/ou criação de cursos, seja de graduação, seja de pós-graduação, não deve interferir nos Grupos de Pesquisa. Em relação aos Convênios, no entanto, não se pode dizer o mesmo. Os Convênios vinculados a Cursos devem expirar quando o Curso é suspenso ou descredenciado. No caso do Mestrado em Integração Latino-Americana (MILA), fato este verificado, é provável que isso aconteça já que o mesmo foi descredenciado pela CAPES (<http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>). Talvez o Grupo de Pesquisa de política externa brasileira e os desafios do desenvolvimento dos países menos avançados (o caso do Haiti, vinculado ao MILA), por seu caráter institucional abrangente e de sua idealização política, seja garantido institucionalmente, de forma direta, pelo Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), até o cumprimento de seus objetivos. Uma alternativa a ser considerada é uma subunidade da Universidade incorporar o MILA. O Departamento de Ciências Econômicas (DCE) seria um candidato natural.

Em contrapartida, há boa perspectiva de novos Convênios. Deve-se mencionar a possibilidade de convênio com o Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) do Centro Socioeconômico (CSE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cuja finalidade é articular a pesquisa, a extensão e o ensino, criando condições para um desenvolvimento criativo e eficiente sob um marco teórico-metodológico latino-americano e consistente

em termos científicos e políticos. Eis uma nova perspectiva de campo de atuação na pesquisa que se descortina num futuro próximo, que exigirá dos Grupos de Pesquisa vinculados ao Departamento de Ciências Econômicas (DCE) um esforço renovado, inclusive pela orientação metodológica e político-ideológica proposta pelo IELA.



Estudos de Economia Internacional – IPEA: 2000-2009¹

*Honorio Kume*²

*Guida Piani*³

*Pedro Miranda*⁴

1. Introdução

No IPEA, as pesquisas em Economia Internacional têm sido elaboradas basicamente na Coordenação de Comércio Exterior e Política Comercial da Diretoria de Estudos Macroeconômicos (DIMAC) e na Coordenação de Crescimento e Produtividade⁵ da Diretoria de Estudos Setoriais (DISET)⁶. Recentemente, foi criada a Coordenação de Estudos das Relações Internacionais⁷ e do Desenvolvimento na Diretoria de Comunicação Internacional e Desenvolvimento (DICOD), que terá uma agenda de estudos sobre a inserção internacional do Brasil sempre vinculada ao processo de crescimento econômico sustentável e a questões de equidade social⁸.

¹ Este trabalho foi preparado para o I Seminário sobre Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais, organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão, pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais e pelo Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores e realizado no dia 5 de dezembro de 2008, no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro.

² Coordenador da área de Comércio Exterior e Política Comercial da DIMAC/IPEA. E-mail: honorio.kume@ipea.gov.br

³ Pesquisadora da Coordenação de Comércio Exterior e Política Comercial da DIMAC/IPEA. E-mail: guida.piani@ipea.gov.br

⁴ Pesquisador da Coordenação de Comércio Exterior e Política Comercial da DIMAC/IPEA. E-mail: pedro.Miranda@ipea.gov.br

⁵ Coordenado por João Alberto De Negri. E-mail: joao.denegri@ipea.gov.br

⁶ As outras são: Diretoria de Estudos Setoriais, Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos, Diretoria de Comunicação Internacional e Desenvolvimento e Diretoria de Administração e Finanças.

⁷ Coordenado por Luciana Acioly. E-mail: luciana.acioly@ipea.gov.br

⁸ Para maiores detalhes, ver Theodoro (2008).

Este trabalho tem como objetivo efetuar um balanço das pesquisas na área de Economia Internacional realizadas pelo IPEA no período 2000-2008, descrever as pesquisas em andamento e aquelas a serem executadas nos próximos anos e apontar temas para futuros estudos.

Além desta breve introdução, o texto está organizado em mais cinco seções. Na primeira, é feito um balanço das pesquisas realizadas no período 2000-2008. A seção seguinte trata dos trabalhos em andamento. Na terceira seção, descreve-se a agenda programada para 2009. A quarta seção é dedicada às parcerias do IPEA com outras instituições. A última seção apresenta algumas sugestões para um programa de pesquisas futuras.

2. Balanço das pesquisas no período 2000-2008

No período 2000-2008, foi produzida no IPEA uma grande quantidade de estudos na área de Economia Internacional, tendo sido alcançado um total de 128 publicações. Dada a diversidade dos temas e das metodologias desenvolvidas, tornou-se necessário adotar um sistema de classificação que possibilitasse agrupar as pesquisas de acordo com suas análises dos diversos aspectos abrangidos pela área de Economia Internacional.

Inicialmente, com base no levantamento efetuado por Mendes (2008)⁹ das publicações do IPEA na área de Economia Internacional, no período 2000-2008, foram atribuídos códigos para os artigos – capítulos de livros e Textos para Discussão – correspondentes ao sistema de classificação do **Journal of Economic Literature (JEL)** da **American Economic Association**.

Por esse sistema, os assuntos são agrupados em seis blocos de dois dígitos: F0 - Geral, F1 - Comércio, F2 - Movimentos Internacionais de Fatores e Negócios Internacionais, F3 - Finanças Internacionais, F4 - Aspectos Macroeconômicos do Comércio Internacional e Finanças e F5 - Relações Internacionais e Economia Política Internacional, sendo que cada um deles tem várias subdivisões de temas, a três dígitos.

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos artigos publicados no IPEA nesse sistema de classificação. Pode-se notar uma forte concentração no grupo F1 – Comércio, com 99 artigos, o que corresponde a 77,3% do total de 128. O restante está distribuído em F3 - Finanças Internacionais (13 artigos) e F2 - Movimentos Internacionais de Fatores e Negócios Internacionais (12) e F4 - Aspectos

⁹ Nesse trabalho foram feitas pequenas modificações como inclusão ou exclusão de Textos para Discussão e livros.

Macroeconômicos do Comércio Internacional e Finanças (4). Nenhum trabalho foi classificado em F0 - Geral e F5 - Relações Internacionais e Economia Política Internacional.

Em F1 - Comércio, uma maior quantidade de artigos está classificada em F15 - Integração Econômica (28 artigos), F13 - Política Comercial; Organizações Internacionais de Comércio (25), F11 - Modelos Neoclássicos de Comércio (10) e F12 - Modelos de Comércio com Concorrência Imperfeita e Economias de Escala (8).

Geralmente, os trabalhos sobre Integração Econômica procuram avaliar os impactos potenciais de acordos de livre-comércio que estiveram na pauta de negociações do Brasil ou, na maioria dos casos, do MERCOSUL - com África do Sul, Índia, ALCA (geralmente considerando os EUA e o Canadá como mercados representativos), México e União Européia-, principalmente sobre o volume de comércio e, em alguns casos, sobre o emprego e a produção regional.

Tabela 1 – N° de estudos em Economia Internacional publicados pelo IPEA, segundo JEL: 2000-2008

Código	Descrição	Número de trabalhos
F0	Geral	
F00	Geral	
F01	Visão Global	
F02	Ordem Econômica Internacional	
F1	Comércio	99
F10	Geral	3
F11	Modelos Neoclássicos de Comércio	10
F12	Modelos de Comércio com Concorrência Imperfeita e Economias de Escala	8
F13	Política Comercial; Organizações Internacionais de Comércio	25
F14	Estudos de Comércio Setoriais e de País	12
F15	Integração econômica	28
F16	Interações entre Comércio e Mercado de Trabalho	5
F17	Previsão e Simulação de Comércio	2
F18	Comércio e Meio Ambiente	2
F19	Outros	
F2	Movimentos Internacionais de Fatores e Negócios Internacionais	12
F21	Investimento estrangeiro; fluxos de Capitais de Longo Prazo	
F22	Migração Internacional	
F23	Empresas Multinacionais; Negócios Internacionais	12
F24	Remessas	
F29	Outros	
F3	Finanças Internacionais	13
F30	Geral	
F31	Taxa de Câmbio	4
F32	Ajustamento nas Contas Correntes e Fluxos de Capitais de Curto Prazo	2
F33	Sistema Monetário Internacional e Instituições	
F34	Empréstimos Internacionais e endividamento externo	
F35	Ajuda Estrangeira	
F36	Aspectos Financeiros da Integração econômica	7
F37	Previsão e Simulação em Finanças Internacionais	

F39	Outros	
F4	Aspectos Macroeconômicos do Comércio Internacional e Finanças	4
F40	Geral	
F41	Macroeconomia de uma Economia aberta	
F42	Coordenação de Política Internacional e transmissão	
F43	Crescimento Econômico em uma Economia Aberta	3
F47	Previsão e Simulação	1
F49	Outros	
F5	Relações Internacionais e Economia Política Internacional	
F50	Geral	
F51	Conflitos Internacionais; Negociações; sanções	
F52	Segurança Nacional; Nacionalismo Econômico	
F53	Acordos e Práticas Internacionais	
F54	Colonialismo; Imperialismo Pós-colonialismo	
F55	Acordos Institucionais Internacionais	
F59	Relações Internacionais e Economia Política Internacional; outros	
	Total	128

Fonte: elaboração própria.

Nesses estudos, quase sempre foi adotado o modelo de equilíbrio parcial computável, que, apesar das suas limitações, oferece estimativas dos efeitos sobre o comércio em um nível de classificação setorial mais detalhado. Em um número menor de trabalhos, recorreu-se ao modelo de equilíbrio geral computável, que permite incorporar as influências das relações intersetoriais e das variáveis macroeconômicas que são afetadas pelas alterações nos fluxos de comércio exterior.

Outros trabalhos optaram por uma análise mais qualitativa das mudanças nos fluxos de comércio decorrentes de acordos comerciais, utilizando-se indicadores de competitividade, tais como os de vantagem comparativa revelada, conteúdo tecnológico, intensidade de comércio e índices de comércio intraindústria.

O IPEA também deu um grande destaque em suas pesquisas às questões do MERCOSUL, avaliando e apresentando propostas de política para o aprofundamento desse programa de integração, identificando as barreiras não tarifárias remanescentes no comércio intrarregional e estimando o seu impacto sobre as exportações destinadas aos parceiros, analisando as características do comércio regional e participando do debate sobre a opção entre uma área de livre comércio ou a de uma união aduaneira para o MERCOSUL.

Na área de Política Comercial; Organizações Internacionais de Comércio, as pesquisas deram ênfase à avaliação das políticas comerciais do Brasil e de nossos principais consumidores. A análise das políticas de exportação e importação do Brasil teve como objetivo identificar deficiências e sugerir medidas para seu aprimoramento; em relação a

terceiros países, procurava-se identificar as principais restrições não tarifárias e estimar sua importância.

Em Modelos Neoclássicos de Comércio, merecem destaque os estudos que procuraram estimar as elasticidades de exportação, de importação e de substituição entre os produtos doméstico e importado, que são fundamentais para os exercícios de simulação, tanto *ex-ante* como *ex-post*, dos impactos provocados pelos acordos comerciais sobre a economia e permitem realizar previsões sobre o desempenho do comércio exterior brasileiro.

Na área de Modelos de Comércio com Concorrência Imperfeita e Economias de Escala, ao contrário dos modelos tradicionais – que recorrem à firma representativa para caracterizar um setor de atividade –, deu-se prioridade à abordagem teórica que considera as empresas heterogêneas, com tamanho, produtividade e intensidade no uso de fatores diferenciados e, sobretudo, que respondem de forma desigual aos incentivos (Melitz, 2008). Nos anos recentes, os trabalhos de comércio, seja de modelos teóricos, seja de natureza empírica, baseados no comportamento de firmas heterogêneas têm aumentado significativamente.

No IPEA, a partir da base de dados¹⁰ organizada por João Alberto De Negri, em 1997, diversos estudos com esse novo enfoque metodológico têm sido realizados e estão reunidos em livros organizados por De Negri e Salerno (2005), De Negri e Araújo (2006) e De Negri, De Negri e Coelho (2006).

Na área de Movimentos Internacionais de Fatores e Negócios Internacionais, os estudos centraram-se basicamente nos determinantes do investimento estrangeiro no Brasil, sua distribuição setorial e seus impactos sobre a economia.

3. Linhas de pesquisa e estudos atuais

Nesta seção, descrevem-se resumidamente as pesquisas em andamento no IPEA, de acordo com os grandes temas trabalhados por cada uma das coordenações.

¹⁰ O banco de dados é composto de informações obtidas da Pesquisa Industrial-Inovação Tecnológica (PINTEC), da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) e da Pesquisa Industrial Anual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Censo do Capital Estrangeiro (CEB) e do Registro de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) do Banco Central do Brasil (BCB) e de compras governamentais do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

3.1 Coordenação de Comércio Exterior e Política Comercial – DIMAC

Esta coordenação tem duas linhas de pesquisa: análise e propostas para a consolidação do MERCOSUL e avaliação da política comercial brasileira. Os estudos que estão sendo realizados são:

i) Brasil uma economia aberta? Evidências empíricas para o período 1990-2000

A partir do ano de 1990, o Brasil efetuou um programa unilateral de liberalização das importações, eliminando as barreiras não tarifárias e reduzindo a tarifa aduaneira média de 32,2% em 1990 para 10,7%, em 2005, ainda que com alguns retrocessos pontuais em decorrência de problemas macroeconômicos.

Esse notável desempenho estimulou o debate sobre a continuidade ou não do processo de abertura comercial, que é recorrente e se acentua na presença de desequilíbrios da taxa de câmbio. De um lado, um grupo de economistas assinala os ganhos que uma liberalização adicional proporcionaria sobre a produtividade e o investimento privado, fatores fundamentais para o crescimento econômico. De outro, os autores apontam as inconveniências de uma redução tarifária em um cenário com fortes flutuações da taxa de câmbio e a necessidade de preservar o poder de barganha nas negociações comerciais de acesso aos mercados externos.

No entanto, tais argumentações normalmente baseiam-se na comparação dos coeficientes de abertura comercial, medidos pela relação exportação mais importação sobre o PIB e pelas tarifas aduaneiras médias aplicadas. Ambos os indicadores apresentam deficiências, que tornam essas comparações sujeitas a controvérsias.

Diante disso, optou-se por estimar uma equação gravitacional baseada em concorrência monopolística, que permitirá comparar de forma mais apropriada os coeficientes de importações entre pares de países, no período 1990-2000, propiciando uma análise mais acurada do grau de abertura comercial do Brasil.

ii) Mudanças na COFINS e no PIS-PASEP e a estrutura de incentivos à produção doméstica

Em 2004, a COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e o PIS- (Programa de Integração Social) sofreram três mudanças importantes. Primeiro, passaram a ser tributos neutros quanto à origem do produto, sendo cobrados igualmente sobre a produção doméstica e as

importações. Segundo, a base de incidência passou a ser o valor adicionado, deixando de ser impostos de natureza cumulativa. Terceiro, as alíquotas foram elevadas de 3% e 0,65%, respectivamente, para 7,6% e 1,65%.

A incidência dessas contribuições sobre as importações pode alterar significativamente o grau de proteção nominal desfrutado pela produção interna. No regime de tributação anterior, ao serem cobrados somente sobre a produção doméstica, o COFINS e o PIS reduziam o grau de proteção nominal e efetiva.

O objetivo deste trabalho é estimar o impacto da COFINS e do PIS sobre a estrutura de incentivos à produção doméstica, medida pelas taxas de proteção efetiva.

iii) Medidas antidumping nos EUA e impactos sobre as exportações brasileiras

Nas últimas décadas, os instrumentos tradicionais de apoio à produção doméstica foram aos poucos sendo substituídos por novas formas de proteção, como o direito *antidumping* (AD). A importância desta medida fica evidente na observação do número de processos abertos: entre 1988 e 2007, mais de 4.600, por 46 países.

Este mecanismo de controle das importações tem gerado forte debate nos fóruns internacionais. Nas negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), por exemplo, o governo brasileiro insistiu na necessidade de rever os critérios de aplicação deste instrumento, enquanto o governo norte-americano só admitia abordar este tema no âmbito das negociações multilaterais promovidas pela Organização Mundial do Comércio.

Esse estudo procura estimar o impacto sobre as exportações brasileiras decorrente da aplicação de direitos *antidumping* pelos EUA.

3.2 Coordenação de Crescimento e Produtividade - DISET

Esta coordenação tem como linha de pesquisa os estudos baseados no comportamento das empresas brasileiras, com base no banco de dados citado anteriormente.

No corrente ano, está sendo elaborada a pesquisa “Potencial exportador da produção brasileira: indústria e serviços”, inserida no esforço do governo brasileiro consubstanciado na Política de Desenvolvimento da Produção, que, entre outros objetivos, busca um aumento de 10% no número de firmas

exportadoras. Os resultados alcançados contribuirão para apoiar a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX Brasil –, através do mapeamento das firmas potenciais exportadoras (aquelas que não exportam, mas que apresentam características muito semelhantes às que exportam), que, uma vez detectados, poderão receber apoio daquela agência.

4. Pesquisas programadas para 2009

Para o próximo ano, foram selecionados os temas abaixo descritos.

4.1 Coordenação de Comércio Exterior e Política Comercial – DMAC

Essa coordenação procurará executar os seguintes estudos:

i) Brasil e China são competidores no mercado norte-americano?

As importações norte-americanas de produtos brasileiros ocupam ainda uma posição importante na pauta brasileira de exportações (cerca de 16%, em 2006), especialmente em setores de bens manufaturados, onde é intensa a concorrência com as exportações chinesas.

Essa pesquisa tem como objetivo identificar, através da evolução comparativa das importações norte-americanas de produtos chineses e brasileiros, os setores em que o Brasil ganhou ou perdeu participação no mercado dos Estados Unidos, no período 2000-2007. Adicionalmente, serão calculados os preços unitários dos produtos de ambas as procedências, a fim de examinar os eventuais impactos de diferenças nos preços relativos sobre a evolução das exportações competitivas.

Como benefícios, este estudo poderá viabilizar a coleta de informações para possíveis mudanças nas estratégias empresarias de exportação de certas indústrias brasileiras.

ii) Determinantes do comércio total e intraindústria no Brasil: 1990-2006

O desempenho do comércio intrarregional tem sido usualmente citado como o principal indicador de sucesso do MERCOSUL. De fato, a participação das exportações intrarregionais do Brasil no total passou de 4,2%, em 1990, para 17,4%, em 1998. A parcela das importações originárias

dos países sócios no total também aumentou de 10,9%, em 1990, para 16,3%, em 1998. No entanto, a partir deste último ano, a participação tanto das exportações como das importações no total declinou substancialmente até 2002, devido à grave crise econômica por que passaram as economias da região, com taxas negativas de variação do PIB, à exceção do Brasil, que registrou taxas de crescimento positivas, porém bastante reduzidas. A partir de 2003, teve início uma recuperação econômica, mas a participação das exportações e das importações intrarregionais aumentou levemente, alcançando, respectivamente, 10,1% e 9,8%, em 2006.

É possível que o comércio intrarregional observado no período 2002-2006 corresponda a um valor “normal”, após os ajustamentos verificados principalmente na taxa de câmbio e na renda? Colocado de outra forma, o comércio intrarregional no período 1994-1998 estaria inflado pela competitividade artificial decorrente de políticas cambiais e níveis de atividade diferentes?

A pesquisa tem como foco responder a três questões específicas:

a) o comércio do Brasil com os demais países do MERCOSUL poderá atingir novamente o patamar alcançado no período 1997-1998?

b) o MERCOSUL elevou a parcela do comércio intraindústria do Brasil?

c) qual a contribuição de novas variedades de bens no crescimento do comércio do Brasil?

iii) O grau de sofisticação das exportações brasileiras no período recente

A crescente valorização da moeda brasileira frente ao dólar, a partir de meados de 2004, tem suscitado preocupações quanto à competitividade da indústria brasileira. Recentemente, para atenuar as dificuldades dos setores de calçados, têxtil e vestuário frente às importações, principalmente as originárias da China, o governo aumentou as tarifas de importação desses bens de 20% para 35%. Quanto às exportações, apesar do desempenho extremamente favorável do valor das vendas externas, autores como Bresser Pereira, entre outros, têm alertado para a possibilidade de uma “doença holandesa” no Brasil, que mudaria a pauta de exportações em favor de produtos mais intensivos em recursos naturais, em detrimento dos bens com maior conteúdo tecnológico.

No entanto, as evidências empíricas disponíveis até o momento sobre a queda relativa da participação das exportações de produtos manufaturados,

segundo diversos critérios de classificação, mostram alterações pouco significativas, não comprovando a ocorrência da “doença holandesa” no Brasil.

O objetivo deste trabalho é buscar medidas alternativas, tais como os índices de sofisticação e de similaridade, que permitam avaliar se o resultado anterior é robusto a mudanças na classificação dos produtos. Essas estimativas serão feitas para os principais países exportadores de produtos manufaturados para o mercado norte-americano no período 1992-2006, o que permitirá comparar a posição brasileira em relação à dos países da OECD e à de um grupo de países em desenvolvimento escolhidos e testar se tem ocorrido uma concentração das exportações em produtos menos sofisticados.

4.2 Coordenação de Estudos das Relações Internacionais e do Desenvolvimento – DICOD

Esta coordenação – criada recentemente – tem como meta a elaboração da pesquisa “Inserção soberana do Brasil em um mundo em transformação”, organizada em três eixos fundamentais (DICOD, 2008).

O primeiro terá por objeto as transformações estruturais em curso na economia global, onde se destacam três questões relevantes. Primeiro, do ponto de vista da Economia Política Internacional, interessa examinar o papel hegemônico exercido pelos Estados Unidos no mundo contemporâneo, os questionamentos à sua liderança e a possível evolução rumo a um mundo multipolar. Em segundo lugar, a questão monetária internacional merecerá atenção específica, de forma a contemplar os debates correntes sobre os desafios ao dólar americano enquanto moeda de reserva internacional, eventuais substitutos/concorrentes a esse papel e as consequências possíveis de uma ordem sem o predomínio claro de uma divisa-chave. Por fim, será analisada a forma como se estruturou o dinamismo recente da economia global, em particular a evolução das economias nacionais e dos blocos regionais, a organização dos fluxos comerciais, as conexões destes fluxos com os de investimento direto estrangeiro e também com as estruturas produtivas nacionais e os movimentos financeiros transfronteiras (DICOD, 2008).

O segundo eixo diz respeito à inserção do Brasil no cenário global em mutação, privilegiando as ligações do país com os mais importantes blocos da economia global, como as estabelecidas com os países desenvolvidos

(Estados Unidos, Europa, Japão), com o polo ascendente da “Ásia dinâmica”, e, não menos importante, com a América do Sul – região de influência natural da economia e da política brasileiras (DICOD, 2008).

Já o terceiro eixo terá um enfoque comparativo entre o Brasil e outros casos nacionais de destaque no período recente, levando-se em consideração os distintos padrões de inserção externa. Candidatos de óbvia importância para tais estudos comparativos são os demais membros do grupo *BRICs* (Rússia, Índia e China), por seu tamanho, desempenho recente e protagonismo (econômico e político) no mundo atual. Outras experiências interessantes para o caso brasileiro e nossos dilemas futuros também podem ser contempladas – como a gestão exitosa da abundância de recursos naturais, de que são exemplos os países nórdicos, o Canadá e a Austrália” (DICOD, 2008).

As pesquisas estarão organizadas por linhas temáticas. Abaixo segue uma descrição dos objetivos dos principais estudos, por eixo.

i) Transformações estruturais em curso na economia global

i.1) Os mercados financeiros globais, segundo países e regiões

Analisar a performance dos mercados de capitais globais, destacando o peso e o crescimento dos principais países e regiões.

i.2) A crise financeira e sua dinâmica

Analisar o desenrolar da crise financeira que, de uma crise de crédito, transformou-se numa crise sistêmica.

i.3) A nova inserção da América Latina no Sistema Mundial

Estudar a nova situação geopolítica da América Latina no início do século XXI, em particular em relação à mudança no grau de apoio local e capacidade de intervenção direta dos EUA, sobretudo na América do Sul.

i.4) A integração financeira da América do Sul: financiamento de curto e longo prazo

Relatar o estágio atual e discutir o potencial e os obstáculos do processo de integração financeira na América do Sul, com ênfase no financiamento externo, tanto de curto como de longo prazo, dada a vulnerabilidade financeira dos países da região.

ii) Inserção do Brasil no cenário global em mutação

ii.1) O financiamento externo da economia brasileira

Analisar a estrutura e a evolução do financiamento externo à economia brasileira no período recente, privilegiando as contas “investimento de carteira” e “outros investimentos” da conta financeira do balanço de pagamentos. Neste tema, ganham destaque algumas questões a serem cobertas na pesquisa, como as ligações do país – em termos de fluxos e de estoques – com as regiões e instituições protagonistas do cenário financeiro global contemporâneo; as novas configurações das condições de solvência e liquidez externas; e a destinação doméstica dos fluxos de entrada de capital.

iii) O Brasil e outros casos nacionais

iii.1) Padrão de desenvolvimento baseado em recursos naturais

Analisar a existência de recursos naturais de alto valor no mercado internacional como um dos condicionantes estruturais do desenvolvimento econômico e das políticas de desenvolvimento. O presente estudo procura examinar esta questão a partir de algumas experiências recentes. O exame destas questões permitirá uma abordagem sobre os desafios que a recente descoberta de petróleo na camada de pré-sal na costa brasileira poderá vir a ter sobre o seu padrão de desenvolvimento.

5. Parcerias com outras instituições

Na execução da agenda apresentada, o IPEA estabeleceu algumas parceiras com outras instituições, como ilustrado a seguir.

5.1 Coordenação de Comércio Exterior e Política Comercial - DIMAC

O IPEA é membro da Rede de Pesquisas Econômicas MERCOSUL, criada em 1998, localizada em Montevideu, que conta com o apoio do *International Development Research Centre* (IDRC) do Canadá. O foco principal da Rede consistia em promover estudos econômicos para

o fortalecimento do processo integração do MERCOSUL. Atualmente é composta por 12 instituições, sendo quatro brasileiras, quatro argentinas, duas paraguaias e duas uruguaias¹¹.

A Rede MERCOSUL tem quatro linhas de pesquisa: comércio e política comercial, investimento estrangeiro e estrutura produtiva, macroeconomia e assimetrias.

Na área de comércio e política comercial, o primeiro trabalho da Rede MERCOSUL tratou das restrições não tarifárias no comércio intrarregional. Coube ao IPEA identificar as principais barreiras que dificultam o acesso aos exportadores brasileiros nos mercados dos demais países e ilustrar a magnitude dos impactos dessas restrições sobre os fluxos de comércio (Berlinski, 2001).

No segundo trabalho, em 2001, a Rede MERCOSUL reuniu um conjunto de especialistas em programas de integração para uma avaliação do então estágio de integração e das perspectivas do MERCOSUL, após 10 anos da assinatura do Tratado de Assunção. Discutiram-se as alterações nas tarifas promovidas pelo governo argentino, principalmente sobre bens de capital e uma eventual reforma tarifária no MERCOSUL (Chudnovsky e Fanelli, 2001).

O IPEA contribuiu com um trabalho que, sob a hipótese de manutenção da união aduaneira, apresentava sugestões para uma reestruturação da tarifa externa comum, tornando-a mais apropriada ao estímulo da competitividade externa e ao crescimento econômico. Levava em conta, ainda, os interesses conflitantes entre os parceiros do MERCOSUL, no caso de um retrocesso em direção a uma área de livre-comércio.

O terceiro estudo da Rede MERCOSUL, em 2005, procurava avaliar qual é o grau de uniformidade efetivamente alcançado na política comercial regional. O estudo mostrou que os países do MERCOSUL ainda estavam bastante distantes de uma política comercial comum, devido às exceções nacionais e setoriais à tarifa externa comum, à presença de regimes especiais

¹¹ As instituições membros são: Argentina – Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), Centro de Investigaciones para la Transformación (CENIT), Instituto Torcuato di Tella (ITDT), Universidad de San Andrés (UdeSA); Brasil – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP); Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (FUNCEX); Paraguai – Centro de Análisis y Difusión de Economía Paraguaya (CADEP), Facultad de Ciencias Contables, Administrativas y Económicas, Universidad Católica Nuestra Señora de AL Asunción (UCNSA); Uruguai – Centro de Investigaciones Económicas (CINVE) e Departamento de Economía, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República (DE/FCS).

de importação e à cobrança de direitos antidumping por cada país (Berlinski, Kume e Vaillant, 2005). O IPEA foi responsável pelo estudo do caso brasileiro.

O quarto estudo avaliou o impacto da liberalização comercial nos países do MERCOSUL sobre o crescimento econômico.

O IPEA contribuiu com dois trabalhos. O primeiro buscou caracterizar o grau de liberalização comercial e a evolução do ambiente institucional no período 1990-2006 das economias do MERCOSUL e avaliar o seu impacto sobre o desempenho do comércio e a produtividade da indústria, com base em estudos disponíveis sobre esse tema. O segundo avaliou o impacto da abertura comercial no Brasil sobre a produtividade da indústria e o diferencial de salários entre trabalhadores qualificados e não-qualificados (Kume, 2008).

Por último, a Rede MERCOSUL procurou examinar o grau de liberalização alcançado nas atividades de serviços – telecomunicações e bancos – nos países da região e seus impactos econômicos. O IPEA efetuou a análise do caso brasileiro (Berlinski, 2008).

5.2 Coordenação de Crescimento e Produtividade – DISET

Os estudos que utilizaram a base de dados da DISET contaram com a participação de pesquisadores dos principais centros acadêmicos do Brasil.

A coordenação da pesquisa “Potencial exportador da produção brasileira: indústria e serviços” que está sendo elaborada para a APEX, tem sido compartilhada pela Universidade Federal de Minas Gerais – CEDEPLAR (UFMG) e conta com parcerias da Financiadora de Estudos e Pesquisa (FINEP), Fundação IPEAD, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade de São Paulo (USP).

5.3 Coordenação de Estudos das Relações Internacionais e do Desenvolvimento – DICOD

O projeto “Inserção soberana do Brasil em um mundo em transformação” deverá contar com a colaboração de diversas instituições de ensino e pesquisa, entre elas o Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

6. Sugestões de pesquisas futuras

Apesar da abrangência dos temas já abordados, evidentemente há lacunas a serem preenchidas. No entanto, é importante destacar linhas de pesquisa potencialmente complementares àquelas já desenvolvidas e que poderiam fortalecer os resultados até aqui já alcançados, como, por exemplo:

Quanto aos impactos dos acordos comerciais, é fundamental obter elasticidades preço e substituição (Armington) das exportações e das importações brasileiras ao nível mais desagregado do que o atualmente disponível.

Em relação ao MERCOSUL, seu aprofundamento requer um novo acordo sobre a tarifa externa comum, que necessariamente implicará uma reavaliação das tarifas de bens de capital.

Outro tema importante é uma avaliação quantitativa dos benefícios e custos para o Brasil de tornar o MERCOSUL uma área de livre-comércio.

Referências Bibliográficas

American Economic Association. **Journal of Economic Literature Classification System**. Disponível em http://www.aeaweb.org/journal/jel_class_system.html.

Berlinski, Julio. **Sobre el beneficio de la integración plena en el Mercosur**. Red Mercosur e Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2001.

Berlinski, Julio; Kume, Honorio e Vaillant, Marcel. **Hacia una política comercial común del Mercosur**. Red Mercosur e Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2006.

Berlinski, Julio. **Ganacias Potenciales em el Comercio Regional de Servicios em em Mercosur**. Montevideo: Red Mercosur, 2008. (a ser publicado)

Chudnovski, D. e Fanelli, J. M. **El desafío de integrarse para crecer: Balance y perspectivas del Mercosur em su primeira década**. Red Mercosur e Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2001.

De Negri, João Alberto e Araújo, Bruno César. **As Empresas Brasileiras e o Comércio Internacional**. Brasília, DF: IPEA, 2006.

De Negri, João Alberto; De Negri, Fernanda e Coelho, Bruno. **Tecnologia, Exportação e Emprego**. Brasília, DF: IPEA, 2006.

De Negri, João Alberto e Salerno, Mário Sergio. **Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras**. Brasília, DF: IPEA, 2005.

DICOD – Diretoria de Comunicação Internacional e Desenvolvimento. **Inserção soberana do Brasil num mundo em transformação**. Termo de referência. Brasília: IPEA, 2008.

Kume, Honorio. **Crecimiento econômico, instituciones, política comercial y defensa de la competência em el Mercosur**. Montevideo: Red Mercosur, 2008.

Melitz, Marc J. **International Trade and Heterogeneous Firms**. Texto escrito para publicação no New Palgrave Dictionary of Economics, Second Edition. Princeton University, 2008 (disponível em <http://www.princeton.edu/~mmelitz/>)

Mendes, Constantino Cronemberger. **Estudos realizados no IPEA na área internacional no período 2000–2008**. Brasília, DF: IPEA, outubro de 2008

Theodoro, Mário. **Diretoria de Cooperação Internacional e Desenvolvimento – DICOD**. Brasília, DF: IPEA, Agosto/08

Anexo - Estudos Realizados no IPES na Área Internacional no Período 2000 - 2008

Abaixo segue a lista de publicações recentes realizadas pelo IPEA sobre os temas abordados. Os textos estão disponíveis em <http://www.ipea.gov.br> ou podem ser encontrados nas livrarias do IPEA.¹²

Livros

DE NEGRI, João Alberto; ARAÚJO, Bruno César Pino Oliveira de (organizadores). *As Empresas Brasileiras e o Comércio Internacional*. Brasília: IPEA, 2006.

DE NEGRI, João Alberto; DE NEGRI, Fernanda; COELHO, Danilo (organizadores). *Tecnologia, Exportação e Emprego*. Brasília: IPEA, 2006.

DE NEGRI, João Alberto; SALERNO, Mario Sergio (organizadores). *Inovações, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firms Industriais Brasileiras*. Brasília: IPEA, 2005.

CORSEUIL, Carlos Henrique; KUME, Honorio (coordenadores). *A Abertura Comercial Brasileira Nos Anos 1990: Impactos Sobre Emprego e Salário*. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

TIRONI, Luís Fernando (organizador). *Aspectos Estratégicos da Política Comercial Brasileira - Vol. I*. Brasília: IPEA: IPRI, 2002.

TIRONI, Luís Fernando (organizador). *Aspectos Estratégicos da Política Comercial Brasileira - Vol. II*. Brasília: IPEA: IPRI, 2002.

BAUMANN, Renato. *Mercosul: Avanços e Desafios da Integração*. Brasília: IPEA e CEPAL, 2001.

Textos para Discussão

VOBUN, Christian. *Reservas Internacionais Para O Brasil: Custos Fiscais e Patamares Ótimos*. Rio de Janeiro: IPEA, set. 2008 (Texto para Discussão, nº 1357).

JORGE, Marina Filgueiras. *Investimento Estrangeiro Direto e Inovação: Um Estudo Sobre Ramos Seleccionados da Indústria No Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, fev. 2008 (Texto para Discussão, nº 1327).

¹²Brasília: SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed BNDES - Térreo - Telefone (61) 3315-5336 ou Rio de Janeiro: Av. Pres. Antônio Carlos, 51 - Centro - 10º andar - Telefone: (21) 3515-8522

MATA, Daniel Da; FREITAS, Rogério Edivaldo. *Produtos Agropecuários: Para Quem Exportar?* Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2008 (Texto para Discussão, nº 1321).

CAVALCANTI, Marco Antônio F. de H.; VONBUN, Christian. *Reservas Internacionais Ótimas Para O Brasil: Uma Análise Simples de Custo-Benefício Para O Período 1999-2007*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2007 (Texto para Discussão, nº 1315).

CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. *Radiografia da Indústria de Alimentos No Brasil: Identificação dos Principais Fatores Referentes À Exportação, Inovação e Ao Food Safety*. Rio de Janeiro: IPEA, set. 2007 (Texto para Discussão, nº 1303).

PINHEIRO, Armando Castelar; BONELLI, Regis. *Comparative Advantage Or Economic Policy? Stylized Facts And Reflections On Brazil'S Insertion In The World Economy—1994-2005*. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2007 (Texto para Discussão, nº 1275^a).

BONELLI, Regis; PINHEIRO, Armando Castelar. *New Export Activities In Brazil: Comparative Advantage, Policy Or Self-Discovery?* Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2007 (Texto para Discussão, nº 1269^a).

SILVEIRA, Marcos Antonio C. da. *A Small Open Economy as A Limit Case Of A Two-Country New Keyn*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2006 (Texto para Discussão, nº 1252A).

PIANI, Guida; MIRANDA, Pedro. *Regimes Especiais de Importação e “Ex-Tarifários”: O Caso do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2006 (Texto para Discussão, nº 1249).

KUME, Honório; PIANI, Guida; MIRANDA, Pedro. *Cotas Tarifárias e O Impacto Sobre as Exportações Agrícolas Brasileiras Na União Européia*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2006 (Texto para Discussão, nº 1246).

ALVES, Patrick Franco; BRUNO, Miguel Antonio Pinho. *Crescimento das Indústrias Exportadoras No Brasil: Um Modelo Dinâmico de Efeitos Fixos Com O Pib Mundial Como Variável*. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2006 (Texto para Discussão, nº 1231).

SILVA, Luciana Acioly da. *Tendências dos Fluxos Globais de Investimento Direto Externo*. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2006 (Texto para Discussão, nº 1192).

MACHADO, João Bosco Mesquita; FERRAZ, Galeno Tinoco. *Comércio Externo da China: Efeitos Sobre as Exportações Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, maio 2006 (Texto para Discussão, nº 1182).

ARAÚJO, Bruno César Pino Oliveira de; PIANTO, Donald Matthew. *Potencial Exportador das Firms Industriais Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2006 (Texto para Discussão, nº 1176).

MOREIRA, Sérvulo Vicente; TOMICH, Frederico; RODRIGUES, Maria da Glória. *Proex e Bndes-Exim: Construindo O Futuro*. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2006 (Texto para Discussão, nº 1156).

CRUZ, Marcio José Vargas da; ROLIM, Cássio Frederico C.; HOMSY, Guilherme Vampré. *Uma Aplicação do Modelo de Dados Em Painéis Na Identificação dos Principais Determinantes do Turismo Internacional*. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2006 (Texto para Discussão, nº 1149).

ZOCKUN, Maria Helena. *Setores Exportador e Importador da África do Sul*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2005 (Texto para Discussão, nº 1143).

ARAÚJO, Bruno César Pino Oliveira de. *Os Determinantes do Comércio Internacional Ao Nível da Firma: Evidências Empíricas*. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2005 (Texto para Discussão, nº 1133).

GIAMBIAGI, Fabio; BARENBOIM, Igor. *Mercosul: Por Uma Nova Estratégia Brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2005 (Texto para Discussão, nº 1131).

KUME, Honório; PIANI, Guida; MIRANDA, Pedro. *Índia-Mercosul: Perspectivas de Um Acordo de Preferências Comerciais*. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2005 (Texto para Discussão, nº 1120).

KUME, Honório; PIANI, Guida; MIRANDA, Pedro. *Acordos Preferenciais de Comércio: os Regimes de Origem Substituem as Tarifas?* Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2005 (Texto para Discussão, nº 1107).

DE NEGRI, Fernanda. *O Perfil dos Exportadores Industriais Brasileiros Para A China*. Rio de Janeiro: IPEA, maio 2005 (Texto para Discussão, nº 1091).

GOMES, Victor; ELLERY JR, Roberto. *Perfil das Exportações, Produtividade e Tamanho das Firms No Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2005 (Texto para Discussão, nº 1087).

DE NEGRI, Fernanda. *Conteúdo Tecnológico do Comércio Exterior Brasileiro: O Papel das Empresas Estrangeiras*. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 2005 (Texto para Discussão, nº 1074).

FREITAS, Rogério Edivaldo; COSTA, Cinthia Cabral da. *Tarifas Agrícolas Européias: Uma Contribuição Para Sua Interpretação*. Rio de Janeiro: IPEA, fev. 2005 (Texto para Discussão, nº 1071).

PIRES, Manoel Carlos de Castro. *O Efeito da Liberalização da Conta de Capital Sobre A Política Fiscal: Evidências Para O Caso Brasileiro Recente (1995-2000)*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2004 (Texto para Discussão, nº 1061).

KUME, Honório; PIANI, Guida. *Alca: Uma Estimativa do Impacto No Comércio Bilateral Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2004 (Texto para Discussão, nº 1058).

KUME, Honório; PIANI, Guida; MIRANDA, Pedro; CASTILHO, Marta Reis. *Acordo de Livre-Comércio Mercosul – União Européia: Uma Estimativa dos Impactos No Comércio Brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2004 (Texto para Discussão, nº 1054).

RAMOS, L. *People'S Security Survey In Brazil, Argentina And Chile: A Regional Comparative Analysis*. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2004 (Texto para Discussão, nº 1049).

DE NEGRI, Alberto De; FREITAS, Fernando. *Inovação Tecnológica, Eficiência de Escala e Exportações Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, set. 2004 (Texto para Discussão, nº 1044).

MALDONADO, Wilfredo Leiva; TOURINHO, Octávio Augusto Fontes; VALLI, Marcos. *Endogenous Foreign Capital Flow In A Cge Model For Brazil: The Role Of International Reserves*. Rio de Janeiro: IPEA, set. 2004 (Texto para Discussão, nº 1042).

KUME, Honório; PIANI, Guida. *Regime Antidumping: A Experiência Brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2004 (Texto para Discussão, nº 1037).

CASTILHO, Marta Reis. *Integração Regional e Conteúdo de Trabalho do Comércio Exterior Brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2004 (Texto para Discussão, nº 1028).

ARBIX, Glauco; SALERNO, Mario Sergio; DE NEGRI, João Alberto. *Inovação, Via Internacionalização, Faz Bem Para as Exportações Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2004 (Texto para Discussão, nº 1023).

DE NEGRI, João Alberto; ACIOLY, Luciana. *Novas Evidências Sobre os Determinantes do Investimento Externo Na Indústria de Transformação Brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, maio 2004 (Texto para Discussão, nº 1019).

NONNENBERG, Marcelo José Braga; MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso de. *Determinantes dos Investimentos Diretos Externos Em Países Em Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 2004 (Texto para Discussão, nº 1016).

DE NEGRI, Fernanda; LAPLANE, Mariano F. *Impactos das Empresas Estrangeiras Sobre O Comércio Exterior Brasileiro: Evidências da Década de 1990*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2003 (Texto para Discussão, nº 1002).

DE NEGRI, João Alberto. *Desempenho Exportador das Firms Industriais No Brasil: A Influência da Eficiência de Escala e dos Rendimentos Crescentes de Escala*. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2003 (Texto para Discussão, nº 997).

DE NEGRI, João Alberto; ARBACHE, Jorge Saba; SILVA, Maria Luiza Falcão. *A Formação da Alca e Seu Impacto No Potencial Exportador Brasileiro Para os Mercados dos Estados Unidos e do Canadá*. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2003 (Texto para Discussão, nº 991).

DE NEGRI, João Alberto; ARBACHE, Jorge Saba. *O Impacto de Um Acordo Entre O Mercosul e A União Européia Sobre O Potencial Exportador Brasileiro Para O Mercado Europeu*. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2003 (Texto para Discussão, nº 990).

MOREIRA, Sérvulo Vicente. *Aspectos Microeconômicos do Mercosul: Uma Abordagem Sobre O Desempenho das Empresas Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, set. 2003 (Texto para Discussão, nº 982).

TOURINHO, Octávio Augusto Fontes; KUME, Honorio; PEDROSO, Ana Cristina de Souza. *Elasticidades de Armington Para O Brasil - 1986-2002 : Novas Estimativas*. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2003 (Texto para Discussão, nº 974).

MAGALHÃES, Luís Carlos G. de et al. *Evolução, Tendências e Características das Importações e Exportações de Farmoquímicos e Medicamentos: Análise da Balança de Comércio Exterior da Indústria Farmacêutica Brasileira, 1990-2000*. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2003 (Texto para Discussão, nº 973).

NONNENBERG, Marcelo José Braga. *Determinantes dos Investimentos Externos e Impactos das Empresas Multinacionais No Brasil — as Décadas de 1970 e 1990*. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2003 (Texto para Discussão, nº 969).

PINHEIRO, Armando Castelar. *Direito e Economia Num Mundo Globalizado: Cooperação Ou Confronto?* Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2003 (Texto para Discussão, nº 963).

MOTTA, Ronaldo Seroa da. *Os Impactos Ambientais Industriais da Alca No Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2003 (Texto para Discussão, nº 962).

CANUTO, Otaviano; LIMA, Gilberto Tadeu; ALEXANDRE, Michel. *Investimentos Externos Em Serviços e Efeitos Potenciais da Negociação da ALCA*. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 2003 (Texto para Discussão, nº 942).

BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia e Técnicas de Construção de Cenários Globais e Regionais*. Rio de Janeiro: IPEA, fev. 2003 (Texto para Discussão, nº 939).

CASTILHO, Marta Reis. *Impactos de Acordos Comerciais Sobre A Economia Brasileira: Resenha dos Trabalhos Recentes*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2002 (Texto para Discussão, nº 936).

MAGALHÃES, João Carlos Ramos. *Liberalização Financeira Internacional e Crescimento Econômico*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2002 (Texto para Discussão, nº 932).

MOREIRA, Heloísa Camargos; MORAIS, José Mauro de. *Compras Governamentais: Políticas e Procedimentos Na Organização Mundial de Comércio, União Européia, Nafta, Estados Unidos e Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2002 (Texto para Discussão, nº 930).

CARNEIRO, Francisco Galvão. *Destino das Exportações e Canais de Comercialização das Maiores Empresas Exportadoras Brasileiras (1995/2000)*. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2002 (Texto para Discussão, nº 917).

GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. *Indicadores de Competitividade e de Comércio Exterior da Agropecuária Brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, set. 2002 (Texto para Discussão, nº 908).

ARBACHE, Jorge Saba. *Comércio Internacional, Competitividade e Políticas Públicas No Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2002 (Texto para Discussão, nº 903).

MALDONADO, Wilfredo L.; TOURINHO, Octávio Augusto Fontes; VALLI, Marcos. *Um Teste de Existência de Bolhas Na Taxa de Câmbio No Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, maio 2002 (Texto para Discussão, nº 881).

BARROS, Geraldo Santana de Camargo; BACCHI, Mirian Rumenos Piedade; BURNQUIST, Heloisa Lee. *Estimação de Equações de Oferta de Exportação de Produtos Agropecuários Para O Brasil (1992/2000)*. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 2002 (Texto para Discussão, nº 865).

ARBACHE, Jorge Saba. *Trade Liberalization And Labor Markets In Developing Countries: Theory And Evidence*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2001 (Texto para Discussão, nº 853).

CASTILHO, Marta Reis. *O Acesso das Exportações do Mercosul Ao Mercado Europeu*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2001 (Texto para Discussão, nº 851).

RESENDE, Marco Flávio da Cunha; TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho. *Competitividade, Vulnerabilidade Externa, e Crescimento Na Economia Brasileira: 1978/2000*. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2001 (Texto para Discussão, nº 844).

SOARES, Sergei; SERVO, Luciana M. Santos; ARBACHE, Jorge Saba. *O Que (Não) Sabemos Sobre A Relação Entre Abertura Comercial e Mercado de Trabalho No Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2001 (Texto para Discussão, nº 843).

KUME, Honório; PIANI, Guida. *Mercosul: Dilema Entre União Aduaneira e Área de Livre-Comércio*. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2001 (Texto para Discussão, nº 841).

MOREIRA, Sérvulo Vicente; SANTOS, Adelaide Figueiredo dos. *Políticas Públicas de Exportação: O Caso do Proex*. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2001 (Texto para Discussão, nº 836).

MIRANDA, José Carlos. *Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras Na Década de 1990*. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2001 (Texto para Discussão, nº 829).

CAVALCANTI, Marco Antonio F. H.; FRISCHTAK, Cláudio Roberto. *Crescimento Econômico, Balança Comercial e A Relação Câmbio-Investimento*. Rio de Janeiro: IPEA, set. 2001 (Texto para Discussão, nº 821).

JACCOUD, Luciana . *Experiências Internacionais Em Política Regional: O Caso da França*. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2001 (Texto para Discussão, nº 815).

BONELLI, Regis. *Políticas de Competitividade Industrial No Brasil — 1995/2000*. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2001 (Texto para Discussão, nº 810).

SOARES, Ricardo Pereira. *Evolução do Crédito de 1994 A 1999: Uma Explicação*. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2001 (Texto para Discussão, nº 808).

ARBACHE, Jorge Saba; CORSEUIL, Carlos Henrique. *Liberalização Comercial e Estruturas de Emprego e Salário*. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2001 (Texto para Discussão, nº 801).

STUDART, Rogério; HERMANN, Jennifer. *Estrutura e Operação dos Sistemas Financeiros No Mercosul: Perspectivas A Partir das Reformas*

Institucionais dos Anos 1990. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2001 (Texto para Discussão, nº 799).

OLIVEIRA JR, Márcio de. *Restrições Comerciais Às Exportações de Produtos Siderúrgicos No Mercosul*. Rio de Janeiro: IPEA, maio. 2001 (Texto para Discussão, nº 792).

ANDERSON, Patrícia. *Barreiras Não-Tarifárias Às Exportações Brasileiras No Mercosul: O Caso de Calçados*. Rio de Janeiro: IPEA, maio 2001 (Texto para Discussão, nº 791).

KUME, Honório; ANDERSON, Patrícia; OLIVEIRA JR, Márcio de. *Identificação das Barreiras Ao Comércio No Mercosul: A Percepção das Empresas Exportadoras Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, maio 2001 (Texto para Discussão, nº 789).

SCHWARZER, Helmut. *Paradigmas de Previdência Social Rural: Um Panorama da Experiência Internacional*. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2000 (Texto para Discussão, nº 767).

GUIMARÃES, Edson P. *Componente Tecnológico Comparativo das Exportações Ao Mercosul e Ao Resto do Mundo*. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2000 (Texto para Discussão, nº 765).

PIANI, Guida; KUME, Honório. *Fluxos Bilaterais de Comércio e Blocos Regionais: Uma Aplicação do Modelo Gravitacional*. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2000 (Texto para Discussão, nº 749).

CASTILHO, Marta Reis. *O Sistema de Preferências Comerciais da União Européia*. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2000 (Texto para Discussão, nº 742).

HORTA, Maria Helena; SOUZA, Carlos Frederico Braz de. *A Inserção das Exportações Brasileiras: Análise Setorial No Período 1980/96*. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2000 (Texto para Discussão, nº 736).

PEDROSO, Ana Cristina de Souza; FERREIRA, Pedro Cavalcanti. *Abertura Comercial e Disparidade de Renda Entre Países: Uma Análise Empírica*. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2000 (Texto para Discussão, nº 728).

OLIVEIRA JR, Márcio de. *Uma Análise da Liberalização do Comércio Internacional de Serviços No Mercosul*. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2000 (Texto para Discussão, nº 727).

PEREIRA, Thiago Rabelo; MACIENTE, Aguinaldo Nogueira. *Impactos dos Mecanismos de Financiamento (Acc e Ace) Sobre A Rentabilidade das Exportações Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2000 (Texto para Discussão, nº 722).

BONELLI, Regis. *Fusões e Aquisições No Mercosul*. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2000 (Texto para Discussão, nº 718).

CASTRO, Alexandre Samy de; ROSSI JR, José Luiz. *Modelos de Previsão Para A Exportação das Principais Commodities Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2000 (Texto para Discussão, nº 716).

MAGALHÃES, João Carlos Ramos. *Estimativas do Grau de Abertura da Conta de Capitais No Brasil - 1988 A 1998*. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 2000 (Texto para Discussão, nº 715).

RESENDE, Marco Flávio C. *Crescimento Econômico, Disponibilidade de Divisas e Importações Totais e Por Categoria de Uso No Brasil: Um Modelo de Correção de Erros*. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 2000 (Texto para Discussão, nº 714).

BATISTA, Jorge Chami. *Relações Comerciais Entre O Brasil e O México*. Rio de Janeiro: IPEA, fev. 2000 (Texto para Discussão, nº 710).

BONELLI, Regis; HAHN, Leda. *Resenha dos Estudos Recentes Sobre Relações Comerciais Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, fev. 2000 (Texto para Discussão, nº 708).

MENDES, Constantino Cronemberger. *Aspectos Regionais do Comércio de Bens Entre O Brasil e A União Européia*. Rio de Janeiro: IPEA, fev. 2000 (Texto para Discussão, nº 705).

OLIVEIRA JR, Márcio de. *A Liberalização Comercial Brasileira e os Coeficientes de Importação — 1990/95*. Rio de Janeiro: IPEA, fev. 2000 (Texto para Discussão, nº 703).

CARVALHO, Alexandre; DE NEGRI, João Alberto. *Estimação de Equações de Importação e Exportação de Produtos Agropecuários Para O Brasil (1977/1998)*. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2000 (Texto para Discussão, nº 698).



Grupo de Pesquisa em Economia Internacional.

Linha da pesquisa em Relações Econômicas Internacionais

Jacqueline A. H. Haffner

1. Introdução

No início da década de 1980, verifica-se um amplo processo de liberalização da economia internacional. Na América Latina, pensava-se que o processo de substituição de importações (PSI) estava esgotado e era necessária uma mudança no modelo de desenvolvimento até então vigente. O pano de fundo desse processo eram os resultados esperados do “livre-comércio”, que propiciaria desenvolvimento com melhoria na qualidade de vida da população, possibilitada pelo crescimento econômico advindo da melhor eficiência alocativa dos fatores de produção.

Obedecendo a essa corrente teórica, os países latino-americanos acompanharam a tendência geral de liberalização, muito embora a dívida externa de 1982 fizesse com que essas experiências fossem abortadas, pelo menos temporariamente. No entanto, foi na segunda metade da década de 1980 que ocorreu uma abertura econômica e, de certa forma, política, em grande parte dos países da América Latina.

Nesse contexto e influenciado pela crescente desregulamentação dos mercados internacionais, o Brasil, em 1988, iniciava uma reforma comercial com eliminação quantitativa sobre as importações e com redução tarifária. Essa abertura intensificou-se a partir de 1990, gerando uma forte necessidade de ajuste por parte das empresas, no sentido de conseguirem sobreviver à nova edificação da estrutura econômica que se projetava como solução para a crise nacional.

Essa nova realidade da economia internacional, somada a mudanças no cenário político, mobilizou os recém-eleitos governos civis da América do Sul, que se voltaram para novos modelos políticos e econômicos.

Na trilha desses acontecimentos, o presidente Collor de Mello (1990-1992) preocupou-se especialmente com o novo contexto e promoveu amplamente, ao longo do seu governo, a abertura comercial do país, numa política externa arrojada, que visava outra forma de inserção internacional do Brasil. Ultrapassada a etapa inicial de transformações internas, os governos seguintes deram continuidade às mudanças necessárias à inserção internacional do Brasil num mundo globalizado.

2. Histórico da pesquisa em REI na instituição

O grupo de pesquisa em Relações Econômicas Internacionais (REI), do curso de Ciências Econômicas da Universidade Luterana do Brasil, surgiu depois da definição da linha de pesquisa em Economia Internacional, estabelecida com a mudança curricular em meados da década de 90. Essa linha de pesquisa, por sua vez, surgiu após o Conselho do Curso resolver incentivar a pesquisa na área da Economia Empresarial, outra linha de pesquisa do Curso, em virtude da importância das relações internacionais na vida das empresas domésticas. A preocupação do Conselho era enfatizar aspectos tradicionalmente pouco explorados do setor privado da economia na formação acadêmica da graduação. Portanto, a formação de um grupo de pesquisa em Economia Internacional foi uma consequência natural da preocupação havida com o impacto da internacionalização econômica nas empresas locais na década passada.

Os primeiros trabalhos estiveram voltados para o estudo da integração econômica regional, especialmente das questões econômicas das empresas locais referentes ao Mercosul, cuja proximidade com os parceiros do Cone Sul resultou em problemas econômicos, jurídicos, administrativos, institucionais, entre outros, que requeriam uma compreensão mais ampla do processo. Nesse sentido, foram realizados alguns estudos sobre a transferência de tecnologia e registro de patentes, transporte de carga multimodal, entre outros, voltados para as mesmas questões conjunturais.

Com a relativa estabilidade local, após a definição das regras comerciais entre os membros do bloco, os estudos se voltaram para o comportamento das empresas multinacionais e sua atuação nos países emergentes, no processo de internacionalização econômica. Naquele momento, os movimentos internacionais de capital produtivo e financeiro em escala mundial envolviam especialmente as

economias emergentes, e particularmente o Brasil, que absorveu parte significativa desse capital com as privatizações e também com o saneamento financeiro de empresas privadas. O enfoque tornou-se então mais amplo, envolvendo os seguintes temas:

- Economia internacional;
- Integração econômica;
- Empresas multinacionais;
- Internacionalização econômica e
- Economia e Meio Ambiente.

3. Descrição das linhas de pesquisa

3.1 Linha de pesquisa: Economia Internacional
Nome do grupo: Economia Internacional
Palavras-chave: Comercio internacional; Comercio Regional; Economia brasileira; Integração Econômica; Mercosul;
Pesquisadores:
Gevaci Perroni ^[1]
Jacqueline Angélica Hernández Haffner ^[2]
Jose Mauricio Silvestre ^[3]
Marcel Jaroski Barbosa ^[4]
Estudantes:
Isadora Lopez Vargas ^[5]
Árvore do conhecimento
Ciências Sociais Aplicadas; Economia; Economia Internacional; Relações do Comércio; Política Comercial; Integração Econômica;
Ciências Sociais Aplicadas; Economia; Economia Internacional; Teoria do Comércio Internacional;
Ciências Sociais Aplicadas; Economia; Economia Internacional; Balanço de Pagamentos; Finanças Internacionais;
Setores de aplicação:
Outros setores
Objetivo:
A linha de pesquisa objetiva analisar as diferentes tendências macroeconômicas da economia internacional e relacioná-las com a economia latino-americana e brasileira.

¹ gevaciperroni@gmail.com.br

² Jacqueline_haffner@hotmail.com

³ jmsilvestre@terra.com.br

⁴ mjaroski@terra.com.br

⁵ isadoralv@terra.com.br

3.2 Linha de pesquisa: Cenários Macroeconômicos e políticos
<u>Nome do grupo: Economia Internacional</u>
Palavras-chave: Economia; Planejamento; Relações Internacionais;
Pesquisadores:
Ana Regina Falkembach Simão ^[6]
Jacqueline Angélica Hernández Haffner
Árvore do conhecimento
Ciências Sociais Aplicadas; Economia; Economia Internacional; Relações do Comércio; Política Comercial; Integração Econômica;
Setores de aplicação:
Outros setores
Objetivo:
A linha de pesquisa objetiva identificar as tendências recentes da economia brasileira e internacional na área das relações internacionais.

3.3 Linha de Pesquisa: Resultados econômicos e sociais da sustentabilidade ambiental
<u>Nome do grupo: Economia Internacional</u>
Palavras-chave: Resultado econômico; Resultado social;
Pesquisadores:
Jacqueline Angélica Hernández Haffner
Simone Loureiro Brum Imperator ^[7]
Valmira Trapp Fernandes
Árvore do conhecimento
Ciências Sociais Aplicadas; Economia; Economia Agrária e dos Recursos Naturais; Economia dos Recursos Naturais
Setores de aplicação:
Produtos e serviços voltados para a defesa e proteção do meio ambiente, incluindo o desenvolvimento sustentável.
Objetivo:
Pesquisar os resultados econômicos e sociais da aplicação de investimentos na sustentabilidade ambiental

⁶ anasimao@terra.com.br

⁷ simone@pgpp.com.br

4. Trabalhos em curso

4.1 A Abertura comercial da década de 1990 e suas implicações no desenvolvimento recente do Brasil:

O presente estudo se justifica basicamente pela necessidade de estabelecerem-se elementos consistentes para discutir a abertura comercial da década de 1990 e os seus efeitos na economia brasileira. O Brasil vivenciou, nos anos de 1990, profundas mudanças na sua estrutura, com a abertura comercial, privatizações e desregulamentação. Pode-se avaliar, nesse sentido, que houve uma mudança no sistema produtivo e uma maior absorção dos investimentos diretos estrangeiros.

Acrescenta-se como relevante para esta pesquisa o fato de, ao se levantarem novos elementos para esta discussão, se poder promover uma análise crítica dos dados disponíveis para avaliar como vem se comportando a economia brasileira pós-abertura comercial.

Entende-se que o mundo no atual contexto, de economia globalizada, está muito interligado, e o Brasil faz parte deste novo sistema de comércio e de relações internacionais. A globalização e seus impactos tornam a questão da inserção externa fundamental para os países e o seu papel na nova divisão internacional do trabalho; daí a importância desta pesquisa, que espera com este trabalho contribuir para o entendimento do tema em pauta.

Dessa forma, neste estudo, pretende-se pesquisar os pontos positivos e negativos da abertura comercial da década de 1990 na economia brasileira. Neste sentido, pretende-se pesquisar se a modernização da economia do país fez com que a inserção do Brasil na economia internacional fosse mais acentuada, ou seja, se o custo social e econômico do referido período resultou em efeitos positivos na economia nacional.

Pretende-se ainda verificar o nível de emprego na indústria antes e depois da abertura comercial e identificar os setores que mais ganharam e perderam com a abertura, tudo isto num contexto de economia globalizada.

As principais hipóteses levantadas para serem desenvolvidas neste projeto são as seguintes:

- A abertura comercial realmente trouxe os benefícios esperados para a indústria brasileira?

- Houve realmente um incremento de tecnologia, aumento da qualificação dos trabalhadores e da produtividade como esperado, após a abertura?

- A conjuntura internacional tem dificultado o fortalecimento dos vínculos comerciais internacionais do país?

Nesta pesquisa serão aplicadas as modernas teorias do Comércio Internacional, tentando-se verificar os efeitos do comércio mundial em face da conjuntura nacional depois da década de 1990. Também será realizada uma análise estatística detalhada dos dados macroeconômicos do país no período que compreende esta investigação.

O método de abordagem será a pesquisa bibliográfica. A pesquisa será desenvolvida com base nos dados coletados.

As fontes bibliográficas necessárias ao desenvolvimento desta investigação serão analisadas com base na importância para o tema aqui abordado.

4.2 Investimento estrangeiro e política educacional. Estruturas de ensino e qualificação da força de trabalho em países emergentes

Com o processo de globalização, ocorre uma inversão no padrão de investimento estrangeiro de capital, que passa a se direcionar aos países emergentes. Em parte, o motivo está no aumento da confiança dos investidores internacionais na capacidade de pagamento desses países, em função da estabilização, ajuste estrutural e abertura unilateral dos mercados. Esse processo se intensifica ao longo de toda a década de 1990. No entanto, o grupo percebe também a existência de correlação significativa entre a estrutura educacional e o influxo (e refluxo) de capital estrangeiro nessas economias.

Dessa forma, esta pesquisa se propõe analisar o comportamento dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), desde a abertura comercial na década de 1990 até recentemente, nas economias emergentes do Brasil, China, Índia e Rússia e as particularidades da força de trabalho nos mercados de trabalho dessas economias, especialmente dos setores que recebem IDE e seu potencial de qualificação esperado pelo capital internacional. O projeto investiga também as políticas educacionais (pública e privada), especialmente aquelas vinculadas ao atendimento da demanda de força de trabalho nos setores produtivos que registraram investimentos diretos estrangeiros no período em consideração.

Trata-se, enfim, de um estudo multifacetado, pois envolve uma estimativa de fluxos e de estoques do capital estrangeiro em mercados emergentes e, especialmente, um esboço das estruturas educacionais, nos ensinos público e privado.

5. Descrição das eventuais parcerias de pesquisa com outras instituições nacionais e estrangeiras

Atualmente existem tratativas com o Curso de Ciências Econômicas da Universidade de Caxias do Sul para desenvolver uma pesquisa conjunta na área de Economia Ambiental que iria levantar informações sobre a repercussão do modelo atual de desenvolvimento praticado tanto no âmbito nacional como internacional na sustentabilidade ambiental.

6. Possibilidades de desenvolvimento futuro das pesquisas ora realizadas

As pesquisas do grupo de pesquisa em Relações Econômicas Internacionais vinham sendo financiadas com recursos internos até o início do segundo semestre de 2008, assim como as outras pesquisas do grupo, quando lamentavelmente abateu-se uma crise financeira sobre a instituição e todos os projetos aprovados em andamento foram suspensos.

Espera-se que em breve a situação seja revertida e que o financiamento seja retomado. De qualquer forma, todos os pesquisadores do grupo continuam participando das pesquisas aqui descritas, independentemente da situação atual da Universidade.

7. Avaliação substantiva do programa de pesquisa da instituição no contexto da pesquisa em REI no Brasil, das lacunas desse programa e das possibilidades de desenvolvimento futuro das pesquisas realizadas

7.1 Artigos finalizados relacionados com a pesquisa

7.1.1 Um retrato do setor calçadista no Rio Grande do Sul: perspectivas de inserção internacional

Resultados da pesquisa:

Um *cluster* operando com máxima produtividade; uma estrutura de pesquisas e estudos tecnológicos bem fundamentados, atrelada a um planejamento estratégico e a um orçamento empresarial eficaz; pessoal aliando

vocação com preparo gerencial e capacitação técnica; a busca de inserção em mercados até então pouco explorados, visando à autonomia de atuação, com produtos de qualidade diferenciados por uma marca própria e uma logística internacional bem planejada, mantendo competitividade, através da minimização de custos, com o *lide time* combinado. Esses são fatores que certamente farão com que o setor calçadista do Vale do Rio dos Sinos possa tornar-se mais competitivo.

A proposta de autonomia desse setor deve ser discutida como estratégia de reestruturação, justificada pelas dificuldades encontradas em atuar com as restrições apresentadas no desenvolvimento deste trabalho. Essa autonomia pode fazer com que se alcancem as totais possibilidades do *cluster* gaúcho, o que deve proporcionar um desenvolvimento constante para todos os que participam da cadeia produtiva.

Nesse sentido, é necessário reformular a política adotada pelo setor calçadista gaúcho. A produção de calçados em modelos preconcebidos, a restrição a uma livre operação em outros países e os obstáculos para a atuação dos executivos são fatores que comprometem o aproveitamento máximo da estrutura industrial.

Certamente a reestruturação é necessária para que haja uma atuação consistente e competitiva do calçado do Vale do Rio dos Sinos no mercado mundial. É importante que esse setor produtivo seja estimulado, uma vez que a indústria calçadista apresenta, entre suas principais características, a grande capacidade de absorção de mão-de-obra, o que a torna estratégica num contexto em que postos de trabalho são frequentemente fechados.

Assim, enfatiza-se a necessidade da prospecção do Vale do Rio dos Sinos em novos mercados, o que deve ser feito sempre com a preocupação de manter uma imagem de produto que se caracterize pela sua qualidade e pelo valor a ele agregado, sempre estabelecendo a quantidade produzida e a que mercados exportar. Isso evita a competição baseada em preço, na qual os asiáticos são quase imbatíveis.

Atualmente, a preocupação com investimentos em tecnologia de ponta, incremento de maquinários e equipamentos, análise da logística internacional adequada para redução de custos respeitando o *lide time*, bem como com a capacitação profissional, já é realidade. É necessária, no entanto, a impetuosidade dos executivos gaúchos para, efetivamente, atingir novos mercados.

Como foi apresentado neste trabalho, ainda é tímida, por exemplo, a participação brasileira em um mercado de grande potencial, o europeu. O mercado interno e o Mercosul igualmente se apresentam como boas alternativas.

O que se espera é que a lição da crise de 1994 tenha sido assimilada, e que o despreparo, a atuação restrita e passiva e a desarticulação interna sejam definitivamente substituídos pela reestruturação, capacitação técnica e profissional contínua, acompanhadas de constante preocupação com qualidade, competitividade, inovação.

7.1.2 O setor elétrico como ferramenta estratégica de gestão governamental

Resultados da pesquisa:

Desafios de ordem política, institucional e tecnológica são vivenciados ao longo dos anos. Quando havia abundância de energia em função da baixa demanda na indústria, os governos criaram incentivos para ampliar o parque industrial. Entre eles, uma política tarifária satisfatória. Em decorrência disso, adotou-se o hábito de consumir energia elétrica no entendimento de ser um bem inesgotável e de baixo custo de produção. Logo, juntamente com a falta de planejamento a longo prazo e de investimentos no setor, houve o aumento do *déficit* da capacidade instalada de geração e transmissão.

Se a população brasileira continuar crescendo aos percentuais previstos, bem como seu poder de consumo projetado (PIB), a falta de investimentos persistir, que se agrava a cada governo, a situação de não-execução do plano de expansão e atrasos nas obras em implantação se mantiver e fatores climáticos continuarem a influenciar negativamente, pode-se dizer que o setor está à beira de uma nova crise.

O aumento do *déficit* da capacidade instalada de geração e transmissão é de conhecimento das empresas concessionárias, que preferem apostar com autoridades do setor elétrico, como ocorreu em 2001, que, num passe de mágica, São Pedro mandará a chuva que irá encher os reservatórios e contornar a crise.

Para que não haja risco de racionamento de energia, existe a necessidade de ampliar o parque gerador em torno de 22,2GW a 20,2GW, capacidade essa oriunda de fontes hídrica e térmica. Segundo o Plano Nacional de

Expansão, existem dois prováveis comportamentos do consumo de energia. Para que a expansão venha a suprir a demanda prevista, são dois os planos de implementação. Um é a geração através de UHE e PCH e o outro é o investimento em energia nuclear e térmica reduzindo a dependência das hidrelétricas.

Existe a necessidade de modificar e implementar um novo plano de desenvolvimento energético através de uma política séria de investimentos na produção de energia limpa mediante centros geradores próximos aos grandes consumidores. Principalmente porque o Brasil é um país relativamente rico em fontes de energias limpas, estas certamente devem ser as melhores soluções para o setor elétrico. Uma forma de direcionar os investimentos para o setor seria a inclusão das fontes alternativas de energia no Programa de Aceleração de Crescimento - PAC, assim como maiores recursos para pesquisa em fontes alternativas, geração de energia e manutenção do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas - Proinfa.

Considera-se importante incentivar o investimento privado para a expansão da oferta, a fim de atender ao crescimento da demanda prevista. Isto, somado à revisão dos contratos de subsídios a grandes consumidores que utilizam grandes quantidades de energia a baixo custo, deve aumentar a geração de empregos e redirecionar o escoamento da produção energética do País. Dados de 2001 mostram o custo de R\$ 171,00/MWh para o setor residencial, enquanto para o setor industrial é fixado o valor de R\$ 74,00/MWh. Esses dados também trazem informações referentes à companhia japonesa Albrás, instalada no Pará, cujo valor pago pelo consumo de energia produzida pela UHE Tucuruí é de R\$ 20,00/MWh.

Deve-se optar pela diversificação da matriz energética brasileira a fim de que esta se torne menos vulnerável a fatores climáticos. Levando-se em conta o potencial energético brasileiro, a prioridade deve ser dada à utilização das fontes alternativas com baixo impacto ambiental, entre as quais se destacam a geração a partir de biomassa⁸ e a geração eólica⁹. Uma solução para o problema energético a curto prazo são as pequenas centrais hidrelétricas

⁸ Geração de energia a partir da biomassa que utiliza como combustível bagaço de cana-de-açúcar, casca do arroz, serragem, resíduos do papel, celulose etc.

⁹ A energia eólica é gerada a partir dos ventos. O Brasil tem um potencial eólico da ordem de 29 mil MW. Os maiores potenciais estão no Nordeste (Ceará e Rio Grande do Norte). Os Estados do Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul também têm bom potencial energético. Um dado importante é que o regime de ventos funciona de forma complementar ao regime das chuvas.

(PCH)¹⁰. O diferencial da PCH consiste num período de implantação que varia de dois a quatro anos e num volume de investimentos relativamente pequeno se comparado ao da UHE. Já para propriedades distantes da rede de distribuição (zona rural), a alternativa seria a geração através das energias solar e eólica. Um outro importante recurso a ser ressaltado é a bacia do Rio São Francisco, que oferece condições excepcionais para a produção de energia.

Já na área técnica, através de um programa de melhoria contínua, é possível repotencializar as usinas com mais de 20 anos e reduzir as perdas na geração e transmissão. Utilizando-se do padrão internacional como meta a ser atingida (6%), essas perdas podem ser reduzidas gradativamente (meta atual para 2030 de 10%) até se atingir o padrão internacional, havendo assim um acréscimo de energia disponível na rede. É válido lembrar que o custo por MWh nos reparos é cerca de cinco vezes menor se comparado ao de uma usina nova.

Isso significa aumentar em torno de 30% a 45% o potencial instalado no Brasil, considerando o somatório das alternativas descritas, o que minimizaria os efeitos do *déficit* a curto prazo e a crise de energia. Todavia, o mais relevante desse conjunto de alternativas são mudanças no planejamento, nas políticas e na estrutura, as quais devem solucionar o atual problema do *déficit* da oferta e caracterizar o marco do novo plano de desenvolvimento energético brasileiro.

Outro dado importante a ser salientado é que o planejamento estratégico de geração deve buscar efetuar o fornecimento energético levando em conta a região, a disponibilidade de energia, bem como a possibilidade da utilização da linha de transmissão, o fluxo de carga, a comercialização e as perdas técnicas, além da quantidade e da forma de acesso aos menos favorecidos.

Por fim, se houver novamente um racionamento no País, dada a ineficiência das autoridades e a escassez dos investimentos, o consumidor corre o risco, no futuro, de arcar com altos custos em decorrência da falta de ações visando à otimização no uso dos recursos energéticos, sob a justificativa de ele, consumidor, ter de contribuir para remediar a crise existente no setor.

¹⁰ São consideradas PCHs as barragens com até 30 MW e cuja área inundada pelo reservatório é menor que 3km². No caso de várias PCHs localizadas num mesmo rio, para uma correta avaliação desses impactos, deverá ser considerado o conjunto dos projetos localizados na mesma bacia hidrográfica.

7.1.3 O projeto de inserção internacional de Collor de Melo

Resultados da pesquisa:

Diante da análise apresentada e numa síntese avaliativa da política externa de Fernando Collor de Melo, é possível fazer inferências, entre outras questões, fundamentalmente sobre dois aspectos. Primeiramente, observa-se que a política adotada pelo governo promoveu um desmonte nos projetos desenvolvimentistas e “ligados à idéia de ‘Brasil potência’, como o projeto nuclear e a indústria de informática, assim como a difusão de temas como meio ambiente”. Outro ponto que mudou foi a política externa do país.

7.1.4 A economia Chinesa e o impacto no setor calçadista brasileiro

Resultados da pesquisa:

Impulsionada por diversos fatores, como inflação baixa, alto investimento em capital fixo e humano, elevadas taxas de crescimento das exportações e abertura para o capital internacional, a China está adquirindo crescente projeção na economia mundial.

De acordo com o estudo financiado pela National Science Foundation em 2007, a China em breve ultrapassará os EUA e se tornará o principal motor da economia mundial, posição ocupada pelos Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra.

A abertura para a entrada de investimentos externos alavancou a economia e proporcionou a criação de milhares de novas empresas e a aquisição de experiência em gestão em diversas áreas. Isto resultou em maior produtividade e competitividade das empresas.

Com baixos custos de produção, rapidamente o país conquistou lugar de destaque na produção no comércio internacional, mais evidente em alguns setores, como o calçadista, produzindo a preços baixos em larga escala. Conquistou espaço no mercado internacional e passou a exportar para vários países.

Dessa maneira, nos últimos anos tornou-se um grande “vilão” para o setor no Brasil.

Por sua vez, o setor brasileiro, já atuante no mercado externo, com experiência e qualidade, sentiu a necessidade de mudanças rápidas.

As estratégias adotadas pelas empresas brasileiras são, por um lado, uma saída favorável para a crise gerada, mas, por outro, desfavorecem o mercado. Devido à alta carga tributária, muitas empresas adotaram certas medidas, como transferir suas produções para outros países, ocasionando grande queda de empregos no setor.

Mudanças devem ser adotadas para que as empresas possam continuar produzindo no País. Isso inclui a adoção de medidas favoráveis pelo governo quanto à carga tributária e à política cambial.

Isso afastaria a idéia de muitas indústrias nacionais, hoje, de buscarem outros mercados mais favoráveis para acolherem suas produções com custos mais baixos a fim de poder suportar a grande produção da China para o restante do mundo.

7.1.5 O Setor Calçadista no Rio Grande do Sul: Uma análise da sua evolução recente

Resultados da pesquisa:

Atualmente nossa sociedade prima por mudanças rápidas e precisas. O conhecimento traduz busca de desenvolvimento. Para desenvolver um trabalho de análise de mercados, é necessário ousar e buscar conhecimento.

Em termos de mercados e de concorrência, podemos ressaltar o Mercosul, que, por não possuir tecnologia para promover a fabricação de calçados e por ter alguns países limítrofes ao Brasil, pode representar um diferencial frente a nossos concorrentes, onde a minimização do preço médio dos calçados pode ser viabilizada.

Cabe salientar que a atenção dedicada aos Estados Unidos deve continuar, porém com uma estratégia de desenvolvimento de modelos próprios da indústria do Vale do Rio dos Sinos, tolhendo a cultura de calçados de modelos preconcebidos. A dependência ao mercado americano pode representar a estagnação e o desenvolvimento da indústria calçadista.

Em relação ao mercado europeu, vislumbra-se um cenário otimista na indústria calçadista do Vale do Rio dos Sinos, devido a estar baseado na obtenção de um calçado de maior valor agregado, por possuir uma economia estável com excelente poder econômico.

Fica evidente que paradigmas devem ser quebrados e novos modelos de gestão administrativa devem possuir espaço e crédito para alavancar as

mudanças necessárias do setor. Somente dessa forma será possível fazer frente à concorrência externa, tanto nacional como internacional.

7.1.6 A economia gaúcha diante do cenário macroeconômico nacional e internacional

Resultados da pesquisa:

Os atuais indicadores das exportações e os saldos da balança comercial podem ser favoráveis às contas nacionais, mas significar grande prejuízo às exportações. Dados preliminares sobre a indústria já apontam uma trajetória declinante. Espera-se que o crescimento da indústria fique em 2,5% em 2005, bem inferior ao crescimento de 8,3% de 2004.

O comportamento da política monetária aponta para a manutenção do aperto monetário, o que deverá impactar a valorização da taxa de câmbio e o aumento do superávit primário. Nesse caso, a lenta redução da demanda interna para produtos relacionados à indústria de bens de capital e de consumo duráveis deverá ensejar uma queda na produção dessas categorias. Já a despeito da elevação dos juros, o estoque de crédito direcionado a pessoas físicas ainda deverá apresentar crescimento, mesmo em menor ritmo. Logo, a demanda por bens de consumo semiduráveis e não duráveis deve contribuir para a estabilização da produção nessa categoria. Podemos dizer assim que, no cenário brasileiro, a política monetária econômica com valorização da taxa de câmbio e elevações dos juros aponta para a lenta redução de consumo de produtos relacionados a bens de capital, e de consumo duráveis, e crescimento na demanda por bens de consumo semiduráveis e não duráveis.

O Rio Grande do Sul, mesmo que os índices ainda sejam nacionalmente favoráveis, vem enfrentando as consequências dessa variação cambial na diminuição de oferta de empregos, principalmente nos setores calçadista, metalúrgico, mecânico e mobiliário. Vale ressaltar que o Estado vive uma situação distinta do restante do país, pois foi sobrecarregado também pela última estiagem e pelas alterações na legislação do ICMS, que restringiram as compensações de créditos aos exportadores. Também podemos observar que os juros altos fizeram com que a demanda por bens de capital ficasse abaixo da média do setor no Estado. No caso do setor de bens de consumo (duráveis, semiduráveis e

não duráveis), já se pode considerar desaceleração em suas demandas devido às altas taxas de juros. O melhor desempenho no Estado aparece na demanda por bens intermediários.

Em suma, fatores de natureza real e financeira estão fazendo com que as exportações mantenham-se num patamar elevado, compensando assim o problema cambial que vive o país. O Rio Grande do Sul, na esteira dos acontecimentos, tem-se visto bastante afetado pela atual conjuntura econômica e espera poder reverter o quadro e voltar a crescer. No momento do fechamento deste artigo, a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul publicou dados sobre o PIB estadual e o seu desempenho no ano de 2005. Pelas estimativas da Fundação, o PIB Gaúcho sofreu uma queda de 4,8% naquele ano e ocupava o quarto lugar no *ranking* nacional. O PIB total soma R\$ 152,7 bilhões, e o PIB *per capita* caiu 5,8%. Com esses dados, pode-se confirmar todo o quadro conjuntural que foi descrito ao longo deste artigo, em que foram apresentadas as principais causas da queda do desempenho da economia do Rio Grande do Sul. Esses motivos, de ordem nacional, estadual e climática, têm feito com que o Estado perca participação nacional e amargue resultados negativos em sua economia.

7.1.7 As tendências da economia internacional: uma revisão pós-2001

Resultados da pesquisa:

Nos últimos anos, pode-se observar nitidamente que o desempenho global foi diretamente afetado pelo comportamento da economia norte-americana. Depois do governo Clinton, quando houve uma forte expansão econômica nos Estados Unidos, assumiu o Presidente Bush, que não conseguiu manter o crescimento da economia norte-americana. Dessa forma, verifica-se uma mudança de cenário a partir de fins de 2000. Os fatores principais dessa mudança de conjuntura estiveram basicamente relacionados com o desaquecimento da economia via mercado de ações, os atentados terroristas de 11 de Setembro e os escândalos envolvendo fraudes em grandes corporações.

Depois do grave momento passado pelos Estados Unidos, o PIB desse país vem registrando variações positivas desde o final de 2001,

mas, apenas a partir do segundo trimestre de 2003, sua evolução passou a se configurar como sustentável. A Guerra do Iraque teve um lado negativo, a elevação das incertezas, e outro positivo, a expansão acentuada dos gastos militares. No início do terceiro trimestre, superada a instabilidade decorrente da guerra, estabelece-se um ambiente mais estável, refletindo-se na conjunção de vários aspectos favoráveis: a melhora acelerada das expectativas de empresários e consumidores; a introdução de um programa de estímulos fiscais; e a recuperação dos mercados financeiros, após o esgotamento dos efeitos do estouro da bolha acionária e dos escândalos corporativos. Entretanto, não podemos esquecer que um dos fatores fundamentais que favoreceu essa conjuntura foi a manutenção das taxas de juros em patamares historicamente baixos, possibilitando o refinanciamento de dívidas com um custo mais baixo e a consequente liberação de recursos para gastos em consumo ou investimento, pelas famílias e empresas.

No que se refere aos países em desenvolvimento, em 2001, com o desaquecimento global e demais efeitos sobre os fluxos de capitais na economia internacional, houve uma queda no fluxo destinado a esses países o qual atingiu os US\$ 185 bilhões; já no ano de 2002, essa situação foi revertida e os resultados foram mais positivos, quando o montante destinado aos países em desenvolvimento chegou a US\$ 224 bilhões. De qualquer forma, não há como negar que as economias em desenvolvimento, como as emergentes, estão-se beneficiando do contexto econômico que espalha crescimento em várias partes do globo.

Num cenário ascendente, a economia internacional se viu beneficiada pelo fornecimento maciço de liquidez por parte do Banco Japonês (Boj), com o progresso no processo de reabilitação do sistema financeiro e o significativo crescimento da lucratividade empresarial; já a manutenção do grande crescimento chinês, que entre 2001-2004 representou 30% do crescimento da economia mundial, tem favorecido positivamente esse contexto internacional. Passado esse período de incertezas quanto à economia e à paz mundial, o questionamento que fica é como serão equacionados os desequilíbrios macroeconômicos da economia norte-americana, os problemas com o preço do petróleo e os desequilíbrios com a economia chinesa. Dessa forma, pode-se avaliar que o crescimento verificado na economia internacional pós-2001 traz grandes dúvidas quanto à sustentabilidade deste tipo de crescimento acelerado.

7.1.8 Mercosul: uma análise do seu comportamento recente

Resultados da pesquisa:

Atualmente o Mercosul passa por um teste de credibilidade. Conforme o Protocolo de Ouro Preto, assinado em 1994, define-se como União Aduaneira, supondo ser livre comércio, tendo uma taxa e política comercial externa comum. Desde lá, esse objetivo está longe de ser cumprido. O grupo também põe em debate a debilidade do mecanismo de solução de controvérsias, a ausência plena de certeza jurídica para as decisões de mudança e o comércio exterior em que apostam seus membros. Sem essa certeza jurídica e recorde destacado no cumprimento do cronograma de compromissos, o resultado é o desestímulo. Os tempos difíceis para os países da região fez com que, em algumas ocasiões, suspendessem, adiassem e, inclusive, deixassem de cumprir algumas obrigações acordadas com o propósito de fortalecer o livre-comércio do Mercosul e a união aduaneira. Assim, nesse período marcante, aconteceram situações em que esses países entraram em desacordo, enfraquecendo a união, a qual já passa de uma década. Houve discussões e até mesmo reações contraditórias dos países que contribuíram para tal desunião do bloco econômico.

Em razão da crise macroeconômica que afetou os países do Mercosul, houve uma necessidade maior de recompor vínculos comunitários. Com a queda do PIB, em 2002, o grupo refletiu sobre o presente e o futuro. Na década de noventa, a realidade era promissora.

Num cenário recessivo, a arrecadação caiu, o déficit público manteve-se elevado comparado aos anos anteriores e uma diminuição da demanda externa se verificou, em particular, do Mercosul. O efeito de sucessivos anos de avidez por reservas fez com que diminuíssem a 2,3 milhões de dólares em 2002, diminuição equivalente a um quinto do PIB e a 87% do valor das exportações totais do ano. As saídas de capitais foram enormes. Nos primeiros meses de 2003, em resposta ao aumento da demanda de países externos ao Mercosul, aumentou a demanda de carne bovina em 20%, e os setores de bens e serviços apresentaram uma tendência de crescimento.

As negociações entre Mercosul e UE não puderam ser concluídas no ano de 2004, como já se previa, tendo que esperar o final da Rodada de Doha para recuperar seu impulso político.

O Mercosul, em sua crise de dívidas, viu o coeficiente de comércio intragrupo situar-se em 5% do total, tendo-se elevado de forma sustentável até 25% em 1998, e caindo a quase 10% no ano de 2002. A partir desse ano, iniciou-se uma modesta recuperação, que, mesmo assim, deixou o coeficiente de comércio intragrupo praticamente no mesmo nível de 25 anos atrás.

Na América Latina, o Mercosul figurou entre os que apresentaram resultados negativos, com o menor coeficiente de abertura comercial, em termos de integração. Entretanto, esse indicador está subindo desde o final dos anos 90. Isso ocorre pelo fato de esses países não se adequarem a um mercado ampliado, que hoje é a nova realidade de integração, sendo difícil organizar-se de forma adequada para os desafios atuais e futuros. Assim, é baixa a importância que os atores econômicos atribuem aos esforços de integração. Ao contrário, vão resistindo. Com isso, é cada vez mais difícil esperar grandes iniciativas de mudança que apostem nos esquemas de integração.

7.2 Artigos em andamento relacionados com a pesquisa:

7.2.1 Impacto da integração econômica na África Austral para Moçambique (1990- 2006);

7.2.2 O crescimento dos BRIC's no cenário econômico mundial e as perspectivas do Brasil;

7.2.3 Projeção do setor siderúrgico no Brasil: suas influências no âmbito nacional e internacional;

7.2.4 Abertura comercial do Brasil na década de 1990 - seus impactos no consumo e emprego.

Avaliação:

O grupo avalia que a pesquisa desenvolvida no âmbito das relações econômicas internacionais tem conseguido ampliar a participação de diferentes áreas do conhecimento relacionadas com esta área de pesquisa.

Lacunas do programa:

- O financiamento externo para pesquisa;
- O pequeno número de alunos participantes na pesquisa;
- A carência do desenvolvimento de pesquisas que consigam mapear concretamente as relações econômicas brasileiras com o resto do mundo e seus benefícios e/ou malefícios para a economia nacional;
 - A participação ainda limitada de outras áreas do conhecimento no estudo particular dos impactos ambientais decorrentes da internacionalização produtiva, como a engenharia ambiental e o direito internacional;
 - As deficiências na pesquisa sobre a conjuntura da economia internacional, que visa compreender a crise de crédito e suas implicações na economia nacional.



Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” Universidade de São Paulo

Joaquim Bento de Souza Ferreira Filho¹

O Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) é parte do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (DEAS) da ESALQ/USP. Foi criado por docentes deste Departamento com a finalidade de atender mais eficientemente às demandas por estudos, pesquisas e informação nas áreas da economia, administração e ciências sociais em geral apresentadas pela sociedade à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, unidade da Universidade de São Paulo, localizada em Piracicaba.

Professores da ESALQ/USP, juntamente com pesquisadores contratados e colaboradores, interagindo com estagiários de graduação e pós-graduação, dedicam-se prioritariamente à busca de soluções criativas e de vanguarda para questões econômicas e sociais relevantes. Por sua vinculação à Escola de Agricultura da USP, o CEPEA confere natural ênfase aos temas ligados ao meio rural, sem excluir outros setores econômicos com ligações diretas ou indiretas com o agronegócio.

As atividades do CEPEA abrangem estudos, pesquisas e difusão de informações através de variados meios de comunicação. Os estudos e pesquisas do CEPEA relacionados ao agronegócio são estruturados segundo

¹ Professor da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”-ESALQ, Universidade de São Paulo -USP. Depto. Economia, Administração e Sociologia. Av. Pádua Dias, 11. Piracicaba, SP. Brazil. CEP - 13418-900. email: ibsferretgiesalq.usp.br

cadeias produtivas, considerando-se também suas interligações econômicas que, em geral, são baseadas em portfólios de composição diversificada (multinegócios).

Através de pesquisas diárias sobre as principais cadeias de matérias-primas agropecuárias e seus derivados, o CEPEA elabora indicadores de preços de produtos, insumos e de serviços (como frete) que buscam refletir com precisão o movimento do mercado físico. Essas pesquisas proporcionam também a identificação de pontos de ineficiências e, ao mesmo tempo, a compilação de dados que permitem a elaboração de novas oportunidades de negócios para produtores, cooperativas, agroindústrias, *traders*, corretores e atacadistas, supermercados e varejistas em geral.

A vinculação do agronegócio às questões macroeconômicas do País é acompanhada pela equipe que elabora mensalmente o PIB do Agronegócio e outras estatísticas setoriais agregadas. Temas atuais, e de inquestionável relevância, como a economia ambiental e os desenvolvimentos na área energética também recebem a atenção dos pesquisadores do CEPEA.

O CEPEA se dedica também ao estudo de temas sociais com o objetivo de investigar a evolução dos padrões de qualidade de vida no meio rural e na sociedade em geral. Saúde, nutrição, educação e segurança são alguns determinantes do grau de desenvolvimento social que recebem tratamento de destaque na pauta de pesquisadores do CEPEA. A divulgação de análises e outras informações elaboradas pelo CEPEA ocorrem continuamente através do Boletim do Leite, da Revista Hortifruti Brasil, Informativo Pecuário e Indicadores Rurais (os dois últimos em parceria com a CNA), além de informativos semanais e mensais de vários produtos pesquisados, por meio do próprio site do CEPEA e de terceiros, em agências de notícias nacionais e internacionais e ainda em inserções frequentes em reportagens do jornalismo especializado.

O CEPEA é formado por uma equipe multidisciplinar que reúne agrônomos com especialização em economia e sociologia, economistas, administradores, especialistas em contabilidade, jornalistas e analistas de sistema que interagem de forma dinâmica e criativa, motivados em trabalhos que apontam para direções convergentes. Com perfil singular, diferenciado de quaisquer outras instituições de pesquisa em economia do Brasil, o CEPEA investe em um modelo de trabalho em que cada membro tem liberdade para exercer sua criatividade.

A eficiência desse modelo associa-se aos incentivos para que todos os profissionais se aperfeiçoem continuamente. No dia-a-dia, o CEPEA promove

a integração de alunos de diferentes cursos de graduação e pós-graduação ao meio profissional, servindo tanto como oportunidade de trabalho quanto catalisador desses potenciais.

Histórico

O CEPEA foi oficialmente criado em 1982 como forma de o Departamento de Economia, Administração e Sociologia Rural da ESALQ/USP estabelecer canais mais eficientes para receber as demandas da sociedade e atender a estas através de um sistema organizado de prestação de serviços a entidades públicas e privadas. Os primeiros a solicitarem oficialmente projetos ao CEPEA, por volta de 1982, foram instituições e entidades públicas estaduais e federais como a Secretaria de Indústria e Comércio de São Paulo, CNPq, Capes, FINEP, FAPESP e Banco Mundial.

Em outubro de 1986, o CEPEA lançou a revista Preços Agrícolas com o apoio de alguns patrocinadores. Nos primeiros anos da década de 90, a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) iniciou contatos com o CEPEA para a elaboração de indicadores de preços de commodities agrícolas, que viriam a orientar os contratos em mercado futuro desses produtos, atividade desempenhada continuamente até o presente.

Histórico da pesquisa em Relações Econômicas Internacionais no CEPEA

As pesquisas sobre relações internacionais no CEPEA sempre estiveram ligadas à área da economia internacional. Dado o perfil acadêmico do departamento, fortemente centrado na área de análise econômica através de métodos quantitativos, a economia internacional, desde o princípio, foi parte do seu programa de pesquisa, sem, contudo, constituir-se em área específica até o final dos anos noventa, quando duas linhas principais de pesquisa sistemática começaram a se desenvolver.

A primeira delas surgiu no final da década de 1990, quando teve início uma linha de pesquisa na área de integração comercial que perdura até hoje. A segunda, mais recente, está focada na análise de barreiras técnicas e sanitárias no comércio internacional. O desenvolvimento dessas duas linhas de pesquisa no CEPEA/ESALQ será descrito com mais detalhes abaixo.

1. Efeitos econômicos de cenários de integração comercial sobre a economia brasileira

Esta linha de pesquisa teve início com o Professor Joaquim Bento de Souza Ferreira Filho quando de sua participação no *6th Short Course in Global Trade Analysis - GTAP*, no departamento de economia da *Purdue University*, em West Laffayette, IN, Estados Unidos, em 1997. O curso é ministrado pelo *Global Trade Analysis Project*, projeto de pesquisas em comércio internacional sediado naquela universidade. O programa de pesquisas do GTAP é mantido por um consórcio de instituições internacionais (www.gtap.agecon.purdue.edu). Entre os seus principais produtos, está uma base de dados integrada da economia internacional, com matrizes de insumo-produto de 113 regiões/países e dos fluxos de comércio entre essas regiões. Essas matrizes de dados dão suporte à calibração e ao funcionamento de um modelo global de comércio, o GTAP, que é hoje amplamente conhecido e uma das principais referências mundiais na área.

O consórcio ministra cursos de pequena duração sobre o modelo e a base de dados, que estão disponíveis publicamente para venda no site da instituição. O objetivo desse curso, além da instrumentalização da utilização daqueles recursos, é a criação e manutenção de uma extensa rede de pesquisadores ao redor do mundo, que interagem através de um congresso anual e do website do próprio consórcio. Além disso, e talvez seja este o caráter mais importante dessa rede, os pesquisadores voluntariamente atualizam as informações da base de dados, como é o caso das matrizes de insumo-produto dos respectivos países e os dados de proteção tarifária, parâmetros relevantes para o funcionamento do modelo, e outras informações relevantes. Desde a realização do curso inicial, que se deu em 1997, o Professor Joaquim Bento fez parte da rede do GTAP, participando regularmente dos congressos anuais e realizando pesquisas na área de análise de impactos da integração comercial sobre a economia brasileira.

Como fruto dos trabalhos iniciados em 1997, no ano de 2002, o Prof. Joaquim Bento foi realizar um ano de pós-doutorado na *Monash University*, em Melbourne, Austrália, que, de certa forma, foi o berço do projeto GTAP. Naquele período, em conjunto com o Prof. Mark Horridge, realizou uma série de pesquisas sobre integração de modelos matemáticos de economia e desenvolveu uma metodologia inovadora para tal finalidade, apresentada no

6º. Congresso Anual do GTAP, na Haia, Holanda. Esse estágio foi fundamental para o aprofundamento do relacionamento do CEPEA com a comunidade internacional de pesquisadores.

Com o desenvolvimento dessas relações, o Prof. Joaquim Bento foi o autor da contribuição dos dados sobre o Brasil para a base de dados versão 6.0 do modelo, que se refere ao ano de 2001. Uma nova versão da base de dados para o ano de 2004 foi lançada recentemente, sendo que os dados do Brasil são uma atualização monetária da base da versão 6.0.

No ano de 2004 o Professor Thomas W. Hertel, que é o diretor do consórcio GTAP, quando cumpria ano sabático no Banco Mundial, convidou o Prof. Joaquim Bento para, em conjunto com o Dr. Mark Horridge, escrever um capítulo sobre o Brasil em um livro editado por aquela instituição (Hertel and Winters, Eds, 2006). A preocupação central do livro, com contribuições de diversos países, era a de avaliar os impactos sobre a pobreza e a distribuição de renda no Brasil em um cenário estabelecido pelo Banco Mundial de integração comercial no âmbito da Rodada Doha. A realização desse estudo, que visava a uma avaliação quantitativa do fenômeno, exigiu o desenvolvimento de uma metodologia particular de pesquisa, que foi inovadora na área de modelos computáveis de equilíbrio geral. Com financiamento da FAPESP, o Prof. Horridge passou quatro meses no Brasil para desenvolver o trabalho em conjunto com o Prof. Joaquim Bento. Esse trabalho foi o ponto inaugural de uma série de outros na área de impactos de cenários de integração comercial sobre a distribuição de renda e pobreza no Brasil, que teve sequência em uma série de outros projetos mais recentes:

- Parceria com a *Poverty and Economic Policy Network - PEP-NET*, em um estudo sobre as relações entre a política fiscal e a pobreza no Brasil;
- Com o *International Food Policy Research Institute - IFPRI*, em um estudo sobre os impactos de um cenário de integração comercial sobre o Brasil e a Índia, sendo o estudo sobre esta realizado pelo Indira Ghandi Institute of Development Research - IGIDR. Mumbai, Índia;
- Cenário de integração comercial desenvolvido pela *Carnegie Endowment for International Peace*, em parceria com o *International Labor Office* e a CEPAL, projeto em fase de conclusão no momento;
- Um novo cenário de integração comercial elaborado pelo Banco Mundial, a ser publicado brevemente.

Outra linha de pesquisa desenvolvida paralelamente, também na área de modelos computáveis de equilíbrio geral e sob coordenação do Professor Joaquim Bento, diz respeito à análise dos impactos sobre a economia brasileira da introdução de um imposto sobre carbono com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa no Brasil, como parte de um eventual novo acordo nas próximas discussões sobre a mudança do clima. Esse estudo, financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, consistiu no desenvolvimento de um modelo e base de dados para a realização daquela análise e gerou artigo já publicado em periódico internacional (Ferreira Filho e Rocha, 2008).

Essas linhas de pesquisas continuam em franco desenvolvimento no CEPEA/ESALQ, com diversos trabalhos em andamento atualmente.

Perspectivas de desenvolvimento futuro das pesquisas ora realizadas

O interesse na área de análise de políticas econômicas utilizando modelos aplicados de equilíbrio geral e representações quantitativas estruturais da economia tem crescido substancialmente nos últimos anos. Além disso, tem crescido muito o interesse internacional pelo Brasil, devido aos temas emergentes na área de economia, como é o caso da economia e impactos sociais da expansão do uso de biocombustíveis, de produtos florestais não madeireiros e também de questões associadas às possibilidades de integração comercial e seus impactos sobre indicadores sociais. Dessa forma, há grande potencial de desenvolvimento das pesquisas em andamento com outras instituições ao redor do mundo. De forma sintética, as seguintes linhas de pesquisa e colaborações potenciais estão em discussão, para projetos a serem iniciados no próximo ano:

- Efeitos de cenários de mudança climática global sobre o uso do solo e seus impactos distributivos no Brasil. Esse projeto foi proposto em 2008 ao *National Science Foundation* nos Estados Unidos, pelo Prof. Thomas Hertel, da *Purdue University*, não tendo sido aprovado nessa rodada. Será reapresentado em 2009, com modificações sugeridas pelos pareceristas. O Prof. Joaquim Bento será o encarregado da parte relativa ao Brasil;

- Uma matriz de contabilidade social para o setor florestal brasileiro. Projeto proposto pelo *International Labor Office*, a ser desenvolvido a partir de 2009, com a coordenação do Prof. Joaquim Bento;

- Global Impacts of National Biofuels Programs. Pesquisa a ser realizada em conjunto com a *Purdue University*, Estados Unidos. Será apresentada na *XXVII Conference of International Economists*, a ser realizado em Agosto de 2009 em Pequim, China;
- Desenvolvimento Sustentável na Produção de Biodiesel no Estado da Bahia. Pesquisa a ser realizada em conjunto com o *International Labor Office*, a partir de 2009, sob a coordenação do Prof. Joaquim Bento.

2. Barreiras técnicas e sanitárias e o comércio internacional do Brasil.

Esta linha de pesquisa desenvolve-se principalmente a partir de 2001, com a conclusão da tese de doutorado da Professora Sílvia Helena Galvão de Miranda, intitulada “**Quantificação dos efeitos das barreiras não-tarifárias sobre as exportações brasileiras de carne bovina**”.

O objetivo é desenvolver um arcabouço teórico e aplicado para tratar das questões de políticas comerciais na área de barreiras sanitárias, técnicas e ambientais, tendo como objetivos específicos:

- i) A identificação das medidas que consistem em barreiras dessa natureza e de aspectos conceituais relevantes;
- ii) A modelagem matemática e estatística aplicada a essas barreiras comerciais, visando avaliar seus impactos, não só do ponto de vista comercial, mas de bem-estar em geral;
- iii) A abordagem da economia política.

No que tange ao primeiro objetivo específico, os estudos iniciaram com o monitoramento e avaliação das notificações aos acordos da OMC, de modo a identificar medidas sanitárias ou técnicas que possam causar restrições comerciais ou ajustes relevantes na matriz produtiva nacional ou, mesmo, em setores específicos. Além do monitoramento específico de temas relevantes, como o da regulamentação sobre o comércio de carne bovina e sobre resíduos, a equipe busca acompanhar outras bases de dados correlatas. As bases de informações estatísticas ainda são muito incipientes e sofrem diversas críticas, mas vêm sendo melhoradas, entre outros, por iniciativa de grupo de trabalho da UNCTAD, que esteve no Brasil há pouco tempo apresentando inovações em seu banco de dados

TRAINS, e em cuja discussão esteve presente a Profa. Sílvia, representando o CEPEA.

Outra abordagem referente a esse item compreende os estudos realizados sobre a legitimidade das exigências técnicas, sanitárias e ambientais, sobre os critérios que podem ser adotados para tal avaliação de modo a fundamentar ações públicas e privadas. O estudo realizado nesse âmbito foi disponibilizado a alguns agentes do governo e também a pesquisadores do USDA. Segundo esses últimos, ainda merece aprofundamento, tendo possibilidades de aplicação prática.

Como segundo objetivo específico, esta linha de pesquisa preocupa-se em ajustar ou desenvolver metodologias que possam ser aplicadas para avaliar efeitos dessas medidas e fundamentar decisões em futuras negociações. Essas opções metodológicas, já bastante conhecidas e exploradas para barreiras tarifárias, cotas, subsídios, carecem de ajustes para sua aplicação às questões sanitárias, técnicas e ambientais, que, adicionalmente ao seu impacto econômico, incorporam aspectos sócio-ambientais que requerem uma análise muitas vezes qualitativa e não quantitativa.

Uma das linhas de pesquisa em modelagem é a dos modelos gravitacionais, bastante aplicados no âmbito acadêmico e técnico internacional; uma segunda abordagem utiliza modelos de séries temporais; e finalmente, destacam-se os modelos de equilíbrio geral já mencionados na linha de pesquisa descrita acima. Recentemente, e equipe de economia internacional da Profa. Sílvia Miranda iniciou estudos para ajustar o método da Análise de Benefício-Custo para avaliar os impactos de Regulamentos de Avaliação de Conformidade (RAC), de interesse do Inmetro e para sua aplicação no escopo de Análise de Risco de Pragas (ARP).

O terceiro objetivo específico desta linha de pesquisa busca prover interpretação fundamentada do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio, estabelecido no âmbito da Organização Mundial do Comércio (TBT/OMC), do Acordo para Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS/OMC) e das ações do Comitê de Comércio e Meio Ambiente (CTE/OMC). A interpretação visa balizar análises relevantes para o contexto atual de negociações, como é o caso do estudo empreendido sobre a negociação de bens e serviços ambientais, realizado por Oliva e Miranda (2008) e parcialmente publicado na Revista de Política Agrícola no início de 2008.

Um aspecto singular dos trabalhos desenvolvidos pelo CEPEA, e pela equipe responsável por esta linha, em particular, é a formação e capacitação

de técnicos. Isto porque no Brasil ainda há poucos pesquisadores envolvidos com estudos teóricos e aplicados sobre políticas comerciais sanitárias, técnicas e ambientais. Em geral, os especialistas nesses temas fazem parte do corpo técnico do próprio governo e sua experiência decorre do desenvolvimento de suas atividades e funções. Contudo, o país ainda carece de um corpo acadêmico numeroso e bem qualificado que possa subsidiar todas as crescentes demandas sobre esses temas.

Histórico

O primeiro trabalho realizado no âmbito do CEPEA e Departamento de Economia da ESALQ sobre barreiras sanitárias e técnicas foi a tese defendida em 2001, já citada. A partir de 2002, um grupo informal de alunos de pós-graduação com atuação em economia internacional passou a reunir-se semanalmente, sob a coordenação da Profa. Sílvia Miranda, para discutir temas de interesse em economia e comércio internacional. O grupo, denominado GECINT, passou a ser integrado também por alunos de graduação e manteve suas atividades até o final de 2007. Sua atuação foi importante para o desenvolvimento da linha de pesquisa em questão, tendo em vista que harmonizou e disseminou conhecimentos básicos nessa área. As atividades culminaram, em 20 de agosto de 2004, na realização do 1º. Workshop sobre Barreiras Técnicas e Sanitárias, na ESALQ, que contou com a presença de representantes do Ministério da Agricultura, do INMETRO, da ABNT, além de empresas privadas e pesquisadores.

O primeiro trabalho de âmbito internacional conduzido pela equipe foi realizado em 2002, quando o CEPEA foi convidado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para integrar uma equipe de pesquisadores na iniciativa do projeto “*Agricultural liberalization and integration: what to expect from the FTAA and the WTO?*”. A equipe, liderada pelo professor Geraldo Barros, e integrada pelas professoras Sílvia Miranda e Heloísa Burnquist, desenvolveu o estudo intitulado “*SPS Issues of Agricultural Trade in the Western Hemisphere*”, que foi apresentado em seminário no BID, em outubro desse mesmo ano.

A partir dessa ocasião, o grupo de economia internacional do CEPEA passou a manter um monitoramento das notificações ao acordo SPS e ao TBT, que, mais tarde, com a melhoria do sistema eletrônico da OMC, evoluiu para dar ênfase a alguns assuntos específicos e de maior interesse na ocasião,

destacadamente os regulamentos sobre resíduos, sobre questões ambientais no âmbito do TBT e sobre o setor de carne bovina.

Em 2003, as equipes de meio ambiente e de economia internacional do CEPEA interagiram na iniciativa do *International Institute for Sustainable Development (IISD)*, em estudo intitulado *Trade-Related Subsidies - Bridging the North-South divide - A Latin American Perspective*.

As experiências relatadas acima geraram interesse por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio em que o *background* desenvolvido para a área sanitária pudesse ser aplicado à área de barreiras técnicas. Diante disso, surgiu a oportunidade de o CEPEA participar do projeto de pesquisa “Desenvolvimento de Processo para a Identificação Sistemática e Análise de Barreiras Técnicas às Exportações Brasileiras”, em parceria FINEP-CEPEA/ESALQ-FEALQ, entre os anos de 2003 e 2005.

Ainda em 2004, iniciou-se o desenvolvimento de novo projeto, também no âmbito da FINEP e do CT-Agro, envolvendo diversos órgãos de governo e privados, intitulado “Qualiagro: Sistema de Qualidade nas Cadeias Agroindustriais”, cujo relatório publicado na forma de livro em 2007 contém diversos elementos ainda na linha de pesquisa em apreço.

A partir desses dois projetos em parceria com a FINEP, foi possível realizar o I e o II Workshop sobre Barreiras Técnicas, Qualidade e Informação: Desafios para o Comércio Internacional, respectivamente, em março de 2007 e maio de 2008. No I Workshop, foram apresentados os resultados dos estudos desenvolvidos em três grandes projetos financiados pela FINEP, o Qualiagro, o projeto de Barreiras Técnicas, ambos já mencionados e envolvendo o CEPEA, e o Ripa, com enfoque na necessidade de superar barreiras técnicas às exportações e de vislumbrar uma agenda de ações para alcançar tal objetivo. Esse evento contou com a participação do Dr. John Wilson, especialista do Banco Mundial em barreiras técnicas, e do Prof. Peter Zuurbier, da *University of Wageningen*, na Holanda, *expert* em agronegócio, além de inúmeros pesquisadores de entidades públicas e privadas, renomados nessa área.

Paralelamente aos projetos de pesquisa, cumpre destacar os diversos trabalhos de iniciação científica, monografias, dissertações e teses que foram desenvolvidos desde 2002, relativos à temática das barreiras não tarifárias, orientados principalmente pelas professoras Sílvia Miranda e Heloísa Burnquist, que podem ser identificadas através de seu currículo Lattes.

Desenvolvimento recente e perspectivas de evolução

Recentemente, a equipe responsável por essa linha de pesquisa no CEPEA está envolvida em projetos acadêmicos e técnicos, em parcerias formais ou informais com entidades públicas nacionais, como o Inmetro, e internacionais, como o Economic Research Service (ERS) - USDA, nos Estados Unidos. Também mantém parceria com entidades privadas nacionais como a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), entre outras.

O Inmetro tem acompanhado e incentivado, através da interação com seus técnicos, desde 2003, os trabalhos de pesquisa conduzidos pelo CEPEA na área de barreiras técnicas. Inicialmente, com o enfoque de criar uma rede de contatos e uma abordagem de análise de impactos. Contudo, mais recentemente, há a expectativa de se firmar um convênio para que o CEPEA desenvolva uma metodologia (*checklist* + modelagem de impacto) para Avaliação do Impacto Regulatório (RIA), que visa verificar e quantificar os impactos econômicos, sociais e ambientais da implementação de Regulamentos de Avaliação de Conformidade. Esse projeto já teve aprovação de recursos no orçamento do Inmetro, estando nas fases de análise jurídica, embora os trabalhos técnicos já tenham sido iniciados pela equipe.

As parcerias com o USDA têm-se desenvolvido de modo informal pela interação entre técnicos desse Departamento e do CEPEA, para cooperação em áreas como identificação de barreiras sanitárias e etanol, em particular. Os contatos ocorrem em função das participações dos docentes do CEPEA em eventos acadêmicos internacionais e de pesquisas individuais que foram conduzidas com parceiros no exterior e que se mantêm no âmbito científico.

Cabe destacar também a participação da professora Sílvia Miranda no *International Agriculture Trade Research Consortium* (<http://www.iatrcweb.org/>), formado por acadêmicos e também por especialistas de governos de diversos países. Sua participação se dá como *fellow* no programa da *Hewlett Foundation/IATRC*, denominado *Capacity Building Program in Agricultural Trade Policy*, pelo período de agosto de 2006 a julho de 2009. Essa iniciativa tem provido apoio financeiro para participação em eventos científicos internacionais, nos quais são apresentados os trabalhos de pesquisa realizados sobre a temática de economia internacional. Sobretudo, permite à docente e sua equipe ampliar a interação com a comunidade de especialistas de países ricos e países em desenvolvimento, o que tem trazido

benefícios à condução dos estudos e à ampliação de intercâmbios e oportunidades de trabalhos conjuntos.

De modo mais geral, pode-se dizer em resumo que o trabalho nessa linha de pesquisa tem envolvido atividades que abrangem o desenvolvimento e aplicação de procedimentos para identificar como as barreiras não-tarifárias ao comércio vêm impactando as exportações brasileiras e provocando ajustamentos no sistema produtivo nacional, através de interações com empresas privadas de segmentos selecionados, como a indústria de alimentos e a indústria química, bem como suas respectivas associações (Abiquim, Abef, Abiec). O trabalho envolve interação direta com empresas de segmentos relevantes que compõem a pauta exportadora do país.

Sob a coordenação das Profas. Sílvia Miranda e Heloísa Burnquist, o grupo de pesquisas desenvolve atividades de difusão, junto ao setor privado e à comunidade técnico-científica, dos resultados e procedimentos gerados, através de participação em eventos, cursos de especialização, painéis e *workshops* setoriais, como os supracitados. Essa difusão também é promovida pelo uso de website desenvolvido para o Projeto (com espaço criado dentro da página do Centro de Estudos Avançados em Pesquisa Aplicada - CEPEA: www.CEPEA.esalq.usp.br). Ademais, o monitoramento das notificações aos acordos internacionais, com participação importante dos graduandos da ESALQ, gerou a iniciativa importante de elaborar informativos semanais que reportam análises de informações obtidas diariamente junto a instituições de referência sobre Barreiras Técnicas ao Comércio. No site do CEPEA, podem-se encontrar também coletâneas de entrevistas para a mídia, artigos técnicos e resultados de pesquisas científicas, apresentações e seminários realizados pelo grupo de pesquisa, resultados de foros de discussão sobre a questão das exigências técnicas e sua caracterização como barreiras efetivas ao comércio internacional.

3. Avaliação substantiva do programa de pesquisa da instituição no contexto da pesquisa em REIs no Brasil, das lacunas desse programa e das possibilidades de desenvolvimento futuro das pesquisas realizadas

As duas áreas principais desenvolvidas atualmente pelo CEPEA/ESALQ são áreas extensas e relativamente novas de pesquisa, mesmo no plano internacional. A extensão das análises de modelos computáveis de equilíbrio

geral para o campo das análises distributivas e ambientais tem resultado em desenvolvimentos metodológicos originais, expandindo-se a fronteira do conhecimento na literatura internacional.

Naturalmente, muito ainda há a ser feito, e os esforços nos próximos anos deverão estar concentrados nas seguintes áreas gerais:

- Uma descrição mais acurada do processo de substituição de culturas e uso da terra na agricultura, para análises mais detalhadas sobre os efeitos no Brasil de cenários de integração comercial regional. Essa representação tem sido feita de forma relativamente simplificada e é crucial para os efeitos distributivos que surgem a partir da agricultura. Esta é uma área de fronteira na pesquisa de modelos computáveis de equilíbrio geral. Espera-se que essa área possa se desenvolver a partir da parceria com a Universidade de Purdue, nos Estados Unidos da América;

- O desenvolvimento de modelos computáveis com características dinâmicas, com vistas a adicionar mais informação ao desenvolvimento temporal das análises. Espera-se que esta área possa ser desenvolvida através da parceria com a *Monash University*, em Melbourne, Austrália. Esta é uma instituição líder de nível mundial nessa classe de modelos;

- A continuidade do desenvolvimento de modelos computáveis de equilíbrio geral para análises ambientais. Em particular, pretende-se iniciar um esforço sistemático de avaliação de impactos econômicos e distributivos de cenários globais e locais de mudanças climáticas sobre a agricultura brasileira. Essa linha de pesquisa também envolverá as Universidades de Purdue e a Monash;

A área de pesquisas em Barreiras Técnicas e Sanitárias ao Comércio Internacional, nos seus aspectos quantitativos, também é bastante nova. Os esforços de pesquisa nessa área no futuro próximo deverão se concentrar basicamente em:

- Aprimorar o modelo de identificação de legitimidade de barreiras sanitárias e técnicas proposto por Miranda e Barros (2005), durante Seminário do IATRC, em San Diego, aplicando-o a casos efetivos de contenciosos e de problemas comerciais que afetem o Brasil;

- Organizar de forma sistemática o banco de dados do monitoramento dos regulamentos internacionais, de modo a permitir não só identificar com antecedência os problemas comerciais futuros, mas também constituir uma rede técnica que possa reagir provendo informações de qualidade no âmbito de barreiras sanitárias, técnicas e ambientais.

- Aprofundar os conhecimentos sobre a metodologia de Análise Benefício-Custo (ABC) e sua aplicação, o que se pretende atingir com o investimento do CEPEA na formação de duas recém-doutoras, orientadas pela Profa. Sílvia Miranda, possivelmente através de projetos de pós-doutorado. Existem duas ações possíveis, e não excludentes: desenvolver um modelo para avaliar impactos econômicos, sociais e ambientais para complementar o modelo biológico utilizado nas Análises de Risco de Praga (ARP) no país; e desenvolver o modelo de *checklist* e de ABC para aplicação no âmbito de interesse do Inmetro, tendo em vista seus compromissos no Comitê de Barreiras Técnicas da OMC. A expectativa é que esse plano possa ser executado com a formalização da parceria com o Inmetro e com a submissão de proposta ao Edital nº 64 do CNPq, em projetos vinculados aos interesses do Ministério da Agricultura (MAPA);

- Manter a participação de docentes no âmbito do IATRC, com apresentação de pesquisas nos fóruns internacionais e, em particular, em projetos conjuntos com pesquisadores internacionais na área de modelagem de economia internacional. Em particular, nas áreas de modelos gravitacionais e de modelos de intervenção (séries temporais);

- Aprofundar os trabalhos na temática de comércio e meio ambiente. Há 3 áreas passíveis de evolução no curto prazo. A primeira se refere à continuidade ao estudo sobre bens e serviços ambientais, fazendo-se simulações dos cenários possíveis, tendo em vista o diagnóstico já realizado por Oliva e Miranda (2008), e que deverá envolver alunos de pós-graduação da ESALQ para a modelagem. A segunda, à evolução da modelagem de economia internacional, com dados mundiais, para avaliar os aspectos macroeconômicos, utilizando-se os indicadores ambientais (*Environmental Performance Index*) publicados recentemente pela Yale University e pelo CIESIN - *Columbia University*, à semelhança do que foi feito em trabalho anterior; e a terceira vertente é avançar em estudos hoje realizados de forma esparsa pelo CEPEA que tratam dos impactos ambientais atingindo os setores agrícolas produtivos através de imposições comerciais. Pretende-se, nesse último caso, organizar seminário científico e técnico, ainda no início de 2009, de modo a alavancar recursos e parceiros para a consolidação desses estudos.

Relações Econômicas Internacionais e o Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil: um objeto de pesquisa do Instituto de Economia da Unicamp

*José Carlos Braga**

*Simone Deos***

1.Introdução

Este texto apresenta a trajetória da pesquisa no âmbito de relações econômicas internacionais realizada no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp) e, de forma mais específica, no Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais (Ceri). Nosso propósito é demonstrar como a pesquisa em relações econômicas internacionais no IE-Unicamp vem sendo abordada a partir da preocupação com o desenvolvimento econômico brasileiro.

Para tanto, após esta introdução, faremos uma breve caracterização da Universidade Estadual de Campinas e do Instituto de Economia (Seção 2). Apresentaremos, de forma sintética, um conjunto de indicadores atuais sobre a Unicamp e o IE, ao mesmo tempo em que sublinharemos alguns momentos de sua história. O objetivo é demonstrar a posição de destaque que ocupam no cenário do ensino e da pesquisa no país.

Na etapa seguinte (Seção 3), nosso objeto será a pesquisa realizada na área de relações econômicas internacionais no âmbito do IE-Unicamp. A seleção e

*Professor Livre-Docente do Instituto de Economia da Unicamp e Diretor Adjunto do Ceri (Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais).

**Professora Doutora do Instituto de Economia da Unicamp e Diretora Executiva do Ceri (Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais).

análise dos trabalhos realizados dentro dessa temática, contudo, não serão exaustivas. Apresentaremos, a partir da seleção de um conjunto de trabalhos, a trajetória das pesquisas nas décadas de 1980 e 1990. Tendo destacado os trabalhos que podem ser tomados como fundadores dessa trajetória, deteremo-nos naqueles mais recentemente realizados e nas pesquisas ora em curso no âmbito do Ceri. O propósito, como já apontamos, é demonstrar que as pesquisas realizadas no IE e no Ceri têm como objetivo pensar o desenvolvimento econômico brasileiro no contexto das relações econômicas internacionais.

Na conclusão (Seção 4), apresentaremos, de forma sintética, a agenda de pesquisas futuras do Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais (Ceri).

2. Unicamp e Instituto de Economia: origem e evolução

2.1 Unicamp¹

A Unicamp foi oficialmente fundada em 5 de outubro de 1966. É uma autarquia, autônoma em política educacional, mas subordinada ao Governo do Estado de São Paulo no que se refere aos subsídios para a sua operação. Em 2007, contava com 73 unidades e órgãos, sendo 20 unidades de ensino e pesquisa, 23 centros e núcleos interdisciplinares e 24 bibliotecas.

No ano de 2007, a Unicamp ofereceu 58 cursos de graduação nas áreas de ciências exatas, tecnológicas, biomédicas, humanidades e artes. O número de vagas de graduação oferecidas nesse ano foi de 2.830, o número de alunos matriculados nos cursos de graduação nesse mesmo ano era de 16.984 e o número de docentes ativos, 1.743.

No que diz respeito à pós-graduação, foram 135 os cursos oferecidos em 2007: 66 de Mestrado, 60 de Doutorado e 9 de Especialização. O número de alunos matriculados na pós-graduação da Unicamp em 2007 era de 15.230, sendo a universidade brasileira com o maior índice de alunos na pós-graduação – 48% de seu corpo discente. Também deve ser mencionado que, no período, 86% de seus professores atuavam em regime de dedicação exclusiva e 97% tinham titulação mínima de doutor.

A Unicamp mantém, historicamente, uma relação muito estreita entre ensino e pesquisa, como evidenciam os seguintes indicadores da produção científica:

¹ Dados do ano de 2007 organizados pela Assessoria de Economia e Planejamento da Reitoria da Unicamp disponíveis em (<https://www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp>).

no ano de 2007, foram publicados 236 livros, 3.714 artigos em periódicos e 1.901 trabalhos completos em anais de congressos. Neste ano, eram 1.097 as linhas de pesquisa desta universidade e 4.562 os projetos com financiamento.

2.2 Instituto de Economia²

O Instituto de Economia da Unicamp foi criado em 1984 e originou-se do antigo Departamento de Economia e Planejamento Econômico (Depe), que integrava o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.³ O professor Wilson Cano contextualiza a criação deste Instituto:

“Deve-se a uma circunstância especial a idéia da criação do futuro Instituto de Economia. De um lado, os anseios que um grupo de professores da Cepal⁴, no Rio de Janeiro, manifestava em relação à má qualidade da maioria dos cursos de economia então ministrados no país, pela baixa capacidade crítica que ofereciam para o exame da realidade nacional, pela quase ausência de interdisciplinaridade e pela alienação teórica e política que proporcionavam. Esse grupo alimentou, durante alguns anos, a idéia de criar uma nova Escola de Economia que enfrentasse aquelas deficiências. Ao mesmo tempo, havia outro grupo de intelectuais em São Paulo, que acabava de fazer um Curso de Planejamento Econômico ministrado pela Cepal, e que também alimentava as mesmas preocupações. É nesse momento (1965) que se conhecem e que delineiam as idéias centrais do futuro projeto.” (Cano, 2007, p. 200)

Histórico das atividades docentes

As primeiras atividades, desenvolvidas entre 1968 e 1970, consistiram na realização de cursos de planejamento econômico em nível de pós-graduação (especialização). A partir de 1970, teve início o curso de graduação (bacharelado) em ciências econômicas.⁵

² Esta seção se beneficia, em grande medida, de Cano (2007).

³ O IFCH, por sua vez, originou-se do Departamento de Planejamento Econômico e Social (Depes), criado em 1968.

⁴ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros.

⁵ Até 1997, o curso de graduação foi exclusivamente diurno. Em 1998, foi iniciado o curso de graduação em período noturno.

Em 1974, teve início o curso de pós-graduação em economia em nível de mestrado. À época, segundo Cano (2007), o Instituto de Economia já era conhecido como “a escola crítica de Campinas”, constituindo uma instituição singular no Brasil,

“Pela estrutura curricular; intensidade de leitura; pela pluralidade teórica de estudar os grandes mestres, notadamente Kalecki, Keynes, Marx e Schumpeter; pela visão crítica no estudo histórico do sistema capitalista de produção; pela grande importância que sempre demos ao estudo da história econômica do Brasil e de sua evolução.” (Cano, 2007, p.201)

Em 1978, no âmbito da pós-graduação, teve início o doutoramento (em teoria e política econômica), possibilitando o aprofundamento, no ensino e na pesquisa, de economia política, de teoria e política econômica e social, de história econômica, economia brasileira e economia internacional.

A partir de 1998, foi criado um novo programa de pós-graduação, em desenvolvimento econômico, com mestrado e doutorado.⁶ Estes cursos formaram e formam especialistas nas seguintes áreas de concentração: economia social e do trabalho, história econômica, economia regional e urbana, economia agrícola e desenvolvimento, espaço e meio ambiente.

Até o ano de 2007, o IE formou cerca de 1.850 graduados e um pouco mais de 1.000 pós-graduados⁷. Além de ter formado profissionais que se dirigiram ao setor público – com presença em muitos governos estaduais, no governo federal e em órgãos específicos – e ao setor privado – empresas, instituições financeiras e consultorias –, salienta-se que:

“Tem sido muito importante e quantitativamente expressiva a formação de docentes, destacando-se expressiva presença deles em várias universidades públicas federais e estaduais. Os docentes, nessas universidades, puderam assim transplantar para elas boa dose do espírito de Campinas, disseminando nossa postura reflexiva crítica, alterando programas, currículos e complementando bibliografias.” (Cano, 2007, p.204)

⁶ Em 1998 foi criado o mestrado e em 1999 o doutorado.

⁷ Incluindo especialização, mestrado e doutorado. Foram 216 nos cursos de especialização, 467 no mestrado e 366 no doutorado.

Histórico das atividades de pesquisa

Do ponto de vista da pesquisa, o Instituto de Economia estruturou-se, desde meados da década de 1980, em centros e núcleos, os quais congregam professores, pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação e contam com infra-estrutura para o desempenho das atividades. O rol de centros e núcleos evidencia a ampla cobertura temática das pesquisas realizadas na instituição. Entre os núcleos de pesquisa estão o de Economia Agrícola (Nea), o de Economia Industrial e da Tecnologia (Neit), o de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur), o de Finanças (Nif), de História Econômica (Nihe) e o de Métodos Quantitativos Aplicados à Economia (Nimqae). Constituem centros de pesquisa o de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon), o de Estudos de Desenvolvimento Econômico (Cede), o de Estudos de Relações Econômicas Internacionais (Ceri) e o de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit).⁸

São indicadores expressivos das pesquisas realizadas no âmbito do IE as 467 dissertações de mestrado e 366 teses doutorais defendidas até 2007, em todas as áreas de conhecimento estudadas. Ademais, além de pesquisas individuais, foram realizadas, desde o início das atividades da instituição até 2005 e sob a estrutura dos núcleos e centros, cerca de 420 pesquisas coletivas⁹, em cooperação com instituições nacionais (públicas, não governamentais e com empresas) e internacionais. Tais pesquisas abarcaram enorme variedade de áreas temáticas.

Indicadores da produção atual¹⁰

Em 2007, o IE contava com 110 professores. Nos cursos de graduação estavam matriculados 569 alunos e na pós-graduação *stricto sensu* 226 alunos, assim distribuídos: 109 nos programas de mestrado e 117 nos de

⁸ Os primeiros centros e núcleos foram criados em 1985 e, ao final desta década, a estrutura já estava praticamente montada, tendo sido alguns poucos criados nos 90. Para uma breve descrição dos objetivos de cada um dos centros e núcleos e das atividades mais recentes e mais significativas destes ver <http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/index.php>.

⁹ Esta informação está em Cano (2007).

¹⁰ Os indicadores apresentados nesta seção, relativos ao ano de 2007, têm como objetivo uma caracterização sumária do Instituto de Economia nas suas atividades de ensino e pesquisa. Dados referentes ao ano de 2007 disponíveis em <http://www.unicamp.br/anuario/2007/IE/IE-quadrogeral.html>. Ver também www.eco.unicamp.br para algumas informações institucionais.

doutorado. Neste ano foram defendidas 26 dissertações de mestrado e 21 teses de doutorado.

Em 2007 o IE tinha 45 linhas de pesquisa e 35 projetos com financiamento. Neste ano foram publicados 6 livros, 14 capítulos de livros, 47 artigos em periódicos e 28 trabalhos completos em anais de congressos, sendo 17 internacionais e 11 nacionais. Ademais, os professores e pesquisadores do IE tiveram participação em 70 congressos e outros eventos científicos.

3. Relações Econômicas Internacionais no IE-Unicamp

Coerente com sua perspectiva de atuação na pesquisa e no ensino, bem como com seus posicionamentos metodológicos e teóricos, o Instituto de Economia da Unicamp resolveu criar um espaço institucional dedicado ao estudo da evolução da economia mundial e da interação do Brasil nessa evolução. O propósito estratégico fundamental desse conhecimento era, e é, compreender e formular caminhos adequados para a inserção do Brasil no mundo de maneira a propor estratégias de desenvolvimento que tornem possível integrar inserção internacional com soberania nacional, estabilidade monetária e desenvolvimento socioeconômico.

O Ceri foi então criado, em 1985, com os propósitos a seguir mencionados: i) analisar a evolução da economia mundial, tomando em consideração especialmente suas repercussões sobre o desenvolvimento econômico brasileiro; ii) avaliar o comportamento da conjuntura econômica internacional, especialmente sob a ótica de seus reflexos sobre a economia brasileira; iii) estudar as relações econômicas entre o Brasil e as áreas específicas de comércio internacional; iv) promover publicações que assegurem a divulgação regular de seus trabalhos; v) organizar seminários, colóquios, semanas de estudo e conferências; vi) manter contato com instituições nacionais e estrangeiras de objetivo similar, de modo a incentivar a troca de experiências na análise das relações econômicas internacionais. Ao longo desses vinte e três anos de existência, e obviamente vivendo momentos de maior e menor dinamismo, o Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais vem cumprindo esses objetivos.

Tendo em vista os temas mais recentes da evolução mundial, deve-se considerar a presença do Ceri nas pesquisas e nos debates relacionados com a globalização do capitalismo, sobretudo na sua dimensão financeira, e com a regulação das finanças internacionais - em particular dos sistemas

bancários, sob a égide dos Acordos de Basiléia. A participação do Centro nas discussões em torno dessa temática, sob a forma de seminários, artigos e livros, tem sido marcante e manifesta uma atuação consistente com a perspectiva acima mencionada. Mas, antes de aprofundarmos o tema das pesquisas recentemente realizadas no âmbito do Ceri, voltemos às “primeiras” reflexões dos economistas do IE-Unicamp sobre as questões internacionais.

O IE e as questões de economia internacional imbricadas na temática do desenvolvimento brasileiro

A reflexão do Instituto de Economia acerca das interações entre as relações econômicas internacionais e o desenvolvimento brasileiro fez-se evidente, desde os primórdios da instituição, nas dissertações de mestrado e teses de doutoramento, mas ficou especialmente clara em alguns trabalhos publicados no início da década de 1980, quando instabilidade e crise afetaram o Brasil e a América Latina. Numa coletânea que resultou em dois volumes publicados sob o título “*Desenvolvimento Capitalista no Brasil*”, ambos organizados por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho, essa questão mereceu destaque. Entre os artigos relacionados com a temática que nos ocupa neste documento, vale mencionar:

- “*Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise, 1929/1974*” de Luciano G. Coutinho e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo;
- “*Percalços e problemas da economia mundial capitalista*”, de Luciano G. Coutinho;
- “*Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta*”, de Paulo Davidoff Cruz.

Esses trabalhos balizaram os demais artigos dedicados à economia brasileira, colocando a discussão num determinado contexto internacional.

No desenrolar da década de 1980, acentuou-se a preocupação com as mudanças que vão ocorrendo na economia internacional, sob a liderança das finanças, bem como com a intensificação da crise da economia brasileira. Esta se manifestou, sobretudo, pela aceleração da inflação e pela crise da dívida externa, manifestações da ruptura do padrão de financiamento da economia brasileira. As relações econômicas internacionais do país ficaram sob a égide desta dívida, cuja negociação se arrastou e cujo peso se transferiu do setor privado para o Estado. Por sua vez, os impactos da crise quanto ao

aspecto monetário conduziram ao dinheiro financeiro - moeda indexada - como forma limite de escapar da dolarização da economia.

Dessa reflexão, vários economistas do IE e do Ceri se ocuparam não apenas no campo do diagnóstico, mas também formulando propostas de política econômica e até mesmo tratando da implementação das mesmas, através de sua participação no governo federal. A preocupação era combinar estabilidade monetária com desenvolvimento. Ressalte-se, nessa questão, a participação, no Plano Cruzado (1986), dos professores da Unicamp João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Luciano Coutinho, José Carlos Braga, Julio Sergio Gomes de Almeida e José Bonifácio do Amaral.

É pertinente a inserção da temática da crise da economia brasileira dos anos 1980 e da produção em torno da mesma no presente texto, pois ela esteve intrinsecamente ligada a um aspecto fundamental das relações econômicas internacionais do Brasil: o financiamento externo. Entre os trabalhos sobre o tema produzidos pelos professores do IE, mencionemos apenas alguns:

- “*Depois da Queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*”, de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Julio Sergio Gomes de Almeida;

- “*Questões sobre a crise do capitalismo tardio*”, de José Carlos Braga;

- “*La crise de la dette extérieure et la ‘crise fiscale’*”, de José Carlos Braga;

- “*Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do após guerra*”, de Paulo Davidoff Cruz;

- “*Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea*”, de Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo.

De um lado, o insucesso do Plano Cruzado e de uma série de outros planos de estabilização – heterodoxos e ortodoxos, por razões econômicas e/ou políticas – e, de outro, a luta política, acabaram por levar ao Plano Real e à implantação do que poderíamos designar de “padrão de desenvolvimento liberal no capitalismo brasileiro”. O resultado obtido pode ser resumidamente apresentado: baixa inflação e baixo crescimento com aprofundamento da inserção brasileira no processo de globalização capitalista, inclusive na sua dimensão financeira.

Em abril de 1995, realizou-se um importante seminário internacional sobre o tema “Regulação Econômica e Globalização”, tendo sido esta uma iniciativa de professores e pesquisadores brasileiros e franceses cujas instituições já vinham em processo de cooperação científica. Pelo lado da Unicamp,

participaram professores do Instituto de Economia e do Ceri, bem como do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP¹¹. A Fundação para o Desenvolvimento Administrativo (Fundap), através de seu Instituto de Economia do Setor Público (IESP), e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) completaram, do lado brasileiro, o conjunto de instituições envolvidas. De outro lado, IRIS e CNRS-Université Paris-Dauphine formaram o conjunto de organizações francesas.

Do seminário resultou um livro organizado por Bruno Théret e José Carlos Braga, com o mesmo título do seminário. No posfácio, José Carlos Braga observava características das relações econômicas internacionais que se mostram contundentemente atuais em 2007/2008:

“A manifestação mais evidente dessa globalização é justamente a interdependência dos sistemas financeiros nacionais num contexto de crescente liberalização do movimento de capitais. É esta liberdade de ação que engendrou um mercado financeiro propriamente mundial através do qual se propagam movimentos especulativos tanto para a criação de riqueza fictícia (no sentido de ser desproporcional aos movimentos reais da economia) quanto para a sua destruição. A economia vive sob permanente avaliação que é conduzida por uma lógica financeira geral de lucratividade. As grandes corporações industriais e as organizações financeiras manejam uma massa de ativos financeiros e de moedas que compõem suas estratégias de valorização ao lado de seus ativos operacionais. Assim, além das taxas de retorno nos investimentos produtivos, as taxas de câmbio, as taxas de juros e os índices de valorização das ações são “parâmetros” considerados na rentabilidade financeira geral. Num mundo de livre movimento de capitais e de taxas de câmbio flexíveis, aqueles atores efetuam movimentos de ‘poupança financeira’, em consonância com suas expectativas mutáveis, que impactam fortemente os mercados cambiais, acionários e de crédito em geral, mundo afora...”

Não se deve descartar contudo a hipótese de que a instabilidade se agrave também nos países centrais dadas as características da gestão da riqueza. Com a liberalização dos controles nacionais e internacionais

¹¹ O NEPP é um centro interdisciplinar de pesquisas especializado em análise e avaliação de políticas e programas governamentais vinculado diretamente à Reitoria da Unicamp.

os governos destes países também vêm perdendo a capacidade de impor disciplina financeira aos agentes e mercados, a tal ponto que a riqueza mobiliária e patrimonial tem obtido, como já salientamos, autonomia crescente face à riqueza produtiva... Isto significa a consolidação de um rentismo institucionalizado do qual participam ativamente os grandes grupos empresariais, o sistema financeiro, os grandes proprietários, num processo que acaba envolvendo o próprio Estado. Este é levado a sancionar o movimento atuando como prestador de última instância para evitar o colapso sistêmico e colocando títulos de dívida pública que funcionam como garantia do processo de securitização. Se o colapso é evitado, paga-se, entretanto, ao mesmo tempo o preço de ver relançada a dinâmica de valorização financeira.” (Braga, 1998, pp.531-534)

Esse enfoque interpretativo, compartilhado por outros professores do IE, havia sido elaborado por José Carlos Braga, em termos teóricos, em 1985, em sua tese de doutoramento – “*Temporalidade da Riqueza: uma contribuição à teoria da dinâmica capitalista*”¹² – e posteriormente (1993) tratado no plano da economia aplicada no artigo “*A Financeirização da Riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais*”. Na mesma direção, em 1998, Luiz Gonzaga Belluzzo e Luciano Coutinho escreveram artigo que tratou dessa temática do ângulo dos ciclos econômicos: “*Financeirização da riqueza, inflação de ativos e decisão de gastos em economias abertas*”. Avançava, assim, a reflexão crítica sobre o processo da globalização capitalista.

Outros passos concretos nesse sentido foram os livros escritos em parceria com docentes do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Neles, elaborou-se a tese da relevância das articulações monetárias e financeiras, de um lado, com as de poder, de outro, para o exercício da dominação na implantação dos cânones da globalização combinada com o desenvolvimento liberal. O primeiro livro dessa parceria foi editado em 1997.

- “*Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização*” - e teve como organizadores Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori. Os seguintes artigos foram escritos pelos professores do IE-Unicamp:

- “*A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana*” de João Manuel Cardoso de Mello;

¹² Publicada em 2000 sob o título “*Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo*”.

- “*Dinheiro e as transfigurações da riqueza*” de Luiz Gonzaga Belluzzo;
 - “*Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo*” de José Carlos Braga;
 - “*Dinâmica financeira e política macroeconômica*” de José Carlos Miranda;
- O segundo livro, de 1999, foi “*Estados e moedas no desenvolvimento das nações*”, organizado por José Luís Fiori. A participação do IE-Unicamp foi consagrada nos artigos:
- “*Finança global e ciclos de expansão*” de Luiz Gonzaga Belluzzo;
 - “*Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado*” de José Carlos Braga;
 - “*América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo*” de Wilson Cano.

Em 2004, foi lançado o terceiro livro, “*O poder americano*”, organizado por José Luís Fiori, no qual a participação dos economistas da Unicamp assim se manifesta:

- “*A mundialização do capital e a expansão do poder Americano*”, de Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo;
- “*Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano*”, de José Carlos Braga e Marcos Antonio Macedo Cintra.

A produção recente no âmbito do Ceri

De 2004 a 2006 o Ceri editou o boletim eletrônico “*Economia Política Internacional: análise estratégica*”.¹³ A publicação apresentou uma discussão de temas de economia internacional não sob uma perspectiva conjuntural, mas combinando planos analíticos – conjuntural e estrutural – numa tentativa de compreender os recentes acontecimentos no âmbito das relações econômicas internacionais de forma mais complexa. Foram nove números dedicados a temas variados e que contaram com contribuições dos professores e pesquisadores do IE-Unicamp e do Ceri, bem como de convidados externos. Como expresso no primeiro editorial, de autoria de José Carlos Braga, a publicação pretendia contribuir para a reflexão acerca da inserção do Brasil nas questões contemporâneas da economia política internacional:

¹³ A versão integral dos boletins está disponível <http://www.eco.unicamp.br/>.

“O Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais lança ... o primeiro número dessa publicação ... que pretende contribuir para a compreensão sobre o movimento e as veredas a que somos conduzidos sob os signos monetários, pelos capitais internacionais sem controle, pela inserção comercial limitada a commodities primárias e manufaturas de baixa intensidade tecnológica, por negociações quase sempre adversas frente a países desenvolvidos e ‘protecionistas’”. (Braga, 2004, p.2)

Nessa perspectiva devem ser destacadas, no primeiro número do boletim, contribuições que discutiram a inserção comercial da economia brasileira, a possibilidade de controle de capitais no atual estágio da abertura financeira em âmbito internacional, bem como um conjunto de artigos sobre negociações comerciais bilaterais e em âmbitos regional e multilateral.

No segundo número, o destaque temático foi a problemática do subdesenvolvimento para o Brasil e os países da América Latina. Tal discussão foi ancorada pelo artigo de Rubens Ricupero – “*UNCTAD - passado e presente: nossos próximos quarenta anos*” – que abriu esta edição. Cumpre também apontar trabalho da professora Ana Rosa Ribeiro de Mendonça, do Ceri, discutindo regulamentação bancária: “*O Acordo de Basiléia de 2004: uma revisão em direção às práticas de mercado*”.

O prefácio de José Carlos Braga ao terceiro número do boletim, que teve artigo de abertura do professor Wilson Cano, do IE-Unicamp, sobre Celso Furtado, recolocou a preocupação central do Ceri: o (sub)desenvolvimento brasileiro e latino-americano.

“Celso Furtado nessa capa e Raul Prebisch na do número anterior representam a nítida preocupação dos membros do CERI com o desenvolvimento da América Latina, com a crítica à persistência do subdesenvolvimento na região... É a reiteração, analiticamente atualizada, das temáticas que tanto ele quanto seu colega argentino enfrentou de maneira criativa e combativa.”(Braga, 2004, p.1)

Deve-se salientar, nessa edição, artigo do professor Pedro Paulo Bastos, do Ceri, discutindo integração regional na América do Sul: “*Análise do passado e projeto regional: qual Comunidade Sul-Americana de Nações é viável?*”.

Tema de destaque do quarto boletim foi a economia Argentina. Encabeçado, uma vez mais, por artigo que homenageou Celso Furtado – referimo-nos ao trabalho do Professor Plínio de Arruda Sampaio Jr., do IE-Unicamp, intitulado “*Furtado: um economista a serviço da nação*” –, cumpre mencionar que o boletim trouxe dois textos que analisaram temas recentes da referida economia. Um deles, da professora Ana Rosa Ribeiro de Mendonça, do Ceri, discutiu a renegociação da dívida externa argentina a partir da moratória decretada em dezembro de 2001. Intitulou-se: “*Reestruturação da dívida argentina: propostas e resultados*”.

O quinto boletim trouxe três amplos conjuntos temáticos. Destaquemos os dois primeiros, ajudados pelo texto do editorial:

“No primeiro, China, Europa, Estados Unidos e México são analisados para esclarecer aspectos relevantes das disputas econômicas, sociais e políticas no mundo contemporâneo. No segundo, a chamada arquitetura financeira mundial volta à baila a propósito das discussões em torno da implementação dos Acordos da Basileia II, que procura regular e supervisionar os riscos bancários... Discutem-se avanços e problemas dessa proposta bem como as condições vigentes nas finanças internacionais e quais as perspectivas para o financiamento do desenvolvimento de países periféricos.” (Braga, 2005, p.1)

Vale mencionar, nessa edição do boletim, texto do professor Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, do IE-Unicamp, intitulado “*Reformas econômicas na China*”. Também cumpre referir que, nessa edição, dois textos discutiram temas referentes às finanças e, mais especificamente, às propostas de regulamentação bancária. Nesse sentido, gostaríamos de destacar o artigo do professor Marcos Antonio Macedo Cintra, do IE-Unicamp: “*A exuberante liquidez global*”.

O sexto boletim teve como cerne o tema das finanças internacionais. A discussão em torno da necessidade de uma nova arquitetura financeira internacional foi contemplada, sendo objeto de vários artigos. Dois textos trataram, de forma mais específica, do Novo Acordo de Capital para os bancos. Um deles, de autoria da professora Simone Deos, do Ceri, intitulou-se “*O Novo Acordo de Capital da Basileia nos Estados Unidos*”.¹⁴

¹⁴ Posteriormente publicado em Mendonça e Andrade (2006).

O boletim de número sete teve como foco os chamados BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China. Há artigos discutindo, especificamente, China, Índia e Rússia. A idéia foi trazer elementos para discutir a lógica e a dinâmica do crescimento recente dessas economias continentais. Nessa temática, poderíamos destacar o artigo que abriu a sétima edição desta publicação, de autoria de José Luís Fiori, intitulado “*Mudanças estruturais e crise de liderança no sistema mundial*”. Ainda cabe mencionar texto presente nessa edição que tratou de um tema recorrente nessa publicação do Ceri, que é o dos Acordos de Basiléia.

O oitavo boletim teve caráter especial, consagrando um tema que, como já foi sugerido e será mais bem detalhado no decorrer desse texto, foi e continua sendo central nas pesquisas do Ceri: regulamentação financeira e bancária. São quatro artigos sobre o tema, entre os quais gostaríamos de destacar o da professora Ana Rosa Ribeiro de Mendonça – “*Regulamentação prudencial e redes de proteção: transformações recentes no Brasil*”.¹⁵ Além dos artigos, há três entrevistas discutindo a mesma temática, realizadas com os economistas Jean Kregel, Robert Guttman e Randal Wray.

O nono boletim trouxe novamente um amplo leque de temas, ao mesmo tempo em que retomou algumas questões centrais na pesquisa e na reflexão do Ceri. Gostaríamos de chamar a atenção para as discussões em torno do papel das tradicionais instituições multilaterais – FMI e Banco Mundial -, bem como para um trabalho acerca do Mercosul.

A recuperação seletiva dos temas tratados no conjunto dos boletins eletrônicos editados pelo Ceri no período 2004 a 2006 demonstrou a centralidade de algumas questões de pesquisa, como as da regulação financeira e bancária. Ao longo dos anos de 2005 e 2006, o Ceri organizou seminários em Campinas e em Brasília – com o apoio da Caixa Econômica Federal – sobre esses temas. O conteúdo desses debates permitiu a estruturação de um livro¹⁶, organizado pelos professores Ana Rosa Ribeiro de Mendonça e Rogério P. de Andrade, ambos do Ceri, denominado “*Regulação Bancária e Dinâmica Financeira: evolução e perspectivas a partir dos Acordos de Basiléia*”.

A primeira parte do livro foi dedicada ao exame de Basiléia II e seus reflexos sobre a estabilidade financeira e gestão macroeconômica. A segunda

¹⁵ Posteriormente publicado em Mendonça e Andrade (2006).

¹⁶ Permitiu, ademais, uma série de contribuições que, como vimos, foram publicadas em várias edições do *Boletim Economia Política Internacional: análise estratégica*.

parte centrou-se na discussão do Novo Acordo de Capital e suas implicações para a gestão de riscos e, mais especificamente, seus impactos sobre os bancos públicos.

Jan Kregel, Randal Wray, Robert Guttman e Mario Dehove foram os pesquisadores estrangeiros que participaram do seminário internacional realizado no Instituto de Economia em Campinas, em 2006 – *“Finanças Mundiais e Estratégias dos Países em Desenvolvimento: Tendências a partir dos Acordos de Basileia II”*. Além de seus artigos, há também, na Parte I do referido livro, os trabalhos de Andrew Cornford, Stephany Griffith-Jones, Avinash Persaud e Luciano Coutinho. A parte II reuniu artigos de professores e pesquisadores do IE e do Ceri – como Simone Deos e Ana Rosa Ribeiro de Mendonça – bem como de pesquisadores de outras instituições e de autores ligados aos bancos públicos e privados e a entidades representativas do setor.

Mais recentemente (2008), os pesquisadores do Ceri Ana Rosa Ribeiro de Mendonça, José Carlos Braga e Simone Deos avançaram no tema da regulação bancária, participando de projeto de pesquisa financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) – *“Basel II: Adoption and Adaptation in Latin America”*. O tema tratado pelo Ceri, mais especificamente, foi a avaliação do processo de implementação do Novo Acordo no Brasil.

Por fim, e numa temática que, como vimos, é também há muito objeto de atenção por parte dos professores e pesquisadores do IE e do Ceri, cabe mencionar projeto de pesquisa em que estão no presente inseridas, pelo Ceri, Simone Deos e Ana Rosa Ribeiro de Mendonça: *“Perspectivas do Investimento na dimensão do Mercosul e da América Latina”*. Dentro desse projeto, há dois temas que se interligam. O primeiro busca explorar as relações entre a dinâmica do investimento direto externo (IDE) no Brasil, a partir da década de 1990, e os processos de integração regional nos quais este país toma parte, com especial ênfase no Mercosul. No segundo, faz-se uma avaliação das iniciativas recentes no sentido de aprofundar a cooperação e integração financeiras no Mercosul e América Latina, quer valendo-se de instituições já existentes, quer por meio de nova institucionalidade. O objetivo final é avaliar em que medidas as iniciativas recentes para avançar na direção de uma maior cooperação financeira podem contribuir para dinamizar os investimentos brasileiros no bloco (Mercosul) e na região.

4. Conclusão

A economia brasileira vive, no que diz respeito à questão externa, um momento único: liberta, ou parcialmente liberta, da dependência imposta historicamente pela dívida externa. Dizemos parcialmente liberta, pois o passivo externo líquido da economia brasileira não pode ser desconsiderado, dado o montante expressivo de investimento direto externo e de portfolio em nossa economia. Mas deve-se considerar que o alívio advindo da superação da dívida externa e os raios de manobra provenientes do acúmulo de reservas em moeda forte - superiores a US\$ 200 bilhões ao final de 2008¹⁷ - mudaram os horizontes para a estratégia de desenvolvimento brasileiro.

O cenário internacional parece indicar trajetórias mais favoráveis aos países que adotarem posturas de desenvolvimento “produtivistas”, visando ao avanço das forças produtivas. Ao Brasil, entendemos, não cabe apenas crescimento sem distribuição de renda, tampouco estabilização de preços com crescimento medíocre. Para o Brasil, a necessidade que se coloca sob o ângulo socioeconômico e político é combinar crescimento econômico e efetiva distribuição de renda. Para tanto, o que se requer é um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento com uma inserção externa construída adequadamente e que seja propulsora desse projeto que poderá, afinal, constituir esperança para a superação do subdesenvolvimento. É preciso, para tanto, ultrapassar os limites do padrão de desenvolvimento liberal implementado desde 1994 até agora, como resposta à morte do nacional-desenvolvimentismo.

A partir de 2009, o eixo das pesquisas no âmbito do Ceri estará em torno das transformações do sistema monetário e financeiro internacional e das perspectivas de regulação a partir da crise sistêmica que se iniciou em 2007 e desdobrou-se, com muita profundidade, no ano de 2008, sobretudo a partir do segundo semestre. Nossa preocupação intelectual e política diz respeito à inserção do Brasil na nova dinâmica - financeira e produtiva - internacional. Tentativamente, temos trabalhado e buscado financiamento para um projeto que contempla os seguintes eixos analíticos:

- 1- Evolução da crise financeira americana e impactos sobre a dinâmica de acumulação produtiva;
- 2- Propostas e tentativas de construção de uma nova regulação;

¹⁷ Conceito de liquidez internacional.

3- Investimento de longo prazo e transformações no Sistema Financeiro Internacional;

4- Desequilíbrios mundiais: natureza e inserção diferenciada da Ásia e da América Latina na dinâmica das cadeias produtivas globais;

5- Bancos públicos e financiamento do desenvolvimento.

Pensamos que o que foi delineado acima reflete as principais linhas da agenda de pesquisa do Instituto de Economia da Unicamp e do Ceri para os próximos anos, tendo em vista as transformações internacionais em curso, as condições atuais e as perspectivas e possibilidades futuras do Brasil.

Referências Bibliográficas

Bastos, Pedro Paulo Z. (2004). Análise do passado e projeto regional: qual Comunidade Sul-Americana de Nações é viável? Boletim Economia Política Internacional: análise estratégica. N. 3. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Outubro a Dezembro.

Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. (1997). Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José Luís. Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis, Editora Vozes.

_____. (2000). Finança global e ciclos de expansão. In: Fiori, José Luís. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Editora Vozes.

Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello & Almeida, Julio Sergio. (2002). Depois da Queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello e Coutinho, Luciano G (1982). Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise, 1929/1974. In: Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. Vol.1. São Paulo, Editora Brasiliense.

_____. (1998). “Financeirização” da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. Economia e Sociedade, n.11, dez. Campinas, IE/Unicamp.

Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello e Coutinho, Renata. (1982). Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. Vol.1. São Paulo, Editora Brasiliense.

_____. (1983). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo, Editora Brasiliense.

Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello e Tavares, Maria da Conceição. (2004). *A mundialização do capital e a expansão do poder Americano*. In: Fiori, José Luis. *O poder americano*. Petrópolis, Editora Vozes.

Braga, José Carlos. (1993). *A financeirização da riqueza - a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais*. *Economia e Sociedade*, v.2, n.1, ago, Campinas, IE/Unicamp.

_____. (1997). *Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo*. In: Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José Luís. *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Editora Vozes.

_____. (1998a). *Questões sobre a crise do capitalismo tardio*. Textos para Discussão n.14. São Paulo, IESP, Fundap.

_____. (1998b). *La crise de la dette extérieure et la 'crise fiscale'*. *Cahiers du Bresil Contemporain*, v.3, p.45-70. Paris, Maison des Sciences de L'Homme-Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain.

_____. (1998c). *Posfácio*. In: Théret, Bruno e Braga, José Carlos. (orgs.). *Regulação econômica e globalização*. Campinas, IE-Unicamp.

_____. (2000a). *Temporalidade da Riqueza*. Campinas, IE-Unicamp.

_____. (2000b). *Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado*. In: Fiori, José Luís. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Editora Vozes.

_____. (2004a). *Editorial - O caleidoscópio do dinheiro e das palavras*. *Boletim Economia Política Internacional: análise estratégica*. N. 1. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Abril a Junho.

_____. (2004b). *Editorial - Neodesenvolvimentismo*. *Boletim Economia Política Internacional: análise estratégica*. N. 3. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Outubro a Dezembro.

_____. (2005) *Editorial - Dissensos e trajetórias*. *Boletim Economia Política Internacional: análise estratégica*. N. 5. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Abril a Junho.

Braga, José Carlos e Cintra, Marcos Antonio Macedo. (2004). *Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano*. In: Fiori, José Luis. *O poder americano*. Petrópolis, Editora Vozes.

Cano, Wilson. (2000). América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: Fiori, José Luís. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Editora Vozes.

_____. (2004). Celso Furtado: brasileiro, servidor público e economista. Boletim Economia Política Internacional : análise estratégica. N. 3. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Outubro a Dezembro.

_____. (2007). Instituto de Economia da Unicamp: notas sobre sua origem e linhas gerais de sua evolução. In: Szmrecsányi, T., e Coelho, F. da S. Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo. São Paulo, Ordem dos Economistas do Brasil e Editora Atlas.

Chianamea, Dante R. (2005). Basiléia II e os ciclos econômicos. Boletim Economia Política Internacional : análise estratégica. N.6. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Julho a Setembro.

Cintra, Marcos Antonio M. (2005). A exuberante liquidez global. Boletim Economia Política Internacional : análise estratégica. N.5. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Abril a Junho.

Cornford, Andrew. (2006). Basiléia II: o Novo Acordo de 2004. In: Mendonça, Ana Rosa Ribeiro de e Andrade, Rogerio P. (orgs.). Regulação Bancária e Financeira: evolução e perspectiva a partir dos Acordos de Basiléia. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.

Coutinho, Luciano G. Percolções e problemas da economia mundial capitalista. (1982). Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise, 1929/1974. In: Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise. Vol.1. São Paulo, Editora Brasiliense.

_____. (2006). Gestão macroeconômica no contexto das regras de Basiléia II: uma visão a partir dos países em desenvolvimento. In: Mendonça, Ana Rosa Ribeiro de e Andrade, Rogerio P. (orgs.). Regulação Bancária e Financeira: evolução e perspectiva a partir dos Acordos de Basiléia. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.

Cruz, Paulo Davidoff. Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta. (1983). Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise, 1929/1974. In: Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaio sobre a crise. Vol.2. São Paulo, Editora Brasiliense.

Cruz, Paulo Roberto Davidoff. (1994). Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do pós-guerra. Economia e Sociedade, v. 3, n.1, dez. Campinas, IE/Unicamp.

Dehove, Mario; Boyer, Robert e Plihon, Dominique. (2006). Propostas para uma melhor regulamentação financeira nacional e internacional. In: Mendonça, Ana Rosa Ribeiro de e Andrade, Rogerio P. (orgs.). *Regulação Bancária e Financeira: evolução e perspectiva a partir dos Acordos de Basiléia*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.

Deos, Simone Silva de. (2005). Meta de Inflação nos EUA: questão de tempo ou algumas outras questões. *Boletim Economia Política Internacional: análise estratégica*. N.4. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Janeiro a Março

_____. (2006). O Novo Acordo de Basiléia nos Estados Unidos. In: Mendonça, Ana Rosa Ribeiro de e Andrade, Rogerio P. (orgs.). *Regulação Bancária e Financeira: evolução e perspectiva a partir dos Acordos de Basiléia*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.

Deos, Simone Silva de et alii. (2008). *Perspectivas do investimento na dimensão do Mercosul e da América Latina*. Campinas. (Relatório de Pesquisa – Mimeo).

Fiori, José Luís. (Org.). (2000). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Editora Vozes.

_____. (2004). *O poder americano*. Petrópolis, Editora Vozes.

_____. (2005) Mudanças estruturais e crise de liderança no Sistema Mundial. *Boletim Economia Política Internacional: análise estratégica*. N.7. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Outubro a Dezembro.

Griffith-Jones, Stephany e Persaud, Avinash. (2006). Basiléia II e mercados emergentes: impactos pró-cíclicos e economia política. In: Mendonça, Ana Rosa Ribeiro de e Andrade, Rogerio P. (orgs.). *Regulação Bancária e Financeira: evolução e perspectiva a partir dos Acordos de Basiléia*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.

Guttman, Robert. (2006a). Os possíveis impactos do Acordo de Basiléia II (Entrevista). *Boletim Economia Política Internacional: análise estratégica*. N.8. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Janeiro a Junho.

_____. (2006b). Basiléia II: uma nova estrutura para a regulação da atividade bancária global. In: Mendonça, Ana Rosa Ribeiro de e Andrade, Rogerio P. (orgs.). *Regulação Bancária e Financeira: evolução e perspectiva a partir dos Acordos de Basiléia*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.

Kregel, Jan. (2006a). O financiamento do desenvolvimento econômico e o Acordo de Basiléia II (Entrevista). *Boletim Economia Política Internacional:*

análise estratégica. N.8. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Janeiro a Junho.

_____. (2006b). O Novo Acordo de Basiléia pode ser bem-sucedido naquilo em que o Acordo Original fracassou? In: Mendonça, Ana Rosa Ribeiro de e Andrade, Rogerio P. (orgs.). *Regulação Bancária e Financeira: evolução e perspectiva a partir dos Acordos de Basiléia*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp

Mello, João Manuel Cardoso de. (1997). *A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana*. In: Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José Luís. *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Editora Vozes.

Mendonça, Ana Rosa Ribeiro de. (2004). O Acordo de Basiléia de 2004: uma revisão em direção às práticas de mercado. *Boletim Economia Política Internacional: análise estratégica*. N.2. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Julho a Setembro.

_____. (2005). “Reestruturação da dívida argentina: propostas e resultados.” *Boletim Economia Política Internacional: análise estratégica*. N.4. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Janeiro a Março.

_____. (2006a). *Regulação prudencial e redes de proteção: transformações recentes no Brasil*. In: Mendonça, Ana Rosa Ribeiro de e Andrade, Rogerio P. (orgs.). *Regulação Bancária e Financeira: evolução e perspectiva a partir dos Acordos de Basiléia*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp

Mendonça, Ana Rosa Ribeiro de e Andrade, Rogério P. (2006). *Regulação bancária e dinâmica financeira: evolução e perspectiva a partir dos Acordos de Basiléia*. Campinas, Unicamp/IE.

Mendonça, Ana Rosa Ribeiro de; Chianamea, Dante e Romantini, Gerson. (2008). *Basel II Adoption and Effects on Competition: a Study on Brazilian Banking System*. Basel II Project, Interamerican Development Bank. Campinas. (Relatório de pesquisa - Mimeo).

Mendonça, Ana Rosa Ribeiro de e Deos, Simone. (2009). *The crisis in the financial regulation of the finance-led capitalism*. Campinas. (Mimeo).

Miranda, José Carlos. (1997). *Dinâmica financeira e política macroeconômica*. In: Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José Luís. *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Editora Vozes.

Oliveira, Carlos Alonso B. de. (2005). *Reformas Econômicas na China*. *Boletim Economia Política Internacional: análise estratégica*. N. 5. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Abril a Junho.

Ricupero, Rubens. (2004). UNCTAD – Passado e Presente: nossos próximos quarenta anos. *Boletim Economia Política Internacional: análise estratégica*. N.2. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Julho a Setembro.

Sampaio Jr., Plínio de Arruda. (2005). Furtado: um economista a serviço da nação. *Boletim Economia Política Internacional: análise estratégica*. N.4. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Janeiro a Março.

Tavares, Maria da Conceição e Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. (1986). Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea. In: REGO, José M. (org). *Inflação Inercial, Teorias sobre inflação e Plano Cruzado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José Luís. (1997). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Editora Vozes.

Théret, Bruno e Braga, José Carlos (Orgs.). (1998). *Regulação econômica e globalização*. Campinas. IE/Unicamp.

Wray, L. Randall. (1996a). Os riscos implícitos na implementação de Basileia II (Entrevista). *Boletim Economia Política Internacional: análise estratégica*. N.8. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Janeiro a Junho.

_____. (1996b). Basileia II e a estabilidade financeira: uma abordagem minskyana. In: Mendonça, Ana Rosa Ribeiro de e Andrade, Rogerio P. (orgs.). *Regulação Bancária e Financeira: evolução e perspectiva a partir dos Acordos de Basileia*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.

O Estudo das Relações Econômicas Internacionais (REI)

Fundação Getúlio Vargas: Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV)

*Lia Valls Pereira*¹

*Mauro de Rezende Lopes*²

I. Histórico em REI no Instituto Brasileiro de Economia³

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) surgiu em 20 de dezembro de 1944. Seu objetivo inicial era preparar pessoal qualificado para a administração pública e privada do país. Logo em seguida, a FGV decidiu expandir seu foco de atuação passando a atuar em outros campos das Ciências Sociais. No ano de 1951, foi criado o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE).

O IBRE elaborou estatísticas do balanço de pagamentos e até 1986 era o responsável pelas Contas Nacionais do país. Ademais, o instituto foi o pioneiro na elaboração detalhada de índices de preços e de pesquisas de economia aplicada.

¹ Centro de Estudos do Setor Externo (CESEX). Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² Centro de Estudos Agrícolas.

³ A FGV é composta de sete escolas e mais sete órgãos, incluindo o IBRE. O perfil e a estrutura institucional da FGV estão descritos em www.fgv.br. Nas Escolas de Economia, são destacados os trabalhos de alguns professores na área de REI, em especial o do Professor Renato Galvão Flôres, da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) no Rio de Janeiro. Existe ainda o Centro de Economia Mundial (CEM). O papel do CEM é a realização de seminários – cerca de quatro por ano – com a participação de personalidades internacionais e nacionais que analisam os principais temas da economia mundial e do Brasil. Ressalte-se que, a partir de 2008, é oferecido um MBA em Relações Internacionais coordenado pelo CPDOC (área de Ciências Sociais e História).

Na década de 80, foi instituído o CEMEI (Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional) no âmbito do IBRE.

Na década de 90, o CEMEI foi incorporado a um novo centro do IBRE, o Centro de Estudos de Economia e Governo (CEEG), que iniciou junto com o CEA (Centro de Estudos Agrícolas) amplas pesquisas na área de REI. Posteriormente o CEEG foi extinto. Atualmente há uma Divisão de Economia Aplicada no IBRE onde estão o CEA e o CESEX (Centro de Estudos do Setor Externo).

Os principais trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do IBRE estão em anexo.

Vale destacar que o IBRE foi pioneiro na disseminação do uso de modelos quantitativos para apoio às negociações comerciais em pesquisa patrocinada pelo antigo Ministério da Indústria e Comércio. Além disso, montou uma equipe de pesquisadores que deram apoio e auxiliaram no diálogo entre governo e setor privado por ocasião da Conferência Ministerial da ALCA, em Belo Horizonte.

Devem também ser ressaltados os trabalhos na área agrícola e agroindustrial, em que o CEA prestou e presta contribuição importante sobre as negociações comerciais agrícolas.

Na Revista Conjuntura Econômica da FGV/IBRE, há uma seção mensal sobre comércio internacional, em que o tema das relações econômicas internacionais do Brasil é o foco principal.

II. Descrição das linhas de pesquisa e trabalhos em curso

As principais linhas de pesquisa são descritas a seguir.

1) A Agenda de Acordos Comerciais do Brasil.

- Acompanhamento das negociações de acordos preferenciais de comércio e na OMC.
- Estudo de impactos dos acordos sobre os fluxos de comércio.
- Estudo de impactos de acordos comerciais entre países sul-americanos e outros países sobre as exportações brasileiras.
- Avaliação de perdas de mercados dos produtos brasileiros em terceiros países: caso da China.

2) O Comércio de Serviços

- Avaliação do comércio internacional de serviços.

- Análise do comércio de serviços brasileiros no mundo.
- Identificação das principais questões nas negociações de serviços.

3) MERCOSUL e a Integração Sul-Americana.

• Acompanhamento e estudos sobre o processo de integração do MERCOSUL.

- O impacto da infra-estrutura no comércio da região.
- O financiamento da infra-estrutura na região.
- Mecanismos de financiamento ao comércio na região.
- Sistemas de compensação de pagamentos.

4) Sistema multilateral de comércio e finanças

- O papel do Brasil nos organismos multilaterais de comércio e finanças.

5) As Relações Macroeconômicas: Sondagem Latino-Americana

• Divulgação e análise da pesquisa de sondagem realizada pelo Instituto Ifo de Munique (Alemanha) sobre os países latino-americanos.

• O relatório do IBRE visa identificar os ciclos econômicos dos países sul-americanos.

• A análise do grau de sincronia dos ciclos econômicos é uma das questões chaves para avaliar as propostas de coordenação macroeconômica no MERCOSUL e na região.

6) Meio Ambiente e Comércio

• Negociações comerciais e o tema do meio ambiente.

• A questão ambiental no Brasil e seus impactos nas relações com os países desenvolvidos.

7) Comércio e Pobreza

- Pobreza rural e negociações internacionais.
- O tratamento da pobreza nos fóruns internacionais.

8) Distorções de Políticas e Barreiras ao Comércio

• Barreiras na área agrícola.

• Distorções de políticas de países importadores e exportadores de produtos agrícolas e agroindustriais que prejudicam o Brasil.

• O custo das distorções das políticas para o Brasil.

9) Agricultura Brasileira na Rodada de Doha

- Acompanhamento das negociações e avaliação quantitativa dos benefícios/custos para o Brasil das posições em curso.

10) Capacitação de Profissionais nas Negociações Internacionais e no Comércio Exterior

Os trabalhos em curso e/ou recentemente terminados são os seguintes.

- Efeitos da Abertura sobre a Competitividade dos Produtos Agrícolas e Comerciais.
- Comércio Exterior e Distorções dos Incentivos Econômicos.
- Infra-estrutura, Integração e Comércio (IIRSA)
- Exportação de Serviços: a diversificação no caso brasileiro.
- O Brasil e as Instituições Financeiras Multilaterais.
- A Atualização das Perdas Brasileiras no Mercado dos Estados Unidos, União Européia, Argentina e Chile em Função da Concorrência Chinesa.
- A Agenda Brasileira de Acordos Preferenciais: o efeito Doha.

III. Descrição das parcerias de pesquisa com outras instituições nacionais e estrangeiras

O IBRE desenvolveu trabalhos de pesquisa na área de REI para:

- Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial (BIRD).
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).
- Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.
- Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Santiago do Chile.
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

No Brasil, foram elaborados trabalhos para o Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, entre outros.

A FGV possui convênios com um número expressivo de instituições internacionais. O IBRE tem procurado igualmente estender a sua rede de parceiros sul-americanos em função da divulgação da Sondagem Latino-Americana, uma parceria com o Instituto Ifo de Munique.

IV. Avaliação do programa de pesquisa em REI

Os pesquisadores do IBRE na área de REI apresentam uma vasta experiência que alia pesquisa acadêmica a trabalhos direcionados para o apoio de instituições governamentais e não governamentais na formulação de suas estratégias. Ademais, os pesquisadores participam como expositores e debatedores em seminários nacionais e internacionais onde contribuem para o debate sobre REI, do ponto de vista do Brasil.

As principais contribuições estão associadas à avaliação quantitativa dos acordos comerciais. Na área agrícola, pesquisas de avaliação dos impactos e dos efeitos do protecionismo agrícola e, de forma geral, os ganhos e custos dos acordos de integração. O tema do MERCOSUL e a integração sul-americana também sempre estiveram na agenda prioritária de pesquisa do instituto. Em 1996, foi publicado o livro *MERCOSUL: Perspectivas da Integração*.

Durante as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), a avaliação quantitativa que comparou ganhos com perdas de um acordo com a União Européia ou no âmbito ALCA foi importante para justificar a importância do multilateralismo na estratégia da política comercial brasileira.

As mudanças no cenário internacional e na política brasileira levaram à introdução de novas linhas de pesquisa sobre temas como pobreza, meio ambiente, integração sul-americana (mecanismos de financiamento e infra-estrutura), o impacto da China, o comércio de serviços e o novo papel do Brasil na atual ordem mundial.

A equipe voltada exclusivamente para temas de REI é pequena. No CEA, são dois pesquisadores doutores e uma pesquisadora com mestrado. Realizam trabalhos em REI, mas, como se trata de um centro agrícola, esse não é o único foco. No entanto, as negociações comerciais sempre foram parte integrante da agenda do CEA. No CESEX, há uma pesquisadora doutora, um assistente de pesquisa e um bolsista do CNPq.

V. Propostas de pesquisas futuras

São apresentadas a seguir propostas de pesquisas que o IBRE considera relevantes na sua agenda de pesquisa futura.

1) A Agenda de Pesquisas na Área do Interesse Exportador do Brasil

Um levantamento prévio do conjunto de países nos quais os Brasil tem interesse exportador indica que cerca de 34 deles seriam prioritários para levantamentos quantitativos – volumes de importações por produto e por origem de quantidades importadas, limitados ao quadro de produtos nos quais o nosso país tem o maior interesse em expandir suas exportações – e levantamentos qualitativos, definidos como análise das políticas que interferem diretamente no comércio (nas importações): políticas de proteção tarifária e não tarifária, barreiras ao comércio, políticas de subsídios especiais e apoio interno, políticas de fomento à produção interna que desloca importações do Brasil. Esse trabalho de investigação deverá gerar uma hierarquia de países nos quais deveremos concentrar nossos esforços de negociações multilaterais (OMC), bilaterais (e acordos regionais) e, principalmente, negociações comerciais diretas feitas pelo setor privado agroexportador (força de venda das empresas exportadoras).

O potencial desses levantamentos é muito grande. Uma pesquisa do histórico recente das intervenções dos governos nacionais na agricultura e no comércio pode revelar políticas de proteção que são “pétreas”, e para as quais não valeria gastar capital negociador e capital comercial. Pode revelar ainda a dependência, pouco conhecida, de inúmeros países de produtos exportados pelo Brasil. Há novos mercados de produtos agrícolas, processados e semiprocessados que oferecem oportunidades para o Brasil. Recentemente, o mercado de rações animais e inúmeros produtos semelhantes tem apresentado grandes oportunidades. Rações são combinações de milho e soja, que o Brasil tem interesse em exportar, com valor adicionado. Há muita experiência nessa área.

2) Oportunidades de Integração Econômica Regional: Eliminação de Pontos de Estrangulamento nas Obras de Infraestrutura

Outra linha de pesquisa estuda o aproveitamento das oportunidades de crescimento econômico nos países do Cone Sul (e países limítrofes da América do Sul) através da integração econômica e da integração da infraestrutura. Dentro da IIRSA, foram identificados inúmeros projetos do maior interesse do Brasil. Dentre muitos, destaca-se o acesso ao Pacífico pela ligação da BR-173 (desde Boca do Acre) até o porto de Ilo no Peru. Outro importante

acesso ao Pacífico se dá através do Paraguai, desde Foz do Iguaçu até Assunção e, a partir do Rio Paraguai, até o porto de Mejillones. Esse caminho faz parte de um polígono de integração de muito maior alcance, abrangendo desdobramentos para o Norte (acesso ao porto de Arica), para o Leste, até Corrientes, para o Sul, até Córdoba e aos portos de Rosário e Nueva Palmira. Todos esses desdobramentos são de importância estratégica para o Brasil, que tem portos modestos no Sul e poderá integrar-se a portos de águas profundas e de grande capacidade de operação.

Outra vertente de integração econômica com adensamento dos espaços produtivos do Brasil que reduziria os custos das exportações é a utilização dos rios Paraguai e Uruguai. De importância estratégica para o Brasil, ambos os rios permitiriam acessar portos do Rio da Prata de grande capacidade operacional. Esse acesso conferiria eficiência às famílias logísticas de exportações brasileiras, hoje limitadas em termos de alternativas de exportação desde grãos até contêineres, por congestionamentos nos portos brasileiros.

Finalmente, um outro grande projeto é o aproveitamento do potencial de integração econômica das bacias formadas pelos rios Paraguai, Uruguai e Paraná. Trata-se de um grande projeto que poderia integrar todos os países do Cone Sul justamente nas áreas de grande desenvolvimento agrícola e industrial – inclusive com integração dos setores de serviços, como no caso da logística –, e que teria projetos executivos pré-detalhados e levantamentos de visão de negócios de cada componente dos sistemas de infraestrutura.

O investimento em conhecimento mais aprofundado desses projetos permitiria identificar condutas negociadoras nos acordos complementares de integração – dentro dos marcos do Mercosul – destinadas a desatar nós e superar pontos de estrangulamento. Buscar-se-iam soluções diplomáticas, dentro de uma agenda de prioridades, para questões que têm impedido o lançamento das obras de infraestrutura.

Há inúmeras questões a serem solucionadas, desde detalhes, tais como o funcionamento livre e desembaraçado dos passos de fronteira e terminais rodoviários e alfandegários, até questões mais amplas em listas maiores de negociações de facilitação de negócios. Há ainda questões críticas que devem ser negociadas a respeito da utilização da infraestrutura existente nos países, de cuja resolução deverão resultar serviços compartilhados com outros países, de utilização de energia elétrica, combustíveis etc.

O avanço de negociações diplomáticas nessas questões – não tão pontuais como se poderia julgar, dado o alcance que têm para facilitação de negócios – acarretaria integração produtiva através de obras de infraestrutura em compasso de espera por falta de soluções específicas que seriam reveladas pela pesquisa, com ganhos substanciais de volume de comércio para todos os países da região. Esse trabalho não seria uma pesquisa clássica, mas, sim, um Projeto Executivo, com características práticas de ações e medidas destinadas a fazer avançar a integração regional.

3) A Dimensão Financeira nas REI do Brasil

Nos anos de 2005 e 2006, o IBRE realizou dois trabalhos sobre o tema do financiamento da infraestrutura na região sul-americana. O foco principal foi analisar um sistema de garantias regional que completasse ou substituísse o Convênio de Crédito Recíproco (CCR).

A crise iniciada no mercado imobiliário dos Estados Unidos mostrou que, no debate sobre a nova arquitetura do sistema financeiro internacional, é necessária a presença das grandes economias dos países em desenvolvimento, como o Brasil.

Duas propostas de pesquisas derivam das observações acima.

3.1. A dimensão financeira e o financiamento da integração sul-americana.

O objetivo é iniciar o estudo pela análise dos países membros do MERCOSUL, e as principais questões a serem abordadas são:

i) avaliar a experiência das transações em moeda local entre a Argentina e o Brasil e possibilidades de sua extensão para outros países. É necessário estudar a possibilidade de uma coordenação institucional entre os Bancos Centrais da região.

ii) avaliar outras formas de mecanismos de compensação que “economizem divisas”, como o CCR.

iii) estudar os mecanismos de financiamento e de garantias disponíveis na região de caráter público e privado.

iv) identificar o grau de integração financeira “efetiva” que existe entre os países membros e avaliar o impacto da internacionalização do sistema financeiro do Brasil.

v) estudar os marcos regulatórios financeiros nacionais para que se proponham padrões mínimos de harmonização/convergência compatível com a proposta de integração.

vi) avaliar o papel dos bancos regionais, multilaterais e nacionais no financiamento da infraestrutura. Analisar a experiência da União Européia.

3.2. A Nova Arquitetura do Sistema Financeiro Internacional

O objetivo é apresentar uma resenha da literatura sobre a reforma do Fundo Monetário Internacional que auxilie a pensar o papel do Brasil. Em especial, será discutida a proposta de estímulo dos fundos regionais de reservas, como o FLAR (Fundo Latino Americano de Reservas).

4) As Relações Brasil-Estados Unidos

A participação dos Estados Unidos na pauta brasileira de exportações é decrescente, desde 2002. Alguns especialistas defendem a idéia de que parte dessa queda se deve à ausência de um acordo de livre-comércio entre o Brasil e os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, porém, a participação do Brasil no mercado estadunidense não caiu.

O objetivo é identificar:

i) as perdas de exportações brasileiras no mercado estadunidense em função de acordos assinados com outros países.

ii) se houver perdas, se essas foram compensadas com acréscimos de vendas para outros mercados.

iii) identificar perdas brasileiras em mercados latinos em função dos acordos com os Estados Unidos.

iv) estudar os ganhos dos países latinos que realizaram acordos com os Estados Unidos.

Em suma, o estudo visa analisar em que medida a hipótese de perda de importância do mercado dos Estados Unidos pode ser associada ao tema dos acordos preferenciais.

5) Sistemas de Preferências como estímulo ao comércio Sul-Sul

A possibilidade de que o Brasil usufrua cada vez menos de acesso preferencial nos mercados dos países desenvolvidos por meio do SGP

(Sistema Geral de Preferências) é uma realidade. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro defende a aplicação de um SGP no comércio Sul-Sul.

O objetivo da pesquisa é o de avaliar as duas questões. A primeira se refere ao impacto de uma possível perda do SGP concedido pelos Estados Unidos e pela União Européia para as exportações brasileiras. Além disso, será realizada uma resenha sobre a literatura que avalia o papel do SGP para o incremento das exportações.

O segundo tema está inserido num contexto mais amplo e se refere ao comércio Sul-Sul. Nesse caso, o estudo visa avaliar, considerando-se a experiência do SGP dos países desenvolvidos e as pautas exportadoras no comércio Sul-Sul, o papel desse mecanismo nas relações econômicas Sul-Sul.

6) MERCOSUL: A Tarifa Externa Comum

A Tarifa Externa Comum (TEC) é um tema controverso entre os países membros do Mercosul. A plena união aduaneira, que deveria ter passado a vigorar em 2006, tem sido constantemente postergada.

O objetivo do estudo seria analisar alternativas na estrutura da TEC e as perdas do Brasil com as exceções e a possibilidade de o MERCOSUL constituir-se como área de livre-comércio, como alguns defendem.

Ademais, a plena união aduaneira pressupõe uma política comercial comum. Assim, serão avaliados o quadro atual em relação a esse tema e os principais entraves para a implementação de instrumentos comuns, como uma política de defesa comercial comum.

7) Tópicos Adicionais

Outros temas poderão ser desenvolvidos e já fazem parte da agenda de pesquisas do IBRE.

- i) O papel da China na África — é um tema relevante para o Brasil, que possui interesses, em especial, nos países de língua portuguesa.
- ii) Os acordos de investimentos: a importância para o Brasil.
- iii) Os interesses brasileiros no comércio de serviços mundial.

VI. Considerações Finais

O enfoque inicial dos estudos na área das REI pelo IBRE foi o campo do comércio internacional. Na década de 80, as negociações da Rodada Uruguai, o acordo Brasil-Argentina de 1986, o debate do multilateralismo *versus* o regionalismo, o novo protecionismo dos países desenvolvidos, as propostas de liberalização comercial levaram os pesquisadores da área de economia internacional a privilegiarem temas das relações econômicas comerciais internacionais. Além disso, a ampliação da agenda de comércio, que passa a incorporar temas de investimentos, direitos de propriedade intelectual, meio ambiente, entre outros, obriga os pesquisadores a diversificarem seus campos de estudo. Logo, temas que antes só eram tratados na agenda das políticas domésticas ganham uma importante dimensão internacional.

A amplitude dos temas na área das REI exige a definição de temas prioritários para a pesquisa. O IBRE tem procurado estudar e avançar o conhecimento de seus pesquisadores em temas que são parte integrante da agenda da política externa e comercial do Brasil. Esse é o eixo principal do IBRE, tendo em vista que se trata de instituto de economia aplicada voltado para a avaliação e proposta de políticas públicas.

Anexos

Trabalhos Selecionados em REI (Agricultura): Mauro de Rezende Lopes e Ignez Vidigal Lopes.

“Integração Produtiva e Infra-estrutura na IIRSA”. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). 2007.

“Prioridades para Integração das Políticas Agrícolas no Mercosul”. Seminário Agropecuária Brasileira e Mercosul. USP. 1992.

“The Impacts of Mercosul on Brazil”. Seminário Regional da FAO. Santiago do Chile. 1995.

“Trade Liberalization In Brazilian Agriculture”. Trabalho apresentado no Workshop FAO/World Bank. Santiago do Chile. Novembro de 1995.

“Las reformas agrícolas en Brasil y el Comercio Exterior: una experiencia de costos elevados”. Foro Nacional Agropecuario. Cartagena, Colômbia. 1-4 de junho de 1994. Ministério da Agricultura da Colômbia e IICA.

Com Lia Valls Pereira e Antonio Salazar Pessoa Bandão. “Liberación del Comercio en la Agricultura Brasileña: Analysis Cualitativo y Cuantitativo”. In Implementación del Acuerdo de La Ronda Uruguay en America Latina. El Caso de Agricultura. FAO/Banco Mundial. Santiago do Chile. 1996.

Com Lia Valls Pereira e Antonio Salazar Pessoa Bandão. “Uma Análise Quantitativa dos Impactos do Mercosul Sobre o Brasil”. In Mercosul: Perspectivas da Integração. Fundação Getulio Vargas. 1996.

“Agricultural Trade Reforms in Brazil: Tensions in the Process of Adjustment”. Trabalho apresentado no Fourth Annual World Bank Conference on Environmentally Sustainable Development. Washington D.C. September 25-27, 1996.

“Agricultura e Política Agrícola no Brasil e Argentina”. Trabalho apresentado no Seminário Brasil - Argentina, patrocinado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. MRE, Novembro de 1997.

“Liberación del Comercio en la Agricultura Brasileña: Analysis Cualitativo y Cuantitativo”, no seminário Acuerdo de La Ronda Uruguay en America Latina. El Caso de Agricultura. FAO/Banco Mundial. Santiago do Chile. 1996. Participação como expositor do trabalho

“Impacts of MERCOSUL Trade Agreement for the Main Agricultural Commodity Markets and Trade Prospects for Brasil”. Trabalho preparado para a OCDE. Junho de 1997.

“Impacts of MERCOSUL Agreement Between Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay for Cereal and Livestock Product Markets and Trade. Trabalho preparado para a OCDE. Setembro de 1997. Relatório Publicado Sob o No. 55983 AGR/CA/APM.

“Como fica o acordo agrícola do GATT”. Fórum da Agricultura. SNA. 1999.

“The Impacts of MERCOSUR on Brazil”. Capítulo do Livro Economic Integration in the Western Hemisphere. IICA. Junho de 1995.

“Hacia una Política Agrícola Comunitária”. In Agricultura en el Mercosur Y Chile. Ernani Fiori Ed. IICA. Centro Regional Sur. Montevideo. Uruguay. 1997.

“The Internalization of the Agrofood System”. CEFAS. Cuaderno di Ricerca. No. 2. Universidade de Viterbo. Itália. 1999.

“Política Agrícola no Mercosul”. In Mercosul: Perspectivas da Integração. Editado pela Fundação Getulio Vargas. 1998.

“Agricultura y Política Agrícola. In Perspectivas Brasil y Argentina”. IPRI-CARI. 1999.

“Oportunidades e Requerimentos do Sistema Agro-alimentar do Mercosul Ampliado”. In L. Proyecto Global. Serie Documentos. Documento No. 17. IICA. 1999.

“Os efeitos das coalizões nas políticas agrícolas e o comércio exterior”. In Agricultura em São Paulo. Vol. 39. 1992.

“A política dos Estados Unidos para produtos lácteos: muitas lições importantes. Indústria de Laticínios. 2002.

“Política De Precios Y Comercio Exterior: La Liberación De Los Mercados Agrícolas” En Ecuador. Interamerican Development Bank. May 24, 1993. Quito, Ecuador.

“Brazilian Agriculture: Recent Policy Changes and Trade Prospects”. Livro publicado pela OECD. Maio de 1997. Publicação No. OCDE/GD(97)120.

“Trade Liberalization and Agricultural Reforms in Brazil’s Agriculture”. Trabalho apresentado na XXII Conferência Internacional da AAEA. Sacramento. California. Agosto de 1997.

Estudo Especial Para o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Coordenador de Equipe de Consultores da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. ESTUDO DE APLICAÇÃO DE DIREITOS ANTIDUMPING, DIREITOS COMPENSATÓRIOS E SALVAGUARDAS NO ÂMBITO DO MERCOSUL – DEFESA COMERCIAL DO MERCOSUL. 1996. Este

projeto foi feito com trabalhos em todos os países do Mercosul, no decurso de um ano de trabalho.

Estudo sobre o impacto da ALCA no Setor Agropecuário dos países da ALADI. Relatório de Pesquisa. ALADI. Montevideo. 2001.

Aspectos estratégicos da política comercial brasileira. Relatório de Pesquisa. IPEA. 1994.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA NA VIRADA DO SÉCULO E O PAPEL DA AGRICULTURA. Trabalho Preparado para o Escritório Regional para a América Latina e o Caribe. (FAO-RLAC). Santiago do Chile. 1995.

Trabalhos Selecionados em REI: Lia Valls Pereira.

Artigos e Capítulos de Livros

“A China nos Fluxos Comerciais dos Países Sul Americanos”. Análise de Conjuntura OPSA. , v.2, p.2 - 19, 2007

“A integração sudamericana e a agenda brasileira de acordos preferenciais de comércio”. Pensamiento Iberoamericano. , v.2007, p.215 - 234, 2007

“Relações Comerciais Brasil-China: um parceiro especial?”. Cadernos ADENAUER, v. VII, p.129 - 142, 2006

“Os Acordos Comerciais do Mercosul Com A Comunidade Andina: Uma Avaliação Geral Na Perspectiva Brasileira” Latin Working Papers n° 48, 2005, Latin American Trade Network (LATN).

“Os Acordos Comerciais do Mercosul-SACU E Mercosul-Índia: Uma Avaliação Geral Na Perspectiva Brasileira”. Latin Working Papers n° 47, 2005, Latin American Trade Network (LATN).

Com Galeno Tinoco Ferraz, O Acesso da China à Organização Mundial do Comércio: Implicações para os Interesses Brasileiros. Texto para Discussão 163, 2005, FUNCEX.

“América Latina-Europa. La agenda pendiente”. Foreign Affairs en Espanol. , v.2, p.17 - 23, 2002

“Crises Conjunturais e Dilemas do processo de Integração”. Revista Brasileira de Comércio Exterior. , v.59, 1999.

“Brazil Trade Liberalization Program” In: Coping with Trade Reforms: A Developing-Country Perspective on the WTO Industrial Negotiations. ed.Houndmills and New York : Palgrave MacMillan, 2006, v.1, p. 101-111

“A Participação da Ásia nos fluxos comerciais brasileiros- uma análise descritiva” In: Brasil na Arquitetura Comercial Global. 1ª ed. Rio de Janeiro : Fundação Konrad Adenauer, 2003

“Brasil, NAFTA e ALCA” In: História Das Relações Internacionais, 2002

“Exportação de Serviços Comerciais Brasileiros: Desafios para a Formulação de uma Política Comercial” In: O desafio das Exportações ed. Rio de Janeiro : BNDES, 2002

“A integração Hemisférica: Mercosul, Nafta e ALCA” In: Estratégias de Negociações Internacionais ed. Rio de Janeiro : Aeroplano, 2001

“Análise do Potencial de Relações Econômicas entre o Mercosul e o Grupo Andino” In: Mercosul: Avanços e Desafios da Integração. ed. Brasília : Editora do IPEA, 2001, p. 233-294.

“La Coordination des politiques macroéconomiques dans le Mercosur” In: Vers un Accord entre L’Europe et Le Mercosur. ed. Paris : Presses de Sciences Po, 2001, p. 330-348.

“Desenho de uma nova ordem de comércio global: definido por nações ou empresas” In: Governança Global ed. São Paulo : Fundação Konrad-adenauer, 1999

“Towards the Common Market of the South: Mercosur’Origins, Evolution and Challenges” In: Mercosur ed. : Lynne Publishers, 1999

“Mercosul: Perspectivas da Integração”. Documentos de trabalho. Lisboa: GEPE/Ministerio de Economia de Portugal, 1999. (Outra produção bibliográfica)

“Brasil e Reino Unido em Relação à União Européia e Mercosul Notas sobre as relações comerciais” In: Desafios: Reino Unido e Brasil ed. Brasília : Fundação Alexandre Gusmão/MRE, 1998

“Tratado de Assunção: Resultados e perspectivas” In: Mercosul: Perspectivas da integração ed. Rio de Janeiro : Fundação Getulio Vargas, 1996

“Mercosul e União Européia: Algumas Reflexões In: Brasil e Alemanha”: A Construção do Futuro ed. Brasília : Fundação Alexandre Gusmão, 1995

Comércio Exterior e Meio Ambiente no Contexto das relações Norte-Sul. texto para discussão. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CEEG, 1995

Livros organizados

Com Brandão, Antonio Salazar Pessoa. Mercosul: Perspectivas da Integração. Rio de Janeiro : Fundação Getulio Vargas, 1996, v.2000. p.200.

Com Castelar, Armando Pinheiro. O Desafio das Exportações, BNDES, 2002

Relatórios de Pesquisa

Com Schetman, Jack, Silva, Sergio Gustavo Da Proposta para a Formação de um Fundo de Garantias Sul-Americano, 2006. Condicionantes Estratégicos da Internacionalização do Setor de Serviços de Engenharia Brasileiro, 2005

Com Maito, Miguel. Avaliação para a implementação de uma política comum de anti-dumping, direitos compensatórios e salvaguardas no Mercosul, 2003. Preparado para a Secretaria do Mercosul.

Com Lopes, Mauro de Resende. Estudo sobre Comércio e Pobreza no Brasil: Sugestões para Negociações Comerciais, 2003. Preparado para o DFID, Reino Unido.

Estudo das Posições Negociadoras na Alca e no acordo Mercosul-União Européia: Aplicação de um Modelo de Equilíbrio Geral, 2000. Preparado para o Ministério do Desenvolvimento. IBRE/CEEG

Não constam os artigos escritos nas Revistas da Fundação Getulio Vargas, pois são mensais.

Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reinaldo Gonçalves¹

Introdução

O objetivo central deste trabalho é apresentar um panorama da produção científica dos professores e pesquisadores do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ) na área de Relações Econômicas Internacionais (REI). Este panorama abrange: (i) histórico da pesquisa em REI na instituição; (ii) descrição das linhas de pesquisa e trabalhos em curso; (iii) descrição das parcerias de pesquisa com outras instituições nacionais e estrangeiras; (iv) possibilidades de desenvolvimento futuro das pesquisas em andamento; e (v) avaliação substantiva do programa de pesquisa da instituição no contexto da pesquisa em REI no Brasil, das lacunas desse programa e das possibilidades de desenvolvimento futuro das pesquisas realizadas.

A área de Relações Econômicas Internacionais envolve o tratamento científico de temas relativos às transações econômicas entre residentes e não

¹ Professor Titular (1993) e Livre-Docente (1991) de Economia Internacional do IE-UFRJ. Trabalho apresentado no I Seminário sobre Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2008. reinaldogoncalves1@gmail.com. O autor agradece aos colegas do IE que contribuíram para a realização deste trabalho, com destaque para aqueles que responderam à sua consulta sobre linhas de pesquisa, trabalhos em curso e parcerias. Este trabalho é de exclusiva responsabilidade do autor.

residentes. Essas transações ocorrem nas esferas comercial, produtivo-real, tecnológica e monetário-financeira. Essas esferas abarcam temas que são bastante distintos quanto à fundamentação teórica, conceitual e analítica, e quanto às implicações de política econômica. As principais subáreas são: comércio exterior de bens e serviços; investimento externo direto e empresas transnacionais; fluxos financeiros internacionais e endividamento externo; câmbio e ajuste de balanço de pagamentos; sistemas monetário e financeiro internacional. Como temas de destaque na área, cabe mencionar: transferência de tecnologia e direitos de propriedade; crises econômicas, financeiras e cambiais; negociações internacionais; globalização econômica; inserção internacional e desenvolvimento econômico; integração regional; e política econômica externa.

Este trabalho está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na seção 1, há a apresentação do IE-UFRJ, um breve histórico e suas características principais. Na seção 2, avalia-se a área de relações econômicas internacionais do IE com a descrição das linhas de pesquisa e trabalhos em curso e das parcerias de pesquisa com outras instituições nacionais e estrangeiras. Esses temas são retomados na seção 3 quando se apresentam os grupos de pesquisa. Na seção 4, avaliam-se as possibilidades de desenvolvimento futuro das pesquisas em andamento, o programa de pesquisa da instituição, as lacunas desse programa, as possibilidades de desenvolvimento futuro das pesquisas realizadas, as incertezas críticas e os riscos de pulverização de recursos em decorrência de engajamentos institucionais equivocados no passado recente.

1. IE-UFRJ: Breve histórico

O IE resultou da fusão do Instituto de Economia Industrial (IEI) e do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) em 1996. Considerando-se que a FEA foi criada em 1938, o curso de graduação em Economia da UFRJ completou 70 anos em 2008. O curso de pós-graduação, a seu turno, iniciou-se em 1979 com a criação do Instituto de Economia Industrial.

No início de 2008, o IE contava com 83 professores e tinha, ainda, 15 pesquisadores e professores colaboradores. Do conjunto de 83 professores, dez estavam cedidos para órgãos públicos federais e organismos internacionais. Entretanto, há um conjunto de professores em regime de

20 horas ou mesmo de 40 horas (com ou sem DE) que têm baixo engajamento institucional. Muitos deles têm maior aproximação profissional com outras instituições de ensino e pesquisa. Portanto, não cabe identificá-los como membros efetivos do IE.²

Entre as principais características do corpo de professores do IE, podem ser mencionadas: (i) o alto grau de qualificação; (ii) o baixo grau de endogenismo; (iii) o elevado grau de abertura para o exterior; (iv) o baixo grau de americanização; (v) a ausência de lideranças marcantes; (vi) a heterogeneidade dos enfoques teóricos e de política econômica; e (vii) a falta de uma identidade institucional própria.

O elevado grau de qualificação é evidente quando se considera que mais de 90% dos professores têm título de doutorado.³ O baixo grau de endogenismo resulta do fato de que menos de 20% dos professores do IE obtiveram seu título de doutorado na própria instituição.⁴ Mais de 40% dos professores obtiveram seus títulos de doutorado no exterior, o que expressa o elevado grau de abertura para o exterior.⁵ Somente 12% dos professores obtiveram seus títulos de doutorado em universidades dos Estados Unidos. A predominância é da Europa visto que 29% dos doutores são titulados por universidades daquele continente.⁶

A combinação da heterogeneidade da origem do centro de formação dos professores e a ausência de lideranças marcantes implicam a heterogeneidade dos enfoques teóricos e de política econômica. As diferentes visões a respeito da Ciência Econômica encontram respaldo no corpo de professores do IE-UFRJ. A instituição acomoda, então, o pluralismo no âmbito da Ciência Econômica. Neste sentido, o IE-UFRJ diferencia-se

² A estimativa é que aproximadamente 20% dos professores do IE têm baixa taxa de adesão institucional.

³ Dados provenientes do Relatório de Atividades do IE-UFRJ de 2007 (www.ie.ufrj.br).

⁴ Carlos Lessa e Fábio Sá Earp, Mais além do II PND. O Instituto de Economia da UFRJ. In: Tamas Szmercsányi e Francisco da Silva Coelho, *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 211-227. O artigo original foi escrito em 2004. Os institutos de Economia da Unicamp e da USP têm graus de endogenismo que são pelo menos três vezes maiores do que o do IE-UFRJ.

⁵ O grau de abertura para o exterior do IE-UFRJ é muito maior do que o das escolas de Economia da Unicamp e da USP, mas inferior aos de outras escolas como a da PUC-RJ, FGV-RJ, UFMG e UnB. *Ibid*, p. 221.

⁶ A “taxa de europeização” (proporção entre o número de doutores formados na Europa e o número formado nos EUA) é de 2,4 no IE. Esta é a maior taxa entre os principais centros de pós-graduação em Economia do país. Na maioria dos centros esta taxa é menor do que a unidade. A segunda maior taxa é a da UFMG (1,5). *Ibid*, p. 221.

significativamente de outras instituições de ensino e pesquisa na área de Economia no Brasil.⁷

Diferentes combinações dos fatos acima constituem, ao mesmo tempo, o campo de pontos fracos e o campo de pontos fortes do IE. Certamente, no campo dos pontos fracos, o vetor determinante é a falta de uma identidade institucional própria. Este fato inibe a própria projeção institucional. Por outro lado, outros fatos – com destaque para o pluralismo científico – formam a base da riqueza intelectual do IE-UFRJ.

Alguns analistas interpretam que a especificidade desse pluralismo está na “natureza heterodoxa” da ciência praticada no IE-UFRJ. Essa visão (defendida, por exemplo, em Lessa e Earp, 2007) é equivocada. Esses autores argumentam que a “postura crítica repete-se em todas as atividades de ensino e nas pesquisas realizadas na casa, sobretudo nos campos já consolidados da economia industrial, da economia da energia e da economia do trabalho, onde a abordagem heterodoxa proporciona maior aderência aos fenômenos concretos, evitado o vício ricardiano”. O campo da Economia Industrial no IE segue os cânones internacionais e não há evidência de que ele seja ortodoxo ou heterodoxo. Na realidade, não há “Economia Industrial heterodoxa”. O campo de Economia Industrial no IE caracteriza-se, na realidade, pela atuação de pesquisadores de alto nível de qualificação pelos padrões internacionais.⁸ O mesmo argumento se aplica ao caso da Economia da Energia, que é marcada muito mais por questões técnicas e operacionais do que por conflito de visões ou paradigmas.⁹

O argumento a respeito do predomínio da heterodoxia também é falho mesmo que fosse verdadeiro que “uma característica do pensamento econômico heterodoxo é a concentração de esforços nos estudos nas áreas de economia política, história econômica e história do pensamento econômico. O IE tinha, em 1992, cerca de 55% de sua bibliografia concentrada nestas áreas, ficando com 45% nas áreas quantitativa e de teoria econômica” (Lessa e Earp, 2007, p. 221). O primeiro problema com esse argumento é que ele está datado tendo em vista que houve grande diversificação de quadros via

⁷ Aqui se pode fazer referência à menor heterogeneidade existente em instituições como a PUC-RJ, FGV-RJ e Unicamp.

⁸ Por exemplo, a obra coletiva, David Kupfer e Lia Hasenclever (orgs.), *Economia Industrial. Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2002.

⁹ Por exemplo, o manual de Helder Queiroz Pinto Junior (org.) *Economia da Energia. Fundamentos Econômicos, Evolução Histórica e Organização Industrial*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2007.

concursos que contemplaram praticamente todas as áreas nos últimos 16 anos. O segundo problema é que nada garante que, nos campos mencionados, haja “preferência revelada” pelo pensamento heterodoxo. Por exemplo, no âmbito da História do Pensamento Econômico, pode-se fazer a leitura ortodoxa de Keynes (síntese clássica “à la” Hicks) ou a leitura heterodoxa (keynesianismo financeiro “à la” Minsky).

O mesmo acontece com o campo da Economia Política. O fato de se tratar de diferentes temas com este enfoque ou dentro deste campo teórico não garante mais ou menos heterodoxia. Por exemplo, a leitura mecânica ou estreita de Marx constitui processo cognitivo ortodoxo.

A autoatribuição do rótulo de Economia Política Internacional não implica escapar da visão ortodoxa, própria à área das relações internacionais, que hipervaloriza a rivalidade interestatal em detrimento do conflito de classes. Esse último problema existe na adesão do IE ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional. Como será discutido mais adiante, neste programa, o IE pratica uma EPI ortodoxa.

Em síntese, a especificidade da produção científica do IE está marcada pela “heterogeneidade profissional” e não pelo “pluralismo heterodoxo”.¹⁰ Caberia, então, fazer referência ao “pluralismo científico” do IE. Este fato também ocorre na área das Relações Econômicas Internacionais do IE, a qual é o foco da próxima seção.

2. A área de Relações Econômicas Internacionais no IE-UFRJ

As atividades de pesquisa somente começam a desenvolver-se na FEA-IE-UFRJ no final dos anos 70, quando houve verdadeira “revolução” institucional. Essa “revolução” começou no início dos anos 70 e foi concebida e implementada por Américo Cury, que foi Chefe do Departamento de Economia e Diretor da FEA-IE. Ele ocupou cargos de direção na FEA-IE-UFRJ do início dos anos 70 até o início dos anos 80. O professor Cury foi, sem dúvida nenhuma, o ator protagonista da transformação da antiga FEA (com um sofrível curso de graduação) em

¹⁰ Vale mencionar o manifesto lançado pelo LEMA (Laboratório Marxistas do IE-UFRJ) em 2007. O principal argumento é que “Há tempos vemos o avanço da ortodoxia dentro do IE. Não é de hoje que assistimos à perda da identidade teórica, política e ideológica da heterodoxia no pensamento econômico da UFRJ”.

Ver: <http://www.marxismo.com.br/modules.php?op=modload&name=News&file=index>.

um centro de destaque nas atividades de pesquisa e ensino de graduação e pós-graduação.¹¹

Entretanto, o histórico da pesquisa em REI (bem como em outras áreas) tem como referência a criação do IEI e do seu curso de mestrado em 1979. Trata-se de mais um exemplo da forte associação entre pesquisa e ensino. As atividades de pesquisa do IEI estavam concentradas, em certa medida, na área de economia industrial e economia da tecnologia. Contudo, isto não impediu o desenvolvimento de pesquisas em outras áreas, principalmente na interseção entre economia industrial, economia da tecnologia e temas próprios das relações econômicas internacionais nas esferas comercial e produtiva.

No início dos anos 1980, a agenda de pesquisa na área de relações econômicas internacionais esteve muito influenciada pela crise da dívida externa brasileira. A eclosão da crise em 1982 gerou pesquisas relativas a desequilíbrios de balanço de pagamentos, endividamento externo e investimento externo direto.¹² Porém, os temas monetários e financeiros internacionais não tinham exclusividade. Temas como comércio exterior¹³, dependência tecnológica¹⁴ e direitos de propriedade intelectual¹⁵ também faziam parte da agenda de pesquisa de profissionais que já eram ou, então, entrariam para os quadros do IE nos anos seguintes. Nos anos 1980, muitos

¹¹ Dois dos professores sêniores da área de Economia Internacional (Érico Lins Leite e Reinaldo Gonçalves) começaram a dar aulas no início dos anos 1970 e foram contratados em 1974. O professor Érico L. Leite teve papel particularmente importante visto que substituiu o professor Hélio Schlitler Silva, catedrático de Economia Internacional, já no início da década de 70. O professor Schlitler já era um nome de referência na área desde os anos 50, principalmente no campo de trabalhos sobre comércio exterior. O professor Schlitler foi, posteriormente, diretor da FEA-IE.

¹² Reinaldo Gonçalves produziu trabalhos sobre a crise externa do início dos anos 1980. Dando continuidade ao tema da sua tese de doutorado, ele também produziu trabalhos sobre investimento externo direto no Brasil.

¹³ Para ilustrar, Edson Peterli Guimarães havia concluído tese de mestrado em 1981 sobre barreiras comerciais e trabalhava como pesquisador na Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (FUNCEX). A sua tese de doutorado de 1995 é inovadora no trabalho empírico sobre competitividade internacional.

¹⁴ Paulo Bastos Tigre tinha concluído seu mestrado sobre o tema da dependência tecnológica em 1978 e concluiu sua tese de doutorado sobre a indústria de computadores em 1982. Ele é, atualmente, professor titular e um dos mais destacados profissionais do IE, com grande prestígio nacional e projeção internacional.

¹⁵ Por exemplo, Murillo Florindo Cruz Filho tinha, já desde o final dos anos 1970, grande produção científica sobre temas relacionados com o direito de propriedade intelectual e a transferência de tecnologia. Ele trabalhou na área internacional do INPI e participou de inúmeras conferências diplomáticas ou técnicas como representante do governo brasileiro. Ele mantém atividades de consultoria, auditoria e avaliação de projetos de treinamento em propriedade industrial no Brasil e no exterior.

dos atuais pesquisadores do IE que trabalham na área de relações econômicas internacionais estavam fazendo cursos de pós-graduação e preparando teses relacionadas com a área.¹⁶ Muitos dos profissionais da área passaram a ocupar posições de destaque em seu campo de atuação, inclusive com atividades de consultoria no Brasil e no exterior nas décadas seguintes.

Nos anos 1990 e 2000, a produção científica dos quadros do IE na área de relações econômicas internacionais continua desenvolvendo-se tanto em termos da abrangência dos temas quanto da qualidade dos trabalhos. A maior densidade decorre de dois fatos: os professores mais antigos entraram em fases de maior maturidade intelectual e houve o ingresso de novos professores concursados.

Na área de relações econômicas internacionais, é difícil encontrar um tema, mesmo que específico, que não tenha sido foco de pesquisa e produção científica por parte dos professores do IE. Na década de 1990, o tema que predominou foi, certamente, o do comércio internacional. A pesquisa envolveu tanto o comércio de bens como o de serviços. Nessa subárea, todos os temas tradicionais foram, de uma forma ou de outra, objeto de investigação científica. Há registro de inúmeros trabalhos sobre padrão de comércio¹⁷; competitividade internacional¹⁸; integração regional¹⁹; política comercial²⁰; e

¹⁶ Em 1981, por exemplo, Galeno Tinoco Ferraz Filho concluiu tese de mestrado sobre o processo de internacionalização da produção de serviços de engenharia (construção pesada) do Brasil. Essa tese de mestrado é até hoje referência obrigatória para os estudiosos da área. Nos anos 1990 e 2000, Galeno Ferraz foi responsável por vários trabalhos sobre comércio exterior (estudos setoriais). Ele tem estudos também sobre relações comerciais bilaterais e política comercial (com destaque para o tema das barreiras técnicas).

¹⁷ Jorge Chami Batista, após sua tese de doutorado de 1989 sobre endividamento externo e ajuste de balanço de pagamentos, iniciou, em 1993, a sua série de trabalhos sobre padrão de comércio, competitividade, desempenho comercial e política comercial.

¹⁸ O trabalho de destaque é o de Edson Peterli Guimarães na sua tese de doutorado de 1995: "Competitividade internacional e política comercial externa: a experiência brasileira nos anos 80 e início dos anos 90".

¹⁹ João Bosco Mesquita Machado concluiu tese de mestrado em 1990 sobre tarifas aduaneiras em 1990 e defendeu tese de doutorado em 1999 sobre integração regional. Nestes últimos 20 anos, João Bosco tem-se destacado como um dos maiores especialistas em política comercial e, principalmente, integração regional com trabalhos publicados no Brasil e na América do Sul. O capítulo 1 da sua tese de doutorado é, ainda hoje, a melhor resenha em português da teoria da integração econômica. Essa tese foi publicada como livro: *Mercosul: Processo de Integração. Origem, evolução e crise*. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2000.

²⁰ O mais sênior especialista da área de comércio internacional do IE, Érico Lins Leite, apresentou sua tese de doutorado em 1998 sobre a política brasileira de comércio exterior. Com base no seu conhecimento científico, pois tinha mais de um quarto de século de ensino do curso de comércio internacional na FEA-IE, e na sua experiência de economista da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, ele apresenta uma das mais abrangentes e profundas discussões sobre as políticas comercial e cambial do Brasil e seus efeitos após a liberalização comercial.

negociações comerciais multilaterais²¹. Os processos de integração econômica (NAFTA e, principalmente, Mercosul) ocuparam posições de destaque. Houve ênfase também no processo de negociações comerciais multilaterais (Rodada Uruguai do GATT, que se iniciou em 1986 e foi concluída em 1994). Em 1992, iniciou-se o curso de especialização em comércio exterior (ECEX) do IE.²²

A ênfase na questão do comércio internacional não impediu, contudo, que outros temas fossem tratados com igual profundidade. Houve interesse em questões relativas ao investimento externo direto e à presença de empresas transnacionais no país.²³ As relações entre desenvolvimento tecnológico, competitividade internacional e integração regional também foram tratadas por alguns pesquisadores do IE.²⁴ As interações entre sistemas nacionais de inovação, propriedade intelectual, acordos multilaterais de investimentos, comércio internacional e globalização foram analisadas a partir de diferentes perspectivas.²⁵

Nos primeiros anos deste século, continuou o processo de avanço da produção científica na área de relações econômicas internacionais, inclusive por meio de parcerias com profissionais de outras instituições no Brasil e no exterior.²⁶ Houve, também, maior ênfase em outras questões ainda que os temas relativos ao comércio internacional (principalmente, liberalização, Rodada Doha

²¹ Luis Carlos Delorme Prado iniciou uma série de trabalhos sobre política comercial, integração regional e negociações comerciais. A relevância dos seus trabalhos decorre particularmente da análise dos registros históricos, dos marcos jurídicos e da institucionalidade. Ele é um dos coautores do manual *A Nova Economia Internacional. Uma Perspectiva Brasileira* (Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998). Esse livro é uma parceria entre professores do IE (Luis Carlos Prado e Reinaldo Gonçalves) e Renato Baumann, da UnB, e Otaviano Canuto, da Unicamp.

²² Após 16 anos, o ECEX é o mais bem-sucedido curso de especialização do IE. Desde a sua criação, ele é coordenado por Edson Peterli Guimarães.

²³ No contexto dos seus estudos sobre organização industrial, Victor Prochnik tratou da questão da internacionalização da produção via investimento externo direto. Ele produziu inúmeros trabalhos setoriais (informática, software, telecomunicações etc). Ele também tem trabalhos sobre a internacionalização das empresas brasileiras. Reinaldo Gonçalves também se dedicou ao tema: *Globalização e Desnacionalização*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1999. Lia Hasenclever também tem trabalhado no tema das empresas transnacionais, principalmente no que se refere à questão da transferência e capacitação tecnológica.

²⁴ Paulo Tigre, João Bosco e Edson Peterli Guimarães se destacaram com inúmeros trabalhos com ênfase no Mercosul. Renata La Rovere e José Cassiolato têm dado contribuições importantes a respeito da inovação tecnológica com destaque para o estudo comparativo dos sistemas nacionais de inovação de Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul.

²⁵ Murillo Cruz Filho é a principal referência do IE quando se trata de propriedade intelectual. Lia Hasenclever também tem dado contribuições relevantes na área.

²⁶ Outro manual na área de REI foi produzido: *Economia Internacional. Teoria e Experiência Brasileira* (Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004) que tem como autores Renato Baumann (UnB), Otaviano Canuto (Unicamp) e Reinaldo Gonçalves (IE-UFRJ).

e Mercosul) tenham continuado com forte presença na agenda de pesquisas do IE. O fortalecimento da área de macroeconomia implicou a expansão das pesquisas relativas à esfera monetário-financeira internacional. Parte expressiva das atividades de pesquisa nessa esfera está concentrada em temas como estabilização macroeconômica (ajuste do balanço de pagamentos), regime cambial e política cambial, crises financeiras e cambiais, financiamento externo e instituições dos sistemas monetário e financeiro internacional.

Na realidade, os temas da chamada “macroeconomia aberta” passaram a ser cada vez mais foco de pesquisas por parte não somente de professores com competência específica na área de Economia Internacional como de professores de outras áreas como Macroeconomia e Desenvolvimento Econômico. Ademais, pesquisadores de Economia Industrial, Economia da Energia, Economia da Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Economia do Meio Ambiente também se voltaram para temas relativos às relações econômicas internacionais.²⁷ Sem dúvida, esse processo de interseção de competências específicas contribuiu para fortalecer a base intelectual da área de relações econômicas internacionais do IE.²⁸

Como indicador da evolução da área de relações econômicas internacionais no IE, vale mencionar que, como resultado das crises internacionais do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, verifica-se a expansão da pesquisa e da produção científica relacionadas com as crises cambiais e financeiras. Cabe destacar que em 2003 os alunos da graduação tiveram como curso eletivo o tema das crises cambiais, no qual se apresentavam os modelos de primeira, segunda e terceira geração.²⁹ O caráter inovador da pesquisa no IE avança com os trabalhos sobre estabilização macroeconômica com base em controles diretos.³⁰ As questões relativas à

²⁷ Por exemplo, o manual de Paulo Bastos Tigre, *Gestão da Inovação. A Economia da Tecnologia no Brasil* (Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2006) examina a relação entre inovação e competitividade internacional. Cabe também mencionar o manual do Grupo de Energia: Helder Queiroz Pinto Junior (org.) *Economia da Energia. Fundamentos Econômicos, Evolução Histórica e Organização Industrial* (Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2007). Adilson de Oliveira tem desenvolvido inúmeros trabalhos sobre integração energética e, mais recentemente, o estudo comparativo das empresas de petróleo estatais (*national oil companies*) com o objetivo de analisar o papel que essas empresas deverão desempenhar no mercado internacional do petróleo nos próximos anos. Carlos Eduardo Young produziu trabalhos sobre o conteúdo de recursos naturais e o custo ambiente das exportações brasileiras.

²⁸ Ver os trabalhos de Carlos Medeiros e Franklin Serrano, inclusive aqueles nos livros da *Coleção Zero à Esquerda* organizados por José L. Fiori.

²⁹ Este curso foi dado por Antonio Licha no segundo semestre de 2003.

³⁰ O destaque é o livro *Câmbio e Controles de Capitais. Avaliando a eficiência de modelos macroeconômicos* (Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2006), organizado por João Sicsú do IE-UFRJ e Fernando Ferrari Filho (UFRGS).

inserção do Brasil no sistema econômico internacional são peças centrais das análises sobre o desempenho da economia brasileira realizadas pelos professores do IE.³¹

Nos últimos três anos, as linhas de pesquisa e os trabalhos em curso têm estado focados nos seguintes temas: abertura externa e a indústria brasileira; *antidumping*; China; comércio internacional de etanol; competitividade da indústria têxtil; controles de capitais; cooperação internacional na indústria; *e-commerce*; endividamento externo; energia no Cone Sul; fluxos internacionais de capitais; FMI; gás natural e integração regional; globalização; investimento externo direto e etanol; impacto macroeconômico de empresas transnacionais; índices de comércio exterior; integração financeira na América Latina; internacionalização de P&D; liberalização comercial e financeira; liberalização econômica e a indústria brasileira; liberalização financeira brasileira; liberalização financeira e crise cambial; liquidez internacional; mercado internacional de petróleo; mobilidade internacional de capitais; P&D e empresas multinacionais; patentes e indústria farmacêutica; regime cambial; regulação de fluxos financeiros internacionais; restrição externa e crescimento; e sistemas de inovação.³²

O corpo de professores e pesquisadores do IE tem parcerias de pesquisa com outras instituições nacionais e estrangeiras. O IE tem diversos arranjos de cooperação técnica e intercâmbio, envolvendo professores e alunos, e continua a expandir o número desses arranjos. A cooperação internacional é viabilizada por uma série de acordos, entre os quais estão ativos ou em vias de entrar em vigor compromissos com as seguintes instituições: Prest Manchester, Inglaterra, Universidade de Bologna, Itália, *New School*, EUA, Universidade de Bordeaux, Montesquieu, França, Universidade Computense

³¹ Somente para destacar publicações mais recentes: João Sicsú, *Emprego, Juros e Câmbio. Finanças Globais e Desemprego* (Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2007); e Reinaldo Gonçalves e Luiz Filgueiras, *A Economia Política do Governo Lula* (Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2007). Luiz Filgueiras é professor da UFBA. Ver também as contribuições de Jennifer Herman e Helder Pinto Junior *et al*, *Brasil em Desenvolvimento: economia, tecnologia e competitividade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005. v. 1 e 2.

³² Na versão eletrônica desse texto, há o ANEXO I que apresenta a produção científica de cada professor-pesquisador do IE em 2006-07. Os dados são provenientes do Relatório de Atividades do IE-UFRJ de 2007. Há também o ANEXO II que apresenta resultados de consultas feitas diretamente aos professores.

Ver <http://www.ie.ufrj.br/instituicao/docentes/index.html>. Nessa seção, clicar em Reinaldo Gonçalves e, em seguida, em principais artigos (*Área de relações econômicas internacionais no IE, dezembro 2008*).

de Madrid, Espanha, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, IRD, França, *Institute for Development* da Universidade de Manchester, Centro de Estudos Ortega y Gasset, Espanha, *Universidad de La Coruña*, Espanha, *Universidad de la Laguna*, Espanha, *Universidad de Santiago de Compostela*, Espanha, *Université de Picardie*, França.

As parcerias têm-se beneficiado de financiamentos de inúmeras fontes como: Petrobrás, Eletrobrás, Agência Nacional de Petróleo, Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Petróleo, Ministério de Minas e Energia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Organização Nacional da Indústria do Petróleo, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Planejamento, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Previ, Banco Interamericano de Desenvolvimento, CEPAL e CNI.

3. Grupos de Pesquisa

As possibilidades de desenvolvimento futuro das pesquisas em andamento dependem da dinâmica de funcionamento dos grupos de pesquisa, dos interesses dos pesquisadores e dos esquemas de financiamento. Há mais de uma dúzia de grupos de pesquisa no IE. Nesse conjunto, há sete grupos que desenvolvem pesquisas sobre temas relacionados com a área das relações econômicas internacionais.³³

Economia Financeira e Comércio Exterior

<http://www.ie.ufrj.br/pesquisa/financeira/financeira.html>

Pesquisa as mudanças ocorridas no Brasil e no mundo a partir da internacionalização e globalização que provocaram um grande aumento no fluxo de capitais e mercadorias. Dessa forma, os pesquisadores desenvolvem projetos que abordam: as relações econômicas internacionais e seus impactos sobre a atividade econômica e a geração de empregos; os acordos internacionais e a determinação dos fluxos de comércio; as formas

³³ A atualização da descrição das linhas de pesquisa, trabalhos em curso e parcerias de pesquisa com outras instituições nacionais e estrangeiras é apresentada no portal do IE (www.ie.ufrj.br). Cada grupo tem um portal específico.

alternativas de financiamento do comércio exterior; e os modelos de administração de risco e suas implicações no planejamento financeiro das empresas, nos mercados de capitais e nas regras de solvência das instituições financeiras.

Moeda e Sistema Financeiro

<http://www.ie.uftj.br/moeda/index.html>

Desenvolve atualmente duas grandes linhas de pesquisa: financiamento do desenvolvimento e política monetária e cambial. A primeira se desdobra em subtemas: poupança e crescimento econômico; a funcionalidade de estruturas financeiras alternativas, explorando-se as características da operação de sistemas, mercados e instituições financeiras; aspectos institucionais, com particular ênfase nos processos de liberalização e desregulação financeiras; e crises cambiais e financeiras. A segunda linha se desdobra em quatro subtemas: formato institucional das autoridades monetárias (autonomia/independência do banco central); coordenação de políticas macroeconômicas (políticas cambial, monetária e fiscal); política monetária como auxiliar da promoção do crescimento econômico; e regimes de metas de inflação (teoria e caso brasileiro). Na área das relações econômicas internacionais, o Grupo tem como centro das pesquisas os fluxos financeiros internacionais, o regime cambial, as crises financeiras, as crises cambiais e as instituições financeiras e monetárias internacionais.

Sistema Agroindustrial, Competitividade e Inovações Tecnológicas

<http://www.ie.uftj.br/gsaic/index.php>

Pesquisa as características competitivas e tecnológicas do sistema agroindustrial brasileiro a partir de sua interação com o setor de energia e com outras indústrias. Além disso, o Grupo acompanha a evolução dos mercados agroindustriais externo e interno e estuda a natureza institucional do agronegócio no Brasil e suas organizações. As pesquisas estão focadas na análise da competitividade dos sistemas de produção de: açúcar e álcool; biocombustíveis e seus impactos sobre a matriz energética; proteína animal: carnes e leite; produção florestal e produção de papel e celulose; e grãos e óleos vegetais. Todos esses setores têm papel relevante no comércio exterior brasileiro.

Indústria e competitividade

<http://www.ie.ufrj.br/gic/index.html>

O programa de pesquisa do grupo focaliza as transformações em curso na indústria de transformação, de infraestrutura e de serviços, em função de determinantes de natureza macroeconômica, institucional e tecnológica. Três áreas de investigação podem ser destacadas. A primeira representa a continuidade de esforços anteriores para o entendimento e análise dos processos de concorrência. A segunda focaliza as relações macro-micro associadas às incertezas de natureza institucional e macroeconômica e às mudanças estruturais na indústria brasileira. A terceira dedica-se ao exame das relações entre mudanças patrimoniais (investimento direto externo, fusões e aquisições) e estruturas de mercado. As principais linhas de pesquisa são: avaliação insumo-produto de impacto sobre emprego e renda; desempenho comparado da balança comercial brasileira; desenvolvimento industrial brasileiro; estrutura e dinâmica industrial; fusões e aquisições, seus determinantes, resultantes e implicações; e internacionalização e cooperação em P&D.

Economia da Energia

<http://www.gee.ie.ufrj.br/apresentacao/index.php>

Como programa de pesquisa, os trabalhos do grupo analisam: os problemas de inovação e mudança tecnológica na produção e no uso de energia, com ênfase em seus impactos na organização industrial do setor; a regulação dos mercados de energia; o financiamento dos investimentos das empresas energéticas; e o comportamento estratégico das empresas de energia. No desenvolvimento desta agenda de pesquisa, o Grupo mantém relações de cooperação com outros grupos de pesquisa do próprio IE, bem como pertencentes a outras instituições acadêmicas no Brasil e no exterior.

O Grupo de Economia da Energia tem desenvolvido, ao longo da última década, um conjunto de linhas de pesquisa que visa analisar de forma integrada: a organização industrial das indústrias de energia, as estratégias das empresas energéticas e o desenvolvimento dos mercados de energia; as instituições, a política energética e a regulação das indústrias de energia; os impactos macroeconômicos e políticos das transformações das indústrias energéticas; a inovação e dinâmica tecnológica nas indústrias de energia; e os

mecanismos de financiamento e gestão de riscos dos investimentos nas indústrias energéticas.

Ademais, o GEE tem mantido uma importante rede de cooperação com diversas instituições de pesquisa de outros países dedicadas igualmente aos estudos dos problemas energéticos, com destaque para a França, Inglaterra, Canadá, Argentina, bem como para organizações internacionais como a CEPAL, a OCDE e a Agência Internacional de Energia.

Cadeias Produtivas e Complexos Industriais

<http://www.ie.ufrj.br/cadeiasprodutivas/index.html>

Pesquisas focadas na Economia da Indústria e da Inovação, com ênfase no estudo das multinacionais brasileiras, estratégia de organizações e mensuração do desempenho organizacional, com ênfase na avaliação da difusão do *balanced scorecard* no Brasil. Na área de Economia da Indústria e da Inovação, o foco atual é a análise do processo de internacionalização das firmas brasileiras. O grupo vem realizando pesquisas para o IPEA e está desenvolvendo um trabalho sobre a Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce). Os principais trabalhos em andamento são: transferência reversa de tecnologia nas multinacionais brasileiras; o processo de internacionalização da Vale; o investimento direto das firmas brasileiras no exterior; e o setor de instrumentação para a Petrobrás.

Economia da Inovação

<http://www.ie.ufrj.br/inova/linhas.php>

As principais linhas de pesquisa são: desenvolvimento econômico, mudança tecnológica e crescimento. O destaque é o estudo das configurações produtivas locais no Estado do Rio de Janeiro, enfatizando-se instituições, interações e inovações. O objetivo é caracterizar e identificar os principais problemas de *clusters* localizados no estado do Rio de Janeiro, entender as lógicas de funcionamento dos projetos de apoio à reconversão econômica dessas regiões e avaliar comparativamente os ganhos dos agentes beneficiários e não beneficiários dos projetos de apoio voltados para aumentar a interatividade entre as empresas da região. Há linhas derivadas de pesquisa nas áreas de Economia da Inovação; Geração e Difusão de Novas Tecnologias; Inovações Organizacionais e Gestão da Inovação; Indicadores

de Ciência e Tecnologia; Ciência, Técnica e Propriedade Intelectual; e Globalização e Sistemas Regionais de Inovação. Na área de Organização Industrial, as linhas derivadas de pesquisa são: estudos setoriais; matemática e estatística aplicada a estudos de indústria. O grupo conta com a parceria e o convênio de cooperação internacional do IRD (*Institut de Recherche pour le Développement*).

4. Conclusão

A avaliação do programa de pesquisa do IE-UFRJ na área de relações econômicas internacionais é, sem risco de exagero, altamente favorável. O IE conta com pelo menos 27 professores que tratam de temas diretamente vinculados à área e temas correlatos.³⁴ As pesquisas abrangem todas as esferas (comercial, produtivo-real, tecnológica e monetário-financeira) das relações econômicas internacionais. Todos os pesquisadores possuem título de doutorado e têm tido grande experiência nas suas áreas de especialização. Tal qual o conjunto das atividades de pesquisa do IE, a área de relações internacionais do Instituto se beneficia do “pluralismo científico”. Este envolve extraordinária heterogeneidade quanto ao tratamento teórico e empírico. Esse é, sem dúvida alguma, um ponto forte do IE.

A avaliação favorável expressa o alto grau de qualificação; o baixo grau de endogenismo; o elevado grau de abertura para o exterior; o baixo grau de americanização; e, repetindo, a heterogeneidade dos enfoques teóricos e de política econômica. A ausência de lideranças marcantes e a falta de uma identidade institucional própria, que podem ser vistas como pontos fracos em termos de projeção institucional, são pontos favoráveis em termos científicos, visto que sublinham a heterogeneidade teórica, a maturidade intelectual, a independência e a elevada qualidade dos trabalhos.

As lacunas ou restrições dos programas de pesquisa dos grupos e dos pesquisadores individuais decorrem, em parte, da não sustentabilidade dos financiamentos domésticos para pesquisa. Não é por outra razão que há tendência de crescente articulação internacional no sentido não somente da troca de *expertise* como também da abertura de canais de financiamento externo das pesquisas. As inúmeras parcerias internacionais refletem essa necessidade.

³⁴ Nomes, telefones e e-mail dos professores do IE podem ser consultados no portal <http://www.ie.ufrj.br/instituicao/docentes/index.html>.

As possibilidades de desenvolvimento futuro das pesquisas realizadas na área de relações econômicas internacionais no IE são extraordinárias. A distribuição dos pesquisadores por faixa etária não aponta na direção de esgotamento de quadros. Muito pelo contrário, os concursos realizados nos últimos anos permitiram a constituição de um quadro de pesquisadores cuja maturidade intelectual e qualificação técnica só tende a melhorar no futuro previsível. De fato, a rivalidade crescente nos concursos públicos tem levado profissionais cada vez mais qualificados para o quadro de pesquisadores do IE, de modo geral, e para a área de relações econômicas internacionais, em particular.³⁵

A avaliação do programa de pesquisa da instituição no contexto da pesquisa na área de relações econômicas internacionais no Brasil deve destacar que, muito provavelmente, não há no país uma instituição com um quadro tão expressivo de pesquisadores de alta qualidade nessa área. Em termos temáticos, pode-se afirmar que praticamente não há lacunas nas atividades de pesquisa. O programa de pesquisa mantém, certamente, algumas linhas permanentes que refletem as especializações dos pesquisadores. Entretanto, esse programa é dinâmico, visto que reflete as próprias mudanças na realidade das relações econômicas internacionais. Para ilustrar, professores do IE têm trabalhado intensamente nas diferentes dimensões da integração regional (integração produtiva, comércio bilateral, investimento externo, coordenação macroeconômica, integração energética etc.). O tema da crise econômica internacional também tem sido foco de cursos e pesquisas (causas e características de crise real, crise financeira, crise cambial, nova arquitetura financeira internacional, soluções para a crise etc.).³⁶

Naturalmente, o programa de pesquisa também reflete os interesses das fontes financiadoras domésticas (governo, empresas estatais e setor privado) e internacionais (organizações multilaterais, governos estrangeiros e empresas estrangeiras).

No que se refere ao desenvolvimento futuro das pesquisas realizadas no âmbito do IE na área das relações econômicas internacionais, vale destacar duas incertezas críticas. A primeira expressa o envolvimento do IE no curso

³⁵ Um dos exemplos mais recentes é o de João Felipe Mathias, que fez uma ótima tese sobre crises cambiais em 2003 e prestou concurso para professor do IE em 2007.

³⁶ Entre os professores que se destacam neste tema, cabe mencionar Fernando Cardim, professor titular de Macroeconomia do IE. Antonio Licha e João Felipe Mathias também são referências no IE.

de graduação em relações internacionais que deverá abrir sua primeira turma em março de 2009. Não resta dúvida de que o avanço do processo de globalização e o aprofundamento da inserção do Brasil no cenário internacional justificam a criação de um curso de relações internacionais na UFRJ. De fato, a criação do curso tem sido objeto de discussões na UFRJ há anos.

Entretanto, a atual reitoria da UFRJ tem conduzido o processo de criação do curso de relações internacionais de forma, no mínimo, ineficaz. Sem instalações e quadro próprios, o curso tem previsão de funcionamento a partir de março de 2009 no horário noturno na Ilha do Fundão, segundo informações disponíveis em novembro de 2008. As instalações previstas serão compartilhadas com o Centro de Ciências da Natureza e da Matemática e/ou com o Centro de Ciências da Saúde. Vale destacar que as evidentes deficiências físicas e de segurança existentes no Fundão se agravam no caso de cursos noturnos. Conforme destaca documento recente do Centro de Filosofia e Ciências Humanas no que se refere à criação de um curso de relações internacionais, esses fatos “só contribuiriam para aumentar o grau de pulverização das ações relativas em curso”.

No contexto da pulverização, a adesão inicial do IE ao curso de relações internacionais deve ser vista como uma ameaça à qualidade das próprias atividades de pesquisa e ensino de relações econômicas internacionais no âmbito do IE. A participação do IE no curso recém-criado de relações internacionais consiste na alocação de professores para as seguintes disciplinas: Introdução à Economia; Economia Brasileira Contemporânea; Economia Internacional; Teoria e Prática do Comércio Exterior; e Economia Política Internacional. Poucos meses antes do início do curso, há dúvida sobre a instituição que seria eventualmente responsável pela disciplina de Evolução do Sistema Financeiro e Monetário Internacional.

A área de relações internacionais é altamente especializada. As disciplinas relativas à economia entram como parte do bloco informacional e do bloco de instrumental de apoio. Portanto, o grau de profundidade científica no tratamento dos temas é inferior ao grau exigido no curso de graduação em Economia. Ou seja, há um processo de *downgrading* quando os cursos acima são transplantados das Ciências Econômicas para as Relações Internacionais. Portanto, do ponto de vista estritamente científico, não se constata benefícios institucionais diretos e indiretos para o IE na adesão ao projeto de relações internacionais da UFRJ.

Não há dúvida de que haverá pulverização dos recursos do IE decorrente do envolvimento do IE na área de relações internacionais. Com a crescente rivalidade na área de relações econômicas internacionais, visto que há outras instituições na área de Economia que possuem quadros também numerosos e qualificados, a diretriz estratégica do IE deveria ser manter foco na qualidade do seu curso de graduação (um dos melhores do país), aumentar a qualidade do seu curso de pós-graduação em economia (mestrado e doutorado em Economia) e expandir as atividades de pesquisa e extensão em temas relativos às relações econômicas internacionais.³⁷ A pulverização dos recursos do IE implica a perda desse foco e, portanto, de sua capacidade de competir com outras instituições no país e no exterior. Este argumento pode ser generalizado para outras áreas, mas é particularmente evidente no caso das relações econômicas internacionais.

Ainda como ameaça ao IE e à área de relações econômicas internacionais do IE, há que se mencionar a recente adesão ao programa de pós-graduação em Economia Política Internacional recém-aprovado pelo comitê da área de Ciência Política da CAPES e com previsão de abertura de primeiras turmas de mestrado e doutorado em março de 2009. Ainda que conste como corresponsabilidade, este programa terá, efetivamente, como unidade executora o Núcleo de Estudos Internacionais da UFRJ. A contribuição do IE consiste na alocação de professores.

O fato é que há absurda pulverização de recursos no âmbito da UFRJ. Ao mesmo tempo em que se cria um Núcleo de Estudos Internacionais em instalações precárias na Praia Vermelha – responsável pelo curso de pós-graduação –, também se cria um curso de graduação em relações internacionais na Ilha do Fundão – sem instalações próprias. Sem quadros próprios, a expectativa é que essas unidades realizem concursos no futuro próximo. Viola-se, assim, o princípio básico da articulação entre as atividades de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão.³⁸

Sob a ótica do IE, mais especificamente da área de relações econômicas internacionais, também não cabe participar passiva ou ativamente de curso de

³⁷ O curso de graduação de Economia do IE é, certamente, um dos melhores do país. Há alguns determinantes: qualidade do quadro docente, qualidade dos alunos, heterogeneidade e pluralismo científico.

³⁸ Deixando-se de lado a hipótese de deficiência de gestão da reitoria, aparece a hipótese da balcanização. Esta implica o processo de criação de pequenas instituições sem articulação orgânica. Além das consequências sérias (e negativas) nos planos acadêmico, administrativo e político, esse processo é indicador evidente de degradação institucional.

pós-graduação em Economia Política Internacional. Neste particular, há inúmeras razões que sustentam este argumento. A primeira é que Economia Política Internacional não é uma área de especialização. Na realidade, a EPI é um método de análise de questões internacionais e, principalmente, de questões econômicas internacionais.³⁹ Portanto, não cabe a criação de cursos de mestrado e doutorado especializados em Economia Política Internacional. Em cursos de pós-graduação – em Relações Internacionais, Economia, Ciência Política, Direito, História, Geografia etc. – cabe, sim, curso de formalização do método próprio da EPI.

A segunda razão é que a Economia Política Internacional expressa no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional é, de fato, ortodoxa (mais próxima à área de relações internacionais) porque importa o modelo de EPI tradicionalmente usado nas universidades estadunidenses. Neste, o eixo analítico estruturante é ortodoxo ou convencional, ou seja, trata-se da rivalidade interestatal.⁴⁰ O fato de se colocarem “doses” de latino-americanismo e desenvolvimentismo não altera significativamente a natureza ortodoxa do enfoque centrado na rivalidade interestatal.⁴¹ A principal implicação é que esse Programa deveria ser uma área de concentração de um curso de pós-graduação em relações internacionais ou, então, de Ciência Política.⁴² Ou seja, não cabe abrigá-lo no IE.

³⁹ A EPI é vista como uma “subdisciplina” segundo R. J. Barry Jones na *Routledge Encyclopedia of International Political Economy*. Londres: Routledge, 2001, p. xxvii. David A. Lake considera a EPI um “enfoque poderoso” no seu artigo “International Political Economy. A Maturing Interdiscipline” no *The Oxford Handbook of Political Economy*. Oxford: OUP, 2006, p. 757. Ver, ainda, o manual de Reinaldo Gonçalves, *Economia Política Internacional. Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005, cap. 1.

⁴⁰ O livro de Robert Gilpin, principal referência no mundo anglo-saxão, é mencionado na bibliografia básica para o exame de entrada no programa. Duas observações: primeira – há um erro (repetido duas vezes – University of Princeton – quando o nome correto é Princeton; segundo, há tradução recente para o português - *A Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

⁴¹ A referência explícita são os textos da coleção *Zero à Esquerda* da Editora Vozes organizados, principalmente, por J. L. Fiori. Os livros dessa coleção tratam de temas que enfatizam a rivalidade interestatal e tratam as questões sob a ótica da análise econômica convencional. Ou seja, o enfoque de EPI não é evidente nos textos, inclusive naqueles produzidos por professores do IE-UFRJ. A quase totalidade dos textos negligencia a rivalidade entre as classes sociais – a qual tem sérias implicações na dinâmica das relações internacionais.

⁴² Na *University of Princeton*, centro de referência nos Estados Unidos em Economia Política Internacional (EPI), não há curso de mestrado em EPI. A disciplina de pós-graduação está sob a responsabilidade do Departamento de Ciência Política. Ver: <http://www.princeton.edu/politics/research/fields/international/>.

Na *London School of Economics*, que é referência européia em Economia Política Internacional, há curso de mestrado em EPI, que é de responsabilidade do Departamento de Relações Internacionais. Ver:

<http://www.lse.ac.uk/resources/graduateProspectus2009/taughtProgrammes/MScInternationalPoliticalEconomy.htm>.

A terceira razão é que o IE não terá qualquer ingerência no programa de pós-graduação em Economia Política Internacional. Na realidade, o IE se limitará a cumprir o papel de guarda-chuva institucional desse programa. A corresponsabilidade restringe-se à alocação de professores. De fato, não se preveem mecanismos de controle acadêmicos e administrativos efetivos.⁴³

A quarta razão é que haverá pulverização dos recursos do IE com a adesão ao programa de pós-graduação em Economia Política Internacional. Considerando-se a diretriz estratégica de melhora da qualidade da pós-graduação no próprio IE, não cabe a pulverização de recursos em programas que, pretensamente multidisciplinares, constituem áreas de concentração de outras ciências ou áreas (no caso, Ciência Política e Relações Internacionais). Mais especificamente, o programa de pós-graduação em Economia Política Internacional deveria ser área de concentração do programa de pós-graduação dos cursos de Relações Internacionais ou de Ciência Política.⁴⁴

Em síntese, com inúmeros fatores positivos que apontam na direção de uma trajetória dinâmica de expansão, a área de relações econômicas internacionais do IE defronta-se com o risco concreto de pulverizar seus recursos ao engajar-se no curso de graduação em Relações Internacionais e no curso de pós-graduação em Economia Política Internacional.⁴⁵ A pulverização aponta para o risco de reversão da trajetória dinâmica. Portanto, para evitar o processo de reversão, é necessário que o IE cancele os compromissos assumidos em relação aos dois cursos mencionados.⁴⁶ Como parte da agenda positiva, cabe

⁴³ Evidência nessa direção foi a proposta de regulamento do programa de pós-graduação em Economia Política Internacional enviada ao Conselho Deliberativo do IE em 2 de outubro de 2008. A proposta não foi aprovada porque não foi considerada coerente com o regulamento do IE e, especialmente, com o regulamento da pós-graduação do IE. O que mais chamou atenção foi a ausência total de critérios de entrada e permanência de docentes no corpo permanente do programa. A proposta foi tirada de pauta e encaminhada aos responsáveis pelo programa para que fossem feitas as alterações pertinentes.

⁴⁴ Esse último curso de pós-graduação perdeu, recentemente, o credenciamento da CAPES. Apesar de haver grande número de teses orientadas, a perda do credenciamento ocorreu em função da baixa produção pelos padrões da Capes, segundo informações prestadas pela coordenadora do programa, professora Ingrid Sarti.

⁴⁵ Este argumento pode ser estendido para outros cursos.

⁴⁶ Em reunião de 11 de novembro de 2008, o Conselho Deliberativo do IE decidiu que a instituição não participará do novo curso de relações internacionais da UFRJ. Isto ocorreu após a conclusão da primeira versão deste estudo. Na medida em que há risco de o IE se envolver em projetos similares, cabe manter esta parte do trabalho.

a criação de uma área de concentração em Economia Internacional no programa de pós-graduação do IE. Nessa área, a disciplina de Economia Política Internacional é parte de um conjunto orgânico de disciplinas.⁴⁷

⁴⁷ Para uma proposta didática relativa à Economia Política Internacional, ver Reinaldo Gonçalves, *Economia Política Internacional. Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005, cap. 1, Apêndice, p. 24-28.



Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais no Departamento de Economia da PUC-RIO

Roberto Magno Iglesias¹

Ana Carolina Areias²

1. Introdução

O Departamento de Economia é um dos oito departamentos que formam o Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Criado em 1963, tornou-se, a partir do final dos anos setenta, um dos mais conceituados centros de ensino e pesquisa em economia da América Latina, estabelecendo uma rede de pesquisa e intercâmbio acadêmico com centros conceituados de países latino-americanos e logrando a admissão de seus mestres nos programas de doutorados das mais importantes universidades americanas e européias.

Atualmente o Departamento mantém um programa de graduação, e dois programas de pós-graduação: o mestrado – criado em 1978- e o doutorado – implementado a partir de 1993. Os programas de pós-graduação têm sólidos vínculos com a academia dos países desenvolvidos e da região. Seus mestres e doutores são considerados de padrão internacional no mundo acadêmico ou no mercado de trabalho.

¹ Professor Agregado do Departamento de Economia da PUC-RIO e Diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES).

² Economista da PUC-RIO e mestranda em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RIO. Economista do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES).

O Departamento realiza atividades de pesquisa em diversos campos da economia, combinando relevância e qualidade, com grande influência na formulação de políticas públicas. Os recursos públicos - domésticos e internacionais - investidos em pesquisa geraram resultados positivos para o funcionamento da economia brasileira. O desenho e implementação do Plano Real e a implementação do regime de metas de inflação, decisivos para a estabilidade econômica do Brasil, são dois exemplos de formulação de política econômica em que houve participação decisiva de professores e economistas vinculados ao Departamento. Professores, ex-professores e economistas vinculados ao Departamento ocuparam posições relevantes no Ministério de Fazenda e no Banco Central após o retorno à democracia.

A produção acadêmica do Departamento é normalmente apresentada nos Textos para Discussão (TD) e é posteriormente publicada em capítulos de livros ou artigos de revistas acadêmicas nacionais ou estrangeiras. As teses de mestrado e doutorado, muitas das quais foram premiadas, ilustram também a produção acadêmica do Departamento e são, sem dúvida, reflexo das distintas fases da evolução da discussão de idéias dentro da instituição. Recentemente, alguns professores do Departamento se transformaram em colunistas regulares de importantes meios de comunicação, nos quais publicaram suas opiniões sobre problemas conjunturais da economia e da política econômica do país.

Para analisar a pesquisa do Departamento em Relações Econômicas Internacionais (REI), utilizaram-se a coleção dos últimos vinte anos dos Textos para Discussão - um guia certamente incompleto, pois parte da produção acadêmica não foi publicada como texto- e as páginas individuais de alguns dos professores, material que se encontra disponível na página *web* do Departamento³.

Alem desta introdução, o capítulo está organizado em quatro seções. A segunda seção apresenta a evolução da pesquisa em REI no Departamento, organizada por temas. Procurou-se, em cada um deles, ressaltar os aspectos centrais de seus resultados e sua vigência para a discussão atual em matéria de REI. A terceira seção descreve as parcerias de pesquisas com outras instituições nacionais e estrangeiras. A quarta seção discute a importância do programa de pesquisa da instituição, suas lacunas e necessidades de desenvolvimento futuro. A quinta seção fecha o trabalho com alguns comentários finais.

³ O Anexo I lista os Textos para Discussão em REI e o seu destino final de publicação. Nas páginas dos professores Marcelo de Paiva Abreu, Gustavo Franco, Márcio Garcia e Ilan Goldfajn, podem-se encontrar textos da área de REI - também utilizados para esta pesquisa - e a forma de publicação final.

2. A evolução da pesquisa em REI na instituição

A pesquisa em matéria de REI do Departamento nos últimos vinte anos pode ser organizada em diversas áreas temáticas, tais como: negociações comerciais; impactos do investimento direto estrangeiro; política comercial e desenvolvimento econômico; efeitos econômicos e distributivos da liberalização comercial; fluxos financeiros e controle dos movimentos de capital; renegociação da dívida externa e arquitetura financeira internacional; história das relações econômicas internacionais do Brasil; formação do preço de commodities; coordenação macroeconômica em processos de integração regional; assim como diversos tópicos do campo da macroeconomia de economias abertas – por exemplo, os efeitos de crises de liquidez internacional sobre a economia doméstica e o *pass through* da desvalorização para os preços domésticos.

A análise da evolução e dos impactos das negociações comerciais regionais e multilaterais foi a questão que permaneceu com mais regularidade ao longo destes vinte anos, certamente pela permanência de Marcelo de Paiva Abreu no Departamento, ainda que a produção nesta década seja quantitativamente menor do que foi na década passada. Os efeitos dos movimentos internacionais de capital são outra linha de pesquisa ativa, conduzida por Márcio Garcia.

Finalmente, o Departamento tem uma linha de discussão sobre diversos aspectos da história das relações econômicas internacionais do Brasil, por conta dos trabalhos de Marcelo de Paiva Abreu e Gustavo Franco.⁴

A seguir, descrevem-se, de forma resumida e estilizada, as principais características e resultados das pesquisas do Departamento nas áreas mais importantes de Relações Econômicas Internacionais.

2.1 Negociações comerciais

(i) Rodada Uruguai

O Departamento teve importante produção relacionada com a análise da posição brasileira no âmbito do GATT e da OMC e das questões relevantes nas negociações multilaterais⁵. Na análise das negociações multilaterais, que

⁴ Winston Frisch também contribuiu nesta linha de pesquisa quando integrava o quadro permanente do Departamento.

⁵ Ver, por exemplo, textos para discussão nº 187, 188, 189, 280, 311, 331, 392, 419, 457 e Abreu (2007), capítulo 4.

surgiu no início da Rodada Uruguai, três temas podem ser destacados: as dificuldades de acesso das exportações brasileiras aos mercados dos países desenvolvidos, inclusive as questões de barreiras não tarifárias (BNTs) e o protecionismo agrícola; os benefícios e custos do tratamento, em conformidade com as regras da OMC, de temas que não sejam o comércio de bens; e a dificuldade brasileira de construir alianças pela natureza diversificada de seus interesses comerciais.

Em relação ao primeiro dos três temas, Abreu e Fritsch (TD 187) avaliaram os impactos das barreiras não tarifárias dos países desenvolvidos sobre as exportações brasileiras e concluíram que as BNTs eram o principal problema. Segundo os autores, o Brasil sofria com problemas de acesso a mercado, e não de competitividade. É interessante a discussão de cada um dos principais problemas de acesso; pois, em primeiro lugar, os autores mostraram que cada barreira tinha impacto bem diferenciado sobre os volumes exportados pelo Brasil. Por exemplo, enquanto dumping era um tópico central para o Brasil e a escalada tarifária afetava a diversificação da pauta exportadora, o efeito do protecionismo agrícola, se bem que negativo em termos líquidos para a economia brasileira, apresentava variações segundo os produtos. Em segundo lugar, a falta de sentido ou a ambiguidade de algumas barreiras para nossas exportações condicionava a participação brasileira em coalizões amplas de países em desenvolvimento.

O tema das exportações de manufaturados do Brasil e de outros países em desenvolvimento voltou a ser analisado no final da Rodada por Abreu (TD 331). O autor nota que as reduções tarifárias dos países em desenvolvimento para importações de países desenvolvidos foram maiores do que no caso das tarifas dos países desenvolvidos para importações provenientes de países em desenvolvimento e assinala outras assimetrias desfavoráveis para os países em desenvolvimento. Mas a preocupação central de Abreu era que muitas das medidas relevantes para o comércio de manufaturas – salvaguardas, medidas compensatórias e ações *antidumping* – dependeriam de como os acordos logrados seriam implementados e de como os países desenvolvidos fariam funcionar o sistema multilateral.

Em relação aos temas chamados de novos naquele momento, isto é, serviços, propriedade intelectual relacionada com o comércio (TRIPS) e medidas de investimento relacionadas com o comércio (TRIMS), Abreu e Fritsch (TD 187 e 188) justificaram a resistência brasileira à sua inclusão na Rodada com diversos argumentos. Em primeiro lugar, pouco se conhecia

sobre os efeitos econômicos da liberalização nessas áreas. Em segundo lugar, a agenda se concentrava em serviços intensivos em capital e deixava de lado serviços intensivos em trabalho que podiam ser de interesse dos países em desenvolvimento. Estavam também excluídos outros temas de interesse dos países em desenvolvimento, tais como o direito de acesso à tecnologia nos países desenvolvidos e a regulação das atividades das multinacionais.

De acordo com Abreu e Fristch (TD 187), o Brasil tinha pouco a ganhar em serviços e com os novos temas e muito a ganhar com a remoção da agenda comercial inacabada. Os maiores interesses ativos eram: a redução das tarifas dos produtos primários processados, a eliminação do protecionismo agrícola e a diminuição das barreiras não tarifárias que afetavam as exportações de manufaturados, como salvaguardas, *antidumping* e medidas compensatórias. Segundo a avaliação dos autores, a eliminação das barreiras não tarifárias teria um efeito maior que a eliminação das tarifas.

Abreu e Fristch (TD 187) entendiam que a natureza diversificada dos interesses brasileiros na Rodada, como resultado da natureza de suas exportações e interesses comerciais, dificultaria a participação em grandes coalizões negociadoras de países em desenvolvimento. Isso poderia afastar o Brasil de coalizões tradicionais, como o G-77, e levá-lo a participar de novas coalizões de países em desenvolvimento mais avançados, como o G-10 – que foi ativo na discussão em relação a serviços – ou o grupo de Cairns, grupo de países desenvolvidos e em desenvolvimento contra o protecionismo agrícola. No tema agrícola, a aliança com o G-77 era difícil, pois a maioria dos membros do grupo era importador líquido de alimentos e favorável às políticas de apoio à agricultura que resultavam em preços internacionais baixos.

Outras dificuldades se adicionaram para a construção da posição brasileira na Rodada Uruguai. Para Abreu (TD 311, pag. 20-22), a posição negociadora brasileira foi “enfraquecida pela vulnerabilidade financeira do país desde o final da década de 70”, a estagnação econômica dos anos 80, que “estimulou o re-exame das vantagens líquidas da adoção continuada do modelo de substituição de importações”, e a escolha de setores estratégicos, que gerava “altos custos em termos da deterioração das relações bilaterais, especialmente com os EUA”. Sua análise concluiu que a “perda de credibilidade do Brasil necessariamente reduziu drasticamente o leque de alternativas disponíveis para a condução da política econômica externa”. Dado esse poder de barganha limitado, o Brasil deveria buscar a preservação do sistema e das disciplinas multilaterais.

(ii) ALCA

Em trabalhos produzidos entre 1993 e 2005⁶, Abreu analisou a tentativa de integração hemisférica e a negociação para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Abreu (TD 371, pág.1) avaliou que a negociação seria difícil, pois a maioria dos países negociadores tinha divergências quanto à forma e ao conteúdo das negociações, sendo que as duas maiores economias do bloco proposto –Estados Unidos e Brasil - ocupavam as “posições extremas do espectro”.

O Brasil preferia negociar como parte do Mercosul, adotar um cronograma de integração lenta e gradual composta de três etapas: a primeira etapa previa a facilitação de negócios, a segunda se dedicaria à harmonização de normas e, apenas na terceira etapa, seria liberalizado o acesso a mercados entre os sócios. O Brasil também se mostrava avesso à inclusão de normas trabalhistas e temas de meio ambiente. Os temas de maior interesse para o Brasil - normas técnicas, subsídios agrícolas e solução de controvérsias - deviam ser os primeiros a serem negociados, enquanto temas como propriedade intelectual, política de concorrência e compras governamentais deveriam ser deixados para o final. Em todos esses pontos, a posição americana era quase o extremo oposto. A solução negociada para contornar esse impasse, um acordo de geometria variável, foi considerada por Abreu (TD 468) como uma solução pouco factível, pois desencadearia facilmente uma estratégia de negociação ‘olho por olho’ entre o Brasil e os EUA.

Mas, de acordo com Abreu (TD 296), uma zona de livre-comércio (ZLC) se justificava pelo fato de o Brasil ser, de todos os países latino-americanos, o que mais enfrentava tarifas e barreiras não tarifárias nos EUA. Ainda, como a elasticidade-preço das exportações brasileiras era alta, a diminuição das barreiras aumentaria o valor exportado.

Contudo, a diversidade geográfica da pauta exportadora brasileira, aliada ao fato de que a importância dos EUA como mercado para as exportações brasileiras vinha decaindo desde 1984, levou Abreu (TD 296, p. 40) a concluir que o Brasil tinha interesse limitado na integração regional, sendo mais importantes as negociações no plano multilateral. Também, dada a grande participação das importações advindas da União Europeia, era provável que

⁶ Textos para discussão nº 296, 325, 371, 457, 468, 494 e de Paiva Abreu (2007), capítulos 2 e 3.

uma ZLC com os EUA teria o efeito nocivo de causar desvio de comércio: as importações americanas deslocariam produtores estrangeiros mais eficientes, o que poderia até incitar uma retaliação pela União Europeia.

Apesar disso, Abreu (TD 325) argumentou que não pertencer à ALCA representaria altos custos para o Brasil, devido à importância dos países latino-americanos como destinos para as exportações de manufaturas brasileiras. Uma ALCA sem o Brasil significaria o deslocamento de exportações brasileiras por produtos americanos.

Abreu (TD 468 e 494) identificou, na economia política da proteção no Brasil e nos Estados Unidos, os maiores empecilhos para a integração hemisférica. No Brasil, as tendências protecionistas tinham longa tradição— produto da época em que o Brasil era dominante no mercado mundial de café e os custos da proteção podiam ser repassados para o consumidor estrangeiro – e eram alimentadas pela não consolidação da abertura econômica, iniciada só a partir dos anos 1980 e que sofreu parcial reversão em meados dos anos noventa. Do lado americano, os *lobbies* protecionistas tinham peso importante na elaboração da estratégia comercial, utilizando sua influência para impor restrições à renovação da Autoridade de Promoção Comercial pelo Congresso, garantir a renovação do *Farm Bill* e o aumento dos subsídios agrícolas. Os *lobbies* também foram atuantes na decisão de impor direitos antidumping sobre as importações de aço, que, entre outros países, afetava o Brasil. Abreu lembra que, apesar de a tarifa média dos EUA estar entre as menores do bloco, a sua alta variação decorria da existência de “picos” tarifários sobre produtos tidos como “sensíveis”, tais como: tabaco, calçados, têxteis e vestuário, laticínios e vários produtos agrícolas.

Avaliando as perspectivas de conclusão da ALCA em 2001, Abreu (TD 457, p.12-13) concluiu que eram “pouco animadoras”, pois os “EUA vivem a ilusão de que a estratégia do ‘*something for nothing*’ tem possibilidade de vingar”. Para Abreu (TD 457), a ALCA só seria viável politicamente para o Brasil no caso de os Estados Unidos fazerem concessões significativas em temas de interesse brasileiro, como subsídios agrícolas, medidas antidumping ou acesso a mercados, temas que os EUA insistiam em reservar para tratamento apenas no âmbito multilateral. A ascensão de vários governos nacionalistas em diversos países latino-americanos não ajudou a causa. Ao contrário, acirrou a resistência política já existente a uma maior integração com os EUA.

(iii) Rodada Doha

Em contraste com a produção substancial sobre a Rodada Uruguai e a ALCA, as negociações multilaterais no âmbito da Rodada Doha receberam menos atenção por parte do departamento de Economia da PUC. A análise sobre o andamento das negociações foi feita por Marcelo de Paiva Abreu, não na forma de artigos acadêmicos, mas através das suas publicações quinzenais no jornal O Estado de São Paulo, nas quais avaliou criticamente a política externa econômica e a diplomacia comercial brasileira na OMC.

A postura brasileira ao longo das negociações foi caracterizada por Abreu (27 de julho de 2008) como de “eventual inflexibilidade”, em que a rigidez brasileira se originava de pressões protecionistas domésticas e dos compromissos com seus aliados na negociação multilateral. No plano doméstico, a manutenção do protecionismo sobre produtos industriais era justificada por uma suposta desindustrialização decorrente da taxa de câmbio valorizada. Para Abreu (27 de março de 2006 e 7 de maio de 2007), a decisão de aumentar as tarifas de importação sobre calçados e vestuários não só não se justificava, como também enfraquecia a credibilidade do Brasil na OMC “para desempenhar de forma convincente o papel de defensor da liberalização agrícola”. Seriam mais adequadas “políticas de reconversão industrial, de inovação e de estímulo a competitividade”.

No plano externo, a diversidade de interesses entre os parceiros do Brasil dificultava qualquer aliança duradoura. O Brasil tentava conciliar compromissos com a Argentina, que se encontrava a caminho de outra crise econômica e resistia a maiores cortes na Tarifa Externa Comum (TEC), e com os parceiros estratégicos do G-20, China e Índia, que procuravam manter a proteção tanto sobre as manufaturas como sobre os produtos agrícolas.

Na reflexão do Departamento sobre as negociações comerciais internacionais, podem-se identificar dois temas sempre presentes e que permanecem vigentes no delineamento da estratégia comercial do Brasil: a importância da análise das barreiras não tarifárias para melhorar o acesso das exportações brasileiras, principalmente nos países desenvolvidos, mas não exclusivamente, e a dificuldade de configurar alianças na negociação, devido à diversidade da estrutura de produtos e destinos das exportações brasileiras e dos interesses comerciais dos aliados, resultantes de escolhas da política externa.

2.2 Investimento direto estrangeiro

Fristch e Franco (TD 185, 195, 203 e 206) analisaram as tendências globais do investimento direto estrangeiro (IDE) e as características e perspectivas desse investimento no Brasil. Boa parte dessa análise foi feita no contexto das tendências do investimento externo da época e, portanto, perdeu relevância para a discussão atual, mas duas idéias dessa análise merecem ser resgatadas, pois permanecem importantes nos dias de hoje.

Primeiro, apesar de as características do país e de suas políticas serem centrais para a orientação do comércio e sua estrutura exportadora, o investimento estrangeiro direto tem um impacto direto nessa orientação e nas possibilidades de diversificação da estrutura exportadora de uma economia. Segundo, o Brasil deve aproveitar as tendências vigentes do comércio e do investimento direto para moldar sua política comercial e industrial, de maneira a extrair os maiores benefícios dessas tendências. A política de atração de investimentos, assim como a política industrial e comercial, é normalmente influenciada pelas tendências do IED e deve ser formulada nesse contexto. Em poucas palavras, a análise de Fristch e Franco procurou mostrar que o comportamento das multinacionais são determinantes exógenos das políticas comerciais e dos padrões de comércio de um país.

As multinacionais planejam suas atividades globalmente, portanto esse investimento pode moldar a fronteira de possibilidades de produção de uma economia, afetando o estoque de capital da economia doméstica, o movimento de fatores, especialmente capital e tecnologia, os padrões de comércio e investimento e as relações entre os países receptores e as multinacionais. Os investimentos estrangeiros geram consequências positivas sobre a produtividade industrial e ampliam os canais de comercialização externa, com impacto não desprezível sobre o desempenho das exportações do país receptor.

Nos anos oitenta e noventa, o Brasil precisava de investimentos para criar oferta exportável, de maneira a aliviar a restrição de divisas resultante dos serviços da dívida. Para Fristch e Franco, os padrões de investimento globais da época podiam oferecer um caminho de saída para um ajuste frente à dívida externa, gerando recursos externos e promovendo uma limitada liberalização comercial, necessária para permitir a produção das plantas localizadas no Brasil. Para os autores, a liberalização comercial, nesse contexto, podia ajudar a aumentar a poupança externa, estimulando o IED

para diversificar a oferta exportável do país, mas era necessário ter acesso a mercados e estabilidade financeira na OCDE.

2.3 Política comercial, política industrial e desenvolvimento

O Departamento teve papel destacado no balanço crítico da experiência de industrialização substitutiva de importações e na discussão das questões referentes à mudança de orientação da política comercial e industrial do Brasil, a partir dos anos noventa.

Em texto sobre as questões da política comercial nos anos noventa, Frisch e Franco (TD 268) sintetizam muito bem o pensamento do Departamento e a natureza da discussão sobre esses temas na época. Basicamente, Frisch e Franco consideravam que a política comercial e industrial em vigor até o final dos anos oitenta era negativa para o crescimento econômico. Eles destacavam três razões para justificar a conclusão.

Em primeiro lugar, a análise normativa do comércio e da industrialização tendia a destacar a importância de fatores como o aprendizado e as economias de escala como base para o desenvolvimento de vantagens comparativas na indústria. Os autores consideravam que os mercados domésticos pequenos e protegidos não constituíam o melhor ambiente para o desenvolvimento desses fatores. Em segundo lugar, os desafios do desenvolvimento para o Brasil tinham mudado. O problema de política comercial e industrial não era mais como poupar divisas, protegendo estabelecimentos industriais para produzir para o mercado doméstico. A questão central de política era como estabelecer um marco adequado para estimular o dinamismo empresarial necessário para capturar as mudanças tecnológicas globais em curso, com o objetivo de diversificar e atualizar a pauta exportadora. Em terceiro lugar, a industrialização devia ser eficiente para promover um crescimento sustentado da produtividade, de maneira a permitir a redução da restrição externa e de poupança na economia e, simultaneamente, melhorar os salários reais e o consumo do governo.

Os dilemas entre a política de estabilização e a política comercial, que estariam presentes na segunda metade dos anos noventa após a implementação do Plano Real, foram discutidos na análise feita por Bonelli, Franco e Frisch (TD 278) das lições da experiência de instabilidade macroeconômica e de liberalização comercial dos anos oitenta e noventa. Segundo os autores, a política cambial futura sofreria uma tensão, pois o nível adequado para manter

o equilíbrio externo e avançar na liberalização comercial entraria em conflito com as necessidades de estabilização. Os autores estavam conscientes de que estabilização sem severo ajuste fiscal exigiria altas taxas de juros e alto diferencial de juros, que induziriam influxos de capital, os quais, por sua vez, gerariam apreciação da taxa de câmbio e consequente aumento da penetração de importações.

Os determinantes do protecionismo e a economia política da proteção no Brasil e em outras economias foram analisados por Abreu (TD 279, 306) e por Abreu, Bevilaqua e Pinho (TD 363, 366).

Abreu (TD 279), após revisar a experiência da política comercial nos anos oitenta, discutiu a dificuldade de se sustentar a liberalização comercial em um contexto de alto endividamento e com restrições de acesso aos mercados dos países desenvolvidos. Observou que as agências multilaterais exigiam dos países endividados como o Brasil esforços unilaterais de liberalização comercial e o cumprimento dos compromissos financeiros externos, sem exigir, com a mesma intensidade, a redução das barreiras comerciais nos mercados dos países desenvolvidos. Essa situação colocava pressão sobre a política cambial, pois a liberalização unilateral nessas condições - sem maior acesso aos mercados dos países desenvolvidos- requereria maior desvalorização da taxa de câmbio real, dificultando a estabilização da economia.

Abreu, Bevilaqua e Pinho (TD 366) analisaram a relação entre substituição de importações e crescimento econômico entre os anos noventa do século XIX e os anos setenta do século passado. Em primeiro lugar, os autores observaram que o alto crescimento econômico no contexto de alta proteção foi possível pela capacidade que os exportadores de café tinham de repassar no mercado internacional os altos custos domésticos resultantes dessa maior proteção e, dessa maneira, manter sua rentabilidade e dinamismo⁷. Os autores assinalam a convergência de interesses entre os exportadores de café e os industriais. A segunda ideia desse trabalho é que, dado o contexto internacional nos anos cinquenta, não havia muito espaço para uma estratégia industrial alternativa à seguida pelo Brasil. Os autores aceitam que a substituição de importações foi oportuna para acelerar o crescimento entre 1940 e o começo

⁷ “The Brazilian coffee sector marginal cost curve was to a very large extent equivalent to the world coffee supply curve. In the long run, the Brazilian price “umbrella”, by making possible the survival of not so efficient competitors, ended up by undermining the Brazilian dominance”(TD 366,pág. 6)

dos anos sessenta, mas deixou de ser um fator do crescimento em meados da década de sessenta, quando a relação importações/PIB chegou a um valor muito pequeno. A partir desse momento, o mercado doméstico e as exportações foram os componentes mais importantes para explicar o crescimento econômico brasileiro. Finalmente, os autores discutem o efeito negativo para o crescimento econômico brasileiro da proteção à indústria de bens de capital no final do período de substituição de importações. Os bens de capital domésticos eram mais caros e menos avançados tecnologicamente que os bens importados equivalentes. Isto elevou a relação capital/produto e dificultou a obtenção de taxas de crescimento elevadas, apesar das altas taxas de poupança e investimento.

Mais recentemente, Abreu (TD 493)⁸ discutiu quais eram as políticas industriais adequadas para a América Latina, e sua análise serve para estruturar a discussão da interação entre política comercial e política industrial. Após análise das experiências dos países paradigmáticos em matéria de crescimento econômico, o autor concluiu que a estabilidade macroeconômica é condição central para o crescimento rápido e sustentado e constatou também que “somente em casos raros houve crescimento significativo e sustentado sem melhora substancial do nível anterior de investimento e da capacidade de poupança”.⁹

No terreno das políticas industriais ou microeconômicas, Abreu enfatizou a importância de se reconhecer que as restrições dos acordos internacionais impedem o uso de muitos instrumentos que foram efetivos no passado, como: acesso preferencial à cobertura cambial, regras relativas a conteúdo nacional de insumos e critérios de desempenho de exportação. Nesse contexto, políticas tecnológicas e regionais e, em geral, políticas horizontais poderiam ser usadas sem gerar ações de parceiros comerciais insatisfeitos.

Abreu entende que há espaço para políticas intermediárias, entre verticais direcionadas a empresas e horizontais, que afetem empresas em setores ou regiões específicas e que reduzam falhas de mercado. Segundo o autor, “é possível pensar em uma longa lista de projetos que geram poderosas externalidades positivas e podem ser particularmente interessantes no contexto de um *cluster*: infraestrutura especializada, questões relacionadas com foco setorial, pesquisas financiadas(...), pesquisas aplicadas (...), ensino técnico e treinamento universitário, tanto no país como no exterior”.¹⁰ Portanto, Abreu

⁸ Uma versão posterior foi publicada em Abreu (2007).

⁹ Abreu, (TD 493, pág. 38).

¹⁰ Abreu, (TD 493, pág. 40).

vê a possibilidade de se combinarem medidas de política industrial vertical, especialmente para corrigir falhas de mercado em temas de ciência e tecnologia, com incentivos regionais. A implementação de “políticas industriais” requer, segundo o autor, “compromisso político” e “debate público para a adoção de políticas racionais”; “reforma profunda de instituições governamentais” e “mobilização integral das instituições de ciência e tecnologia”¹¹.

2.4 Impactos da liberalização comercial

Em vista das grandes mudanças empreendidas na política externa econômica nos anos 1990, foi de interesse da instituição avaliar os impactos da liberalização econômica sobre a economia brasileira¹². Duas dimensões foram alvo de análises: os impactos setoriais sobre o nível de emprego e distribuição de renda e a eficiência bancária.

(i) Efeitos sobre o emprego e distribuição de renda

Amadeo e Camargo (TD 273) analisaram a relação entre a política industrial brasileira adotada até o fim dos anos 1980 e a distribuição de renda entre setores industriais. Os autores conjecturavam que os setores protegidos pela política industrial brasileira usufruiriam rendas de escassez que se refletiriam em maiores margens de lucro e salários em comparação a setores não protegidos.

No entanto, os autores concluíram que os setores que apresentaram crescimento acima da média em termos de lucro e salários não foram aqueles protegidos por barreiras tarifárias, mas os que eram beneficiados por instrumentos não aduaneiros – práticas de licitação do governo, cessão de crédito subsidiado à produção com elevado conteúdo nacional, medidas de incentivo fiscal e crédito às exportações –, ou seja, instrumentos públicos que compunham o programa de substituição de importações. Como a liberalização econômica previa a eliminação de restrições aduaneiras, mas não o desmantelamento dos instrumentos não aduaneiros, o favorecimento desigual de setores e o aprofundamento da disparidade salarial continuariam.

¹¹ Abreu (2007, pág. 217 e 218)

¹² Textos para Discussão 273, 362, 382, 390, 463, 503 e Abreu (2007) capítulo 1.

Gonzaga (TD362) mostrou que a maior competição externa resultante da liberalização comercial, em combinação com o uso de tecnologia poupadora de mão-de-obra, levou à queda do emprego na indústria de 15%, em 1981, para 12,3%, em 1995, e ao aumento de empregos de “baixa qualidade”: empregos informais com baixos salários, baixa produtividade e alta rotatividade. Apesar da estagnação econômica do país e do crescimento do contingente da força de trabalho, a taxa de desemprego no Brasil se manteve estável em torno de 6%, nível baixo até para padrões internacionais. Portanto, o problema do mercado de trabalho no Brasil era qualitativo, e não quantitativo. Adicionalmente, a desigualdade salarial entre mão-de-obra especializada e não-especializada diminuiu, de acordo com Gonzaga, Menezes Filho e Terra (TDs 463 e 503), resultado que ia de encontro à experiência de liberalização de outros países latino-americanos como México e Chile.

Procurando subsidiar a discussão sobre política econômica no país, Gonzaga, Terra e Cavalcante (TD 382) analisaram o efeito das reduções tarifárias no âmbito do Mercosul até 1996 sobre a produção e o emprego industrial brasileiro. Os autores encontraram que os aumentos se concentraram nos setores de produtos químicos, cujos níveis de produção e emprego aumentaram entre 3 e 4% em comparação aos níveis de 1990. Os outros produtos comercializáveis tiveram uma redução de 5,79% e de 5,10% no nível de produção e emprego com relação a 1990, respectivamente. A informação sobre os setores afetados visava contribuir para um melhor planejamento de programas de reajuste setorial.

(ii) Efeitos sobre a eficiência no setor bancário

Bevilaqua e Loyo (TD 390) analisaram a abertura à participação estrangeira no sistema bancário brasileiro. Apesar de que, antes da reforma, a participação de capital estrangeiro no setor bancário brasileiro era comparável à de países como México e Chile, o mercado brasileiro era regido por um regime de entrada muito restritivo, que limitava severamente a possibilidade de expansão das firmas estrangeiras já estabelecidas, assim como a entrada de novos prestadores.

Contrariando todas as expectativas, dada a tradicional postura defensiva do Brasil nos foros multilaterais em questões de serviços financeiros, a abertura unilateral empreendida pelo Brasil permitiu que a participação estrangeira aumentasse de 15% para 21% dos ativos totais do setor bancário e de 30%

para 39% dos ativos totais de bancos privados. Houve também mudança no regime de entrada, permitindo-se o aumento da competição. Ao seguir o caminho da abertura unilateral, os autores argumentavam que o Brasil abriu mão da oportunidade de condicionar o acesso ao setor financeiro a concessões em áreas do seu interesse, como a agrícola.

Entre as várias vantagens que poderiam decorrer da abertura bancária, os autores consideraram como a mais promissória a redução dos custos da intermediação financeira, advinda dos ganhos de eficiência com a modernização do setor. O canal pelo qual a liberalização reduzia os custos era a imposição dos mesmos padrões de eficiência adotados nos países de procedência das firmas estrangeiras, os quais os bancos domésticos tinham que emular; pois, se não o fizessem, corriam o risco de perder clientes. Estimativas apresentadas por Bevilaqua e Loyo (TD 390) demonstravam que, em média, os bancos eram em torno de 20% mais eficientes em 1998 que em 1994. Os maiores ganhos de eficiência se deram nos bancos públicos, seguidos pelos maiores bancos de varejo. Bancos médios e pequenos, que já eram mais eficientes, também apresentaram ganhos, porém menos dramáticos.

2.5 Fluxos financeiros internacionais e controle dos movimentos de capital

Na década de noventa, Carneiro e Garcia¹³, em trabalhos individuais e conjuntos, analisaram as causas da entrada de recursos externos na economia brasileira e seus impactos sobre o desempenho macroeconômico. Coincidiram em identificar que os principais impactos foram: a apreciação da taxa de câmbio real e o aparecimento de um déficit “quase-fiscal”, como resultado dos esforços de esterilização do impacto monetário desses fluxos.

Garcia (TD 357 e 389) analisou as restrições à entrada de recursos que se implementaram a partir de 1993, justamente com o intuito de diminuir os efeitos diretos sobre o desempenho macroeconômico, e também de mudar o perfil dos fluxos, alongando seus prazos. Garcia entendeu que os controles e restrições não foram efetivos em reduzir as entradas de recursos de curto prazo, ainda que tivessem algum tipo de efeito temporário.

A análise sobre a natureza e a efetividade dos controles de capital dentro do Departamento voltou a desenvolver-se na década atual, como resultado

¹³ Ver TD 333, 357, 369, 389

da reaparecimento do debate público sobre o tema após 2003, com a retomada dos fluxos de recursos externos e a consequente valorização da taxa de câmbio real. Franco e Pinho Neto (TD 479) realizaram uma análise da literatura acadêmica sobre os aspectos macroeconômicos envolvidos em modelos e experimentos de liberalização da conta de capitais e um retrospecto da regulamentação cambial brasileira. Franco e Pinho Neto constataram que a postura das organizações internacionais, especialmente do FMI, amadureceu depois das crises externas de 1970 e 1980 na América Latina e daquelas ocorridas nos anos noventa na Ásia, Rússia, Brasil e Argentina. A liberalização da conta de capital passou a ser vista de forma mais cautelosa, avaliando-se os riscos de uma ação mais agressiva e não coordenada de liberalização, e as peculiaridades estruturais e as especificidades institucionais de cada país passaram a ser mais respeitadas.

Na metade da presente década, Garcia foi um dos coordenadores do projeto do *National Bureau of Economic Research* (NBER)¹⁴ sobre mobilidade de capital. Como parte desse projeto, Carvalho e Garcia (TD 516) voltam, com novas técnicas, a enfatizar que os controles de capitais no Brasil, durante a segunda metade dos anos noventa, não foram efetivos, pela natureza sofisticada dos ativos e instituições financeiras, que permitiram operações de evasão dos controles. Comentando o trabalho de Carvalho e Garcia, Franco (TD 517) reitera que as restrições à entrada de recursos externos eram necessárias, dado o contexto de exuberância dos anos noventa e as necessidades da política monetária e cambial. Franco entende que os controles impostos na época foram funcionais para alongar efetivamente os prazos de entrada dos recursos e para limitar a excessiva volatilidade desses movimentos.

2.6 Macroeconomia de economias abertas

O Departamento foi muito ativo na análise dos impactos dos choques externos sobre o desempenho macroeconômico do Brasil. Na década de oitenta, os impactos da dívida no nível de atividade, no investimento, no emprego e na inflação originaram ampla produção do Departamento, da qual

¹⁴ Márcio Garcia coordenou o projeto do NBER junto com Sebastian Edwards. Como resultado do trabalho, Garcia e Edwards editaram o livro “Financial Markets Volatility and Performance in Emerging Markets”, no qual um grupo de expertos analisou o delicado equilíbrio entre mobilidade e controle de capitais.

o livro *Dívida, Recessão e Ajuste Estrutural: o Brasil diante da crise* é exemplo. A preocupação com a maneira de combinar o ajuste fiscal, o pagamento dos compromissos externos e o crescimento com estabilidade motivou a produção de Carneiro, Werneck e Bacha no final dos anos oitenta (TD 202, 221 e 222).

Nos anos noventa, os temas da interação do setor externo com o desempenho macroeconômico doméstico voltaram a estar presentes em diversas vertentes temáticas.

No contexto de preocupação com a estabilização da economia brasileira, discutiu-se muito dentro do Departamento o papel da liberalização comercial na estabilização macroeconômica. Terra (TDI 339) mostra que, em economias com alto endividamento público externo, há uma relação negativa entre grau de abertura e taxa de inflação, pois quanto mais fechada for a economia, maior a depreciação da taxa de câmbio real necessária para gerar o superávit comercial que financie os serviços da dívida externa pública do governo. Quanto maior a depreciação cambial, maior será o valor do imposto inflacionário a ser recolhido.

Gonzaga e Terra (TD 343) estudaram os efeitos da volatilidade da taxa de câmbio real sobre o desempenho econômico com um modelo de equilíbrio geral. Mostraram que a volatilidade da inflação impacta positivamente a volatilidade da taxa de câmbio real e esta impacta positivamente o nível de equilíbrio da taxa de câmbio real. Economias inflacionárias têm maior volatilidade da inflação e da taxa de câmbio real e precisam, portanto, de um maior nível da taxa de câmbio real. A análise empírica do trabalho mostra que a volatilidade da taxa de câmbio real no Brasil está positivamente associada à volatilidade da inflação. Apesar de ser teoricamente possível a associação de volatilidade da taxa de câmbio real com maior nível de equilíbrio dessa taxa, os autores não conseguiram verificar uma associação negativa entre variabilidade da taxa de câmbio real e exportações.

Bevilaqua (TD 378) analisou a relação entre coordenação macroeconômica e integração comercial no Mercosul, particularmente o efeito que a variabilidade da taxa de câmbio real geraria sobre os fluxos intrabloco. Bevilaqua encontrou, na sua análise empírica, uma relação inversa, porém pequena, entre variabilidade da taxa de câmbio real bilateral e os fluxos de comércio.

A experiência de altas taxas de juros reais com déficit fiscal e externo, presentes na primeira fase do plano Real, motivou diversos trabalhos que

buscavam entender os determinantes do desempenho da economia nessa época e a sustentabilidade dessa situação. Carneiro (TD 384), Garcia e Olivares Leandro (TD 409) e Garcia e Didier (TD 441) realizaram esse tipo de análise.

A crise asiática de 1997 e a crise russa de 1998 originaram trabalhos de análise da política monetária que se deve implementar na esteira de uma crise de desvalorização e dos efeitos da desvalorização sobre os preços domésticos. Goldfajn e Gupta (TD 396) mostraram, ao estudarem a experiência de 80 países, que a política monetária pode corrigir a desvalorização nominal e evitar impactos inflacionários apreciando a taxa de câmbio. Goldfajn e Baig (TD 399) discutiram a operação da política monetária dos países asiáticos após a crise de 1997 e não encontraram evidências de política monetária muito restritiva, devido à necessidade de não afetar fortemente o nível de atividade desses países.

Goldfajn e Werlang (TD 423) estudaram a relação entre desvalorização cambial e inflação usando uma amostra de países no período 1980-1998. Eles identificaram que os principais determinantes do repasse da desvalorização aos preços domésticos eram: o estado do ciclo econômico; a extensão da apreciação real da taxa de câmbio antes da alteração da taxa de câmbio; o nível de inflação prévio à desvalorização e o grau de abertura da economia¹⁵.

2.7 História das relações econômicas internacionais do Brasil e da América Latina

Mesmo sendo principalmente *policy-oriented* na área de REI, e procurando sempre produzir conhecimento com o objetivo de amparar a elaboração de políticas públicas, o Departamento teve importante produção sobre a história das relações econômicas internacionais, analisando o lugar do Brasil e da América Latina no sistema econômico mundial ao longo do século XIX e início do século XX¹⁶.

Franco (TD 184) e Franco e Fritsch (TD 286) analisaram a inserção do Brasil na economia internacional durante o padrão-ouro, apontando para a

¹⁵ Os autores deste trabalho foram posteriormente responsáveis, quando diretores do Banco Central, pela implementação do sistema de metas de inflação no Brasil. O trabalho realizado na PUC foi um dos antecedentes para modelar a relação entre taxa de câmbio e preços domésticos nas análises do Banco Central.

¹⁶ Ver textos para discussão n° 184, 192, 193, 194, 201, 240, 286, 305, 403, 472 e 552.

existência de características inerentes ao sistema econômico global que resultavam em uma maior instabilidade nos países periféricos. O grande peso da Grã-Bretanha no comércio e no sistema financeiro mundial fez da libra esterlina a moeda internacional de reserva, permitindo que a política de desconto do Banco daquele país influenciasse o nível, composição e distribuição geográfica da liquidez internacional. Em face da necessidade de ajustar o balanço de pagamentos, países credores como a Grã-Bretanha tinham a possibilidade de fazê-lo através da expansão ou contração das reservas, enquanto os países periféricos, sofrendo de crônica escassez de divisas, passavam por repetidas crises de convertibilidade.

Buscando encontrar lições no passado para enfrentar os dilemas do endividamento externo dos anos oitenta e noventa, Abreu produziu diversas análises sobre a experiência brasileira e dos países latino-americanos como devedores externos (TDs nº 192, 193, 194, 305, 240, 403).

2.8 Análise da dívida e da arquitetura financeira internacional

Bacha (TD 197, 198, 224 e 257) participou ativamente da discussão das opções para a renegociação da dívida externa brasileira no final dos anos oitenta e começo dos anos noventa. Posteriormente, com o reingresso dos países emergentes e do Brasil no mercado financeiro internacional privado, Bacha (TD 298, 299) discutiu as questões de política econômica que esse influxo de capitais poderia gerar para o Brasil e as economias emergentes.

Bevilaqua (TD 344, 346 e 352) pesquisou os determinantes do preço dos papéis da dívida externa dos países no mercado secundário. Bevilaqua mostrou que os pagamentos da dívida externa requerem dois tipos de *resource transfers* na economia: superávits comerciais, para gerar divisas, e, como a dívida externa era praticamente pública, transferência de recursos do setor privado para o setor público. A análise empírica mostrou que os dois tipos de transferências têm um papel na determinação do preço do mercado secundário.

Após a crise asiática de 1997, foram apresentadas para discussão diversas propostas para construir uma nova arquitetura financeira internacional. Godfajn e Valdés (TD 401) analisaram os efeitos das diferentes propostas no contexto dos modelos teóricos de crises de liquidez. Chegaram a um resultado tradicional: um empréstador de última instância reduz a probabilidade de crises de balanço de pagamentos e corridas financeiras, no curto prazo; mas os incentivos perversos desse tipo de solução fazem aumentar a probabilidade

de uma crise de balanço de pagamentos no longo prazo. A participação do setor privado nos pacotes de resgate não parece reduzir a probabilidade de crises, particularmente se os investidores estrangeiros considerarem os resgates uma espécie de seguro amplo.

2.9 Preços de commodities

Ocupando-se de tema importante para um país com uma pauta exportadora com participação importante de insumos não processados, Abreu, Medeiros e Werneck (TD 474) analisaram a vinculação entre os preços domésticos e os preços no mercado internacional das *commodities* transacionadas internacionalmente. Dos 39 casos analisados de *commodities* e países diferentes ao longo do tempo, dependendo do teste estatístico utilizado, entre 26 e 35 casos exibiram alto grau de vinculação dos preços internos com os preços internacionais. Não havia correlação apenas em economias onde o governo intervinha na formação de preços, como no mercado de trigo no Reino Unido, Chile, Turquia e Brasil; mas também nos mercados de commodities industriais na África do Sul e na Turquia e no mercado de cobre no Reino Unido.

Em uma perspectiva mais histórica, Abreu e Fernandes (TD 511) estudaram a capacidade de certos países, grandes exportadores de commodities, de afetar o preço mundial do seu produto exportado através de impostos de exportação ou importação, ou pelo armazenamento seletivo. Os casos históricos analisados - do Brasil no mercado de café, do Chile no caso do salitre e dos Estados Unidos no mercado de algodão antes da guerra - permitiram avaliar em que medida o nível de proteção doméstica determinava o preço internacional do bem em questão. Os autores concluíram que, dado o poder de mercado dos países analisados - como principais produtores dos seus respectivos produtos de exportação -, estes foram bem-sucedidos no repasse dos aumentos de custos domésticos, resultantes da proteção, ao consumidor estrangeiro, ao lograrem o aumento do preço internacional.

Semelhante conclusão sugere a necessidade de revisão da literatura sobre a economia política da proteção, especialmente em se tratando de países latino-americanos, pois as análises existentes não levaram em conta o grande poder de mercado desses países em *commodities* específicas. A tradicional explicação de que a manutenção da alta proteção se devia ao favorecimento político das classes industriais urbanas em detrimento dos interesses agrícolas

não é satisfatória. O trabalho de Abreu e Fernandes (TD 511) explicita que a proteção também servia aos interesses do setor rural, o que era de se esperar dado seu peso econômico e político doméstico.

2.10 China

Em janeiro de 2005, Abreu (TD 491) discutiu a emergência da China na economia global e seu impacto sobre o Brasil, com ênfase nos efeitos sobre o comércio brasileiro e os fluxos de capital internacional, e analisou as respostas dos setores públicos e privados diante do novo desafio chinês.

De acordo com o autor, as exportações brasileiras destinadas à China aumentaram significativamente desde 2000, chegando a representar 6% das exportações brasileiras totais em 2003, em comparação com uma média anual histórica de 2%. As exportações têm-se concentrado majoritariamente em algumas commodities, grãos e óleo de soja, minério de ferro, minério de ferro em pelotas e celulose. O rápido crescimento do mercado chinês também beneficiou as exportações brasileiras de produtos de ferro e aço.

Ao analisar as perspectivas futuras para o comércio brasileiro com a China, Abreu (TD 491) identificou potencial de amplo crescimento no consumo per capita chinês de óleo de soja, assim como de carne bovina, de aves e suína e de suco de laranja. O aumento da demanda por produtos como material de transporte e *software* também é previsto. Ainda: se as exportações brasileiras de etanol aos Estados Unidos não enfrentassem barreiras, o milho americano poderia ser exportado para a China em vez de ser utilizado para produzir etanol de maneira menos eficiente que no Brasil.

Abreu (TD 491) argumenta que a indústria de aço chinesa se consolidará como uma exportadora de peso até 2010, representando uma ameaça aos exportadores de aço atuais. Porém, a China deve continuar dependente de importações de minério de ferro de alto grau, beneficiando o Brasil, hoje o maior exportador de minério de ferro no mercado mundial - estima-se que o investimento de produtores de aço chineses no Brasil deve aumentar em 35%.

Devido a similaridades nas pautas exportadoras dos dois países, as exportações brasileiras e chinesas competem em mercados terceiros. Em consequência, produtos brasileiros são deslocados por bens chineses produzidos de forma mais eficiente. No mercado norte-americano, entre 1990 e 2003, as exportações chinesas aumentaram sua *market share* de 3,1% para 10,1%, enquanto o *market share* brasileiro declinou de 1,6% para

1,2%. A competição com a China se estende também ao campo dos fluxos de capitais, pois esta deve atrair cada vez mais capital estrangeiro que, de outra maneira, seria investido em outros países emergentes, entre os quais o Brasil.

Para Abreu (TD 491), a emergência da China apresenta novos desafios para os atores públicos e privados brasileiros; no entanto, também apresenta oportunidade de aprendizado. Em particular, Abreu (TD 491) defende que deveríamos emular a China na sua política de fomento à tecnologia, pois a capacidade de inovação tecnológica é uma importante variável que impulsiona seu crescimento.

3. Parcerias de pesquisas com outras instituições nacionais e estrangeiras

O Departamento desenvolveu parcerias com diversas instituições nacionais e estrangeiras para o desenvolvimento dos programas de pesquisa que acabam de ser resenhados.

As linhas de pesquisa em REI, que surgiram nos últimos vinte anos, estiveram associadas à presença, no Departamento, de determinados professores-pesquisadores, às necessidades da discussão econômica do momento e à disponibilidade de financiamento -nacional e internacional -, normalmente associada a essa discussão. Apesar de ser um departamento com sólidos vínculos com a academia externa¹⁷ e com organismos internacionais, a escolha de temas na área de relações econômicas internacionais sempre foi motivada pelas necessidades da discussão econômica doméstica. Exemplos da associação entre necessidades da discussão de política econômica e financiamento externo associado foram a produção em temas de renegociação da dívida externa, negociações comerciais, política comercial e tópicos de macroeconomia de economia aberta.

Numerosas instituições estrangeiras financiaram os projetos que deram origem aos Textos para Discussão analisados. Por exemplo, o Banco

¹⁷ Normalmente, os vínculos com a academia externa estão relacionados com a instituição de doutorado dos professores e com a natureza da pesquisa a ser realizada. No caso do Departamento, os professores do quadro principal são, na maioria dos casos, doutores por universidades estrangeiras. Adicionalmente, muitos dos professores de tempo parcial obtiveram seu doutorado em universidades estrangeiras. Podemos mencionar dois elementos na natureza da pesquisa do Departamento que geram vínculos externos: a qualidade e as linhas temáticas sintonizadas com a discussão acadêmica internacional nas respectivas áreas.

Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial financiaram trabalhos, apoiaram seminários organizados pelo Departamento e permitiram a participação de pesquisadores da instituição em seminários internacionais na área. Parte da produção em negociações comerciais de Marcelo Abreu foi financiada pelo BID ou produzida durante sua licença sabática de dois anos na instituição. O *National Bureau of Economic Research* organizou, com o Departamento, diversos seminários sobre temas de macroeconomia de economias abertas. Com essa instituição, foi também realizado o projeto sobre a volatilidade dos mercados financeiros internacionais. O *World Institute for Development Economics Research* (WIDER) da Universidade das Nações Unidas (UNU), a Comissão das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) e Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) também financiaram projetos na área de investimentos diretos e negociações comerciais. Recentemente, Marcelo Abreu foi convidado para integrar o Grupo Assessor (*Group of Eminent Persons*) sobre Barreiras Não Tarifárias da UNCTAD. Esse grupo está assessorando a UNCTAD e outras instituições multilaterais em um projeto-piloto conjunto sobre identificação de BNTs e medição dos seus impactos.¹⁸

Muitos dos professores do Departamento foram convidados como professores visitantes de diversas universidades estrangeiras. Na área de REI, por exemplo, Marcelo de Paiva Abreu foi professor visitante, entre outras, da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e do Centro Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, na Inglaterra.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores (IPRI) foram algumas das instituições domésticas que financiaram projetos na área de negociações comerciais ou de investimento direto estrangeiro.

Nos últimos anos, o Departamento tem desenvolvido uma relação de parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e o Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES), como resultado da participação de Marcelo Abreu nos conselhos dessas instituições. Um exemplo dessa relação é a coordenação feita pelo CINDES do caso brasileiro no projeto-piloto sobre BNTs da UNCTAD e outras agências multilaterais.

¹⁸ Para a realização das pesquisas sobre negociações comerciais, o Departamento sempre contou com a colaboração técnica dos funcionários da Organização Mundial de Comércio.

4. Avaliação substantiva do programa de pesquisa da instituição, das suas lacunas e das possibilidades de desenvolvimento futuro

Uma primeira característica da pesquisa em REI no Departamento de Economia foi a abrangência, tendo-se abordado diversos problemas como: a relação comercial entre o Brasil e o resto do mundo; os impactos dos fluxos de capitais; os efeitos do comércio na distribuição de renda; os dilemas da política comercial; as questões da arquitetura financeira internacional; e diversos fenômenos financeiros típicos de uma economia aberta aos fluxos de bens e capitais.

A pesquisa, na sua maior parte, esteve orientada para o desenho ou para a análise de políticas públicas. Dois critérios podem ser utilizados para a avaliação de sua qualidade: a identificação antecipada de problemas relevantes e o sucesso na implementação de ideias e políticas discutidas.

A análise da segunda seção apontou alguns dos problemas relevantes identificados antecipadamente pela produção acadêmica do Departamento. Por exemplo, na área de negociações comerciais internacionais, foram mencionadas duas questões: as barreiras não tarifárias como problema central para a melhora do acesso das exportações brasileiras, principalmente nos países desenvolvidos, mas não exclusivamente, e a dificuldade de configurar alianças na negociação, devido à diversidade da estrutura de produtos e destinos das exportações brasileiras e dos interesses comerciais dos aliados, resultantes de escolhas de política externa.

Existem outros exemplos em que a análise do Departamento conseguiu identificar antecipadamente problemas relevantes para o desenho e a implementação de políticas públicas. Em primeiro lugar, o Departamento discutiu, muito antes de os críticos do Plano Real identificarem a questão, os problemas que a estabilização com âncora cambial combinada com entradas de capitais criaria para a política monetária, a taxa de câmbio real e a liberalização comercial¹⁹. Em segundo lugar, o Departamento discutiu e avaliou medidas de controle ao movimento de capitais muito antes de que essa discussão se generalizasse em meados da presente década²⁰ e fosse apresentada como uma inovação heterodoxa no interior do pensamento econômico.

¹⁹ Sem dúvida, os economistas da PUC-RIO que, como autoridades do Banco Central, foram responsáveis pela administração da taxa de câmbio na segunda metade dos anos noventa estavam conscientes dos problemas e dilemas dessa combinação de política econômica e de suas causas, pois isso tinha sido discutido profundamente dentro do Departamento. Parece claro que, como *policy makers*, privilegiaram o papel estabilizador da taxa de câmbio real.

²⁰ Em realidade, os economistas da PUC-RIO, na condição de *policy makers*, implementaram medidas de controle de capitais e participaram posteriormente do debate sobre a eficácia dessas medidas dentro do Departamento.

Em relação à implementação bem-sucedida de ideias e políticas discutidas, deve-se mencionar que a mudança da política comercial e industrial, implementada no início dos anos noventa, foi intensamente discutida no Departamento. Ademais, muitas dessas ideias foram adotadas na condução da política econômica desses anos. Outro exemplo de sucesso na implementação de idéias discutidas dentro do Departamento é a estabilização pós-desvalorização de 1999. Como mencionado, a política monetária após a crise de desvalorização e o repasse da desvalorização aos preços domésticos foram profundamente discutidos. Três professores do Departamento, que participaram dessa discussão, foram os responsáveis pela utilização dessas ideias, ao participarem da implementação do sistema de metas de inflação no Banco Central e dos esforços de estabilização da economia brasileira após as significativas desvalorizações de 1999 e 2002.

A produção na área de REI do Departamento diminuiu nos últimos oito anos, quando comparada com a do período 1998-2000. Não é fácil explicar esta situação, pois não existe uma causa única.

Em primeiro lugar, houve uma redução dos professores dedicados à produção acadêmica na área de REI. Isto ocorreu porque a totalidade dos professores que ocuparam posições na administração da economia, em diferentes governos democráticos, tinha produção na área de REI, mas não voltou ao Departamento com dedicação exclusiva²¹. Adicionalmente, porque a totalidade dos novos professores contratados pelo Departamento, nos últimos anos, tem focalizado áreas diferentes.

Em segundo lugar, houve uma redução do interesse em alguns temas na área de REI por parte dos pesquisadores e dos financiadores. Claramente, o período 2002-2008 foi de expansão mundial, sem crises externas e com preços de commodities elevados. Muitos dos temas pesquisados pelo Departamento saíram de cena, tais como: crise de liquidez internacional, efeitos da desvalorização sobre os preços domésticos, impactos da liberalização comercial. O tema de negociações comerciais internacionais continuou a ser tratado pelo próprio Departamento e por centros com vínculos intelectuais com o Departamento, como o CINDES²².

²¹ Quase a metade desses professores voltou com dedicação parcial, dando aulas na graduação e no mestrado, mas com menor produção acadêmica.

²² Além de Marcelo de Paiva Abreu ser conselheiro do CINDES, dois professores de dedicação parcial do Departamento são diretores do CINDES. O CINDES realizou uma extensa produção acadêmica em negociações econômicas internacionais e em temas de investimento brasileiro no exterior.

Em terceiro lugar, houve uma redução das fontes disponíveis de financiamento dirigidas ao Departamento neste tema. As fontes domésticas não financiaram nenhuma pesquisa do Departamento em REI após 2003. O BID financiou parte da produção neste período, mas houve uma diminuição de outras fontes internacionais.

O Departamento tem capacidades para analisar diversas áreas de REI, e parece claro que muitas áreas de *expertise* da instituição voltarão à luz, como: arquitetura financeira internacional, impactos da crise de liquidez e políticas para superá-la, acesso aos mercados dos países desenvolvidos, especialmente BNTs, e impactos da desvalorização sobre a inflação e a atividade econômica.

5. Comentários finais

O Departamento teve uma importante produção em REI no período 1988-2008. Os Textos para Discussão na área totalizaram 105, mas 80% dessa produção foi realizada nos 13 primeiros anos, a uma média de quase sete TD acadêmicos por ano. Este desempenho é, sem dúvida, um exemplo de utilização eficiente dos recursos escassos de pesquisa, pois foi atingido com somente um professor com interesse exclusivo na área durante todo o período. Nos primeiros seis anos de análise, mais dois professores concentraram seu interesse quase exclusivamente na área. Adicionalmente, mais onze professores - com permanência variável ao longo do período observado - contribuíram para atingir essa produção, mas eles tinham interesses centrados em outras áreas, como a macroeconomia e a economia do mercado de trabalho.

O Departamento teve sucesso ao antecipar, desenhar e implementar políticas necessárias para resolver problemas em diversas áreas de REI. Por exemplo, todos os problemas da interseção entre setor externo e estabilização dos últimos anos, típicos de uma macroeconomia aberta, foram pensados pelo Departamento, e alguns de seus professores foram encarregados de implementar essas medidas.

A menor produção dos últimos anos – quando comparada com a história da instituição, mas não necessariamente em relação a outros círculos acadêmicos- é resultado de um conjunto de fatores. Sem dúvida, a expansão econômica mundial foi responsável pela menor produção na área. Essa expansão causou a redução do financiamento internacional dirigido ao Departamento, embora seja possível afirmar que a redução do financiamento doméstico teve um papel central.

Anexo I

Textos para Discussão do Departamento Econômico da PUC- Rio na área de Relações Econômicas Internacionais (1988-2008)

Negociações comerciais

0187 - ABREU, M. P.; FRITSCH, W. Obstacles to Brazilian export growth and the present multilateral negotiations, abril 1988, 36p. (publicado em Whalley, John.(ed), Developing countries and the global trading system. vol.2, Ann Arbor: Univeristy of Michigan Press, 1989, p. 179-201).

0188 - ABREU, M. P.; FRITSCH, W. New themes and agriculture in the new round: a view from the south, Abril 1988, 50p.

0189 - ABREU, M. P.; FRITSCH, W. Market access for manufactured exports from developing countries: trends and prospects, abr. 1988, 57p. (publicado em Whalley, John.(ed) Developing countries and the global trading system. vol.1, Ann Arbor: Univeristy of Michigan Press, 1989, p. 112-131).

0208 - FRITSCH, W. The new minilateralism and developing countries. Out. 1988. 31p. (publicado em Schott, J.(ed) Free trade areas and U.S. trade policy. Washington: Institute for International Economics, 1989, p. 337-352).

0280 - ABREU, M. P. O Brasil e o GATT: 1947-1991, maio 1992, 37p.

0295 - ABREU, M. P. Latin America in a changing world trade system, jan. 1993, 38p.

0296 - ABREU, M. P. Brazil-US economic relations and the enterprise for the Americas Initiative. jan. 1993. 47p. (Publicado em Trade Liberalization in the Western Hemisphere. Washington: Inter American Development Bank and Economic Commission for Latin America and the Caribbean. 1995. 502p. p. 393-412.)

0311 - ABREU, M. P. O Brasil na Rodada Uruguai do GATT: 1982-1993, jan. 1994, 26p. (publicado em Gelson Fonseca Jr. and Sérgio H. Nabuco de Castro (orgs.), Temas de Política Externa Brasileira II Vol.1, IPRI, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, pp. 325-353, 1994)

0325 - ABREU, M. P. O NAFTA e as relações econômicas Brasil-EUA, set 1994. 29p. (Velloso, J. P. dos Reis (org). Mercosul e NAFTA. O Brasil e a integração hemisférica. 1995. p. 233-266.)

0331 - ABREU, M. P. Trade in manufactures: the outcome of the Uruguay Round and developing country interest, dez. 1994, 23p. (publicado em Martin, Will; Winters, L Alan (ed). The Uruguay Round and the developing countries. World Bank discussion papers no. 307. Washington: World Bank)

0371 - ABREU, M. P. O Brasil e a ALCA: interesses e alternativas, ago. 1997, 18p.

0392 - ABREU, M.P. Brazil, the GATT, and the WTO: history and prospects, set. 1998, 38p.

0419 - ABREU, M.P. Latin American and Caribbean interests in the WTO, March 2000, 21p. (publicado como capítulo do livro D. Tussie (org) Trade negotiations in Latin America: problems and prospects. Palgrave Macmillan, Basingstoke, 2002).

0457 - ABREU, M. de P. Política comercial brasileira: limites e oportunidades, maio 2002, 22p. (publicado como um capítulo do livro A. Castelar; R. Markwald; L.V. Pereira (orgs) O desafio das exportações, BNDES 2002).

0468 - ABREU, M. P. The political economy of economic integration in the Americas: Latin American interests, dez. 2002, 31p.

0494 - ABREU, M. de P. The FTAA and the political economy of protection in Brazil and the US, jan. 2005.

Investimento direto estrangeiro

0185 - FRITSCH, W. ; FRANCO, G. H. B. Investimento direto: teoria e evidência empírica. jan. 1988. 32p.

0195 - FRITSCH, W. ; FRANCO, G. H. B. Investimento direto: tendências globais e perspectivas para o Brasil. 1988. 43p.

0203 - FRITSCH, W.; FRANCO, G. H. B. Brazilian external adjustment in the 1990s: The role of foreign direct investment. set. 1988. 16p.

0206 - FRITSCH, W.; FRANCO, G. H. B. Foreign direct investment and patterns of industrialization and trade in developing countries: notes with reference to the Brazilian experience. out. 1988. 26p. (publicado em Helleiner, Gerald. Trade policy, industrialization and development: new perspectives. Oxford: Oxford University Press, 1992, p. 197-224 e publicado em espanhol em Desarrollo Económico v. 30, n. 120, p. 523-547, 1991).

0246 - FRANCO, G. H. B. A regulação do capital estrangeiro no Brasil: Análise da legislação e propostas de reforma, nov. 1990. 30p. (publicado

em APEC. Economia brasileira e suas perspectivas. Rio de Janeiro: APEC, 1991, p. 40- 63).

Política comercial, política industrial e desenvolvimento econômico

0219 - FRITSCH, W.; FRANCO, G. H. B. Key issues on industrial promotion: The current Brazilian debate, mar. 1989. 31p.

0229 - FRITSCH, W.; FRANCO, G. H. B. The quest for efficient industrialization in a technologically dependent economy: The current Brazilian debate, nov. 1989. 36p. (publicado em Competition and economic development. Paris: OECD, 1991).

0230 - FRITSCH, W.; FRANCO, G. H. B. Trade policy, MNCs and the evolving patterns of Brazilian trade, 1970-85, nov. 1989, 36p.

0239 - FRANCO, G. H. B. Liberalização: cuidados a tomar, julho 1990. 27p.

0255 - FRITSCH, W.; FRANCO, G. H. B. Trade policy, trade performance and structural change in four Latin American countries. feb. 1991. 89p.

0258 - BONELLI, R. Growth and productivity in Brazilian industries: Impacts of trade orientation, jun. 1991. 38p.

0268 - FRITSCH, W.; FRANCO, G. H. B. Trade policy issues in Brazil in the 1990s, out. 1991, 65p.

0277 - AMADEO, E. J. ; CAMARGO, J. M. Política comercial e distribuição funcional da renda, abr. 1992. 43p. (publicado em Pesquisa e Planejamento Econômico v. 22, n. 1, p.73-100)

0278 - BONELLI, R.; FRANCO, G. H. B.; FRITSCH, W. Macroeconomic instability and trade liberalization in Brazil: Lessons from 1980s and 1990s.. fev. 1992. 47p. (publicado em Bangladesh Development Studies, v. 20, n. 2-3, p. 127-154, 1992).

0279 - ABREU, M. P. Trade policies in a heavily indebted economy: Brazil, 1979-1990. 1992. 39p. (publicado em D. Tussie and D. Glover (eds.), The Developing Countries in World Trade. Policies and Bargaining Strategies, pp.137-154, Boulder: Lynne Rienner, 1993.)

0287 - FRITSCH, W.; FRANCO, G. H. B. Import repression, productivity slowdown and manufactured dynamism: Brazil, 1975-1990. 1992. 35p.

0306 - ABREU, M. P. The political economy of protectionism in Argentina and Brazil, ago. 1993, 15p. (Publicado em P.H. Lindert, John V. Nye and J.-

M. Chevet (eds.), *Political Economy of Protectionism and Commerce, Proceedings [of session] B7 of the Eleventh International Economic History Congress, Università Bocconi, Milan, pp.87-102, setembro 1994.*)

0328 - TERRA, M. C. T., *Multiple equilibria and protectionism.* dez. 1994. 31p.

0338 - AMADEO, E. J. *International trade, outsourcing and labor: a view from the developing countries,* ago. 1995. 38p.

0358 - AMADEO, E. J. *Rentabilidade do setor tradable e geração de empregos,* ago. 1996. 18p.

0363 - ABREU, M. P. BEVILAQUA, A. *Brazil as an export economy, 1880-1930.* dez. 1996, 27p. (publicado em CARDENAS, E.; OCAMPO, J.A.; THORP, R., *An economic history of twentieth century Latin America.* Reino Unido, Ed. Palgrave, v. 1, 2000)

0366 - ABREU, M. P. BEVILAQUA, A.; PINHO, D. M. *Import substitution and growth in Brazil, 1890-1970s.* dez. 1996, 22p. (publicado em CARDENAS, E.; OCAMPO, J.A.; THORP, R., *An economic history of twentieth century Latin America.* Reino Unido, Ed. Palgrave, v. 3, 2000).

0493 - ABREU, M. de P. *Which “industrial policies” are meaningful for Latin America?,* fevereiro 2005, 45p.

Impactos da liberalização comercial

0273 - AMADEO, E. J. ; CAMARGO, J. M. *Liberalização comercial, distribuição e emprego.* Jan. 1992. 38p. (publicado em *Revista de Economia Política* v. 13, n. 4p. 58-76, 1993).

0362 - GONZAGA, G. *The effects of openness on industrial employment in Brazil,* nov. 1996, 23p.

0382 - GONZAGA, G.; TERRA, M.C.T.; CAVALCANTE, J. *O impacto do Mercosul sobre o emprego setorial no Brasil.* dez. 1997, 40p. (publicado em *Pesquisa e Planejamento Econômico,* v. 28, n. 3, p. 323-357, 1998)

0390 - BEVILAQUA, A.S.; LOYO, E. *Openness and efficiency in Brazilian banking.* set. 1998, 39p. (publicado em *Brazil, Mercosur and the Free Trade Area of the Americas.* BID/IPEA, Brasília, v.2, 2000 p. 40-69.).

0463 - GONZAGA, G.; MENEZES FILHO, N.; TERRA, C. *Trade liberalization and evolution of skill earnings differentials in Brazil.* setembro 2002, 33p.

0503 - GONZAGA, G.; MENEZES FILHO, N.; TERRA, C. Trade liberalization and the evolution of skill earnings differentials in Brazil, março 2005. (publicado em Journal of International Economics, 68(2): 345-367, 2006).

Fluxos financeiros internacionais e controle dos movimentos de capital

0333 - CARNEIRO, D. D.; GARCIA, M. G. P. Private international capital flows to Brazil, Mar. 1995. 41p.

0357 - GARCIA, M. G. P.; BARCINSKI, A. Capital flows to Brazil in the nineties: Macroeconomic aspects and the effectiveness of capital controls, Jul. 1996, 30p. (publicado em Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia . Águas de Lindoia. p. 299-316, 1997 e The Quarterly Review of Economics and Finance v. 38, n. 3, p. 319-358, 1998)

0369 - CARNEIRO, D.D. Capital flows and Brazilian economic performance. junho 1997, 32p.

0389 - GARCIA, M.G.P.; VALPASSOS, M.V.F. Capital flows, capital controls and currency crisis: the case of Brazil in the nineties. nov. 1998, 41p. (publicado em Larrain, F. Capital flows, capital controls & currency crises. Latin America in the 1990s. University of Michigan Press, 2000)

0422 - GOLDFAJN, I. The swings in capital flows and the Brazilian crisis, abril 2000, 39p.

0479 - FRANCO, G.H.B.; PINHO NETO, D.M. A desregulamentação da conta de capitais: limitações macroeconômicas e regulatórias. Janeiro, 2004, 54p.

0516 - CARVALHO, B. S. de M.; GARCIA, M.G.P. Ineffective controls on capital inflows under sophisticated financial markets: Brazil in the nineties, maio de 2006. (publicado como National Bureau of Economic Research Working Paper no. 12283, 2006)

0517 - FRANCO, GUSTAVO. Capital inflows into Brazil, 1992-98: the nature and effects of controls and restrictions, abril de 2006.

Macroeconomia de economias abertas

0202 - CARNEIRO, D. D.; WERNECK, R. L. F. External debt, economic growth and fiscal adjustment, ago 1988, 24p. (publicado em português em Pesquisa e Planejamento Econômico v. 20, n.1, p. 1-20, 1990).

0221 - BACHA, E. L. A three gap model of foreign transfers and GPD growth rate in developing countries, apr. 1989. 26p. (publicado em espanhol em *El Trimestre Económico* v. 57, n. especial, p. 41-60, 1990 e publicado em *Journal of Development Economics* v. 32 n. 2, p. 279-296, 1990).

0222 - BACHA, E. L. Debt crisis, net transfer and the GPD growth rate of the developing countries. apr. 1989. 27p. (publicado em português em *Revista Brasileira de Economia* v. 44, n. 3, p. 437-456, 1990).

0339 - TERRA, M. C. T. Openess and inflation: a new assessment, out. 1995. 23p.

0340 - ABREU, M. P., BEVILAQUA, A. S. Macroeconomic coordination and economic integration: lessons for a Western Hemisphere Free Trade Area, nov. 1995. 32p. (publicado em *BID. Americas. Integracion economica en perspectiva*, Bogotá: BID, p. 269-304, 1996).

0343 - TERRA, M. C. T.; GONZAGA, G. Stabilization, volatility and the equilibrium real exchange rate, dez. 1995. 29p. (publicado em espanhol em *CARDENAS, M.; EDWARDS, S. (org) Inflacion, estabilizacion y politica cambiaria en America Latina: lecciones de los anos noventa*) Bogotá: TM Editores, p. 213-242, 1997).

0367 - AMADEO, E. Opening, stabilization and the development prospects for Brazil, dez. 1996, 28p.

0378 - BEVILAQUA, A. Macroeconomic coordination and commercial integration in MERCOSUR. out. 1997, 25p.

0384 - CARNEIRO, D.D. A sustentabilidade dos déficits externos. dez. 1997, 28p.

0395 - BONOMO, M.A.; TERRA, M.C.T. The political economy of exchange rate policy in Brazil, 1964-1997. dez. 1998, 30p, (publicado em *Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia*. ANPEC: Vitória, ES, v. 2 p. 765-782, 1998).

0396 - GOLDFAJN, I.; GUPTA, P. Does monetary policy stabilize the exchange rate following a currency crisis? fev. 1999, 32p.

0399 - GOLDFAJN, I.; BAIG, T. Monetary policy in the aftermath of currency crisis: the case of Asia, 1999, 51p.

409 - GARCIA, M.G.P.; OLIVARES LEANDRO, G.A. O prêmio de risco da taxa de câmbio no Brasil. nov. 1999. (publicado em *Anais do XXI Encontro Nacional de Econometria*, Sociedade Brasileira de Econometria, v.1, p. 464-481, 1999)

0423 - GOLDFAJN, I.; WERLANG, S.R.C. The pass-through from depreciation to inflation: a panel study, abril 2000, 43p.

0438 - GOLDFAJN, I., RIGOBON, R. Hard currency and financial development. Dezembro 2000, 37p.

0441 - GARCIA, M.G.P.; DIDIER, T. Very high interest rates and the cousin risks: Brazil during the Real Plan, dez. 2000, 42p.

0442 - CARNEIRO, D.D.; WU, T. Contas externas e política 0465 - GOLDFAJN, I.; SILVEIRA, M.A. Should government smooth exchange rate risk? junho 2002, 38p. (publicado no Journal of Development Economics v.69, n.2, p. 393-421, 2002).

0507 - LOWENKRON, A.; GARCIA, M. Cousin risks: the extent and the causes of positive correlation between country and currency risks, setembro 2005.

0509 - GARCIA, M.; URBAN, F. O Mercado interbancário de câmbio no Brasil, março 2005 (publicado como capítulo de livro em GLEIZER, D. (coord.) Aprimorando o mercado de câmbio brasileiro. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 2005).

História das relações econômicas internacionais do Brasil e da América Latina

0184 - FRANCO, G. H. B. Assimetrias sistêmicas sob o padrão ouro. jan. 1988. 22p.

0192 - ABREU, M. P. British investment in Brazil: the relevant century, 1850-1950. maio 1988. 33p.

0193 - ABREU, M. P. Brazil as a creditor: sterling balances, 1940-1952. maio 1988. 34p. (publicado em português em Pesquisa e Planejamento Econômico v. 20, n. 2, p. 277-304, 1990; publicado em espanhol em Desarrollo Econômico v. 31, n. 121, p. 29-50, 1991 e publicado em Economic History Review - second series, v. 43, n. 3, p. 450-469, 1990).

0194 - ABREU, M. P. On the memory of bankers: Brazilian foreign debt, 1824-1943. maio 1988. 42p. (publicado em espanhol em El Trimestre Econômico, v. 56, n. 22, p. 193-237, 1989 e publicado em Political Economy, v.4, n.1, p. 45-81, 1988).

0201 - FRANCO, G. H. B. O balanço de pagamentos do Brasil, 1870-1896: novas estimativas, ago 1988. 29p.

0240 - ABREU, M. P. The rewards of good behavior: foreign debt and economic growth in South America 1929-1945, ago. 1990. 34p.

0286 - FRITSCH, W.; FRANCO, G. H. B. Aspects of the Brazilian experience under the gold standard, set. 1992. 24p.

0305 - ABREU, M. P. A dívida pública externa brasileira em francos franceses, 1888-1956, ago. 1993. 12p. (publicado em Revista de Economia Política v. 14, n. 4, 97-109, 1994 e publicado em SUZIGAN, W. História do Brasil contemporâneo. São Paulo: HUCITEC, p. 169-182, 1997)

0403 - ABREU, M.P. Brasil, 1824-1957: bom ou mau pagador? ago. 1999, 40p.

0472 - ABREU, M. de P. Latin America: the external context, 1928-1982, fevereiro, 2003, 59p. (versão revista publicada em Victor Bulmer-Thomas, John H. Coatsworth e Roberto Cortés-Conde, The Cambridge Economic History of Latin America, Volume II. The Long 20th Century, Cambridge University Press, 2006, p. 101-134.)

0552 - ABREU, M.DE P.; MELLO, J.M.P. de; SODRÉ, A. de A. Informational spillovers in the pre-1914 London Sovereign Debt Market, agosto 2007

Análise da dívida externa e da arquitetura financeira internacional

0197 - BACHA, E. L. Capturing the discount: towards a debt facility at the bank and the fund, julho 1988. 21p. (publicado em português em Bresser Pereira, Luiz C. (ed) Dívida externa: crises e soluções. Editora Brasiliense, 1989, p. 117-133).

0198 - BACHA, E. L. Latin America's debt crisis and structural adjustment: the role of the World Bank, julho 1988. 40p. (publicado em CEMLA-Boletim (Mexico) v. 35, n.3, p.117-133, 1989).

0224 - BACHA, E. L. The Brady speech and the debt facility: An evaluation of policy alternatives for Latin America. maio 1989. 27p.

0257 - BACHA, E. L. The Brady plan and beyond: New debt management options for Latin America. may 1991. 39p.

0256 - FRITSCH, W. Latin America in a changing global environment. feb. 1991. 43p. (publicado em português em Contexto Internacional v. 13, n.1, 1991)

0298 - BACHA, E. L. Selected international policy issues on private market financing for developing countries. fev. 1993. 19p

0299 - BACHA, E. L. Latin America's reentry into private financial markets: Domestic and international policy issues. fev. 1993. 25p. (publicado em Revista Brasileira de Economia v. 48, n. 4, p. 47-70, 1994).

0344- BEVILAQUA, A. S. Dual resource transfers and the secondary market price of developing countries' external debt. dez. 1995. 26p.

0345 - TERRA, M. C. T. The Brazilian debt renegotiation: a cure for overhang? dez. 1995. 16p.

0346 - BEVILAQUA, A. S. Dual resource transfers and interruptions in external debt service. dez. 1995 35p.

0352 - BEVILAQUA, A. S. Public external debt and dual resource transfers. fev. 1996. 27p.

0400 - GOLDFAJN, I.; BAIG, T. Financial market contagion in the Asian crisis. 1999, 55p. (publicado em IMF Staff Papers, v. 46, n. 2, p. 167-195, 1999).

0401 - GOLDFAJN, I.; VALDÉS, R.O. Liquidity crises and the international financial architecture, julho 1999, 28p.

0412 - MONTEIRO, A.M.D.; CARNEIRO, D.D.; PEDREIRA, C.E. The application of clustering analysis to international private indebtedness, dez. 1999, 12p.

0420 - BAIG, T.; GOLDFAJN, I. The Russian default and the contagion to Brazil. março 2000. 49p. (publicado em Stijn Claessens; Kristin Forbes. International Financial Contagion. Kluwer Academic Publishers, p. 268-299, 2001).

0484 - GARCIA, M.G.; RIGOBON, R. A Risk management approach to emerging market's sovereign debt sustainability with an application to Brazilian data, março 2004, 23p.

0454 - ABREU, M. de P. Keynes e As Conseqüências Econômicas da Paz. abril 2002, 20p. (Prefácio à edição brasileira de J.M. Keynes "As conseqüências econômicas da paz", São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002)

Preços de commodities

0474 - ABREU, M. de P.; MEDEIROS, M.C.; WERNECK, R.L.F. Formação de preços de commodities: padrões de vinculação dos preços internos aos externos, abril 2003, 51p.

0511 - ABREU, M. de P.; FERNANDES, F.T. Market Power and Commodity Prices: Brazil, Chile and the United States, 1820s-1930, dezembro 2005

China

0491- ABREU, M. de P. China's emergence in the global economy and Brazil, janeiro 2005, 36p.

Bibliografia

Abreu, M. P. (2007), "Comércio Exterior: Interesses do Brasil", Editora Campus, Rio de Janeiro.

Edwards, S. and Márcio G.P. Garcia, (ed.), (2008), "Financial Markets Volatility and Performance in Emerging Markets, National Bureau of Economic Research Conference Report.

Franco, G.H. B. (1999), "O Desafio Brasileiro. Ensaio sobre Desenvolvimento, Globalização e Moeda", Editora 34, São Paulo.

A Economia Política do Desenvolvimentismo Exógeno em Pernambuco no Quadro das Relações Econômicas Internacionais Recentes: Linhas de Pesquisa, Parcerias e Perspectivas

*Thales Castro*¹

*“Quando olho para a terra
Ela cresce e se alarga...”*

Fernando Pessoa *in* Poesia 1902-1917²

I. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Quase um século separa o olhar do poeta português acima – parte de uma estrofe datada de outubro de 1915 – da realidade internacional de redefinição das fronteiras de hoje. Em um momento particular de efervescente produção literária, Fernando Pessoa retrata, com sensibilidade aguda, sua visão, muito apropriadamente aplicável ao momento hodierno, de expansão do significado do termo “terra” – objeto de múltiplas interpretações. A “terra” retratada por Pessoa se alarga, atualmente, de forma vigorosa, intensa e recorrente. As transformações são percebidas em tempo real em razão da

¹ Bacharel e Mestre em Relações Internacionais e em Economia (*minor*) pela Indiana University of Pennsylvania, EUA. Doutor em Ciência Política pela UFPE. Após o doutorado, realizou estudos na Texas Tech University School of Law (1L). Coordenador e professor do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professor e coordenador do Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas. É co-autor do livro *Brasil e EUA no Novo Milênio* pela Editora UFPE/NEA (2004). Autor dos livros *Elementos de Política Internacional: redefinições e perspectivas* (2005) e *Conselho de Segurança da ONU: unipolaridade, consensos e tendências* (2007) - ambos pela Juruá Editora. É organizador do livro *Debates Políticos e Econômicos Contemporâneos: a interdependência local-global* (2008). É pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Instituições Coercitivas e Criminalidade (NICC) e do Núcleo de Pesquisas sobre Política Internacional (NEPI) da UFPE além do grupo de pesquisa *Desenvolvimento econômico e sustentabilidade* da UNICAP.

² Cf. PESSOA, Fernando. *Poesia 1902-1917*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006. p. 341.

transnacionalidade não somente ocasionando redefinições da nova geografia econômica internacional com o “fim da história” de Fukuyama ou o “fim do Estado” de Ohmae, mas, principalmente, pelas evidências da complexa interdependência local-global³ que demandam, cada vez mais, estudos pontuais sobre os impactos, os desdobramentos e as problemáticas da ampliação e interligação dos mercados por meio da lógica competitiva do volátil capitalismo global.⁴

A “terra” aqui compreende, em específico, o Estado de Pernambuco em seu presente momento de dinamismo econômico em virtude dos investimentos estruturadores que estão sendo executados. As estratégias de transformação produtiva com equidade – base do novo pensamento cepalino durante a última década – foram concebidas a partir do final dos anos noventa por meio de um desenvolvimentismo exógeno com promoção das exportações com base na atração de maciços investimentos públicos e privados, nacionais, estaduais e estrangeiros.

A ampliação e modernização em setores estratégicos com centralidade para a infraestrutura aero-rodoviária⁵ e para ampliação do polo de Suape, integrando-o a outros polos como o gesseiro do sertão do Araripe no arco ocidental do Estado, o polo de fruticultura irrigada no sertão do São Francisco além do polo de tecnologia com o Porto Digital no Recife Antigo, constituem elementos centrais desta terra que “cresce e se alarga”. Esse alargamento de fronteiras e de oportunidades tem gerado um círculo virtuoso com aumento das cadeias produtivas nos setores da agroindústria

³ Em nosso livro *Debates políticos e econômicos contemporâneos: a interdependência local-global* Recife, Livro Rápido Editora, 2008, propõe-se analisar, de forma crítica e reflexiva, os muitos recortes da aplicação de modelo de interdependência complexa (modelo de Nye-Keohane presente na obra maiúscula *Power and Interdependence*) tendo como foco o Estado de Pernambuco na lógica das relações econômicas internacionais contemporâneas.

⁴ No próximo item, iremos detalhar, à guisa de apresentação do quadro metodológico e conceitual, os quatro grandes sentidos ou facetas do processo de globalização bem como a ferramenta da “sistemia”, que fora utilizada como baliza do posicionamento do Estado de Pernambuco como foco das análises, dos comentários e dos relatórios de pesquisas aqui descritos.

⁵ Merecem atenção a ampliação recente do Aeroporto Internacional dos Guararapes (Gilberto Freyre) e do Aeroporto Internacional de Petrolina e a duplicação da estratégica BR-232, que liga o Recife ao interior do Estado até a cidade de Caruaru, com novas ampliações já marcadas para a cidade de São Caetano no Agreste pernambucano. Além disso, a refinaria de petróleo Abreu e Lima (uma parceria da Petrobrás e da PDVSA), a já instalada e operante fábrica de PET e o Estaleiro Atlântico Sul com o processamento esperado de 160 mil toneladas de aço/ano, além da siderúrgica no pólo de Suape, merecem atenção como elementos integrados e importantes nesta nova dinâmica econômica do Estado de Pernambuco. Serão tratados em maiores detalhes esses e outros pontos no item terceiro deste artigo.

e dos dinâmicos setores da nova economia, como a petroquímica, informática, indústria naval, metal-mecânica e fármaco-química. Os horizontes se mostram positivos, revelando oportunidades crescentes para um novo ciclo de crescimento na lógica da inserção e da competitividade internacionais.

A academia pernambucana não poderia, portanto, estar dissociada do novo macroambiente de recente inserção internacional do Estado. Da mesma maneira, uma maior interação entre a academia e a esfera pública estadual e federal se torna imprescindível para, não somente diagnosticar o atual quadro de desenvolvimentismo estruturador exógeno integrado, mas, sobretudo, para participar, de forma pró-ativa, com soluções criativas para os muitos desafios adiante. Donde a importância da realização do I Seminário de Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais, patrocinado pelo Ministério das Relações Exteriores, que contribui para o adensamento desse relacionamento muito profícuo. Ademais, os textos produzidos, além das palestras proferidas no Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro com professores e pesquisadores de todo o Brasil, diplomatas e técnicos, revelam a abertura de canais importantes de diálogo na seara da economia política do desenvolvimento e das relações econômicas internacionais.

O objetivo do presente artigo, que está estruturado em cinco grandes partes, é, portanto, duplo: revelar a moldura microssistêmica (com centralidade em Pernambuco) com sua interdependência local-global por meio das mudanças em curso no amplo quadro da “mundialização” e apontar as linhas de pesquisa e as publicações que estão sendo realizadas de forma interinstitucional com vistas a aprofundar as parcerias existentes e criar novas que porventura possam surgir como fruto deste I Seminário de Pesquisas organizado pelo IPRI, pela FUNAG e pelo DEC do Itamaraty. A esse respeito, o Escritório de Representação na Região Nordeste (ERENE) tem, igualmente, importante papel a desempenhar neste cenário de sinergia e cooperação em sentido amplo. As duas Instituições de Ensino Superior (IES) aqui citadas são a Universidade Católica de Pernambuco, com seu tradicional curso de Ciências Econômicas, seu NEAL (Núcleo de Estudos para a América Latina), seus grupos de pesquisa, assim como com suas especializações (pós-graduações *lato sensu*) em Ciência Política e em Relações Internacionais, e a Faculdade DAMAS, com o curso de bacharelado em Relações Internacionais.

II. BREVE APORTE METODOLÓGICO-CONCEITUAL

O processo de capilaridade da internacionalização segue uma lógica mais ampla das transformações do capitalismo em sua atual terceira geração.⁶ Convém salientar que estão sendo consideradas aqui a primeira fase, o protocapitalismo de acumulação de cunho explorador bimetalista do mercantilismo colonial; a segunda fase, o capitalismo industrial, com suas fases de expansão, crise e recessão, ancorado no imperialismo, sobretudo após a segunda metade do século XIX; e, por fim, a terceira fase, o capitalismo financeiro desterritorializado pós-1945 com significativo papel para as GCTs (Grandes Corporações Transnacionais) orientadas pelo pós-fordismo e pelas complexas cadeias intrafirma.

À guisa de um sucinto posicionamento analítico, importa mencionar algumas linhas metodológicas e conceituais que foram adotadas. Tais linhas metodológicas e conceituais servem como instrumento para melhor orientar o desenvolvimento do texto. No que tange à metodologia aplicada aqui, pode-se ressaltar o uso do aporte dedutivo com discreta tendência à explicação dedutivo-nomológica estruturada na análise descritiva e na revisão de literatura.⁷

Duas foram as principais ferramentas conceituais utilizadas. Foi dada, primeiramente, centralidade às quatro grandes metáforas ou facetas do processo de globalização (vide tabela 1 abaixo). Em segundo lugar, buscou-se utilizar o conceito de “sistemia” – utilizando-se aqui a “microsistemia”, isto é, a unidade de análise endonacional ou subnacional a partir do Estado de Pernambuco com o olhar externo integrado a um cenário mais amplo das relações econômicas internacionais.⁸ As unidades subnacionais têm, de forma crescente, exercido papel de relevância nas relações econômicas internacionais, o que salienta a pulverização dos focos de poder, interação e interlocução.⁹

⁶ A frase clássica de Wallerstein “o capitalismo é essencialmente um sistema social histórico” associa, com maestria, os longos ciclos históricos com o lento processo de maturidade da acumulação flexível agora assumindo conotações globais e em tempo real. Cf. WALLERSTEIN, Immanuel. *A Civilização Capitalista*. Lisboa, Ed. Estratégias Criativas, 1999.

⁷ Cf. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. *Metodologia Científica*. 3ª. ed. São Paulo, Atlas, 2000. p. 66-67. SHIVELY, W. Phillips. *The Craft of Political Research*. 4a. ed. Upper Saddle River, Prentice Hall, 1997. p. 4-5.

⁸ Cf. CASTRO, Thales. *Elementos de Política Internacional: redefinições e perspectivas*. Curitiba, Juruá Editora, 2005. p. 74-76. Outros autores também descrevem o conceito de níveis de análise (*levels of analysis*) que também foram instrumentais na eleição do segmento microsistêmico como, por exemplo: Rourke (1995), Goldstein (1994), Ray (1995) e Nye (2002).

⁹ Cf. VIGEVANI, T.; WANDERLEY, L., BARRETO, M. e MARIANO, M. (orgs), *A Dimensão Subnacional e as Relações Internacionais*, São Paulo, Editora UNESP, 2004.

Concepções teóricas acerca dos vários processos de globalização influenciam as novas formatações do Estado integralizado ou do Estado geoeconômico em âmbito sub-regional. Tal discussão é intensa dentro e fora da academia, e não é foco deste item específico do artigo tratar de todas as suas matrizes. Buscou-se apenas, à guisa de explanação da tabela logo abaixo, superar alguns eventuais maniqueísmos quando se atribui a valoração ao processo de globalização com base no binômio positivo/benéfico – negativo/maléfico. Neste particular, defende-se que não há, unicamente, uma única tipologia ou ferramenta conceitual acerca da globalização (ou “mundialização”), mas uma pluralidade de conceituações aglutinadas em quatro expressivas segmentações da globalização que impactam o desenvolvimentismo internacionalista de Pernambuco (unidade de análise microssistêmica). Deixando-se de lado a análise binária – e simplista – do mero positivo/benéfico ou negativo/maléfico acerca da globalização (*sic*), buscou-se correlacionar as consequências residuais na estabilidade do Estado nacional e de suas unidades subnacionais na terceira grande fase do capitalismo global.

Estabilidade e volatilidade são, assim, pontos extremos da dialética local-global, tendo o capitalismo desterritorializado como infraestrutura sistêmica. Acredita-se que uma avaliação das consequências residuais pode trazer reflexões mais críticas para a econômica política internacional do Estado de Pernambuco com desdobramentos para as linhas de pesquisas e de publicação nesta seara. Esse critério elaborado pelas nossas observações pode trazer nova perspectiva em face da necessidade de atualização da teoria do Estado e de seu poder no presente momento histórico internacional. Ora, o processo – ou melhor – os processos de globalização são tão plurais e de alcance tão profundo e significativo que forçam um repensar coletivo acerca dos paradigmas tradicionais do Estado com sua *summa potestas* partilhada em tempos de interdependência, formando uma ampla e dinâmica rede no plano de uma sociedade pós-nacional.¹⁰

¹⁰ A Declaração do G-20 reunido em Washington de 15 de novembro de 2008 reforça *inter alia* a necessidade de maior fiscalização e monitoramento internacional dos fluxos financeiros internacionais, confirmando que os vários processos de globalização são indissociáveis do processo de interação política internacional não somente do Estado nacional, mas também de suas unidades subnacionais. Ademais, pode-se interpretar que o Estado de Pernambuco, apoiado em políticas públicas desenvolvimentistas exógenas e estruturadoras, tem papel a cumprir no atual cenário de interdependência local-global. Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. Líderes do G20 querem solução à Rodada Doha até o fim deste ano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u468268.shtml>. Acesso em: 15 de novembro de 2008.

Tabela 1. Correlação entre as tipologias do processo de globalização, grau de volatilidade e estabilidade do Estado nacional

Sistema internacional	Aspectos político-institucionais do processo globalizante	Aspectos econômico-comerciais e corporativo-financeiros do processo globalizante
Estado¹¹		
Maior grau de volatilidade com redução da estabilidade estatal interna	GLOBALIZAÇÃO ASSIMÉTRICA	GLOBALIZAÇÃO ESPECULATIVO-FINANCEIRA
Menor grau de volatilidade com aumento da estabilidade	GLOBALIZAÇÃO SOLIDÁRIA	GLOBALIZAÇÃO PRODUTIVA

A limitação temporal do objeto também é relevante nestas breves notas metodológicas. O foco temporal, desta forma, foi a partir do final da década de noventa – momento de inflexão nas relações latino-americanas internacionais –, quando há uma guinada na orientação das políticas públicas estaduais fortemente influenciadas pelo ambiente internacional de liberalismo mercadológico. Foi em Washington, em novembro de 1989, ainda sob forte influência dos ventos pós-queda do Muro de Berlim, que as principais recomendações da macropolítica neoliberal para a América Latina foram estabelecidas. Com base nos pensamentos *inter alia* do economista John Williamson, o “Consenso de Washington” continha dez grandes diretrizes que eram sintetizadas no trinômio privatização-liberalização-desregulamentação. Em relação a isto, as quatro imagens da globalização acima descritas (tabela 1) se confundem e se entrelaçam à nova lógica do *mainstream* da orientação dos Estados e de suas unidades subnacionais ou infraestatais.¹²

Inicialmente como consenso, posteriormente como dissenso, o neoliberalismo de Washington mostrou seu antagonismo com fortes reações na América Latina justamente no início do corte temporal estabelecido, gerando uma guinada nas relações econômicas e na dinâmica da política

¹¹ Para efeito de uma mais ampla interpretação da tabela 1, considera-se aqui não somente o Estado nacional detentor do exclusivismo da *summa potestas*, mas também suas unidades subnacionais de forma integrada.

¹² Nye argumenta que a infraestatalidade vem assumindo, recentemente, patamares mais relevantes no campo político-decisório e no segmento da visibilidade quando evidencia o paradoxo do exercício do hegemonismo unipolar norte-americano na atual conjuntura internacional. De acordo com Nye, a infraestatalidade ou a subnacionalidade não pode, dessa forma, ser desconsiderada dos equacionamentos externos. NYE, Joseph Jr. *The paradox of American power: why the world's only superpower can't go it alone*. Oxford, Oxford University Press, 2003. p. 34-38.

interna de alguns países da região. Dez anos depois, novamente em Washington – agora no Estado norte-americano e não em sua capital –, as reações populares antiglobalização revelaram aos *policymakers* mundiais reunidos em Seattle a força do pensamento contra-hegemônico. De Washington à Washington - de forma emblemática, coincidente ou labiríntica –, o início e o ocaso de um ciclo que revela a atualidade do pensamento de Shakespeare quando asseverou há quase cinco séculos: “*where I did begin, there I shall end*”.¹³

III. A MOLDURA MICROSSISTÊMICA: A ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTISMO EXÓGENO EM PERNAMBUCO

Utilizando-se como referência as pesquisas em curso da Profa. Ana Cláudia Arruda, da Universidade Católica de Pernambuco, sobre os cenários de médio e de longo prazos na economia pernambucana com os investimentos estruturadores, convém salientar alguns pontos importantes das relações econômicas internacionais do Estado:

1. Refinaria Abreu e Lima - investimento de US\$ 2,5 bilhões por meio de uma parceria entre a Petrobrás e a PDVSA venezuelana com impacto no montante de bens e de serviços de alta tecnologia com consequente integração com o polo de poliéster;

2. Estaleiro Atlântico Sul - condições de construir plataformas *off-shore*, navios petroleiros, graneleiros, entre outros, com elevado efeito irradiador (investimento de R\$ 660 milhões);

3. Polo de poliéster – projeto-âncora da empresa Mossi&Ghisolfi no montante de US\$ 800 milhões para instalação da maior fábrica de PET do mundo, além da planta para produção de Ácido Teraftálico Purificado (PTA) de US\$ 500 milhões, matéria prima para a produção de poliéster, com encadeamento com a refinaria e o montante na produção de filamentos de poliéster texturizado (fios) para o segmento têxtil;

4. Hotéis e resorts de bandeiras internacionais em Porto de Galinhas e Praia do Porto (Cabo); só no balneário de Porto de Galinhas, localizado no

¹³ Tradução minha livre da citação do bardo de Stratford-upon-Avon em sua peça *Júlio Cesar*: “Onde eu comecei, lá irei terminar”.

município de Ipojuca, PE, estão previstos investimentos de R\$ 364 milhões em quatro grandes hotéis;

5. Siderúrgica de aços planos (em fase de estudo de viabilidade) - investimentos previstos da ordem de US\$ 2 bilhões, com possível integração com o estaleiro (unidade de metais para a indústria da construção);

6. Protocolo de intenções com a Añón, empresa espanhola de siderurgia com investimentos na ordem de US\$ 150 milhões para produção de 800 mil toneladas de vergalhão próprio para construção civil e chapas diversas;

7. Pólo de Hemoderivados – destinado à produção de fatores VIII e IX de coagulação, albumina, imuno-globulina e complexo protrombínico com investimento de US\$ 65 milhões, complementando a unidade do HEMOPE;

8. Terminal Marítimo de Grãos e Minérios (SUAPE) – a implantação do terminal marítimo se viabiliza com a Transnordestina, transportando grãos dos cerrados, gesso do Araripe e frutas, em especial manga e uva, do vale do São Francisco. ¹⁴

Diante desses cenários, espera-se que o impacto seja expressivo no aumento da arrecadação tributária e no consequente aumento do PIB real do Estado de Pernambuco, com a possibilidade de duplicação deste até meados da próxima década. Dos atuais 60,8 bilhões de reais de PIB real, espera-se que, até 2020, ocorra um salto para quase 146,8 bilhões de reais; dos atuais 2,71% de participação na formação do PIB real brasileiro, Pernambuco possa então, até meados da próxima década, atingir a meta de 3,33% de participação no produto agregado nacional. Considerando-se a renda per capita atual, que é de R\$ 7.213 (em valores reais de 2005), estima-se que, de acordo com estudos do CONDEPE (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas), vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco, a renda per capita possa mais que duplicar, atingindo o patamar de R\$ 15.050 (em valores reais de 2005) até 2020. ¹⁵

¹⁴ Cf. ARRUDA, Ana Cláudia. A indústria petroquímica brasileira e os novos investimentos industriais estruturadores no Estado de Pernambuco: novas oportunidades de negócios para as micro e pequenas empresas. In CASTRO, Thales, (org.). *Debates políticos e econômicos contemporâneos: a interdependência local-global*. Recife, Livro Rápido Editora, 2008. p. 342-343.

¹⁵ CONDEPE. Base de Dados do Estado (BDE). Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/conteudo_site.aspx. Acesso em 15 de novembro de 2008.

Ademais dos pontos elencados acima, há ainda, no segmento do planejamento e em alguns casos de execução, outros dados relevantes sobre o atual dinamismo econômico com um olhar internacional vivenciado pelo Estado, a saber: *Transnordestina* - interiorização do desenvolvimento regional com integração de troncos multimodais e escoamento da produção no polo de Suape (ramal para Araripina – PE, que é um dos principais municípios do polo gesseiro no eixo ocidental do Estado); *integração de bacias* - ampliação da oferta de água para consumo e irrigação (licença ambiental aprovada); *duplicação da BR 101* - integração do Nordeste oriental (em andamento); *unidade de regaseificação de gás natural liquefeito* - importação de abastecimento nordestino de gás (CIN/FIEPE confirma que se estima a produção de, aproximadamente, 1,46 milhões de toneladas/ano, demandando investimento de US\$ 200 milhões); e, por fim, *o projeto Pontal (CODEVASF)* de irrigação no São Francisco - ampliação em 7.897 hectares da área irrigada para a fruticultura irrigada destinada ao comércio exterior.

Em novembro de 2008, o porto de Suape¹⁶ (polo industrial e petroquímico) celebra trinta anos de criação. Batizado com o nome de um ex-governador de Pernambuco, Eraldo Gueiros, o polo do Complexo de Suape se destaca na região Norte-Nordeste ancorado no conceito de *hub port*, isto é, de fornecimento da infraestrutura portuária integrada por meio da gestão da esfera pública estadual com objetivos estratégicos de atração de investimentos e de instalação de empresas brasileiras e estrangeiras visando não somente o mercado interno, mas também o externo. A dinâmica do comércio exterior de Suape é patente quando se observam as recentes pesquisas e publicações acerca de seu potencial de geração de negócios, emprego

¹⁶ Seguem alguns dados oficiais que revelam as principais características do Complexo Portuário de Suape: “O Porto já movimentou mais de 5 milhões de toneladas de carga por ano, destacando-se, entre elas, os graneis líquidos (derivados de petróleo, produtos químicos, álcoois, óleos vegetais etc), com mais de 80% da movimentação, e a carga containerizada. O Porto pode atender a navios de até 170.000 tpb e calado operacional de 14,50 m. Com 27 km² de retroporto, seus portos externo e interno oferecem as condições necessárias para atendimento de navios de grande porte. O canal de acesso tem 5.000 m de extensão, 300 m de largura e 16,5 m de profundidade. Suape conta com um Porto Externo, Porto Interno, Terminais de Graneis Líquidos, Cais de Múltiplos Usos, além de um Terminal de Contêineres”. *COMPLEXO PORTUÁRIO DE SUAPE*. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/estruturaportuaria.asp>. Acesso em 14 de novembro de 2008.

e renda com o estímulo de diversas cadeias produtivas. O porto de Suape está subordinado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, e é relevante citar que há 96 empresas instaladas ou em via de instalação no complexo.

É importante tecer um perfil amplo do comércio exterior de Pernambuco com alguns dados relevantes. Na décima sexta posição no ranking brasileiro de volume de exportação, Pernambuco tem uma balança comercial, em 2007, deficitária da ordem de US\$ 245 milhões (US\$ 780 milhões de exportações e US\$ 1,02 bilhão de importações).¹⁷ Os principais destinos das exportações pernambucanas são os EUA, com uma participação de 23,7% do total; Holanda, com 10,4%; Argentina, com 9,6%; Rússia, com 6,8%; e, por fim, Síria, com 4,9%. As importações pernambucanas se originam dos EUA, com a participação de 20,7% do total; Argentina, com 20,1% do total; China, com 7,4%; Reino Unido, com 5,5%; e, por fim, Alemanha, com 5,1%. Na pauta de comércio exterior de Pernambuco, estão o açúcar, borracha, alumínio e camarão como principais produtos de exportação, ao passo que produtos químicos, trigo, maquinário pesado e aparelhos elétricos, como principais produtos de importação. Os EUA e a União Europeia representam quase a metade de todo o volume de exportações do Estado de Pernambuco em 2007.¹⁸

Um dos resultados verificados ao longo de quase uma década de investimentos estruturadores, portanto, é o aumento da competitividade e da exposição internacional do Estado de Pernambuco. Em termos de competitividade (ICE-F – Índice de Competitividade dos Estados – Fatores), dadas suas especificidades geoeconômicas, o Estado ocupa um patamar de relevância na região Nordeste, que abrange nove Estados. A tabela 2 abaixo, utilizada nas pesquisas pela Profa. Ana Cláudia Arruda (2008), traz importantes reflexões para o presente artigo:

¹⁷ Uma balança comercial deficitária em 2007 revela a característica de o polo de Suape ser um porto concentrador de carga e de logística multimodal de distribuição para vários estados nordestinos.

¹⁸ *ANUÁRIO 2007 – ANÁLISE COMÉRCIO EXTERIOR*. São Paulo, Análise, 2007. p. 318.

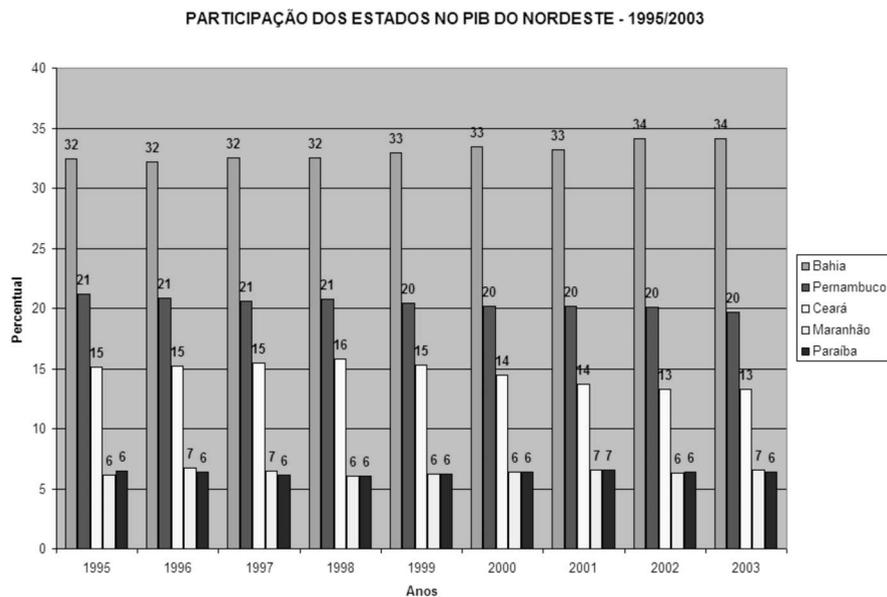
Tabela 2 - Análise comparativa da competitividade (ICE-F) do Estado de Pernambuco

UF	ICE-F		Qualificação da força de trabalho		Conhecimento e inovação		Infra-estrutura	
	Índice	Rank	Índice	Rank	Índice	Rank	Índice	Rank
São Paulo	0,649	1	0,903	2	0,834	1	0,809	2
Rio de Janeiro	0,792	2	0,866	3	0,696	2	0,811	1
Distrito Federal	0,744	3	0,949	1	0,511	7	0,772	3
Rio Grande do Sul	0,711	4	0,720	4	0,692	3	0,722	5
Paraná	0,696	5	0,717	5	0,647	4	0,724	4
Santa Catarina	0,648	6	0,708	6	0,573	6	0,662	6
Minas Gerais	0,589	7	0,567	8	0,594	5	0,608	8
Mato Grosso do Sul	0,506	8	0,619	7	0,313	16	0,586	9
Espírito Santo	0,475	9	0,482	11	0,333	12	0,610	7
Pernambuco	0,436	10	0,529	10	0,357	8	0,423	13
Paraíba	0,432	11	0,540	9	0,356	9	0,399	14
Sergipe	0,408	12	0,459	12	0,258	20	0,505	10
Rio Grande do Norte	0,400	13	0,365	19	0,344	10	0,491	12
Goiás	0,401	14	0,394	15	0,302	17	0,506	11
Amazonas	0,385	15	0,426	13	0,330	13	0,400	15
Ceará	0,352	16	0,367	16	0,336	11	0,331	22

A tabela 3, logo abaixo, que revela a posição de destaque de Pernambuco, retrata a participação relativa na formação do PIB agregado regional. A tendência de longo prazo após a implantação e consolidação dos investimentos estruturadores citados anteriormente é que diminua a distância atualmente existente entre o estado da Bahia e o de Pernambuco no que concerne às suas participações na economia nordestina. Espera-se que a participação do Estado de Pernambuco possa atingir entre 23-25% do PIB do Nordeste.¹⁹ A interiorização do desenvolvimento, que gera emprego e renda por meio também do fortalecimento das cadeias produtivas existentes e da criação de outras

¹⁹ Faz-se necessário prover alguns dados de relevo sobre a região Nordeste do Brasil de acordo com o IBGE: Área total: 1.561.177 km²; População total estimada (2005): 54.693.253 habitantes; Densidade demográfica (2000): 30,54 hab/km². Maiores cidades: Salvador (2.440.828); Fortaleza (2.138.234); Recife (1.421.993); São Luís (868.047); Maceió (796.842); Teresina (714.583); Natal (709.536); João Pessoa (595.429); Jaboatão dos Guararapes-PE (580.795); Feira de Santana-BA (481.137); Aracajú (461.083); Olinda-PE (368.666); Campina Grande-PB (354.546). Em termos de região metropolitana, Recife se destaca como a segunda maior da região. A região Nordeste é formada pelos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Em função das diferentes características físicas que apresenta, a região encontra-se dividida em sub-regiões: meio-norte, zona da mata, agreste e sertão.

novas, é outro ponto de relevância na vitalidade econômico-produtiva atual. Vide a tabela 3 abaixo para reflexões mais detalhadas acerca desta discussão.



IV. HISTORICO E DESCRIÇÃO DAS LINHAS DE PESQUISA, PARCERIAS ESTRATÉGICAS E AVALIAÇÕES SUBSTANTIVAS

Visto que sou professor, coordenador do Curso de Ciências Econômicas e pesquisador da Universidade Católica de Pernambuco, uma universidade jesuíta e comunitária que celebra seus 57 anos de fundação – uma das mais antigas universidades católicas do Brasil –, convém que eu ressalte o perfil das pesquisas que estão sendo realizadas.²⁰ A UNICAP possui, ademais, um curso de especialização em Relações

²⁰ A Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, criada a 27 de setembro de 1951 e reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto 30.417 de 18 de janeiro de 1952, originou-se da primeira Escola Superior Católica da região, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, fundada em 1943, pela Província dos Jesuítas do Nordeste. Em seu desenvolvimento, a Universidade conheceu incorporação, agregação ou criação de Faculdades, Institutos ou Escola Superior, até aplicar, em 1974, a reforma universitária, preconizada em lei, para adoção do modelo ternário homogêneo de Reitoria, Centros e Departamentos. A UNICAP constitui, hoje, um complexo educacional que oferece, para uma comunidade de aproximadamente 15.000 estudantes, desde cursos de primeiro grau até a pós-graduação *stricto sensu*. Na área da graduação, registram-se, nos diversos cursos, cerca de 50.000 diplomados pela Instituição, ao longo de mais de cinquenta e cinco anos de atividades ininterruptas.

Internacionais (pós-graduação *lato sensu*) que também tem finalidades de pesquisar e produzir publicações na vasta seara das REIs. Em seguida, iremos detalhar um pouco das pesquisas em linhas de pesquisa mais diretamente atreladas às Relações Internacionais ora em desenvolvimento na Faculdade Damas, que possui um dos dois únicos cursos de RI do Estado.

Mister se faz relatar abaixo os principais eixos de pesquisa voltados para a área internacional, em particular para o segmento das Relações Econômicas Internacionais, em curso na Universidade Católica de Pernambuco.²¹

1. Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade - eF

- **Líderes do Grupo:**

Cynthia Xavier de Carvalho e Dinilson Pedroza Júnior

- **Áreas de Atuação:**

Ciências Sociais Aplicadas; Economia

- **Linhas de Pesquisa:**

Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Territorial Sustentável e Meio Ambiente; Economia Política Internacional e Integração Regional (MERCOSUL); Economia Social e do Trabalho; Estudos sobre Economia Regional; Métodos Quantitativos e Economia da Saúde; Organização Industrial, Inovação e Arranjos Produtivos

2. Núcleo de Estudos para a América Latina – NEAL - eC

- **Líderes do Grupo:**

Abraham Benzaquen Sicsu e Frederico Jayme Katz

- **Áreas de Atuação:**

Ciências Sociais Aplicadas; Economia

- **Linhas de Pesquisa:**

Capacitação Tecnológica e Desenvolvimento Econômico; Gestão da Inovação e do Conhecimento; Integração Econômica da América Latina/Mercosul; Políticas de Desenvolvimento Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação; Teorias de Desenvolvimento Econômico

3. Núcleo de Pesquisas Internacionais - eF

- **Líder do Grupo:**

²¹ De acordo com informações da Coordenação Geral de Pesquisa da UNICAP, a pesquisa na Universidade Católica de Pernambuco, associada às atividades de ensino e extensão, tem como objetivo a criação, a produção e o desenvolvimento e difusão do conhecimento nas áreas da ciência, da tecnologia, da cultura e da arte. O desenvolvimento, o funcionamento e a fiscalização das atividades de pesquisa são responsabilidades da Coordenação-Geral de Pesquisa, setor subordinado à Pró-Reitoria Acadêmica.

Geraldo Antônio Simões Galindo²²

· **Áreas de Atuação:**

Ciências Sociais Aplicadas; Direito

· **Linha de Pesquisa:**

Estratégias Macroeconômico-Jurídicas Internacionais Anticonflitos Bélicos e Antiterror

O segundo ponto central dos grupos de pesquisa, que será tratado com mais ênfase agora, diz respeito ao NEAL. O NEAL – Núcleo de Estudos para a América Latina – da UNICAP já é uma sólida referência no campo das pesquisas e publicações em Relações Econômicas Internacionais. O NEAL promove pesquisas, seminários, cursos e publicações visando ao desenvolvimento e à integração da América Latina. Foi fundado em 1999 pela Universidade Católica de Pernambuco, pioneira em iniciativas pela integração de nosso continente: em 1991, realizara um grande Seminário internacional sobre a integração Brasil-Argentina, já antecipando vários aspectos da problemática atual do Mercosul. Além de ser um Centro de Altos Estudos e de colaboração inter-universitária e internacional, o NEAL tem como compromisso promover a conscientização e o progresso da América Latina - assim como do Nordeste e do Brasil - em meio aos desafios dos vários e múltiplos processos de globalização descritos na tabela 1. De acordo com dados oficiais do NEAL, a base das atividades é, necessariamente, a pesquisa, dadas a complexidade e as rápidas mudanças da realidade latino-americana. Desde o começo, o Mercosul foi a primeira preocupação.²³ Em 2002, foi publicado livro, que apresenta alguns resultados de estudos nos dois anos anteriores, sobre os problemas atuais do Mercosul. Seguiram-se outros trabalhos sobre o tema que resultaram em artigos e notas publicados em anais de eventos nacionais e internacionais e em periódicos especializados. Outros assuntos têm merecido a atenção do NEAL, como desenvolvimento

²² O Prof. Dr. Geraldo Galindo, vinculado ao CCJ (Centro de Ciências Jurídicas), não mais compõe o quadro de docentes da UNICAP. Atualmente, o Geraldo Galindo é professor da UFPE, e seu grupo de pesquisa deverá sofrer modificações estruturais a partir de seu desligamento, no segundo semestre de 2008.

²³ Foi nesse momento que a Universidade Católica de Pernambuco criou uma disciplina eletiva geral para todos os cursos chamada ELU1001 INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA: MERCOSUL, que discute não somente os principais eixos teóricos das Relações Internacionais, mas, sobretudo, da economia política da integração no Cone Sul e seus desdobramentos. Eu ministrei essa disciplina desde fevereiro de 2000, quando ingressei nos quadros da UNICAP e, desde então, a resposta e o interesse dos alunos têm crescido sobremodo.

sustentável, globalização, neoliberalismo, inovação e desenvolvimento, ética e sociedade, que também tem gerado publicações e participações em eventos.

Foram realizados vários seminários internacionais na UNICAP²⁴, em Recife: em 1999, Desenvolvimento Sustentável e Poder Local; em 2001, Integração Latino-Americana Frente à Globalização. Em convênio com a FEI, de São Paulo, no ano de 2000, Desafios da América Latina e da AUSJAL (Associação das Universidades confiadas à Companhia de Jesus da América Latina) no Novo Século; em 2002, Sociedade do Conhecimento e Universidade. Nesse mesmo ano, com a Universidade Católica do Uruguai, em Montevideu, Desafios das Universidades Jesuítas na América Latina. Em 2005, foi organizada, conjuntamente com o Centro Universitário da FEI, a Oficina Pesquisa Social nas Universidades Jesuítas, quando foram congregadas seis universidades jesuítas para debater a produção atual e possibilidades de articulações futuras. A cada semestre o NEAL promove um ou dois cursos sobre assuntos de sua especialidade, abertos a professores e alunos das universidades de Recife, muitas vezes dados por especialistas convidados. A atual equipe do NEAL, uma vez por semana, opera como um grupo de estudos sobre problemas internacionais contemporâneos com a colaboração de especialistas aqui residentes ou de passagem pela cidade. A Coleção NEAL já publicou oito títulos na Editora da UNICAP (FASA) a cargo da equipe integrada pelos professores doutores Pe. Paulo Meneses, SJ (coordenador), Abraham Sicsú e Frederico Katz. Neste final de semestre de 2008, está em curso uma reformulação dos quadros do NEAL, bem como se cogita sua ampliação e crescente internacionalização. Ressalte-se aqui a importância de canais de fomento e de parcerias com a iniciativa privada e com a esfera pública, em particular com o IPRI e a FUNAG, do Itamaraty, com vistas a se ampliar o raio de pesquisa, publicações e eventos sobre economia política internacional, integração regional e desenvolvimento no quadro das relações econômicas internacionais.

O bacharelado em Relações Internacionais da Faculdade DAMAS é o segundo curso de RI em Pernambuco. Sua primeira turma de internacionalistas se deverá formar no final de 2009. No momento atual, estão sendo estruturadas as principais linhas de pesquisa, que deverão incluir teoria das

²⁴ O mais recente Seminário Internacional organizado e patrocinado pelo NEAL ocorreu em setembro do corrente com o título “América Latina: uma e múltipla”. Dados obtidos no próprio NEAL. Disponível em: <http://www.unicap.br/Neal/index.htm>. Acesso em 13 de novembro de 2008.

relações internacionais, organizações internacionais e seu processo decisório e economia política internacional, além de direitos humanos em parceria com o Curso de Direito. A inclusão do Curso de RI da Faculdade DAMAS nos cadastros dos principais órgãos de fomento à pesquisa e à publicação será o próximo passo como medida estratégica e programática em 2009. Foi realizado, em setembro do corrente, o I Seminário da Faculdade DAMAS de Pesquisa e Extensão, no qual trabalhos de iniciação de pesquisa foram apresentados visando à excelência acadêmica nesses dois segmentos. A Semana Cultural DAMAS, realizada no fim de outubro, envolveu os três cursos da Faculdade, Direito, RI e Arquitetura, com palestras e seminários sobre diversos temas, como Direito Internacional e os vinte anos da Constituição Federal.²⁵ Há caminhos e oportunidades igualmente interessantes no campo da cooperação e da parceria estratégica entre o curso de Relações Internacionais da Faculdade DAMAS e o Itamaraty.

V. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Iniciando com a citação de Fernando Pessoa, este artigo buscou apresentar as linhas de investigação e de publicação em curso na Universidade Católica de Pernambuco e na Faculdade DAMAS referentes à área de Relações Econômicas Internacionais, com foco em Pernambuco (unidade micro sistêmica) enquanto atrelado à esfera internacional.

Os propósitos de ampliação das atuais linhas de pesquisa por meio de parcerias estratégicas revelam importantes canais entre o poder público federal e estadual e a academia de busca de soluções criativas. A academia pode e deve expandir, neste contexto de interdependência, sua veia de transformação social e econômico-produtiva com pesquisas e desenvolvimento (P&D). Os muros das Instituições de Ensino Superior (IES) aqui citadas devem se transformar cada vez mais em pontes, em vias pavimentadas para aproximar a comunidade de suas metas, gerando-se uma sinergia de parcerias e de alianças estratégicas.

Não foi objetivo deste breve artigo esgotar tão relevante e complexo tema, ou ainda, ocultar que há muitas outras pesquisas sendo desenvolvidas em outras IES em Pernambuco sobre o tema. Apenas

²⁵ Maiores informações podem ser obtidas diretamente no portal da Faculdade DAMAS por meio do sítio: www.faculadadedamas.edu.br.

buscou-se aqui apresentar os principais rumos que as pesquisas em REIs estão tomando diante do significativo dinamismo econômico e produtivo de Pernambuco.

De fato, o olhar de Fernando Pessoa de alargamento da terra ainda é muito atual e revela as possibilidades de consolidação de horizontes positivos com participação integrada e o envolvimento dos vários atores aqui descritos. É hora, portanto, de ressaltar os pontos que unem academia, a esfera público-estatal e a iniciativa privada e desenvolver uma estratégia sólida de participação ativa na dinâmica das relações econômicas internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Ana Cláudia. A indústria petroquímica brasileira e os novos investimentos industriais estruturadores no Estado de Pernambuco: novas oportunidades de negócios para as micro e pequenas empresas. In CASTRO, Thales, (org.). *Debates políticos e econômicos contemporâneos: a interdependência local-global*. Recife, Livro Rápido Editora, 2008.

AUGUST, Ray. *Public International Law: Text, Cases, and Readings*. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1995.

BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo Senil: A Grande Crise da Economia Global*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*. São Paulo, Hucitec, 1995.

CASTRO, Thales. *Elementos de política internacional: redefinições e perspectivas*. Curitiba, Juruá Editora, 2005.

_____. *O Conselho de Segurança da ONU: poder, consensos e tendências*. Curitiba, Juruá Editora, 2006.

_____. *Debates Políticos e Econômicos Contemporâneos: a interdependência local-global*. Recife, Livro Rápido, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. Líderes do G20 querem solução à Rodada Doha até o fim deste ano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u468268.shtml>. Acesso em: 15 de novembro de 2008.

FOSCHETTE, Mozart. *Relações Econômicas Internacionais*. São Paulo, Aduaneiras, 2001.

FUKUYAMA, Francis. *El Fin de la Historia y el Último Hombre*. 5ª. Edição. Buenos Aires, Planeta, 1998.

FURTADO, Celso. *O Capitalismo Global*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

GOLDSTEIN, Joshua. *International Relations*. Nova Iorque, Harper Collins, 1994.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JONES, Walter; ROSEN, Steven. *The logic of international relations*. 4a. ed. Boston, Little Brown, Co., 1982.

KAGAN, Robert. *Of paradise and power: America and Europe in the new world order*. Nova Iorque, Alfred Knopf, 2003.

KROLL, J. "The Complexity of Interdependence". *International Studies Quarterly*. Número 37, Austin, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. *Metodologia Científica*. 3ª. ed. São Paulo, Atlas, 2000.

LEECH, Noyes; OLIVER, Covey, SWEENEY, Joseph. *The International Legal System: cases and materials – documentary supplement*. Nova Iorque, The Foundation Press, 1973.

MELLO, Celso. *Curso de direito internacional público*. 14ª. ed. Rio de Janeiro, Renovar, 2002.

MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as Nações*. Brasília, Editora da UnB, IPRI e Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

NYE, Joseph Jr.. *The paradox of American power: why the world's only superpower can't go it alone*. Oxford, Oxford University Press, 2003.

_____. *Soft power: the means to success in world politics*. Nova Iorque, Public Affairs, 2004.

PESSOA, Fernando. *Poesia 1902-1917*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

RAY, James. *Global politics*. Princenton, Houghton Mifflin, 1995.

ROURKE, John. *International politics on the world stage*. 5ª ed. Hartford, Northeastern Publishing Co., 1995.

SHIVELY, W. Phillips. *The Craft of Political Research*. 4a. ed. Upper Saddle River, Prentice Hall, 1997.

TSEBELIS, George. *Veto players: how political institutions work*. Princeton, Princeton University Press, 2002.

VIGEVANI, T.; WANDERLEY, L., BARRETO, M. e MARIANO, M. (orgs). *A Dimensão Subnacional e as Relações Internacionais*, São Paulo, Editora UNESP, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *A Civilização Capitalista*. Lisboa, Ed. Estratégias Criativas, 1999.





<i>Formato</i>	<i>15,5 x 22,5 cm</i>
<i>Mancha gráfica</i>	<i>12 x 18,3cm</i>
<i>Papel</i>	<i>pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)</i>
<i>Fontes</i>	<i>Times New Roman 17/20,4 (títulos), 12/14 (textos)</i>